



Tabeliães do Rio de Janeiro
do 1º ao 4º Ofício de Notas: 1565-1822

Deoclécio Leite de Macedo



Tabeliões do Rio de Janeiro
do 1º ao 4º Ofício de Notas: 1565-1822

Deoclécio Leite de Macedo

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Dilma Vana Rousseff

Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República

Erenice Alves Guerra

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Jaime Antunes da Silva

Conselho Editorial

Jaime Antunes da Silva (PRESIDENTE) • Haroldo Mescolin Regal, COORDENADOR-GERAL DE ACESSO E DIFUSÃO DOCUMENTAL; Inez Stampa, COORDENADORA-GERAL DE PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO; Maria Elizabeth Brea Monteiro, COORDENADORA DE PESQUISA E DIFUSÃO DO ACERVO; Maria Esperança de Resende, COORDENADORA REGIONAL DO ARQUIVO NACIONAL, no Distrito Federal; Maria Izabel de Oliveira, COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO DE DOCUMENTOS; Marilena Leite Paes, COORDENADORA DE APOIO AO CONARQ; Mauro Domingues, COORDENADOR DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS; Mauro Lerner Markowski, COORDENADOR DE DOCUMENTOS ESCRITOS; Renato Diniz, COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO; Samuel Maia dos Santos, COORDENADOR DE ATENDIMENTO A DISTÂNCIA; Wanda Ribeiro, COORDENADOR DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS E CARTOGRAFICOS e Valéria Maria Morse Alves, COORDENADORA DE CONSULTAS AO ACERVO.

Coordenação de Documentos Escritos

Equipe Responsável pela Organização do Conteúdo da Publicação

Beatriz Moreira Monteiro (Supervisora da Equipe de Documentos Privados), Maria da Conceição Castro, Maria Vilma Soares do Nascimento, Mariza Ferreira de Sant'Ana

Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo

Supervisão editorial

José Cláudio Mattar e Mariana Simões

Revisão de texto

José Cláudio Mattar, Mariana Simões, Maria Rita Aderaldo

Projeto gráfico, diagramação e capa

Alzira Reis

M141t MACEDO, Deoclécio Leite de

Tabeliães do Rio de Janeiro do 1º ao 4º Ofício de Notas: 1565-1822 / Deoclécio Leite de Macedo. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 166p.; 30 cm. (Publicações Históricas, 95)

Bibliografia: p. 153-156.
Inclui índice.
ISBN: 978-85-60207-03-9

1. Tabeliães – Rio de Janeiro. 2. Cartórios – Rio de Janeiro. I. Título.

CDD 347.0168153

Sumário

NOTA TÉCNICA	5
NOTA DO AUTOR	7
HISTÓRICO DOS OFÍCIOS	11
LEGISLAÇÃO SOBRE O NOTARIADO	13
RELAÇÃO DOS TABELIÃES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DE NOTAS	17
PRIMEIRO OFÍCIO	22
SEGUNDO OFÍCIO	69
TERCEIRO OFÍCIO	104
QUARTO OFÍCIO	132
FONTES	150
BIBLIOGRAFIA	153
ÍNDICE	157

Nota técnica

Em março de 1998, a então Seção de Documentos Privados, recebeu, por doação do próprio, o acervo de Deoclécio Leite de Macedo, professor universitário, especialista em Diplomática, Paleografia e Notariado. O titular formou, com estudos, levantamentos, textos, fotografias, plantas, mapas e microfilmes, um acervo representativo tanto de notariado como de paleografia, além de outros assuntos de seu interesse.

No decorrer do processo de doação, demonstrou interesse em que o Arquivo Nacional publicasse um texto, já estruturado e praticamente pronto, relativo aos tabeliães dos ofícios de notas no Rio de Janeiro. A direção-geral acatou a sugestão e ficou acordado que seria editada uma obra sobre os tabeliães do 1º ao 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, no período colonial, parte de uma obra de maior vulto que, futuramente, traçaria a história do notariado carioca até os dias atuais.

O titular, no ano de 1965, publicou pelo Arquivo Nacional o livro *Tabeliães do Rio de Janeiro: 1565-1965*,¹ em que relaciona, em ordem cronológica, todos os titulares, serventuários, escreventes e substitutos dos tabeliães do Rio de Janeiro, na ordem numérica do 1º ao 24º cartório. Na introdução, o autor menciona sua intenção de publicar uma segunda parte, em que constariam “as biografias dos tabeliães propriamente ditos e dos serventuários que mais se distinguiram”.²

Coube à Equipe de Documentos Privados, da Coordenação de Documentos Escritos, viabilizar o projeto do autor, executando durante três anos a tarefa de checar as fontes e rever a forma e o conteúdo. Logo na primeira leitura, verificaram-se inconsistências, tanto nas fontes citadas como no conteúdo do texto. No livro já mencionado, o autor registrara sua dificuldade em conferir as fontes, seja por terem sido destruídas ou por se encontrarem em Portugal. Mesmo assim, decidiu-se ir adiante e, para tanto, foram cumpridas as seguintes etapas:

- 1) leitura dos textos do 1º ao 4º ofício;
- 2) reuniões com o autor para esclarecer dúvidas;
- 3) leitura de uma bibliografia sobre o assunto;
- 4) verificação das fontes disponíveis, primeiro no Arquivo Nacional, depois em instituições localizadas no Rio de Janeiro e por último em Portugal (neste caso, a lista de fontes citadas foi enviada por correspondência);
- 5) releitura do texto com base nas fontes. Em função da dificuldade de confirmação de algumas fontes, utilizamos duas expressões-padrão: *fonte não confirmada* (quando é mencionada, mas não foi possível localizá-la ou a informação não

1 MACEDO, Deoclécio Leite de. *Tabeliães do Rio de Janeiro: 1565-1965*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1965. (Publicações Históricas, 55).

2 Ibidem, p. 5.

confere) e *fonte não identificada* (se não há indicação de fonte na informação apresentada);

6) atualização dos nomes próprios, com algumas exceções;

7) organização de uma lista nominal dos tabeliães, indicando a que ofícios pertenceram; e

8) elaboração de um índice onomástico.

Poucas alterações foram feitas na redação do texto, sendo mantidas palavras como *deixação*, *desanexação* e *data* (no sentido de *terra*). O leitor encontrará expressões como “mercê de licença para renunciar a propriedade dos seus ofícios em sua vida e em sua morte”. Em relação ao conteúdo, foram necessárias muitas modificações, principalmente devido à não confirmação de fontes e à presença de informações contraditórias no próprio texto.

A revisão e a preparação desta obra para publicação foram realizadas após a morte do autor, em novembro de 2000.

Equipe de Documentos Privados

Nota do autor

à primeira parte da obra, publicada em 1965*

O trabalho que apresentamos não tem pretensão alguma. É apenas o resultado lateral de um simples artigo que um dia idealizamos escrever sobre os sinais públicos dos tabeliães do Rio de Janeiro.

Ao correr das pesquisas e do diuturno manuseio de documentos antigos do Rio, foi-se avolumando o material: as pesquisas tornaram-se mais difíceis e os problemas multiplicaram-se, levando-nos a mudar de projeto. Passamos a pensar numa História do Tabelionato Carioca, a partir dos seus primórdios até nossos dias. Seriam quatrocentos anos de vida tabelioa. Pensamos alcançar esta meta no ano do Centenário. Mera ilusão. A documentação é toda manuscrita e esparsa por vários arquivos. Em grande parte encontra-se em Portugal, longe do alcance de nossas possibilidades desprovidas de auxílios.

Resolvemos continuar lentamente nas buscas, confiando um dia chegarmos a conseguir, de qualquer maneira, consultar a documentação dos arquivos portugueses. Procuramos os microfilmes, mas os preços exorbitantes nos proibiram alimentar esta idéia. Ficaria mais em conta irmos consultar os próprios documentos. Sonho para outros tempos.

À medida que prosseguíamos no nosso trabalho, urgia, para maior segurança, a necessidade premente de um levantamento geral de todos os tabeliães. Primeiramente, só dos proprietários, ou como mais tarde se denominariam – serventuários vitalícios, e atualmente – titulares. Constatando, porém, que poucos proprietários exerciam pessoalmente a função e que a maioria obtinha alvará para nomear serventuários, tornando-se estes, realmente, os verdadeiros tabeliães, não os podíamos deixar de incluir na lista geral.

Mais difícil seria a seleção entre os próprios serventuários. Daí sermos obrigados a não fazer distinção e incluir no elenco todos os serventuários dos cartórios de notas, não excetuando, mesmo, os modestos serventes. É uma homenagem a estes humildes desconhecidos que, à maneira dos escribas da Antiguidade e da Idade Média, no decorrer dos quatrocentos anos da cidade, nos foram deixando, por escrito, a história econômica e territorial do Rio de Janeiro, desde a incipiente Vila Velha à atual urbe.

Reconhecemos que o presente elenco está incompleto, mas temos certeza de que dificilmente poderá ser acrescido de mais alguns nomes.¹

* MACEDO, Deoclécio Leite de. *Tabeliães do Rio de Janeiro: 1565-1965*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965. (Publicações Históricas, 55).

1 Quando aparecer a assinatura de algum tabelião que não se encontra nesta lista, deve-se procurar entre os escreventes dos antigos juizados de paz ou das posteriores pretorias e atuais circunscrições de Registro de Pessoas Naturais.

Do período de 1592 a 1675 quase nada nos resta da documentação oficial. A destruição do arquivo do Senado da Câmara, no incêndio do dia 20 de julho de 1790, e o desaparecimento do primeiro livro da coleção “Governadores do Rio de Janeiro” do Arquivo Nacional nos impossibilitaram a consulta das provisões semestrais dos serventuários da Justiça e da Fazenda neste longo lapso de tempo. Tudo que conseguimos foi tirado de documentação particular dos arquivos que consultamos, ou de citações de autores como mons. Pizarro e Baltazar da Silva Lisboa, que tiveram a sorte de ainda ver os originais hoje desaparecidos.

Deixaremos para outra oportunidade a enumeração das fontes utilizadas.

O trabalho tem finalidade prática: a consulta dos originais dos registros dos tabeliães de notas, em parte recolhidos ao Arquivo Nacional.

De início planejamos incluir também os juizes, escrivães, oficiais e mais funcionários auxiliares da Justiça. Mas logo vimos que seria trabalho para uma equipe financiada por alguma instituição, e não para uma única pessoa, sem o mínimo apoio de quem quer que seja. Limitamo-nos, pois, às nossas possibilidades. Deixamos o resto para a Corregedoria ou para a própria Secretaria de Justiça, ou mesmo para outra pessoa.

Consta este elenco de duas partes: a primeira reproduz as listas anuais dos funcionários dos cartórios na ordem numérica do 1º ao 24º, desde a fundação da cidade até 1965, inclusive. Em primeiro lugar os proprietários, em seguida os serventuários. Aqueles eram, até o decreto de 11 de outubro de 1827, denominados *proprietários*. Daquela data em diante, passaram a ser *serventuários vitalícios* e, atualmente, dizemos *titulares*.

Os serventuários, em sentido restrito, isto é, excluídos os proprietários, etc., com o desenvolvimento dos cartórios, foram, na nossa legislação, subdivididos em *escreventes juramentados* e *escreventes auxiliares*. Estes, antes da atual Organização Judiciária, eram também chamados *rasistas*, espécie de tarefeiros ou diaristas, *arquivistas*, *serventes*, etc.

Encontramos a denominação *sucessor* para os que o atual código denomina *substitutos*. Em geral eliminamos aquela nomenclatura.

Na Organização Judiciária vigente, consta o funcionalismo dos cartórios de notas do *titular*, do *substituto*, dos *escreventes juramentados*, dos quais dois são *autorizados*, dos *escreventes auxiliares*, dos *serventes*, e, finalmente, dos *contratados*. Enquanto possível, distribuímos-os pelas diversas categorias.

A segunda parte² é o índice onomástico remissivo, contendo, além dos nomes dos serventuários, os cartórios em que funcionaram, os anos de exercício e, quando possível, um resumo biográfico. Deixamos para outro trabalho as biografias dos tabeliães propriamente ditos, e dos serventuários que mais se distinguiram na vida tabelioa, quer como substitutos permanentes e dirigentes dos cartórios, quer como homens públicos.

2 Só sairá mais tarde. Pedimos a todos os atuais e antigos serventuários a colaboração, fornecendo-nos os dados biográficos próprios ou de amigos e parentes que serviram em cartórios.

Já em 1870, o tabelião Manuel Hilário Pires Ferrão, no seu “Guia Prático”, queixa-se das dificuldades encontradas na localização dos livros de registros em que se encontram documentos ou escrituras. Apontava como causa o costume de se fazer a distribuição aos tabeliães, muitas vezes aos serventuários, e não aos ofícios ou cartórios. Um trecho merece ser transcrito para se ter idéia das dificuldades: “Quem sabe hoje qual foi o cartório do escrivão Pedro, ou do escrivão Sancho, para ir procurar os autos que os praxistas citam com tanto cuidado ao darem sempre o nome do escrivão do feito? Seria, como se diz, procurar os ossos de Sepúlveda nos areais da África”.³

Um exemplo ilustrará a realidade: mons. Pizarro costuma dizer – “escritura passada na nota de Severino Ferreira de Macedo”; “o original encontra-se na nota da qual foram tabeliães Manuel Pinto Bacelar, João Antunes e Jorge de Sousa Coutinho”.⁴ Quem quiser que os localize. Muitas vezes encontramos bilhetes de distribuição do teor seguinte: “a Pires Garcia...”, “a Carvalho...”.

Esta segunda parte vem facilitar a pesquisa. Dados o nome do tabelião e o ano em que foi lavrada a escritura, saber-se-á logo o cartório em que trabalhava o referido tabelião.

Mas para se evitar perda de tempo, anotamos que, do século XVI, só nos restam dois volumes de registro de Cartas de Sesmarias, no Primeiro Ofício. Neste mesmo ofício, encontramos um livro de registros lavrados por Antônio de Andrade, em 1609, e muitas folhas soltas ou restos de livros do século seguinte, os quais manuseamos, e relacionamos os serventuários.

Do Segundo Ofício, o livro mais antigo, que ainda resta, é de 1709, tendo desaparecido todos os outros até aquele ano.

Não menos triste foi a sorte do Terceiro Ofício, criado pouco antes de 1625. Dele faltam os livros até 1800.

Do Quarto Ofício, criado pelo ano de 1657, lamentamos não somente a falta dos primeiros livros, até 1692, ano em que ainda encontramos algumas folhas soltas, mas, acima de tudo, a falta de compreensão dos seus titulares, resistindo ao recolhimento dos livros ao Arquivo Nacional, onde seriam restaurados, mais bem guardados e postos à consulta pública.

Muitos outros cartórios premidos, não pela lei, mas pela necessidade de espaço e pela carestia dos aluguéis, foram obrigados, para bem do público, a recolher àquela repartição grande parte de seus acervos, que tivemos oportunidade de consultar.

Lamentamos aqui a falta de levantamento dos livros das escrivancias, principalmente das Varas de Órfãos e Sucessões, onde se encontram amontoados os inventários

3 FERRÃO, Manuel Hilario Pires. *Guia practica [e formulario do tabellião de notas no Brasil]*. [Rio de Janeiro: Typ. Nacional], 1870. p. 80, nota 110.

4 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. VII, p. 310, nota 201.

e testamentos, tão importantes para a elaboração da verdadeira História Social da quatrocentenária cidade.

Há anos, procuramos localizar o inventário dos bens do visconde de Congonhas do Campo, mas até hoje não o conseguimos por falta de organização dos arquivos de nossos cartórios. Esperamos que no novo Palácio da Justiça se reserve um lugar digno para eles e não os lancem nos imundos porões, como até agora se tem feito.

Considerando as próprias possibilidades, jamais imaginávamos ver este trabalho posto em letras de fôrma, quando fomos chamados pelo historiador Pedro Moniz de Aragão, DD. diretor do Arquivo Nacional, para nos comunicar que o Exmo. Sr. ministro da Justiça, dr. Milton Campos, tivera conhecimento dele e desejava publicá-lo como contribuição do seu ministério às comemorações do quarto centenário da fundação da cidade. A ambos e a quem o levou ao conhecimento de S. Exa. os nossos agradecimentos.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1965

O compilador

Histórico dos Ofícios

O primeiro ofício de tabelião público do Judicial e Notas do Rio de Janeiro, de acordo com o costume português, foi criado juntamente com a cidade, pelo capitão Estácio de Sá, em 1º de março de 1565. Pero da Costa foi nomeado seu primeiro serventuário.

Por provisão de Mem de Sá, em 20 de setembro de 1565, foi anexado a esse ofício o de escrivão das Sesmarias. Pero da Costa renunciou, então, ao ofício de tabelião do Judicial, acumulando, somente, as funções de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias.

Em 2 de dezembro de 1565, Miguel Ferrão recebeu provisão do governador-geral, na Bahia, para o ofício de tabelião do Judicial e Notas, em consequência da renúncia de Pero da Costa. Aparentemente, não seguiu de imediato para o Rio de Janeiro, pois sua provisão só foi concertada nesta cidade em 30 de novembro de 1566 e, em 16 de setembro daquele ano, já havia sido nomeado Gaspar Rodrigues de Góes, por provisão do governador da capitania, para o ofício de tabelião do Judicial, que até então estava vago.

Os acontecimentos que se seguiram à chegada de Miguel Ferrão ao Rio de Janeiro são obscuros. Ficou claro apenas que, nesta ocasião, passam a atuar três tabeliães na capitania: Pero da Costa, tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, no 1º Ofício; Gaspar Rodrigues de Góes, tabelião do Judicial, naquele que se tornaria o 3º Ofício; e Miguel Ferrão, tabelião do Judicial e Notas, no 2º Ofício.

O 3º Ofício é citado algumas vezes como sendo o primeiro ofício do Judicial e Notas. Tal fato, acrescido do extravio dos livros de registro relativos a diversos períodos, gerou, ao longo do tempo, equívocos quanto à sucessão dos tabeliães do 1º e 3º Ofícios.

As atribuições do 2º e 3º Ofícios variam, ora Judicial, ora Judicial e Notas, até 1618, quando ambos passam a ter as mesmas atribuições, Judicial e Notas.

O 4º Ofício foi criado através de resolução régia de 29 de maio de 1654, atendendo à solicitação dos oficiais da Câmara, do ouvidor e do governador da capitania do Rio de Janeiro.

Em 22 de janeiro de 1664, de acordo com o ouvidor-geral Sebastião Cardoso de Sampaio, havia na capitania do Rio de Janeiro quatro ofícios de Justiça: o 1º Ofício, tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias e dos Órfãos, servido por José Correia Ximenes, cuja propriedade pleiteava Antônio de Andrade; o 2º Ofício, tabelião do Judicial e Notas e escrivão da Câmara, de propriedade de Jorge de Sousa Coutinho, o *velho*; o 3º Ofício, tabelião do Judicial e Notas, cuja propriedade era pretendida por Manuel de Carvalho Soares; e o 4º Ofício, tabelião do Judicial e Notas, ocupado pelo proprietário Domingos da Gama Pereira.

Naquela ocasião, já havia sido concedida a propriedade do 1º Ofício, por carta régia, a Antônio de Andrade, mas esta só recebeu o cumpra-se, no Rio de Janeiro, em 29 de março de 1664.

O 1º Ofício manteve as atribuições de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias até ser extinta a escrivania das Sesmarias, pela lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

Em 1875, por renúncia dos tabeliães do Judicial e Notas, foram separadas as funções, permanecendo aqueles ofícios apenas como ofícios de Notas.

Legislação Sobre o Notariado

A profissão dos *tabelliones*, como diz Gama Barros, não representava, originariamente, entre os romanos, um cargo público; era apenas um modo de ganhar a vida redigindo as transações de quem não podia fazê-lo por si mesmo.

Talvez desde o fim da época clássica (107 a.C. a 235 d.C.), os particulares acostumaram-se a fazer redigir as suas convenções por oficiais públicos inferiores chamados *tabelliones* e, desde então, os *instrumenta privata* e os *instrumenta publica* foram atos distintos entre si. Apesar, porém, da qualificação de *instrumenta publica*, os atos redigidos por *tabelliones* não se tornavam autênticos senão depois de insinuados em registros próprios, nos cartórios judiciais.

No Código dos Visigodos, não se encontra a palavra *tabellio*, nem se exige, para a validade das escrituras, a intervenção de algum oficial público. Apenas numa lei aparecem algumas noções, mostrando-nos somente que, dos notários, uns eram particulares, outros públicos, outros do rei, e que somente os públicos, os do rei ou quem este determinasse podiam dar autenticidade a resoluções ou leis do imperante.

Antes do século XIII, não aparece, nos documentos relativos a territórios que já eram de Portugal, a intervenção de *tabellio* ou de *notarius publicos*. Havia, como entre os romanos, quem exercesse a profissão reduzindo a escrito os atos de direito privado, mas nem os outorgantes eram obrigados a recorrer ao seu serviço, nem o ofício lhes dava autoridade para que o documento se revestisse de fé pública. Estava de todo ausente o vocábulo *tabelliones*, e a maneira mais usual de indicá-los nos instrumentos consistia na declaração *notavit*, e só excepcionalmente a substituíam pela palavra *notarius*.

No século XIII, nos países sujeitos à influência do direito romano, diz Paul Fournier, os vocábulos *notário* e *tabelião* são sinônimos.¹ Em sentido equivalente a tabelião, *notário* ficou reservado, quase exclusivamente, aos notários apostólicos.

Até o fim do século XIII, decorre o período mais obscuro da história do tabelionato em Portugal. De origem hispânica, e talvez sob influência borgonhesa, a lei mais antiga que se conhece naquele país é o Regimento dos Tabeliães, dado por d. Dinis, a 12 e 15 de janeiro de 1305.

Em 1340, foram publicados 22 artigos relativos ao ofício de tabelião, pouco diferentes dos de 1305. D. João I, em período anterior a 1415, publicou uma lei em que, pela primeira vez, discriminavam-se as atribuições dos tabeliães do Paço, ou Notas, e das Audiências, ou Judiciais. Esta atribuía aos tabeliães de Notas quaisquer

1 FOURNIER, Paul, *Les officialités au moyen age*, 1880, p. 43, apud BARROS, Henrique da Gama, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII e XV*.

instrumentos que se fizessem sem intervenção de juiz, e aos do Judicial, aqueles atos que se realizavam na presença do magistrado ou por sua ordem.

A competência para dar fé pública aos atos em que intervinham era inerente tanto aos tabeliães do Judicial como aos das Notas, mas a carta de nomeação era o documento que fixava em qual desses ramos havia de ser prestado o serviço.

As leis sobre o notariado foram codificadas nas Ordenações Afonsinas, publicadas na regência do infante d. Pedro, em 1447 ou início de 1448. Estas foram modificadas pelas Ordenações Manuelinas, publicadas em 1521, e, finalmente, pelas Filipinas, publicadas em 1603.

Em Portugal, não se encontra ato de legislação anterior à lei de d. Fernando I – publicada em Atouguia, em 13 de setembro de 1375 –, em que se declare formalmente só ao rei pertencer o direito de *acrescentar ou fazer* tabeliães, mas já havia a obrigação de prestar juramento na Chancelaria antes da posse, pelo menos desde d. Dinis.

D. Afonso V confirma os privilégios concedidos pela lei de d. Fernando aos senhores feudais, mas limita esses direitos à apresentação de pessoa idônea e à confirmação do rei.

Era proibido servirem oficiais que não tivessem licença régia, sendo a pena, em tais casos, de morte para o oficial e de perda de toda a jurisdição para os senhores que o permitissem. Proibiam-se, também, a venda e o arrendamento do ofício.

Os tabeliães, nomeados pelos reis e pelos senhores de terra e fidalgos a quem fossem concedidas cartas de privilégios ou doações, seriam vitalícios, apenas perdendo o ofício por sentença passada na Relação.

A jurisdição dos tabeliães limitava-se, com exceção dos gerais em Portugal, às cidades, vilas ou lugares para os quais eram nomeados. O número de tabeliães dependia da população e dos rendimentos. Na colônia, não havia regra. Alguns donatários, como o de São Jorge de Ilhéus, nomeavam vários tabeliães para a mesma vila.

Onde havia mais de um tabelião, era obrigatória uma imparcial distribuição, feita por um distribuidor ou pelo juiz do lugar. A correição competia ao juiz de direito ou ao corregedor da comarca. As leis antigas, baseando-se no chamado direito consuetudinário, permitiam a venda ou arrendamento dos ofícios vitalícios a quem eles eram dados. Também era lícita a sucessão de pai para filho. Em caso de doença incurável, era concedida ao serventuário vitalício licença para nomear sucessor, dando-lhe a terça parte dos rendimentos.

Para a investidura no cargo, o direito português exigia limpeza de sangue, maioridade (25 anos), cidadania, bons serviços, partes ou suficiência (instrução), estado (casado), idoneidade moral, capacidade físico-mental, isenção de culpa crime (folha corrida) e ser do sexo masculino.

No Brasil, com a divisão em capitânias hereditárias, era dado aos donatários, pelos forais, o poder de criar vilas e seus ofícios de governança, inclusive os tabeliães,

como se vê no foral de Duarte Coelho, para Pernambuco, e no de Martim Afonso de Sousa, para São Vicente.

Com o fracasso das capitânicas hereditárias e a unificação do governo do Brasil em um governo geral, foram os direitos modificados. No foral dado a Tomé de Sousa, em 17 de dezembro de 1548, não aparecem os direitos de provimento dos ofícios, mas, dos usos posteriores e de algumas cartas, podemos inferir que o governador-geral tinha poderes para fazer tabeliães interinos, por um ano, devendo o agraciado recorrer ao rei para alcançar a confirmação e receber carta, assinada por Sua Majestade e passada pela Chancelaria Real.

A carta de Francisco Bicudo, de novembro de 1554, diz que ele já servia, por comissão de Tomé de Sousa, no tempo capitão e governador-geral. Também a carta de Aleixo Lucas, de 20 de março de 1559, reza que ele apresentou a carta de Gomes de Aguiar, que tinha os ditos ofícios, a qual lhe fora passada por Tomé de Sousa quando governador-geral das partes do Brasil.

Com o tempo, pelo costume dos reis de recompensarem, nos filhos dos oficiais, os serviços dos pais que bem servissem os ofícios sem erro nem culpa, introduziu-se, pela chamada lei consuetudinária, o uso de se conceder a propriedade hereditária dos ofícios de Justiça e Fazenda. Desse costume muito se valeram as viúvas e filhas dos proprietários falecidos, para se beneficiarem dos rendimentos dos ofícios para sua subsistência, dote de casamento ou entrada em convento.

As serventias dos ofícios de Justiça e Fazenda, se não fossem dadas pelo rei, eram providas pelos governadores-gerais, vice-reis do Estado do Brasil, em virtude dos regimentos da Relação da Bahia, de 7 de março de 1609, da Relação do Estado do Brasil, de 12 de setembro de 1652, e dos capítulos 7º e 38º do Regimento de Roque da Costa Barreto, datado de 23 de janeiro de 1677, por provisões anuais passadas em seu nome, e sem irem à Chancelaria, observando-se este estilo até fins do ano de 1688.

Carta régia de 6 de agosto de 1681 proibiu a acumulação do exercício de dois ofícios e ordenou a quem estivesse nessa situação que renunciasse a um deles.

Foi recomendado ao governador-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, por carta de 5 de outubro de 1689, o seguinte estilo: os governadores-gerais e vice-reis proviam os ditos ofícios por um ano, ficando o provido na obrigação de, nesse período, recorrer ao rei pedindo carta de ofício. Os capitães de Sergipe e Ilhéus proviam por três meses, e os de Pernambuco e Rio de Janeiro, por seis, recorrendo os providos ao governador-geral, que concedia o provimento por um ano.

O decreto de 18 de maio de 1722 introduziu o provimento por donativos dos ofícios que vagassem e dos que se criassem e, enquanto não fossem providas as propriedades, eram nomeados serventuários que contribuía com a terça parte dos rendimentos, arbitrada por avaliação feita na Junta da Fazenda ou pelos governadores ou ouvidores das comarcas, dando-se disso fiança.

Em consequência da carta régia de 20 de abril de 1758, dirigida ao conselheiro Antônio de Azevedo Coutinho, passaram, a partir de 1761, a serem arrematadas as propriedades dos ofícios de Justiça na forma do direito antidoral e consuetudinário do Reino, e as serventias, por donativos trienais a quem mais oferecesse, dando-se, em nome do rei, carta com faculdade para se nomearem serventuários. Com a extinção da Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda, em 1767, voltou-se ao costume anterior.

Pela ordem régia de 6 de novembro de 1782, deviam os governadores e ouvidores remeter mapas dos ofícios existentes no Brasil, divididos em quatro classes: ofícios que se têm conferido por propriedade, por se acharem comprados; ofícios que se arremataram por donativos, por um ou três anos, ou contribuem com a terça parte dos rendimentos; ofícios dados por propriedade em razão de sucessão, sem serem comprados; e ofícios dados por serventia, sem pagar donativos.

Com a carta régia de 11 de dezembro de 1799, passaram as serventias de todos os ofícios vagos ou que viessem a vagar a serem arrematadas trienalmente por donativos, por quem desse mais.

Pelo decreto de 16 de novembro de 1808, voltou o príncipe regente a conceder a propriedade dos ofícios de Justiça aos criados da Casa Real.

O notariado brasileiro, ramificação do português, regeu-se, até a Independência, pela legislação geral do Reino, contida nas Ordenações, por leis extravagantes e por leis específicas para a colônia. As Ordenações Filipinas foram adotadas no Brasil independente pelo decreto de 20 de outubro de 1823, e nos serviram de código, em parte, até a entrada em vigor do Código Civil de 1917.

A primeira lei brasileira atinente ao notariado foi a de 11 de outubro de 1827, que aboliu a propriedade dos ofícios, transformando-a em serventia vitalícia. Seguiram-se numerosas leis, que foram, afinal, já nos últimos anos do Império, consolidadas pelo decreto nº 9.240, de 28 de abril de 1885, e respectivo regulamento, o qual, pode-se dizer, constitui o primeiro Código de Notariado Brasileiro, podendo nele ser percebida a influência da lei espanhola de 1862.

Relação dos Tabeliães do 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Notas

1565 a 1822

ADRIÃO DE LEMOS – 1º (1603-1608)
AMARO JOSÉ VIEIRA – 3º (1807-1808)
ANDRÉ CARDOSO PINTO – 3º (1624-1626)
ÂNGELA DE MENDONÇA – 2º (1685-1694)
ANTÔNIA MARIA FRANCA DE BARBUDA – 4º (1765-1783)
ANTÔNIO ANICETO DE BRITO E LIMA – 2º (1750-1753)
ANTÔNIO DA COSTA ARAÚJO – 2º (1742-1745)
ANTÔNIO DE ALMEIDA PEREIRA E CASTRO – 4º (1754-1761)
ANTÔNIO DE ANDRADE, *o velho* – 1º (1605-1663)
ANTÔNIO DE ANDRADE, *o moço* – 1º (1655-1697)
ANTÔNIO DE BARROS LEITE – 1º (1724-1725)
ANTÔNIO DE MENDONÇA – 2º (1628)
ANTÔNIO DE VELASCO TÁVORA (ou Xavier) – 2º (1756-1774)
ANTÔNIO FERRÃO CASTELO BRANCO – 2º (1734-1736)
ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA – 1º (1656-1669), 2º (1658), 3º (1680-1685), 4º (1659-1671)
ANTÔNIO MARQUES RABELO – 3º (1713-1714)
ANTÔNIO MARTINS DO COUTO – 1º (1697-1698), 3º (1701-1702)
ANTÔNIO PIMENTA DE ABREU – 3º (1610-1621)
ANTÔNIO RICARDO DA COSTA BRAVO – 4º (1753-1754)
ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA – 3º (1571-1587)
ANTÔNIO RODRIGUES PINHEIRO – 1º (1670-1671)
ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO – 1º (1735-1756)
ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO (homônimo) – 1º (1786-1832)
BALTAZAR DA CUNHA ARVELOS – 1º (1712-1714)
BALTAZAR FERNANDES – 2º (1567-1568)
BELCHIOR TAVARES – 3º (1587-1614)
BENTO LUÍS DE ALMEIDA – 1º (1733), 3º (1734-1737)
BENTO PINTO DA FONSECA – 3º (1745-1774)
BERNARDO DA SILVA CRUZ – 4º (1728-1735)
BERNARDO MARTINS ARANHA – 1º (1612)
CRISTÓVÃO CORREIA LEITÃO – 3º (1693-1737)
CRISTÓVÃO MOREIRA COELHO – 3º (1718)
CUSTÓDIO DA COSTA GOUVEIA – 4º (1731-1759)
DIOGO PEREIRA DA SILVA – 2º (1703-1704)
DIOGO RODRIGUES FERREIRA – 2º (1600-1601)

DIONÍSIO FRANCO BITO (ou Brito) – 4º (1716-1764)
DOMINGOS COELHO BRANDÃO – 4º (1762-1782)
DOMINGOS COELHO CASTELO BRANCO – 1º (1658)
DOMINGOS DA GAMA PEREIRA – 4º (1655-1666)
DOMINGOS RODRIGUES TÁVORA – 3º (1703-1708)
EUGÊNIO DE SOUSA NEVES – 3º (1708)
EUGÊNIO MARTINS – 2º (1745-1748)
FAUSTINO SOARES DE ARAÚJO – 2º (1792-1809)
FELIPE DE CAMPOS – 1º (1640)
FERNANDO PINTO DE ALMEIDA – 3º (1768-1772)
FRANCISCO BARBOSA – 2º (1635-1638)
FRANCISCO COELHO DA SILVA – 2º (1746-1757)
FRANCISCO DA COSTA E ARAÚJO – 3º (1731-1732)
FRANCISCO DA COSTA MOURA – 1º (1672-1676)
FRANCISCO DA ROCHA – 1º (1615)
FRANCISCO DE ARAÚJO FRASÃO DE SOUSA – 1º (1754-1755)
FRANCISCO DE SOUSA COUTINHO – 2º (1665-1672)
FRANCISCO FERNANDES – 3º (1567-1569)
FRANCISCO GOMES – 1º (1584-1593)
FRANCISCO LEÃO DE SÁ – 3º (1685-1692)
FRANCISCO LOPES – 1º (1583-1584), 3º (1580-1587)
FRANCISCO NUNES ESCOBAR – 2º (1650-1652)
FRANCISCO XAVIER DA SILVA – 1º (1735-1751), 4º (1731-1732)
GARCIA FERREIRA – 2º (1588)
GASPAR DE CARRILHO – 4º (1697-1698)
GASPAR DE CARVALHO SOARES – 3º (1639-1664)
GASPAR RODRIGUES DE GÓES – 3º (1566)
GEORGE DE SOUSA COUTINHO – 2º (1718-1745)
GONÇALO DE AGUIAR – 2º (1577-1618)
HENRIQUE JOSÉ PENHA – 1º (1734-1735)
INÁCIO JOAQUIM DA CUNHA KELLY – 3º (1794-1810)
INÁCIO MIGUEL PINTO CAMPELO – 4º (1794-1802)
INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO – 1º (1757-1795)
INÁCIO DE PEIXOTO DE CARVALHO E MELO – 2º (1613)
INOCÊNCIO CORREIA – 2º (1630-1635)
JACINTO PEREIRA – 2º (1627-1629)
JERÔNIMO FEIJÓ (ou Feio) – 1º (1638-1641)
JOANA LUÍSA DE MENDONÇA – 3º (1744-1745)
JOÃO CAETANO MOREIRA – 1º (1811)

JOÃO ÁLVARES DE SOUSA – 1º (1681-1682), 2º (1680-1703)
JOÃO ANTÔNIO CORREIA – 2º (1639-1646)
JOÃO ANTÔNIO PINTO DA CUNHA – 1º (1616)
JOÃO ANTUNES – 2º (1667-1669)
JOÃO CARLOS PEREIRA DO LAGO – 1º (1822-1827)
JOÃO CORREIA XIMENES – 4º (1676-1712)
JOÃO DA FONSECA – 3º (1569-1571)
JOÃO DA SILVA DO ROSÁRIO – 1º (1742)
JOÃO DE ANHAIA – 1º (1606), 3º (1608)
JOÃO DE BRITO GARCEZ – 2º (1624-1629)
JOÃO DE CARVALHO E MATOS – 4º (1701-1721)
JOÃO DE CARVALHO SOARES – 3º (1674-1679)
JOÃO DE MELO CASTELO BRANCO – 2º (1768-1775)
JOÃO FALCÃO DE MENDONÇA – 4º (1721-1724)
JOÃO NEPOMUCENO DE ASSIS – 2º (1803-1807), 4º (1810-1813)
JOÃO PEDRO DA SILVA – 2º (1763-1765), 3º (1765-1768)
JOÃO SOARES FERRÃO – 3º (1684-1685)
JOAQUIM CARLOS DA ROCHA PITA – 1º (1804-1811), 2º (1792)
JOAQUIM DA SILVA LISBOA – 4º (1761-1762)
JOAQUIM JOSÉ DE CASTRO – 2º (1807-1853)
JORGE DE SOUSA [COUTINHO], *o velho* – 2º (1614-1668)
JORGE DE SOUSA COUTINHO, *o moço* – 2º (1665-1681)
JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS AMENO – 1º (1811-1820)
JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DO LAGO – 1º (1820)
JOSÉ ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO – 3º (1796-1808)
JOSÉ COELHO ROLLEEN WAN DECK – 4º (1783-1794)
JOSÉ CORREIA XIMENES – 1º (1661-1666), 4º (1666-1676)
JOSÉ CORREIA XIMENES, *filho* – 4º (1692-1699)
JOSÉ COUCEIRO DE OLIVEIRA – 3º (1702-1703)
JOSÉ DA CUNHA AZEREDO (ou Azevedo) COUTINHO E SOUSA – 4º (1809-1810)
JOSÉ DA SILVA CORREIA – 3º (1742)
JOSÉ DE ARAÚJO DE AGUIAR – 2º (1741-1742)
JOSÉ DE FARIAS DE MAGALHÃES – 4º (1782-1783)
JOSÉ DE SIQUEIRA DE VILAFORTE – 3º (1710-1711)
JOSÉ DE VARGAS PIZARRO – 1º (1714-1716), 2º (1731; 1736-1738)
JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES DE ARAÚJO – 3º (1779-1795)
JOSÉ FERREIRA DE NORONHA – 1º (1731-1733)
JOSÉ FRANCISCO DE PAULA – 2º (1808-1825)
JOSÉ GOMES DE ANDRADE – 3º (1714)

JOSÉ GOMES DE MIRANDA – 4º (1740-1744)
JOSÉ LUÍS DE MENESES COUTINHO – 2º (1791-1792)
JOSÉ MARQUES DA SILVA – 3º (1718)
JOSÉ MARTINIANO DE OLIVEIRA – 4º (1793-1794)
JOSÉ MONTEIRO – 3º (1738-1739)
JOSÉ PIRES GARCIA – 3º (1808-1841)
JOSÉ RIBEIRO SALVADO – 4º (1723-1732)
JOSÉ RODRIGUES PINHEIRO – 2º (1807)
JOSÉ TOMÁS DA SILVA ARAÚJO – 2º (1797)
JULIÃO RANGEL DE SOUSA COUTINHO, *o velho* – 2º (1694-1720)
JULIÃO RANGEL DE SOUSA COUTINHO, *o moço* – 2º (1720-1747)
LEONARDO CARDOSO DA SILVA – 3º (1737-1741)
LUÍS DA COSTA MOREIRA – 1º (1709-1712), 4º (1699-1701)
LUÍS DA SILVA RAMOS – 1º (1751-1760), 3º (1765)
LUÍS DE OLIVEIRA TÁVORA – 1º (1622-1623)
LUÍS GODINHO CORREIA – 3º (1711-1713)
LUÍS INÁCIO DA CUNHA KELLY – 3º (1810-1846)
LUÍS JOSÉ FERREIRA LEITE – 4º (1821-1824)
LUÍS LOPES DE CARVALHO – 2º (1690-1695), 4º (1710)
LUÍS MACHADO DE LOUREIRO – 2º (1577)
LUÍS MANUEL DE FARIA – 3º (1740-1748)
LUÍS VIANA DE SOUSA GURGEL DO AMARAL – 2º (1765-1768)
MANUEL ÁLVARES DO COUTO – 1º (1685-1707)
MANUEL CARDOSO LEITÃO – 3º (1674-1690)
MANUEL CORREIA DOS SANTOS – 4º (1673)
MANUEL DA COSTA MOURA – 1º (1681-1685), 2º (1681-1687)
MANUEL DA SILVA COUTINHO – 3º (1751-1753)
MANUEL DE CARVALHO SOARES – 3º (1652-1674)
MANUEL DE LEMOS BARBOSA – 2º (1708-1717)
MANUEL DE VASCONCELOS VELHO – 1º (1716-1731)
MANUEL DIAS VELASQUES – 1º (1701-1702), 4º (1702-1703)
MANUEL FERREIRA SOARES – 1º (1615)
MANUEL FREIRE RIBEIRO – 3º (1772-1779), 4º (1761-1762)
MANUEL GOMES – 2º (1568-1577)
MANUEL MARQUES PERDIGÃO – 4º (1801-1830)
MANUEL MOURATO – 2º (1613)
MANUEL DE NOVAIS SOARES – 3º (1757)
MANUEL PINTO BARCELAR – 2º (1667-1669)
MANUEL RODRIGUES DE MORAIS – 1º (1707-1709), 2º (1704-1707)

MANUEL RODRIGUES MONTEIRO – 4º (1754)
MANUEL SALGADO DA CRUZ – 1º (1731-1733)
MANUEL VELHO DAS NEVES – 1º (1614)
MATEUS JORGE DA COSTA – 4º (1717-1720)
MIGUEL DE CARVALHO – 3º (1619-1643)
MIGUEL FERRÃO – 2º (1565-1567)
PEDRO DA COSTA, *o moço* – 1º (1650-1651) , 4º (1655-1662)
PEDRO DE MATOS – 1º (1723-1724)
PERO DA COSTA – 1º (1565-1605)
RAFAEL DE CARVALHO – 1º (1620)
SALVADOR ANTÔNIO DE VELASCO TÁVORA – 2º (1759-1762)
SALVADOR CORREIA LEITÃO – 3º (1732-1742)
SEBASTIÃO DE PONTE DO QUINTAL – 3º (1617-1619)
SEBASTIÃO SERRÃO FREIRE – 2º (1660)
SEBASTIÃO TAVARES DE FIGUEIREDO – 3º (1611)
SEVERINO FERREIRA DE MACEDO – 2º (1745-1746), 3º (1727-1737), 4º (1724)
SILVESTRE DA COSTA PINTO – 3º (1718)
SIMÃO PEREIRA BARRETO – 2º (1775-1792)
TOMÁS FREIRE DE ANDRADE – 3º (1714-1715)
TOMÁS PINTO DA SILVA – 2º (1748-1753)
VICENTE DE ANDRADE – 1º (1645-1647)
VICENTE DE ANDRADE (homônimo) – 3º (1715-1724)
VICENTE JOSÉ DE VELASCO MOLINA – 2º (1778-1792)

*Primeiro Ofício*¹

1) PERO DA COSTA (1565-1605)

Pero da Costa, primeiro tabelião da cidade do Rio de Janeiro, veio da Bahia na frota de Estácio de Sá, em 1560, para combater os franceses. Voltou a defender a cidade em 1565, estabelecendo-se com mulher e filhos. Era pai do padre Baltazar da Costa, que recebeu, em 17 de novembro de 1603, confirmação de uma sesmaria em Campo Grande.²

Foi provido pelo governador-geral do Brasil, Mem de Sá, na propriedade dos ofícios de tabelião do Público e Judicial e Notas, em recompensa de seus serviços na armada de Estácio de Sá, bem como na edificação e defesa da cidade do Rio de Janeiro.³

Em 20 de setembro de 1565, recebeu de Mem de Sá nova provisão, concedendo-lhe a propriedade dos ofícios de escrivão das Sesmarias e tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, com a condição de largar o ofício de tabelião do Público e Judicial.⁴ Pero da Costa recorreu contra a desanexação dos dois ofícios, mas não foi atendido por Mem de Sá.

Em 14 de setembro de 1566, tomou posse e prestou juramento dos novos ofícios perante o capitão-mor Estácio de Sá e o juiz Pedro Martins Namorado, quando fez, então, a renúncia do ofício de escrivão do Público e Judicial,⁵ dando fiança para o exercício dos referidos cargos em 16 de setembro do mesmo ano.⁶

Estácio de Sá, por provisão de 6 de novembro de 1566, encarregou-o da guarda do Selo das Armas da Cidade,⁷ tendo sido confirmado nesta função por Mem de Sá, em 5 de abril de 1567,⁸ e, posteriormente, pelo governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, em 27 de agosto de 1569.⁹

1 Nota explicativa do autor à primeira parte da obra, publicada em 1965: “Parece ter havido mistura dos papéis dos cartórios com os do 1º, daí aparecerem, neste *Elenco*, muitas vezes, neste ofício serventuários que, pelas provisões, funcionam também em outros. Tendo em vista o achamento dos documentos, colocamo-los em ambos. Outras vezes, significa que houve transferência durante o ano” (p. 26).

2 RIO DE JANEIRO (Capitania), Governador, *Tombo das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro: 1594-1595, 1602-1605*, p. 192-195.

3 Não nos restou a primeira provisão passada a Pero da Costa, por faltarem as primeiras folhas do Livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, cujo traslado, feito em 1750, encontra-se no ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Primeiro, segundo e terceiro livros de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro (1565-1592), códice 16.2.17.

4 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Primeiro livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, códice 16.2.17, fls. 7v-8v; LISBOA, Baltazar da Silva, *Anais do Rio de Janeiro*, v. I, p. 106.

5 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Segundo livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, códice 16.2.17, fls. 63-64; ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro*, v. 2 (1895), p. 270.

6 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Segundo livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, códice 16.2.17, fls. 64-65.

7 Ibidem, fls. 96-96v.

8 Ibidem, fls. 96v-97.

9 Ibidem, fls. 97-97v.

Em 1567, por provisão passada em 30 de janeiro, na Bahia, sem embargo do exercício das funções de tabelião de Notas, foi encarregado por Mem de Sá das funções de tesoureiro dos Defuntos e Ausentes.¹⁰

Foi nomeado, em 1570, por Salvador Correia de Sá, para o cargo de escrivão dos Órfãos, no qual tomou posse em 22 de outubro e prestou fiança em 30 de outubro do mesmo ano.¹¹

Em 1571, tendo em vista a impossibilidade de acumular os ofícios de escrivão dos Órfãos com o de tesoureiro dos Defuntos, Mem de Sá, por provisão de 11 de outubro de 1571, concedeu a serventia da escrivania dos Órfãos a Julião Rangel, que então se achava na cidade de Salvador.¹²

Em virtude de alvará passado pelo rei d. Sebastião, em 11 de janeiro de 1574, recebeu, por carta régia de 11 de maio de 1576,¹³ a mercê de confirmação da propriedade dos ofícios de tabelião de Notas e escrivão dos Órfãos, além de ser agraciado com a comenda de cavaleiro.

Exerceu ainda outros cargos públicos. Foi procurador da Câmara, em 1569, e várias vezes eleito vereador, no período de 1576 a 1592.¹⁴

No exercício de suas funções como tabelião, deu, solenemente, posse das terras de Barro Vermelho, em Niterói, ao índio Martim Afonso de Sousa, dito Arari-bóia, em 22 de novembro de 1573.¹⁵

Segundo o escrivão Adrião de Lemos, seu sucessor no ofício de escrivão das Sesmarias, em declaração registrada ao final da carta de sesmaria dada a Afonso Gonçalves, Pero da Costa deve ter falecido antes de 8 de fevereiro de 1605.¹⁶

No Arquivo Nacional, restam dois volumes dos livros de registros de sesmarias de sua lavra,¹⁷ que foram editados na série Publicações Históricas

10 Ibidem, Primeiro livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, códice 16.2.17, fls. 19v-20v.

11 Ibidem, Segundo livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, códice 16.2.17, fls. 131-132.

12 Ibidem, fls. 142-148; ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 4, n. 1 (jan. 1897), p. 341-342. Apesar do embargo apresentado pelo titular, esta decisão foi mandada cumprir pelo governador Salvador Correia de Sá, sendo Pero da Costa notificado a fazer a entrega do cartório e seu inventário ao novo escrivão dos Órfãos.

13 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Sebastião e d. Henrique, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 37, fls. 95v-96; ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 1 (1894), p. 17-18; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Rio de Janeiro no século XVI*, v. II, p. 114.

14 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*, p. 139.

15 SILVA, Joaquim Norberto de Sousa, Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro, p. 307-308. O auto de posse não traz o nome do tabelião, e foi dado nas costas da própria carta de sesmaria lavrada por Pero da Costa, em 16 de maio de 1568.

16 RIO DE JANEIRO (Capitania), Governador, *Tombos das cartas de sesmarias...*, p. 221. Monsenhor Pizarro, que publicou o índice das sesmarias que ainda encontrou no seu cartório, atribui esta data à sesmaria concedida a Afonso Gonçalves. O original existente no Arquivo Nacional encontra-se incompleto, e nele se considera a data de 26 de outubro de 1604, referente ao despacho do governador que concedeu a sesmaria. É possível que este titular tenha falecido neste intervalo de tempo, entre a data do despacho e a do registro da sesmaria.

17 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 24-25.

da mesma instituição sob o título *Tombos das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro*: 1594-1595, 1602-1605.¹⁸

Na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional (BN), encontram-se, igualmente, dois volumes de registros de sesmarias deste mesmo tabelião, os quais foram transcritos para serem publicados, originalmente, nos *Anais* da mesma biblioteca.¹⁹

2) FRANCISCO LOPES (1583-1584)

Consta como tabelião do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, em 1583 e 1584, tendo lavrado, em 26 de julho de 1583, a provisão e juramento de Julião Rangel no cargo de ouvidor da cidade do Rio de Janeiro²⁰ e concertado, em 25 de agosto de 1584, com o tabelião Pero da Costa, o traslado da carta de sesmaria de Cristóvão de Barros.²¹

Funcionou também como tabelião do Público e Judicial, nos anos de 1580, 1584, 1586 e 1587, tendo transcrito diversas escrituras no livro de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro,²² entre as quais o aforamento das terras do Tambeí, no rio Macacu, aos herdeiros de Baltazar Fernandes, em 3 de fevereiro de 1587.²³

3) FRANCISCO GOMES (1584-1593)

Como tabelião no Rio de Janeiro, concertou com Gonçalo de Aguiar, em 1584, o traslado do auto de medição e demarcação das terras dos padres da Companhia de Jesus localizadas na parte do rio Macacu,²⁴ que fora lavrado em 6 de setembro daquele ano.

Em 12 de outubro de 1593, passou escritura de venda de terras a Jerônimo Monteiro, no Iguaçu.²⁵

4) ADRIÃO DE LEMOS (1603-1608)

Foi escrivão da Câmara e tabelião de Notas no Rio de Janeiro, tendo servido no 1º Ofício de Notas a partir de 1603, no impedimento de Pero da Costa, e, em agosto daquele ano, fez a demarcação das terras do Iguaçu.²⁶

18 RIO DE JANEIRO (Capitania), Governador, *Tombos das cartas de sesmarias...*

19 TOMBO das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-1574) e Salvador Correia de Sá (1578-1579).

20 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Terceiro livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, códice 16.2.17, fls. 156-157.

21 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 147-149 e 193-195.

22 Ibidem, p. 121-124, 138-139, 272-273 e 287-288. Em 30 de agosto de 1580 e 31 de outubro de 1586, funcionava na mesma Nota em que Belchior Tavares atuou em 1587, isto é, no 3º Ofício.

23 Ibidem, p. 138-139.

24 Ibidem, p. 202-203.

25 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo*: 1688-1793, p. 18. A fonte não menciona o nome do tabelião que lavrou a escritura.

26 Fonte não identificada.

Com a morte do titular, passou a servir também, a partir de 1605, na escritania das Sesmarias.²⁷

Em 3 de julho de 1608, ainda constava como escrivão das Sesmarias, lavrando o traslado da carta de sesmaria de Guapiaçu concedida a Francisco Álvares, *o moço*, Antônio Fernandes de Góis e Francisco Álvares de Góis, extraída de seu próprio livro e do livro de tombo das Sesmarias.²⁸

5) ANTÔNIO DE ANDRADE, *o velho* (1605-1663)

Recebeu, em 16 de maio de 1604, alvará do ofício de escrivão dos Órfãos do Rio de Janeiro.²⁹

Em 29 de março de 1606,³⁰ foi provido na serventia dos ofícios de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias pelo governador-geral, conde de Atouguia, mas já vinha exercendo os cargos desde 1605, quando lançou o seu sinal público.³¹

Com a vacância do cartório do 1º Ofício de Notas, em razão do falecimento de Pero da Costa, recebeu por carta régia de d. Felipe I, em 9 de janeiro de 1607,³² a propriedade dos ofícios de tabelião de Notas e escrivão dos Órfãos e Sesmarias e, em 14 de agosto de 1608, a propriedade dos ofícios de escrivão dos Defuntos do Rio de Janeiro.³³

Em 24 de dezembro de 1609, seu cartório e residência estavam localizados na várzea de Nossa Senhora do Carmo, indo da praia para Santo Antônio.³⁴

Recebeu sesmarias no rio Pacocáia, em 6 de junho de 1614, e em 26 de março de 1616, trezentas braças de terras no Guaguaçu, atual Iguaçu.³⁵

Em 1638 e 5 de março de 1644, em consulta ao Conselho Ultramarino, fez petição a el-rei, solicitando mercê de licença para renunciar a propriedade dos ofícios em sua vida ou em sua morte, em favor de um de seus filhos ou de pessoa que casasse com uma de suas filhas.³⁶

27 RIO DE JANEIRO (Capitania), Governador, *Tombo das cartas de sesmarias...*, p. 219-223.

28 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo da capitania do Rio de Janeiro, p. 365-368.

29 INVENTÁRIO dos documentos relativos ao Brasil, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, p. 55.

30 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 1.

31 Fonte não identificada.

32 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Felipe II, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 11, fls. 200-200v; INVENTÁRIO dos documentos relativos ao Brasil..., p. 59 e 65. Nos *Anais*, esta carta régia encontra-se referenciada com duas datas diferentes.

33 INVENTÁRIO dos documentos relativos ao Brasil..., p. 60.

34 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 26, fls. 60-61.

35 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraídas dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho de 1565 a 1796*, p. 116.

36 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729*, p. 20, n. 178-179; p. 32, n. 287.

Em 22 de julho de 1644,³⁷ foi-lhe concedida a mercê da renúncia dos ofícios de escrivão dos Órfãos e Sesmarias do Rio de Janeiro e passado alvará de lembrança para seu filho Antônio de Andrade, *o moço*.

Em 10 de dezembro de 1644³⁸ e 1645,³⁹ o Conselho Ultramarino tornou a apreciar novos requerimentos relativos à renúncia dos ofícios dos quais era proprietário, em favor de seu filho, e à serventia dos mesmos para seu sobrinho, Vicente de Andrade, filho de sua irmã viúva, durante a menoridade de seu filho Antônio de Andrade.

Com faculdade, renunciou, em favor de seu sobrinho Vicente de Andrade, em 1647, a serventia dos ofícios de escrivão dos Órfãos e dos Defuntos e Ausentes, sendo-lhe passado, em 2 de outubro do mesmo ano, alvará de lembrança do ofício de escrivão dos Defuntos e Ausentes e, em 10 de dezembro, o alvará de lembrança do ofício de escrivão dos Órfãos do Rio de Janeiro.⁴⁰

Nos livros que restam deste cartório, aparece a assinatura deste titular no período de 1609 a 1653.⁴¹

Encontramos também, no Arquivo do Mosteiro de São Bento, alguns documentos da lavra deste tabelião, entre os quais a aprovação do testamento de Isabel de Aguiar, viúva de Gaspar de Carvalho, assinada em 6 de julho de 1626.⁴²

Antônio de Andrade, *o velho*, deve ter falecido em 1663, pois em janeiro de 1664 já constava nesta condição, segundo informação prestada pelo ouvidor-geral Sebastião Cardoso de Sampaio ao Conselho Ultramarino, remetendo a lista dos cargos e ofícios de Justiça da capitania do Rio de Janeiro.⁴³

6) JOÃO DE ANHAIA (1606)

Serventuário do 1º Ofício de Notas, em 21 de junho de 1606 passou escritura de venda de cinquenta braças de terras localizadas no rio Guaguaçu, atual Iguaçu.⁴⁴

Em 9 de abril de 1608, como escrivão do Público e Judicial, com exercício no 3º Ofício de Notas, lavrou com Belchior Tavares escritura de doação feita pelo governador Martim Correia de Sá e pela Câmara do Rio de Janeiro aos religiosos

37 CATÁLOGO dos documentos..., p. 80; INVENTÁRIO dos documentos relativos ao Brasil..., p. 135.

38 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 39, n. 355.

39 Ibidem, p. 43, n. 390.

40 CATÁLOGO dos documentos..., p. 84; ibidem, p. 80; INVENTÁRIO dos documentos relativos ao Brasil..., p. 151.

41 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 26-30.

42 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 859-6; SILVA-NIGRA, (dom) Clemente Maria da, *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, p. 239*-242*.

43 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 105, n. 972-973.

44 Fonte não identificada.

franciscanos, para edificação do convento de Santo Antônio, terras que anteriormente haviam sido doadas por Crispim da Costa e sua mulher, Isabel de Mariz, aos religiosos do convento do Carmo.⁴⁵

Nesse mesmo ano, em 15 de junho, recebeu, com Jorge de Sousa, o padre Antônio Pinto e Baltazar de Seixas Rabelo, terras de sesmarias no rio Macacu.⁴⁶

7) BERNARDO MARTINS ARANHA (1612)

Passou, em 7 de junho de 1612, pública-forma da carta de sesmaria do Rossio da cidade do Rio de Janeiro, onde se encontra o seu sinal público.⁴⁷

8) MANUEL VELHO DAS NEVES (1614)

Em 13 de maio de 1614, como tabelião, dá posse ao Mosteiro de São Bento das terras doadas por Belchior Tavares e sua mulher, Margarida de Figueiredo, em Inaiatiba (Urubupia), Campo Grande.⁴⁸

9) MANUEL FERREIRA SOARES (1615)

Aparece, em 23 de abril de 1615, como tabelião, passando escritura, como consta no livro de tombo do Mosteiro de São Bento.⁴⁹

10) FRANCISCO DA ROCHA (1615)

Foi tabelião do 1º Ofício de Notas, funcionando como substituto de Antônio de Andrade, *o velho*.

Nos livros daquele cartório recolhidos ao Arquivo Nacional, encontram-se algumas escrituras de sua lavra no período de 7 de junho a 18 de agosto de 1615, entre as quais uma escritura de venda de partido de cana-de-açúcar feita por Francisca do Amaral ao licenciado Manuel Dias, em 15 de junho de 1615.⁵⁰

11) JOÃO ANTÔNIO PINTO DA CUNHA (1616)

Em 1616, encontrava-se servindo os ofícios de escrivão dos Órfãos e da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, e de tabelião do Público e Notas, por indicação do

45 MORAES FILHO, Alexandre José de Mello, *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliárquica e política do império do Brasil*, tomo I, parte 2, p. 272-274, nota.

46 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, op. cit., p. 112.

47 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 433-11. Fonte não confirmada, por se encontrar o documento extraviado.

48 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, Dietário, códice 1.161, p. 9.

49 MACEDO, Deoclécio Leite de. *Sexto livro do tombo*, p. 254.

50 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 29.

proprietário Antônio de Andrade, *o velho*, sendo-lhe passada provisão em 29 de março de 1616, pelo conde de Atouguia, governador-geral do Brasil.⁵¹

O mesmo proprietário, alegando estar muito velho, recorreu ao Conselho Ultramarino pedindo a confirmação deste serventuário nos referidos cargos, por ser pessoa experiente e já ter servido com bom procedimento outros ofícios nas capitânicas do Rio de Janeiro e de São Vicente.⁵²

12) RAFAEL DE CARVALHO (1620)

Tabelião substituto de Antônio de Andrade, *o velho*, lavrou como escrivão público de Notas vários traslados no livro de tombo do convento dos Carmelitas, no ano de 1620, em 4 de abril e 30 de dezembro, juntamente com o escrivão da Ouvidoria, Pedro da Costa, *o moço*.⁵³

13) LUÍS DE OLIVEIRA TÁVORA (1622-1623)

Funcionou como tabelião no 1º Ofício de Notas, passando, em 1622, a carta de sesmaria de Gonçalo Correia de Sá, concedendo datas de terras situadas além da Tijuca, no Camorim.⁵⁴

Em 27 de outubro de 1623, aprovou o testamento de Gaspar de Carvalho.⁵⁵

14) JERÔNIMO FEIJÓ (ou Feio) (1638-1641)

Funcionou como tabelião no 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro.

No exercício desta função, aprovou, em 6 de setembro de 1638, o testamento de Manuel Tavares, existente no arquivo do Mosteiro de São Bento, onde deixou seu sinal público.⁵⁶

Em 1641, lavrou, a pedido de André Tavares, o traslado de carta de sesmaria dada por Estácio de Sá a Cristóvão de Barros, em 14 de outubro de 1576.⁵⁷

Nos livros do 1º Ofício de Notas, encontram-se escrituras lavradas por este serventuário no ano de 1641, no período de 24 de janeiro a 23 de março.⁵⁸

51 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 1,2, 21/3/1616. Fonte não confirmada.

52 Idem.

53 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 226-240, 332-347.

54 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, op. cit., p. 118.

55 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 954-4; SILVA-NIGRA, (dom) Clemente Maria da, op. cit., p. 284*.

56 Fonte não identificada.

57 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 215-218. O escriba que copiou o tombo dos Carmelitas transcreveu seu nome por Hierônimo Feio.

58 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 35.

15) FELIPE DE CAMPOS (1640)

Foi serventuário do 1º Ofício de Notas, em 1640, exercendo as funções de tabelião público e escrivão das Sesmarias.

No exercício de suas funções, passou traslado, em 26 de janeiro de 1640, da carta de sesmaria que fora dada por Salvador Correia de Sá a Cristóvão de Barros, em Magé, a 28 de julho de 1579.⁵⁹

16) VICENTE DE ANDRADE (1645-1647)

Sobrinho de Antônio de Andrade, *o velho*, proprietário do cartório do 1º Ofício de Notas, e primo de Antônio de Andrade, *o moço*, serviu no presídio do Rio de Janeiro, anteriormente a 1637.⁶⁰

Em 1644 e 1645, seu tio requereu licença para nomeá-lo na serventia dos ofícios de escrivão dos Órfãos, Notas e Sesmarias, durante a menoridade de seu primo, Antônio de Andrade, *o moço*,⁶¹ onde passou então a servir nos impedimentos daquele titular.

Em 1647, requereu ao Conselho Ultramarino para continuar na serventia dos ofícios de escrivão dos Órfãos e da Fazenda dos Defuntos e Ausentes,⁶² que já servia desde 1645, tendo recebido, em 2 de outubro daquele ano, alvará de lembrança da serventia do ofício de escrivão dos Defuntos e Ausentes e, em 10 de dezembro, o alvará de lembrança do ofício de escrivão dos Órfãos do Rio de Janeiro.⁶³

A partir de 1715, consta um outro Vicente de Andrade, seu homônimo, no 3º Ofício de Notas, do qual era proprietário Cristóvão Correia Leitão.

17) PEDRO DA COSTA, *o moço*⁶⁴ (1650-1651)

Pedro da Costa, o qual, para distinguirmos do 1º tabelião do Rio de Janeiro, denominamos “*o moço*”, aparece, desde 1616, ocupando vários ofícios de Justiça na cidade do Rio de Janeiro.

Como meirinho do Campo, dá posse das terras do Suruí aos religiosos do convento do Carmo, em 17 de outubro de 1616, conforme registrado no livro de tombo dos Carmelitas.⁶⁵

59 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 218-221.

60 Anotações do autor.

61 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 39, n. 355; p. 43, n. 390.

62 Ibidem, p. 67, n. 611.

63 CATÁLOGO dos documentos..., p. 84.

64 Assina nos livros de escrituras como Pero da Costa.

65 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 232-233.

Em 1620, aparece atuando como escrivão da Ouvidoria Geral, concertando traslados de escrituras no livro de tombo dos Carmelitas, com os tabeliães Rafael de Carvalho⁶⁶ e Antônio Pimenta de Abreu.⁶⁷

Em 1626, constava como escrivão das Medições.⁶⁸

Como tabelião do Público e Judicial e Notas, encontramos registros de sua atuação a partir de 1642, quando lavra escritura de venda de casas que fez Luís de Freitas Matoso ao Colégio de Jesus, em 26 de maio daquele ano.⁶⁹

Em 11 de julho de 1643, lançou no livro de tombo dos Carmelitas a escritura de doação de uma casa de sobrado e várias datas de terras que fizeram, em 30 de junho, Miguel Aires Maldonado e sua mulher, Bárbara Pinta, aos religiosos daquela ordem.⁷⁰

Encontramos, ainda, registros de sua atuação como tabelião no período de 1644 a 1654, nos livros de tombo dos Carmelitas⁷¹ e dos Jesuítas,⁷² na maioria dos quais se encontram exemplares de seu sinal público.

No Mosteiro de São Bento, acham-se diversos documentos de sua lavra, entre os quais a aprovação do testamento de Antônio Vaz de Oliveira, em 13 de maio de 1643,⁷³ o termo de abertura e aprovação do testamento do capitão Miguel Riscado, um dos sete capitães fundadores da capitania de Campos dos Goitacases, em 1648,⁷⁴ e a aprovação do testamento de Catarina de Almeida, em 23 de junho de 1651.⁷⁵

Ocupou a serventia do 4º Ofício de Notas do Rio de Janeiro a partir de 1655, quando o capitão Domingos da Gama Pereira, proprietário daquele ofício, pediu licença para nomeá-lo serventuário durante seu impedimento, por se achar servindo no posto de sargento-mor, numa companhia de infantaria.⁷⁶

Foi nomeado, sucessivamente, nesta serventia por dois anos, em 6 de outubro de 1655, e por três anos, em 3 de dezembro de 1657, prorrogando-se seu exercício até 1662.⁷⁷

66 Ibidem, p. 226-240, 262-269, 332-347 e 378-394.

67 Ibidem, p. 240-242.

68 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 276-278.

69 Ibidem, p. 285-286. Funcionaria, então, no 2º ou 3º Ofício de Notas, já que o 4º ainda não havia sido criado e o 1º não tinha função judicial.

70 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo da capitania do Rio de Janeiro, p. 332-334.

71 Ibidem, p. 365-368.

72 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 27-32, 190-194, 204-263, 281-299 e 303-338. Por lapso deste titular, consta na página 236, em lugar do ano em que foi feito o traslado (1651), o ano da escritura (1620), ocasionando equívocos quanto ao período em que exerceu as funções de tabelião.

73 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 937-2.

74 Ibidem, doc. 871-3; SILVA-NIGRA, (dom) Clemente Maria da, *Construtores e artistas...*, p. 244*.

75 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 956-4; TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 334.

76 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 3, n. 123. Fonte não confirmada.

77 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 85, n. 758.

Nos livros restantes do 1º Ofício de Notas, assinou escrituras no período de 23 de março a 24 de abril de 1651.⁷⁸ É provável que tenha funcionado neste ofício a partir de outubro de 1650, pois concorda com o tabelião Antônio de Andrade, *o velho*, proprietário do cartório, traslado de escritura em 24 daquele mês.⁷⁹

De sua atuação no 4º Ofício de Notas, resta um único livro, no qual se encontram escrituras de sua lavra no período de 2 de maio de 1658 a março de 1659.⁸⁰

Faleceu em 1664.⁸¹

18) ANTÔNIO DE ANDRADE, *o moço* (1655-1697)

Filho do tabelião homônimo, que foi o segundo proprietário do cartório do 1º Ofício de Notas, ainda era menor de idade em 1638, quando seu pai pediu licença para renunciar em seu nome a propriedade dos referidos cargos,⁸² tendo recebido, em 1644, o alvará de lembrança dos ofícios de escrivão dos Órfãos e Sesmarias.⁸³

Ocupou por diversas vezes a serventia dos ofícios de tabelião das Notas e escrivão das Sesmarias, tendo lavrado, em 6 de junho de 1655, a escritura de doação, feita por Maria Dantas, viúva de Miguel de Carvalho Souto, aos religiosos do Carmo, da capela e terras do Morro da Conceição, depois passadas à Mitra.⁸⁴

Em 28 de setembro de 1659, o rei d. Afonso VI concedeu-lhe carta de propriedade do ofício de escrivão da Fazenda dos Defuntos e Ausentes da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.⁸⁵

Em 27 de setembro de 1663,⁸⁶ recebeu, em Lisboa, do mesmo soberano, a carta de propriedade dos ofícios de escrivão dos Órfãos, Notas e Sesmarias, com cumprimento na cidade do Rio de Janeiro a partir de 29 de março de 1664. Na mesma data, tomou posse e prestou juramento para o exercício dos cargos, e os autos foram registrados pelo escrivão da Câmara Jorge de Sousa Coutinho, em 1º de abril de 1664.⁸⁷

78 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 38.

79 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 221-222.

80 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 43. Encontramos na documentação dos cartórios atualmente recolhida ao Arquivo Nacional indícios de mistura de livros dos Ofícios de Notas, como o do presente caso.

81 Fonte não identificada.

82 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 20, n. 178-179.

83 CATÁLOGO dos documentos..., p. 80.

84 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. III, p. 66.

85 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 27, fls. 207v-208; ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Provisões e registros (1661-1667), códice 16.2.21, fls. 22-23.

86 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Provisões e registros (1661-1667), códice 16.2.21, fls. 84-85.

87 Ibidem, fls. 85-86.

Em 2 de setembro de 1669, passou a escritura de venda a Brites de Lemos, viúva do governador Agostinho Barbalho, de sua sepultura no Mosteiro de São Bento, onde se encontra seu sinal público,⁸⁸ e, em 10 de janeiro de 1679, aprovou o testamento de Maria Ferreira.⁸⁹

Em 12 de maio de 1683,⁹⁰ em consulta ao Conselho Ultramarino, solicitou mercê de licença para renunciar ao ofício de escrivão dos Órfãos em proveito de Francisco da Costa Moura, em virtude de proibição régia à acumulação de ofícios, passando-se a ele alvará de renúncia em 26 de novembro de 1683.⁹¹

Apesar de sua renúncia em favor de Francisco da Costa Moura, foi substituído na serventia do ofício por Manuel da Costa Moura, filho daquele serventuário, em 14 de janeiro de 1684.⁹²

Em 28 de novembro de 1684, foi desanexada daquele ofício a escritania dos Órfãos e dada sua propriedade a Manuel da Costa Moura.⁹³

Antônio de Andrade, *o moço*, deve ter falecido depois de 1697.⁹⁴

Em 1733, foi constatada, oficialmente, a vacância de seu cartório,⁹⁵ que se encontrava sem proprietário havia mais de trinta anos, sendo a referida titularidade concedida ao capitão Antônio Teixeira de Carvalho, em 18 de dezembro de 1735.⁹⁶

19) ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA (1656-1669)

Tabelião de Notas no Rio de Janeiro desde 1656, atuou como serventuário nos quatro ofícios de notas então existentes no Rio de Janeiro.

Em 19 de dezembro de 1656, lavrou a escritura de arrendamento dos chãos do atual Arsenal de Marinha, entre o Mosteiro de São Bento e a Companhia Geral.⁹⁷ Em 19 de novembro de 1657, aprovou o testamento de Maria dos Santos, onde se encontra seu sinal público.⁹⁸

88 Fonte não identificada.

89 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 864-2.

90 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 160, n. 1.481-1.482; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 5, 12/5/1683.

91 Idem. Fonte não confirmada.

92 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fls. 74v-75.

93 Ibidem, fls. 73-74.

94 Nesse ano, é ainda mencionado como proprietário do cartório do 1º Ofício de Notas, em provisão passada a Manuel da Costa Moura.

95 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 178, n. 8.265.

96 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 4, fls. 158-160v; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 90, fls. 136-137; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 196, n. 8.572.

97 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 90, nota 2.

98 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 865-2.

Segundo monsenhor Pizarro,⁹⁹ servia, em 1658, no 2º Ofício de Notas, no mesmo cartório que seria ocupado, em 1660, por Sebastião Serrão Freire, e que, anos mais tarde, em 1792, também serviria Faustino Soares de Araújo.

Em 1659, funcionava no 4º Ofício de Notas, onde assinou escrituras no período de 17 a 25 de maio, substituindo o tabelião Pedro da Costa, *o moço*.¹⁰⁰

Em 9 de dezembro de 1659, passou escritura de dívida e obrigação entre o capitão Gonçalo de Muros e os índios da aldeia de São Barnabé, que se encontra mencionada em escritura do tabelião Jorge de Sousa Coutinho, no livro de tombo do Colégio de Jesus.¹⁰¹

Em 8 de novembro de 1660, a pedido dos tabeliães Antônio de Andrade, *o moço*, e Sebastião Serrão Freire, lavrou, no Senado da Câmara do Rio de Janeiro, o auto de destituição, do governo do Rio de Janeiro, do general Salvador Correia de Sá e do governador interino Tomé Correia de Alvarenga, e a eleição e posse do novo governador, Agostinho Barbalho Bezerra.¹⁰²

Em 1664, a relação dos ofícios de Justiça feita pelo ouvidor-geral aponta-o como serventuário do 4º Ofício de Notas, do qual era proprietário o capitão Domingos da Gama Pereira.¹⁰³

Em 22 de janeiro de 1665, juntamente com o capitão José Correia Ximenes, aprovou o testamento de Maria Serrão, no Iguazu,¹⁰⁴ e, em 1º de fevereiro de 1667, o de Vitória de Sá, neta de Salvador Correia de Sá, filha de Gonçalo Correia de Sá e viúva de d. Luís de Céspedes.¹⁰⁵

Funcionou no 1º Ofício de Notas no período de 1666 a 1669, encontrando-se escrituras de sua lavra nos livros daquele ofício de setembro a 28 de novembro de 1666¹⁰⁶ e de 10 de abril de 1668 a 5 de março de 1669.¹⁰⁷ Foi no exercício deste ofício, em 9 de julho de 1667, que registrou a carta de sesmaria dos sobejos da cidade do Rio de Janeiro.¹⁰⁸

99 ARAÚJO, Joaquim de Sousa Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. III, p. 165.

100 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 43.

101 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 358.

102 EXCERTO de uma memória manuscrita sobre a história do Rio de Janeiro, durante o governo de Salvador Correia de Sá e Benevides, que se acha na Biblioteca Pública desta Corte, p. 5 e 10.

103 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 105.

104 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 947-3.

105 Ibidem, doc. 1413-X; ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Registro Geral n. 114, fls. 74-74v.

106 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 47.

107 Ibidem, Livro de Notas n. 48.

108 FERREIRA, João da Costa, *A cidade do Rio de Janeiro e seu termo: ensaio urbanológico*, p. 28.

Em 1671, funcionava no 4º Ofício de Notas quando lavrou, em 11 de fevereiro, a escritura de venda de casas de Manuel Dias Pacheco e sua mulher, Paula da Silva, ao Mosteiro de São Bento.¹⁰⁹

No ano de 1679, também funcionou como tabelião do Público e Judicial e Notas, passando traslado de escritura de venda de terras, em 23 de dezembro, no livro de tomo dos Carmelitas.¹¹⁰

Em 1680, servia no cartório do 3º Ofício de Notas, quando foi nomeado pelo governador do Rio de Janeiro, João Tavares Roldão, para ocupar novamente a serventia do Público e Judicial e Notas, pelo tempo de seis meses, no impedimento do proprietário do cartório, Manuel Cardoso Leitão, por provisão passada em 6 de novembro daquele ano.¹¹¹

Na correição de 1681, que promoveu várias mudanças nos serventuários dos ofícios de Justiça, foi demitido por não ter pago as meias anatas devidas por quatro provisões que lhe foram feitas.¹¹²

Voltou a servir no cartório do 3º Ofício de Notas, por provisão de 3 de agosto de 1685, no impedimento de Manuel Cardoso Leitão, que havia tomado o contrato das baleias, tendo para isso alcançado licença.¹¹³ Afastou-se do cargo por enfermidade, sendo sucedido por Francisco Leão de Sá, em 22 de dezembro daquele ano.

Faleceu em 1687.

20) DOMINGOS COELHO CASTELO BRANCO (1658)

Consta como tabelião do 1º Ofício de Notas no impedimento de Antônio de Andrade, *o velho*, em 1658.¹¹⁴

21) JOSÉ CORREIA XIMENES¹¹⁵ (1661-1666)

Cristão-novo, nascido por volta de 1624, natural da cidade de Lisboa, filho de Gaspar Ximenes Sanches e Jerônima Correia, era casado com Maria Varela de Mariz, com quem teve cinco filhos, a saber: João Correia Ximenes, José Correia Ximenes, Isabel, Tomás e Antônio.¹¹⁶

109 MACEDO, Deoclécio Leite de. *Segundo livro do tomo...*, p. 248-249.

110 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 363-365.

111 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fls. 5v-6.

112 Ibidem, fls. 168v e 170. Embora o documento não mencione expressamente a demissão deste titular, é possível que tal fato tenha ocorrido e que o proprietário do cartório tenha reassumido o ofício, pois só no ano de 1684 encontra-se provisão de serventuário para este ofício.

113 Ibidem, fls. 97v-98.

114 Fonte não identificada.

115 O sobrenome Ximenes, abreviado Xes, aparece transcrito muitas vezes como Gimenes, Xavier e até Chaves.

116 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*, v. I, p. 410-411. Os dois primeiros foram igualmente tabeliães no Rio de Janeiro, e o quarto, que faleceu ainda menor de idade, consta nas anotações do autor como André.

Foi soldado do Terço de Viseu, em 1644, tendo vindo para o Brasil na companhia do capitão Antônio Correia de Sá da Rocha e servido em diversos postos militares na Bahia, no Rio de Janeiro e no Reino de Angola.¹¹⁷

Em Angola, serviu, de 1648 a 1652, como capitão de infantaria, com o general Salvador Correia de Sá, passando depois, novamente, ao Rio de Janeiro.

A partir de 1660, depois de servir nos ofícios de Guerra, foi provido nas serventias dos ofícios de tabelião de Notas e de escrivão dos Órfãos e das Sesmarias, dos quais era proprietário Antônio de Andrade.

Como tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, teve exercício na serventia do 1º Ofício de Notas de 1661 a 1666.¹¹⁸

Em 1666, recebeu a propriedade do 4º Ofício de Notas, por renúncia feita em seu favor pelo capitão Domingos da Gama Pereira, por carta de 17 de maio,¹¹⁹ tomando posse e prestando juramento dos ofícios em 20 de outubro.¹²⁰

Em 1671, por achaques de doença, pediu licença para renunciar a propriedade em proveito de um de seus filhos, que lhe foi concedida, por portaria de 24 de dezembro de 1671,¹²¹ sendo-lhe passado alvará de renúncia, em 19 de janeiro de 1672,¹²² em favor de seu filho mais velho, João Correia Ximenes, ainda menor de idade.

Conservou-se na propriedade do cartório do 4º Ofício de Notas até 1676, quando, finalmente, seu filho foi encartado no ofício.

Em 5 de março de 1683, foi provido, por seis meses, na serventia do ofício de procurador dos Índios.¹²³

117 A fé de ofício e a folha de serviços do titular encontram-se transcritas na carta de propriedade do 4º Ofício de Notas concedida a seu filho João Correia Ximenes. ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 20, fl. 79v-80v.

118 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 44-47; ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Provisões e registros (1661-1667), códice 16.2.21, fls. 15-15v. A provisão datada de 24 de julho de 1661 menciona que este titular já havia exercido os ofícios de contador e distribuidor, no Rio de Janeiro, e de escrivão da Provedoria dos Defuntos e Ausentes, no Rio de Janeiro e em Angola.

119 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 22, fls.112-112v; ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Provisões e registros (1661-1667), códice 16.2.21, fls. 134-135v.

120 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Provisões e registros (1661-1667), códice 16.2.21, fls. 135v-136.

121 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 126, n. 1162-1163.

122 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 29, fl. 265v; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, códice 84, fls. 412-412v.

123 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fls. 67-67v.

No exercício de suas funções como tabelião, aprovou os testamentos de Maria Serrão, em 22 de janeiro de 1665,¹²⁴ de frei Francisco Vila Lobos, em 1º de janeiro de 1666,¹²⁵ e de Leonardo dos Santos, em 1667.¹²⁶

Passou escritura da sepultura e fundação da capela de São Cristóvão, atual Santíssimo, na igreja de São Bento, em 1º de agosto de 1672.¹²⁷

Em 1694, encontramos referência à sua deposição do posto de alferes de infantaria.¹²⁸

Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1699, deixando testamento.¹²⁹

22) ANTÔNIO RODRIGUES PINHEIRO (1670-1671)

Tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro, exerceu a serventia do cartório do 1º Ofício de Notas, lavrando escrituras no período de 9 de junho de 1670 a 1º de maio de 1671.¹³⁰

No exercício de suas funções, passou, em 7 de abril de 1671, escritura da divisão de um patacho entre João Correia de Sá e Benevides e Felipe Pires, na qual se encontra o seu sinal,¹³¹ e, em 1º de outubro do mesmo ano, certidão do registro da escritura de terras no rio Iriri, no engenho de Santo André, que passou Sebastião Serrão Freire.¹³²

23) FRANCISCO DA COSTA MOURA¹³³ (1672-1676)

Padre morador do Rio de Janeiro, foi casado, antes de 1669, com Antônia Gomes, com a qual teve oito filhos: Domingos, Catarina, Escolástica, Antônio, Clara Isabel, Francisco, Guiomar e Inácio da Costa Moura.¹³⁴

Anteriormente a este casamento, teve um filho, Manuel da Costa Moura, que, em seu testamento, diz ser filho do clérigo Francisco da Costa Moura e de Maria Fernandes.¹³⁵

124 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 947-3.

125 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 951-4; SILVA-NIGRA, (dom) Clemente Maria da, *Construtores e artistas...*, p. 258*.

126 Fonte não identificada.

127 Fonte não identificada.

128 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 219, n. 1.933 e 1.935; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 952, v. 7, fls. 118 e 182. Parece tratar-se de um homônimo e sobrinho deste titular, o alferes José Correia Ximenes, filho de Isabel Correia Ximenes e Luís Machado Homem.

129 RHEINGANTZ, Carlos G., op. cit., v. I, p. 410-411; CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 6 (1695-1701), fl. 157.

130 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 51.

131 Fonte não identificada.

132 Fonte não identificada.

133 Seu nome às vezes é transcrito como Francisco da Costa Moreira.

134 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 452-453. No assento do casamento de seu filho Inácio da Costa Moura com Maria de Mouros, em 1711, consta ser filho legítimo do padre Francisco da Costa Moura com sua mulher, Antônia Gomes.

135 Ibidem, p. 453; CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 8 (1710-1714), fl. 33.

Exerceu no Rio de Janeiro, antes do ano de 1672, o ofício de tesoureiro dos Donativos do Dote da Rainha da Inglaterra e Paz de Holanda.

Em 1672, Antônio de Andrade, *o moço*, proprietário do cartório do 1º Ofício de Notas, achando-se doente e com problemas de visão, arrendou-lhe por três anos a serventia dos ofícios de tabelião de Notas, escrivão das Sesmarias e escrivão dos Órfãos, tendo Francisco da Costa Moura exercido estas serventias por provisões passadas pelos governadores do Rio de Janeiro e do Estado do Brasil.¹³⁶

Em 1675, o proprietário solicitou ao Conselho Ultramarino licença para que este titular continuasse a exercer os referidos ofícios enquanto durasse o impedimento, sendo-lhe concedida nova serventia, em 30 de outubro de 1675, pelo tempo de dois anos, recebendo em 30 de janeiro de 1676, de d. Afonso VI, o alvará das serventias dos ofícios de tabelião, escrivão dos Órfãos e das Sesmarias do Rio de Janeiro.¹³⁷

Ao que tudo indica, não cumpriu todo o tempo deste alvará, pois, a partir de janeiro de 1677,¹³⁸ consta como serventuário do ofício de escrivão da Fazenda Real, Contos e Matrícula, onde serviu até 1685.¹³⁹

No exercício das funções de escrivão da Fazenda, passou, em 18 de agosto de 1681, uma certidão sobre os serventuários da Fazenda e da Justiça que se encontravam em débito com a Fazenda Real.¹⁴⁰

Em 23 de janeiro de 1683, em consulta ao Conselho Ultramarino, requereu a serventia dos ofícios de tabelião e escrivão dos Órfãos e das Sesmarias.¹⁴¹

Nesse mesmo ano, em 12 de maio, em virtude de proibição régia à acumulação de ofícios, Antônio de Andrade, *o moço*, obteve alvará de mercê para fazer, em benefício de Francisco da Costa Moura, a renúncia do ofício de escrivão dos Órfãos da cidade do Rio de Janeiro, do qual era proprietário.¹⁴²

Em 14 de janeiro de 1684, Antônio de Andrade, *o moço*, propôs a substituição de Francisco da Costa Moura por seu filho Manuel da Costa Moura, que já havia exercido este ofício em outras ocasiões.¹⁴³

136 Encontra-se nas anotações do autor a transcrição de uma consulta do Conselho Ultramarino, no ano de 1675, sem indicação da fonte de onde foi retirada. Quanto às provisões, não foi possível localizar, nas fontes disponíveis no Rio de Janeiro, registro de ato anterior a 1680.

137 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 31, fl. 169.

138 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fls. 23v-24. Esta provisão, passada em 1º de janeiro de 1681, menciona que este titular já se encontrava em exercício na referida serventia desde 27 de janeiro de 1677.

139 Ibidem, fls. 60v-61 e 83v-84.

140 Ibidem, fls. 168v e 170.

141 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 159, n. 1.469.

142 Ibidem, p. 160, n. 1481-1482.

143 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fls. 74v-75.

Como tabelião de Notas, encontra-se no livro de tombo do convento do Carmo uma escritura de sua lavra, feita em 28 de junho de 1676.¹⁴⁴

Possuidor da sesmária de Iriri, entre os rios Magé e Suruí,¹⁴⁵ onde possuía um engenho de açúcar comprado ao capitão Sebastião Pereira Lobo e Cristóvão Osório Antas, herdeiros de Vitória de Mariz, recebeu, em 27 de fevereiro de 1693, terras que se seguiam à sua data.¹⁴⁶

Em 1721, Simão da Nóbrega pediu sesmarias de sobejos de terras, entre as que foram do padre Francisco da Costa Moura, no distrito de Iriri.¹⁴⁷

24) JOÃO ÁLVARES DE SOUSA (1681-1682)

Morador do Rio de Janeiro, casado com Valéria Cordeiro, era irmão de Manuel Álvares do Couto¹⁴⁸ e de Antônio de Sousa Costa, genro de Ângela de Mendonça¹⁴⁹ e cunhado de Julião Rangel de Sousa Coutinho.

Serviu na capitania do Rio de Janeiro por mais de vinte anos, em diversos cargos públicos, entre os quais o de escrivão dos Defuntos e Ausentes, partidor e avaliador, e escrivão da Correição e Ouvidoria Geral, exercendo este em várias ocasiões.

Como tabelião do Público e Judicial e Notas, aparece pela primeira vez como serventuário do 2º Ofício de Notas, em 1680, nomeado em 26 de outubro, por provisão do governador do Rio de Janeiro, João Tavares Roldão, na vaga da serventia de Jorge de Sousa Coutinho, *o moço*, que se encontrava ausente em Lisboa.¹⁵⁰

Em 12 de agosto de 1681,¹⁵¹ foi provido pelo governador Pedro Gomes para servir como tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, pelo tempo de seis meses, nos impedimentos de Antônio de Andrade, *o moço*, proprietário do 1º Ofício, permutando, assim, com Manuel da Costa Moura, que passara a servir no 2º Ofício de Notas, por provisão de 12 de julho.¹⁵²

Tornou a servir no 2º Ofício de Notas em 1682, nomeado por provisão do governador Duarte Teixeira Chaves, passada em 12 de julho, na vaga que surgiu com a de leaveção de Manuel da Costa Moura.¹⁵³

144 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 194.

145 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro..., p. 133.

146 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, código 78, v. 11, fl. 78.

147 Ibidem, código 128, v. 1, fl. 106v; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 413, n. 4.403.

148 No testamento de Manuel Álvares do Couto, é mencionado o parentesco destes dois tabeliões. Ver nota 199.

149 Nas anotações do autor, encontram-se referências à existência de um testamento de Ângela de Mendonça no qual é mencionado seu parentesco com João Álvares de Sousa.

150 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, código 78, v. 10, fls. 4-4v.

151 Ibidem, fl. 24v.

152 Ibidem, fl. 23.

153 Ibidem, fls. 54-54v.

Esta mesma serventia foi renovada, sucessivamente, até 19 de julho de 1684, por provisões dos governadores do Rio de Janeiro e do Estado do Brasil.¹⁵⁴

Com a vacância da propriedade do 2º Ofício de Notas, em razão do falecimento do proprietário Francisco de Sousa Coutinho e da ausência do serventuário Jorge de Sousa Coutinho, *o moço*, João Álvares de Sousa pediu provisão a el-rei para continuar na serventia daquele ofício. Atendido em razão de consulta solicitada ao Conselho Ultramarino, datada de 23 de janeiro de 1685, foi-lhe passada provisão régia, pelo tempo de três anos, com validade a partir de 1º de maio de 1685.¹⁵⁵

Em 1687, foi provido no cargo de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral, por seis meses, por provisão passada em 20 de agosto,¹⁵⁶ deixando a serventia do 2º Ofício de Notas para seu sucessor, Manuel da Costa Moura.

A partir de fevereiro de 1688, voltou a ocupar a serventia do 2º Ofício de Notas, por renovação da provisão trienal dada pelo Conselho Ultramarino em 5 de novembro de 1687, por despacho exarado em 18 de novembro daquele ano.¹⁵⁷

Em 17 de março de 1691,¹⁵⁸ foi novamente provido no ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral, por provisão do governador Luís César de Meneses, conservando-se nessa função por provisões semestrais sucessivas passadas até 29 de setembro de 1693,¹⁵⁹ seguidas de provisão anual do governador-geral passada em 30 de setembro daquele ano, com cumprimento a partir de 24 de março de 1694.¹⁶⁰

Retornou à serventia do 2º Ofício de Notas nomeado pelo governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, em 30 de abril de 1694, pelo tempo de seis meses, por proposta da proprietária daquele ofício, Ângela de Mendonça, ocupando a vaga deixada pelo serventuário Luís Lopes de Carvalho.¹⁶¹

No período de 7 de setembro de 1697 a 16 de agosto de 1702, recebeu provisões sucessivas, de semelhantes teores, para continuar como serventuário do 2º Ofício de Notas, passadas pelos governadores do Rio de Janeiro Sebastião de Castro Caldas, Artur de Sá Meneses e Francisco de Castro Morais.¹⁶²

154 Ibidem, fls. 66v-67 e 80; CATÁLOGO dos manuscritos sobre o Rio de Janeiro existentes na Biblioteca Nacional, I – séc. XVI-XVIII, p. 58, n. 322.

155 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fl. 80; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 169, n. 1527-1528.

156 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fl. 128v.

157 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 176, n. 1.624-1.625.

158 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 11, fls. 45-45v.

159 Ibidem, fls. 55v, 62 e 68-68v; Ibidem, v. 12, fls. 28v e 31v.

160 Ibidem, v. 12, fl. 45.

161 Ibidem, fl. 46.

162 Ibidem, fls. 75v, 114, 146-146v, 162-163 e 197v-198; ibidem, códice 78, v. 13, fls. 17v-18, 37-37v, 51v, 79 e 85; ibidem, v. 15, fls. 5v-6v.

Em 1703, reassumiu o cargo de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral, nomeado por provisão de 24 de março de 1703,¹⁶³ renovada em 22 de novembro do mesmo ano,¹⁶⁴ deixando Diogo Pereira da Silva como seu sucessor no 2º Ofício de Notas, a partir de 10 de maio.¹⁶⁵

Nos livros dos cartórios do 1º e 2º Ofícios de Notas existentes no Arquivo Nacional, só foram encontrados documentos da lavra desse oficial no 1º Ofício, no período de 12 de abril de 1682 a 14 de julho de 1682.¹⁶⁶

No Arquivo do Mosteiro de São Bento, há numerosos documentos de sua lavra onde encontramos seu sinal público.¹⁶⁷

Em 19 de junho de 1680, lavrou o auto de posse de casas doadas por Catarina Barbosa aos religiosos do convento do Carmo,¹⁶⁸ e aprovou os testamentos de Pedro de Sousa, em 9 de dezembro de 1680, e de Antônia de Sousa, em 8 de agosto de 1687.¹⁶⁹

Segundo d. Clemente da Silva-Nigra, passou escritura de venda de uma capela da igreja do Mosteiro de São Bento em 15 de outubro de 1684, trasladada por Cristóvão Correia Leitão.¹⁷⁰

Em 1701, lavrou a escritura de doação e entrega da capela da Conceição pelos capuchinhos franceses ao Cabido do Rio¹⁷¹ e, em 23 de dezembro do mesmo ano, aprovou o testamento do padre Inácio Ferreira Lima.¹⁷²

Faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1705, deixando testamento.¹⁷³

25) MANUEL DA COSTA MOURA (1681-1685)

Filho do padre Francisco da Costa Moura e de Maria Fernandes, nasceu na cidade do Porto, por volta de 1650.¹⁷⁴ Era casado com Ana Esteves da Costa, pai de Teresa de Moura¹⁷⁵ e cunhado de Jorge de Sousa Coutinho, o *moço*, tabelião do 2º Ofício de Notas.

163 Ibidem, códice 78, v. 15, fl. 29.

164 Ibidem, fl. 42.

165 Ibidem, fls. 29v-30.

166 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 55.

167 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 13-15, 24-26, 27-28, 35-37 e 84-89.

168 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 269-271.

169 Fonte não identificada.

170 MACEDO, Deoclécio Leite de, op. cit., p. 35-37.

171 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. VII, p. 195.

172 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 861-7.

173 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Candelária, Óbitos, livro 3 (1696-1707), fls. 78-78v.

174 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 453.

175 Casada com o escrivão dos Órfãos Jacinto Pereira de Castro, aparece algumas vezes com o nome de Teresa de Moura Aguiar.

Foi provido no cargo de escrivão dos Órfãos, que se encontrava vago em função do impedimento do proprietário Antônio de Andrade, *o moço*, por provisão do governador do Rio de Janeiro, João Tavares Roldão, em 1º de novembro de 1680.¹⁷⁶

No ano seguinte, em 4 de julho, foi nomeado pelo governador Pedro Gomes, por seis meses, serventuário do ofício de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias daquele mesmo proprietário.¹⁷⁷

Em agosto de 1681, o governador do Rio de Janeiro, Pedro Gomes, para dar cumprimento a uma portaria da Correição, ordenou que se puxassem as provisões dos ofícios de Justiça e Fazenda para saber quem estava pagando os direitos à Fazenda Real.

Segundo a certidão passada por Francisco da Costa Moura, escrivão da Fazenda Real, Contos e Matrícula do Presídio do Rio de Janeiro, descobriu-se que oito servidores não haviam pago as meias anatas, entre eles os tabeliães Manuel da Costa Moura, João Álvares de Sousa e Antônio Ferreira da Silva.¹⁷⁸

O governador, para pôr em ordem os diversos ofícios, implementou uma mudança geral no quadro das serventias da cidade.

A Manuel da Costa Moura, que vinha servindo de escrivão dos Órfãos, tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, proveu no 2º Ofício de tabelião do Judicial e Notas, que havia servido Jorge de Sousa Coutinho, *o moço*, seu cunhado, na época já falecido, para que pagasse pontualmente à viúva deste os direitos da dita serventia determinados pela lei, e a João Álvares de Sousa, que servia o dito ofício, proveu no 1º Ofício de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, por impedimento do proprietário Antônio de Andrade, *o moço*.¹⁷⁹

Em 12 de julho de 1682, foi provido pelo governador Duarte Teixeira Chaves na serventia do 1º Ofício de Notas, atendendo à petição do proprietário Antônio de Andrade, para ocupar a vaga de João Álvares de Sousa, que havia saído daquele ofício,¹⁸⁰ renovando-se-lhe as provisões para esta serventia até 15 de setembro de 1684,¹⁸¹ e, ao término desta, foi sucedido por Manuel Álvares do Couto.

Em 14 de janeiro de 1684, não obstante o exercício da serventia do ofício de tabelião, foi provido também no ofício de escrivão dos Órfãos, que Antônio de Andrade havia renunciado em favor de seu pai, Francisco da Costa Moura, sendo esta serventia renovada em 14 de julho de 1684.¹⁸²

176 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fls. 5-5v.

177 Ibidem, fls. 21-21v. A provisão encontra-se riscada no original e provavelmente não chegou a ter cumprimento, tendo em vista as modificações ocorridas nas serventias dos ofícios logo no mês seguinte.

178 Ibidem, fls. 168v, 170; Ibidem, códice 77, v. 1, fl. 365. No códice 77 e no índice, publicado no volume 11 das Publicações Históricas do Arquivo Nacional, esta certidão consta com data de 1682.

179 Ibidem, códice 78, v. 10, fls. 23-23v.

180 Ibidem, fls. 54v-55.

181 Ibidem, fls. 66-66v e 70.

182 Ibidem, fls. 74v-75.

Em 28 de novembro de 1684, obteve a carta de propriedade do ofício de escrivão dos Órfãos,¹⁸³ em substituição a seu pai e em atendimento à renúncia feita por Antônio de Andrade, que resultou na desanexação do tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias.

Enquanto não se encartava na referida propriedade, apresentou, ainda, provisão de um ano, passada na Bahia pelo marquês de Minas, com validade a partir de 15 de janeiro de 1685.¹⁸⁴

Em 1687, foi nomeado pelo governador do Rio de Janeiro, João Furtado de Mendonça, por provisão de seis meses, passada em 20 de agosto, para ocupar a serventia do 2º Ofício de Notas, tendo em vista a vacância daquele ofício, por deixação de João Álvares de Sousa.¹⁸⁵

Em 1703, segundo consulta do Conselho Ultramarino, empenhou-se, juntamente com Antônio Soares de Azevedo, na disputa pela propriedade do 2º Ofício de escrivão dos Órfãos, que se pretendia criar na cidade do Rio de Janeiro.

Por resolução do Conselho, em 24 de julho daquele ano, a propriedade foi atribuída a Antônio Soares de Azevedo, a quem foi passada carta de propriedade em 21 de janeiro de 1705¹⁸⁶ e, em consideração aos seus dezoito anos de bons serviços como proprietário do ofício de escrivão dos Órfãos e na serventia do ofício de tabelião, foi concedida, no novo ofício, uma pensão anual para sua filha Teresa de Moura, enquanto fosse viva.¹⁸⁷

Faleceu no Rio de Janeiro, com um tiro na perna, em 24 de setembro de 1710, deixando testamento.¹⁸⁸

26) MANUEL ÁLVARES DO COUTO (1685-1707)

Natural da cidade do Porto, filho legítimo de Gaspar do Couto e Isabel da Costa, era irmão de João Álvares de Sousa.

Casou-se três vezes: a primeira, com Isabel Carreiras, filha de André da Rosa Carreiras e Isabel Pinta; a segunda, com Antônia Correia Assunção, filha legítima de Domingos Alves e Catarina da Silva, com quem viveu 23 anos e teve dez filhos; e a terceira, com Maria de Távora, viúva de Gaspar Pereira de Oliveira, com a qual não teve filhos.¹⁸⁹

183 Ibidem, v. 20, fls. 73-74. Esta carta régia só teve cumprimento, no Rio de Janeiro, em 26 de março de 1685.

184 Ibidem, v. 10, fls. 74v-75. Nota apostilada na provisão de 14 de janeiro de 1684.

185 Ibidem, fl. 129.

186 Ibidem, v. 21, fls. 40-40v.

187 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 281, e n. 2.657, 2.660.

188 RHEINGANTZ, Carlos G., op. cit., v. I, p. 453; CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 8 (1710-1714), fl. 33.

189 RHEINGANTZ, Carlos G., op. cit., v. I, p. 62-63; CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Candelária, Óbitos, livro 8 (1729-1736), fls. 66-67v.

Era escrevente na praça do Rio de Janeiro desde 1673, quando foi nomeado serventuário do 1º Ofício de Notas, do qual era proprietário Antônio de Andrade, o *moço*, por provisão de 14 de abril de 1685, na vaga ocorrida pela deicação de Manuel da Costa Moura.¹⁹⁰

Ao término daquela provisão, começou a cumprir, a partir de 14 de outubro, a provisão de um ano que lhe fora dada em 16 de julho do mesmo ano pelo governador-geral do Brasil, marquês de Minas.¹⁹¹

No período de 21 de outubro de 1686 a 8 de maio de 1707, permaneceu no exercício da serventia do ofício por meio de sucessivas prorrogações de provisão,¹⁹² só interrompidas em setembro de 1697, quando foi suspenso do ofício por sete meses e substituído, neste período, por Antônio Martins do Couto.¹⁹³

Em 12 de novembro de 1707, foi provido nos ofícios de inquiridor, distribuidor e contador do Juízo, que se achavam vagos por impedimento de seu proprietário, o capitão Antônio Correia Pimenta, e foi sucedido no cartório do 1º Ofício de Notas por Manuel Rodrigues de Moraes.¹⁹⁴

Em 1709, foi nomeado escrivão da Ouvidoria Geral, pelo tempo de seis meses, por provisão passada em 9 de dezembro.¹⁹⁵

Voltou a servir de inquiridor, distribuidor e contador dos Auditórios, por provisões de 28 de novembro de 1711¹⁹⁶ e 16 de dezembro de 1712.¹⁹⁷

No segundo livro de tombo do Mosteiro de São Bento, encontra-se escritura lavrada por este tabelião, trazendo seu sinal público.¹⁹⁸

Também no tombo do convento do Carmo, há escritura lavrada por este serventuário.¹⁹⁹

190 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fl. 88.

191 Idem; CATÁLOGO dos manuscritos..., p. 59, n. 325. Nos *Anais*, a provisão do marquês de Minas constava em nome de Manuel Martins do Couto, por erro de transcrição do sobrenome Álvares, que se encontrava abreviado no original da provisão. No documento do Arquivo Nacional, encontra-se apostilada a data de início do cumprimento da provisão no Rio de Janeiro.

192 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 77, v. 16, fls. 631 e 645; v. 19, fl. 14; códice 78, v. 10, fls. 88 e 118v; v. 11, fls. 21v, 34 e 42v-43; v. 12, fls. 53, 70v, 155, 173-173v e 178v-179; v. 13, fls. 17-17v, 25, 37v-38, 61-61v, 80v e 89v-90; v. 14, fl. 11; v. 15, fls. 30v, 71, 72 e 93v; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 187, n. 1.749-1.750.

193 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 12, fls. 118v-119 e 150-150v.

194 Ibidem, códice 77, v. 19, fls. 105-106.

195 Ibidem, códice 78, v. 17, fl. 13v.

196 Ibidem, fl. 78v.

197 Ibidem, fl. 86v.

198 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 24.

199 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 262.

Assina escrituras nos livros do cartório do 1º Ofício de Notas de 24 de janeiro de 1689 a 11 de novembro de 1707.²⁰⁰

Faleceu em 9 de março de 1731, deixando testamento.²⁰¹

27) ANTÔNIO MARTINS DO COUTO (1697-1698)

Já havia servido o ofício de meirinho da Ouvidoria Geral quando foi provido tabelião das Notas e escrivão das Sesmarias, em 13 de setembro de 1697, no impedimento por doença do proprietário do 1º Ofício de Notas, Antônio de Andrade, *o moço*, e suspensão de Manuel Álvares do Couto.²⁰²

A provisão foi renovada em 4 de abril de 1698, com início de exercício retroativo a 3 de março do mesmo ano.²⁰³

Deixou a serventia deste ofício em 18 de abril de 1698, com o retorno do serventuário Manuel Álvares do Couto.²⁰⁴

Por provisão de 13 de abril de 1701, foi nomeado tabelião do Público e Judicial e Notas para ocupar a serventia do 3º Ofício de Notas, em função do impedimento do serventuário Cristóvão Correia Leitão,²⁰⁵ sendo conservado no exercício da mesma serventia por provisões semestrais passadas pelo governador Francisco de Castro Moraes, em 12 de outubro de 1701²⁰⁶ e 26 de abril de 1702.²⁰⁷

Em julho de 1702, foi sucedido no cartório do 3º Ofício de Notas por José Couceiro de Oliveira.²⁰⁸

Assina escrituras nos livros do cartório do 1º Ofício de Notas de 23 de setembro de 1697 a 18 de abril de 1698.²⁰⁹

No período de 1706 a 1711, consta como padre e escrivão dos Resíduos do Juízo Eclesiástico, praticando atos de reconhecimento de firma, lavratura de termo de conclusão, e dando vista nos autos do testamento e inventário do padre Inácio Ferreira Lima.²¹⁰

200 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 57-74.

201 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Candelária, Óbitos, livro 8 (1729-1736), fls. 66-67v.

202 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 12, fls. 118v-119.

203 Ibidem, fls. 150-150v.

204 Ibidem, fl. 155.

205 Ibidem, v. 13, fls. 56v (incompleta) e 58-58v.

206 Ibidem, fls. 79v-80.

207 Ibidem, fl. 90.

208 Ibidem, fl. 94.

209 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 61-62.

210 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 861-27.

28) MANUEL DIAS VELASQUES (1701-1702)

Seu nome aparece, às vezes, transcrito como Vasques, como ele próprio abreviava. Assina escrituras nos livros do 1º Ofício de Notas, como serventuário, em 1701 e em janeiro e agosto de 1702.²¹¹

Consta também na serventia do 4º Ofício, no período de 1702 a 1703.²¹²

29) MANUEL RODRIGUES DE MORAIS (1707-1709)

Em 1692, constava como escrivão, juntamente com Domingos Pereira de Lemos, tendo conferido o traslado de verba de testamento de Antônio Correia Brandão registrado no livro de tombo dos Carmelitas.²¹³

Por provisão de 14 de abril de 1704, foi nomeado tabelião do Público e Judicial e Notas por seis meses, para exercer a serventia do 2º Ofício de Notas no impedimento por doença de Diogo Pereira da Silva.²¹⁴ Continuando a doença daquele serventuário, tornou a ser provido na mesma serventia até 25 de setembro de 1706, por diversas provisões semestrais.²¹⁵

Em 22 de setembro de 1707, foi suspenso pelo ouvidor-geral João da Costa Fonseca após uma contenda com o governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencaster, que, em seguida, nomeou seu irmão Antônio de Moraes para o cargo.²¹⁶

Com a transferência do tabelião Manuel Álvares do Couto para os cargos de inquiridor, distribuidor e contador, ocupou a serventia por ele deixada no cartório do 1º Ofício de Notas, por provisões de 12 de novembro de 1707 e 6 de dezembro de 1708.²¹⁷

Em fevereiro de 1709, deixou o cargo para acompanhar, como escrivão da Superintendência das Minas, o governador Fernando Martins de Mascarenhas Lencaster, ficando em seu lugar, como tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, Luís da Costa Moreira.²¹⁸

Exerceu ainda os ofícios de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral, em 1710,²¹⁹ e de almoxarife da fortaleza de Santo Antônio da Praia de Fora, em 1719.²²⁰

211 No 1º Ofício de Notas, não foi confirmada esta informação: não consta neste cartório como tabelião ou escrivão nos livros de Notas nas datas indicadas, nem seu nome aparece mencionado nas provisões deste período.

212 Neste ofício, também não foi possível comprovar a informação, por não restar livro deste período, nem haver provisão deste titular para ocupar algum cargo no Rio de Janeiro.

213 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 262.

214 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 15, fl. 68.

215 Ibidem, fls. 68, 79, 89 e 130.

216 Anotações do autor sem indicação da fonte. Não foi encontrado nenhum ato referente a esta nomeação.

217 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 77, v. 19, fls. 51v-52v e 155.

218 Ibidem, fls. 162v-163v.

219 Ibidem, códice 78, v. 17, fl. 15.

220 Ibidem, códice 128, v. 1, fl. 17v.

Assinou escrituras nos livros do 1º Ofício de Notas de 12 de novembro de 1707 a 15 de fevereiro de 1709.²²¹

Em 22 de fevereiro de 1705, aprovou o testamento de Bartolomeu Araújo Caldeira.²²²

Lavrou traslado da escritura de entrega de metade de uma morada de casas de sobrado que fez Prudência de Castilho aos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em 19 de maio de 1708.²²³

30) LUÍS DA COSTA MOREIRA (1709-1712)

Natural de Belém, extramuros da Corte de Lisboa, filho legítimo de Domingos da Costa e Ana Luísa Moreira, foi casado no Rio de Janeiro com Bárbara de Azere-do Coutinho, filha de Inácio Cardoso e de sua mulher, Isabel de Azeredo Coutinho, e teve três filhos, Baltazar, José e Miguel.²²⁴

Em 1699, por provisão de 3 de maio, foi nomeado tabelião do Público e Judicial e Notas para ocupar a serventia do 4º Ofício de Notas, de que era proprietário João Correia Ximenes.²²⁵

Esta provisão foi renovada pelo governador Martim Correia Vasques em 13 de março de 1700, por tempo de seis meses,²²⁶ e prorrogada, por mais seis meses, por provisão de 3 de março de 1701, do governador Francisco de Castro Morais.²²⁷

Foi sucedido neste ofício por João de Carvalho e Matos.²²⁸

Em 30 de janeiro de 1706, recebeu provisão, por seis meses, da serventia do ofício de escrivão da Fazenda Real e Matrícula do Rio de Janeiro.²²⁹

Em 1709, foi nomeado, por provisão passada em 15 de fevereiro, para ocupar a serventia do ofício de tabelião do 1º Ofício de Notas, que deixara Manuel Rodrigues de Morais.²³⁰

A provisão foi sucessivamente renovada até 1º de setembro de 1710.²³¹

221 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 74-77.

222 SILVA-NIGRA, (dom) Clemente Maria da, *Construtores e artistas...*, p. 286*.

223 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 288-290.

224 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 452; CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 10 (1719-1724), fls. 227-227v.

225 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 12, fl. 188v.

226 Ibidem, v. 13, fl. 23.

227 Ibidem, fl. 33.

228 Ibidem, fl. 67.

229 Ibidem, v. 15, fls. 103v-104.

230 Ibidem, códice 77, v. 19, fls. 162v-163v.

231 Ibidem, códice 78, v. 17, fls. 8v, 14v, 52v, 64v.

Assinou escrituras nos livros do 1º Ofício de Notas de 18 de novembro de 1709 a 1º de junho de 1711,²³² sendo sucedido na serventia por Baltazar da Cunha Arvelos, que fora nomeado por provisão de 18 de setembro de 1712.²³³

Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1722.²³⁴

31) BALTAZAR DA CUNHA ARVELOS (1712-1714)

Com a deicação de Luís da Costa Moreira, foi provido por seis meses na serventia do ofício de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias do 1º Ofício de Notas, por provisão passada em 13 de setembro de 1712, pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.²³⁵

Terminado o tempo da serventia, foi a mesma renovada, sucessivamente, em 30 de abril de 1713²³⁶ e 4 de dezembro do mesmo ano.²³⁷

Foi sucedido no ofício por José de Vargas Pizarro, por provisão passada em 13 de maio de 1714.²³⁸

Lavrou traslados de escrituras no livro de tombo de São Bento, em 1713, nas quais se encontra seu sinal público.²³⁹

Nos livros do cartório do 1º Ofício de Notas, lavrou escrituras no período de 5 de janeiro de 1713 a 14 de maio de 1714.²⁴⁰

32) JOSÉ DE VARGAS PIZARRO²⁴¹ (1714-1716)

Militar graduado no posto de capitão-mor em 1725, era guardador do Registro dos Escravos que iam para as Minas, por patente de 7 de maio de 1726, e abastado proprietário de terras, tendo exercido diversos cargos e ofícios de Justiça na capitania do Rio de Janeiro.

Em 1725, consta que era casado com Maria Gertrudes e pai de Antônio de Vargas Pizarro, conforme escritura de venda de chãos de terras a Paula de Soberal, em 23 de maio daquele ano.²⁴²

232 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 77-80.

233 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, código 78, v. 17, fl. 94v.

234 RHEINGANTZ, Carlos G., op. cit., v. I, p. 452; CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé. Óbitos, livro 10 (1719-1724), fls. 227-227v.

235 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, código 78, v. 17, fl. 94v.

236 Ibidem, fl. 103.

237 Ibidem, v. 7, fl. 13.

238 Ibidem, fl. 30v.

239 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 93-98.

240 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 81 e 82.

241 Seu nome aparece grafado nos livros de escrituras como Pizarro.

242 ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Livro de Notas n. 35.

Também foi casado com Leonor Maria de Vasconcelos, com a qual teve cinco filhos: João Cardoso Pizarro Drumond, Belchior de Mendonça Drumond Pizarro, Simão Cardoso Pizarro Drumond, Antônia Maria Pizarro e Beatriz Ana de Vasconcelos Pizarro.

Em 20 de setembro de 1709, foi nomeado, interinamente, no cargo de escrivão da Correição e Ouvidoria da cidade do Rio de Janeiro, por portaria do governador Gregório de Castro Morais,²⁴³ confirmada por provisão de seis meses, do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 22 de janeiro de 1710.²⁴⁴

Em 9 de janeiro de 1713, recebeu do mesmo governador do Rio de Janeiro provisão da serventia do ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral da cidade e comarca de São Paulo, pelo tempo de um ano.²⁴⁵

Com a deicação de Baltazar da Cunha Arvelos, foi provido, em 13 de maio de 1714,²⁴⁶ na serventia do ofício de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias do 1º Ofício de Notas, sendo a mesma serventia renovada por provisões semestrais passadas em 12 de dezembro de 1714²⁴⁷ e 7 de agosto de 1715.²⁴⁸

Em 1716, permutou com Manuel de Vasconcelos Velho o ofício de tabelião de Notas pelo de escrivão dos Órfãos, sendo-lhe passada, em 12 de março de 1716, provisão por seis meses. Antes de terminado o prazo pediu ao governador-geral provisão de um ano, que lhe foi concedida em 3 de julho de 1716, com cumpra-se de 18 de agosto do mesmo ano.²⁴⁹

Por provisão de 16 de setembro de 1726, foi-lhe concedida a serventia do ofício de escrivão da Câmara, por seis meses,²⁵⁰ que foi renovada até 27 de julho de 1733.²⁵¹

No entretanto, em 1731, funcionou como tabelião no cartório do 2º Ofício de Notas, no impedimento de George de Sousa Coutinho, lavrando escrituras de 5 de junho a 2 de julho deste ano.²⁵²

Em 1733, deixou o ofício de escrivão da Câmara, nomeado por alvará do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1733, para os ofícios de avaliador, contador

243 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, código 78, v. 17, fl. 10v.

244 Ibidem, fl. 10v.

245 Ibidem, fl. 100v.

246 Ibidem, v. 7, fl. 30v.

247 Ibidem, fl. 40.

248 Ibidem, fl. 50.

249 Ibidem, v. 19, fl. 76v.

250 Ibidem, código 128, v. 3, fl. 52.

251 Ibidem, fls. 73v, 84v e 93v; v. 4, fls. 113-113v; v. 5, fl. 38; código 64, v. 2, fl. 122v; código 64, v. 3, fl. 12v.

252 Ibidem, Segundo Ofício de Notas, Livro de Notas n. 41.

e partidor pelo tempo de três anos,²⁵³ continuando na mesma serventia até 1735, quando, por provisão régia de 16 de novembro, foi nomeado avaliador e partidor por um ano.²⁵⁴

Voltou a servir como tabelião no cartório do 2º Ofício de Notas, por falecimento de Antônio Ferrão Castelo Branco, durante a suspensão do tabelião George de Sousa Coutinho, por provisões passadas de 10 de julho de 1736 a 28 de janeiro de 1738.²⁵⁵

Em 1740, requereu dispensa de idade para que seus três filhos, com idades entre oito e doze anos, pudessem assentar praça em qualquer dos terços de infantaria paga do Rio de Janeiro.²⁵⁶

Recebeu sesmarias de sobejos de terras no distrito de Magé, por carta de 4 de junho de 1716, bem como das terras situadas na mesma região, em 27 de abril de 1722.²⁵⁷

Recebeu ainda, por carta de 31 de março de 1728, sesmaria de uma légua de terra em quadra, entre a serra de Tamaratia e o rio de Saracuruna,²⁵⁸ confirmada por portaria de 7 de julho de 1740,²⁵⁹ além de uns sobejos de terras detrás do outeiro de Álvaro Lopes, concedidos em 18 de julho de 1735, dos quais também pediu confirmação em 7 de julho de 1740.²⁶⁰

No 1º Ofício de Notas, encontram-se escrituras de sua lavra no período de 16 de maio de 1714 a 13 de março de 1716,²⁶¹ enquanto que, no 2º Ofício de Notas, além da serventia interina em 1731, lavrou escrituras no período de 12 de julho de 1736 a 8 de julho de 1738.²⁶²

No livro de tombo de São Bento, encontram-se vários sinais públicos de seu cunho, registrados no período de 12 de fevereiro de 1715 a 13 de março de 1716.²⁶³

Faleceu em 1741, deixando, entre outros bens, a chácara de Gonçalo Nunes, terras que abrangiam os quarteirões compreendidos entre a atual avenida Presidente Vargas, avenida Passos, praça Tiradentes, rua da Constituição e praça da República, que foram herdadas por sua esposa, por suas filhas e pelas netas Ana Clara Xavier e Margarida Rita Xavier Pizarro.²⁶⁴

253 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 225, n. 8.934 e anexos.

254 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 4, fl. 155v.

255 Ibidem, códice 128, v. 5, fls. 147v-148, 178v-179 e 212v; v. 6, fl. 16.

256 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 383, n. 11.144.

257 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 1, fl. 122v.

258 Ibidem, v. 3, fl. 95v.

259 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 311, n. 10.162-10.164.

260 Ibidem, p. 311-312, n. 10.165-10.167.

261 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 82-84.

262 Ibidem, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 48-50.

263 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 101-127.

264 SANTOS, (padre) Luís Gonçalves dos, *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, p. 113; MORAES, Alexandre José de Mello, *Corografia histórica...*, p. 266-267; ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 1 (1894), p. 93.

33) MANUEL DE VASCONCELOS VELHO (1716-1731)

Natural de Lisboa, filho de Tomás Marques de Vasconcelos e Inês de Sousa, era casado no Rio de Janeiro com Francisca de Moura²⁶⁵ e padrasto de Pedro de Matos, João de Matos e Luís de Moura.

Foi nomeado em 10 de julho de 1702,²⁶⁶ por seis meses, escrivão de Execuções e Ouvidoria Geral do Rio de Janeiro, no impedimento do proprietário daquele ofício, Sebastião da Fonseca Coutinho, tendo recebido nos anos de 1704 e 1705 diversas provisões para exercer esta mesma serventia por períodos de dois e três meses.²⁶⁷

Em 9 de outubro de 1705, foi provido por seis meses na serventia do ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral de propriedade de João Pinto da Fonseca,²⁶⁸ a qual foi renovada por mais seis meses em 15 de maio de 1706.²⁶⁹

Ainda neste ano, por ter dado certidão negativa em um processo em que atuou como escrivão, foi acusado de crime de falsidade de documento, sendo preso e recolhido à fortaleza de Santiago, no Calabouço.²⁷⁰ Foi nomeado como seu substituto Eugênio de Sousa Neves, em 20 de novembro de 1706.²⁷¹

Nomeado em 1713 para a serventia do ofício de escrivão dos Órfãos do Rio de Janeiro, recebeu neste ofício provisões até 27 de agosto de 1715.²⁷²

Em 1716, permutou com José de Vargas Pizarro a serventia deste ofício pelo cargo de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias do 1º Ofício de Notas, passando-se-lhe, a partir de 12 de março de 1716, provisões semestrais e anuais do ofício até 27 de dezembro de 1729.²⁷³

Em 26 de outubro de 1723, o governador Luís Vahia Monteiro nomeou seu enteado, Pedro de Matos, para substituí-lo durante seu impedimento por motivo de doença.²⁷⁴

Em 1724, foi afastado da serventia e retirado o cartório de sua casa, por suspeita de sofrer de doença de São Lázaro, sendo submetido a exame por junta médica no mesmo ano.²⁷⁵

265 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Candelária, Óbitos, livro 8, fls. 73v-74v.

266 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, código 78, v. 13, fl. 98v.

267 Ibidem, v. 15, fls. 64v, 67v, 75 e 83.

268 Ibidem, fl. 94.

269 Ibidem, fl. 122.

270 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 321, n. 3.185. As anotações detalhadas deste documento feitas pelo autor sugerem que tenha sido consultado o original existente no Arquivo Ultramarino.

271 Não foi encontrada nenhuma provisão relativa a esta substituição.

272 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, código 78, v. 7, fls. 10, 37-37v e 50v.

273 Ibidem, fls. 56v, 66v, 106 e 113; Ibidem, código 128, v. 1, fls. 28, 54v, 151 e 177; Ibidem, v. 3, fls. 61v e 76v; Ibidem, código 64, v. 1, fls. 33, 65-65v, 82v e 132v; Ibidem, v. 2, fls. 91, 124v-125, 152 e 185v.

274 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 422, n. 4.659.

275 Ibidem, n. 4.656-4.658 e 4.660-4.663.

Para ocupar sua vaga, foi nomeado, em 7 de outubro do referido ano, o sargento-mor Antônio de Barros Leite,²⁷⁶ o qual se conservou no cargo até 22 de novembro de 1725, retornando então o titular ao cartório em dezembro do mesmo ano.²⁷⁷

No segundo livro de tombo de São Bento, encontram-se diversas escrituras de sua lavra de 10 de setembro de 1716 a 23 de maio de 1720, onde lançou vários exemplares de seu sinal público.²⁷⁸

Nos livros restantes do 1º Ofício de Notas, há escrituras assinadas por ele de 24 de março de 1716 a 12 de abril de 1731.²⁷⁹

Como testemunha ocular, Manuel de Vasconcelos Velho nos deixou uma das melhores narrações sobre a invasão francesa de 1711, registrada em carta a Domingos José da Silveira.²⁸⁰

Faleceu em 22 de abril de 1731²⁸¹ e foi sucedido no cartório por Manuel Salgado da Cruz.

34) PEDRO DE MATOS (1723-1724)

Enteado de Manuel de Vasconcelos Velho, ele e seus irmãos João de Matos e Luís de Moura foram convocados para o serviço militar na Nova Colônia de Sacramento a pedido de seu padrastrô, segundo certidão do governador Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, tendo João de Matos pedido baixa, em 1723, para assistir sua mãe.²⁸²

Por portaria passada em 26 de outubro de 1723, foi nomeado pelo governador Luís Vahia Monteiro para substituir Manuel de Vasconcelos Velho durante seu impedimento por doença.²⁸³

Como tabelião, lavrou escrituras de compras de casas feitas por Manuel Coelho Borges, em 15 de junho de 1724.²⁸⁴

35) ANTÔNIO DE BARROS LEITE (1724-1725)

De origem nobre, sargento-mor da fortaleza de Vilegaignon, filho do mestre-de-campo Jorge de Barros Leite e neto de outro Antônio de Barros Leite, era casado com

276 Ibidem, p. 428, n. 4.737; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 1, fl. 188v.

277 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 92.

278 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 127-129 e 136-149.

279 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 84-96.

280 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. I, p. 84-101.

281 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Candelária, Óbitos, livro 8 (1729-1736), fls. 73v-74v.

282 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 67, n. 6.713-6.716.

283 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 422, n. 4.659.

284 Fonte não identificada.

Branca de Sousa e Mendonça e pai de Jorge de Barros Leite, que em 1739 ocupava cargos militares em Sergipe del'Rei.²⁸⁵

Exerceu os ofícios de escrivão da Mesa Grande da Alfândega e Almojarifado, por provisão régia de um ano passada em Lisboa, em 4 de fevereiro de 1717,²⁸⁶ com validade a partir de 27 de junho do mesmo ano, renovada por provisão de seis meses passada em 3 de agosto de 1718,²⁸⁷ e de escrivão do Registro das Passagens de Cavalos do Caminho das Minas.²⁸⁸

Em 13 de abril de 1719, recebeu do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, carta patente de capitão da fortaleza de Vilegaignon, cargo que se encontrava vago por deixação do capitão Francisco de Oliveira Leitão.²⁸⁹ Foi confirmado no cargo por carta régia de 28 de maio de 1722, registrada no Rio de Janeiro em 7 de março de 1724, na qual vem reproduzida sua fé de ofício até então.²⁹⁰

Em 1724, com o impedimento de Manuel de Vasconcelos Velho, foi provido em 7 de outubro de 1724²⁹¹ na serventia do ofício de tabelião e escrivão das Sesmarias, apresentando certidão de pagamento dos direitos.²⁹²

Em 16 de março de 1725, requereu provisão para continuar na mesma serventia,²⁹³ sendo atendido por provisão passada em 7 de abril do mesmo ano.²⁹⁴

Nos livros do cartório do 1º Ofício de Notas, encontram-se escrituras lavradas por este serventuário no período de 9 de julho a 22 de novembro de 1725.²⁹⁵

Em 1733, recorreu ao Conselho Ultramarino, solicitando, em remuneração de seus serviços, a propriedade do 1º Ofício de Notas, que se encontrava vago devido ao falecimento de Antônio de Andrade, que não deixara descendência,²⁹⁶ apresentando termo de avaliação do ofício;²⁹⁷ certidão passada pelo escrivão da Correição e Ouvido-

285 Os dados biográficos deste titular constam na sua provisão de escrivão da Mesa Grande da Alfândega e Almojarifado (nota seguinte) e no seu registro de óbito (nota 299).

286 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 19, fl. 81v.

287 *Ibidem*, v. 7, fl. 110v.

288 Fonte não identificada.

289 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 1, fls. 16v-17.

290 *Ibidem*, códice 64, v. 1, fls. 106-107.

291 *Ibidem*, códice 128, v. 1, fl. 188v; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 428, n. 4.737.

292 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *op. cit.*, p. 422, n. 4.665.

293 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 952, v. 22, fl. 290; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *op. cit.*, p. 428, n. 4.736.

294 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 2, fl. 23v.

295 *Ibidem*, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 92.

296 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 178, n. 8.261. Na publicação, este requerimento consta com data de 1734.

297 *Ibidem*, n. 8.264.

ria Geral, Domingos Rodrigues Távora, atestando estar vago o ofício;²⁹⁸ e auto de inquirição das testemunhas, a que procedeu o ouvidor-geral, sobre a sua capacidade para exercer o cargo, passada em 3 de agosto de 1733.²⁹⁹

Seu pedido foi negado pelo Conselho, e a propriedade do ofício, concedida ao capitão Antônio Teixeira de Carvalho em 1735.³⁰⁰

Faleceu em 14 de março de 1738 e foi sepultado na igreja de Nossa Senhora do Carmo, da Ordem Terceira.³⁰¹

36) MANUEL SALGADO DA CRUZ (1731-1733)

Recebeu, em 1730, provisão para servir os ofícios de escrivão da Câmara, Órfãos, tabelião de Notas e mais anexos da vila Nossa Senhora dos Remédios de Parati.³⁰²

Com o falecimento do tabelião Manuel de Vasconcelos Velho, foi provido no 1º Ofício de Notas, na serventia do ofício de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, em 12 de maio de 1731,³⁰³ a qual foi renovada por provisão passada na Bahia pelo governador-geral, conde de Sabugosa, em 5 de junho de 1731,³⁰⁴ com cumpra-se de 9 de fevereiro de 1732.

Enquanto ainda se encontrava no exercício do ofício de tabelião, recebeu, em setembro de 1731, provisão passada pelo governador do Rio de Janeiro, do ofício da Administração de Selador das Fazendas da Alfândega,³⁰⁵ pelo tempo de um ano, a qual foi renovada, por igual período, pelo vice-rei do Brasil, em maio de 1733, com cumpra-se de 26 de junho do mesmo ano.

Lavrou, em 19 de outubro de 1732, escritura de doação que fez o padre Francisco Barreto de Menezes à irmandade dos Padres de São Pedro.³⁰⁶

No 1º Ofício de Notas, encontram-se escrituras de sua lavra de 25 de junho de 1731 a 16 de janeiro de 1733.³⁰⁷

Foi sucedido na serventia do 1º Ofício por José Ferreira de Noronha.

298 Ibidem, n. 8.265.

299 Ibidem, n. 8.266.

300 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, livro 90, fls. 136-137; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 4, fls. 158-160v.

301 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 15, fl. 122v. Fonte não confirmada. Anotações do autor.

302 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 65, n. 6.687-6.689.

303 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 4, fls. 63v-64.

304 Ibidem, fl. 74.

305 Ibidem, fls. 67v-68.

306 ARAÚJO, Joaquim de Sousa Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. II, p. 195.

307 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 96-97.

37) JOSÉ FERREIRA DE NORONHA (1731-1733)

Com o falecimento de Manuel de Vasconcelos Velho, recebeu, em 19 de outubro de 1731, provisão régia da serventia do ofício de tabelião e escrivão das Sesmarias da cidade do Rio de Janeiro, pelo tempo de um ano, a qual recebeu cumpra-se do governador do Rio de Janeiro em 6 de novembro de 1732.³⁰⁸

Tomou posse no ofício em 18 de janeiro de 1733, e nesse mesmo ano requereu provisão para continuar no cargo, apresentando certidão de exercício da função e obtendo portaria de prorrogação da serventia.³⁰⁹

Deixou a serventia do cartório em outubro de 1733, sendo sucedido por Bento Luís de Almeida, por nomeação feita em 6 de outubro daquele ano.³¹⁰

Exerceu ainda os ofícios de escrivão dos Órfãos, de propriedade de Inácio de Sousa Pereira, por provisões passadas no período de 14 de janeiro de 1750 a 26 de junho de 1753,³¹¹ e de escrivão das Apelações e Agravos da Relação do Rio de Janeiro, por provisões passadas de 19 de julho de 1760 a 25 de janeiro de 1767.³¹²

Lavrou escrituras no 1º Ofício de Notas de 19 de janeiro de 1733 a outubro do mesmo ano.³¹³

Assinou escritura no livro de tombo da Venerável Ordem Terceira da Penitência em 16 de setembro de 1733.³¹⁴

38) BENTO LUÍS DE ALMEIDA (1733)

Foi nomeado, pelo tempo de seis meses, em 6 de outubro de 1733, na serventia do ofício de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, no 1º Ofício de Notas, que se encontrava vaga por deixação de José Ferreira de Noronha.³¹⁵

Deixou este ofício em 6 de dezembro de 1733, sendo nomeado para ocupar sua vaga, em 4 de janeiro de 1734, Henrique José Penha.³¹⁶

308 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 3, fls. 97-97v. O ofício ficou sem titular de 13 de abril a 24 de junho de 1731, quando tomou posse Manuel Salgado da Cruz.

309 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 159, n. 7.986-7.988.

310 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 5, fl. 6.

311 Ibidem, v. 10, fls. 172-172v; v. 11, fls. 68, 168; v. 12, fl. 46.

312 Ibidem, v. 14, fls. 12-13 e 162v-163; v. 17, fl. 119; v. 19, fls. 116v-117.

313 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 97-98.

314 VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA, Livro de tombo n. 2, fl. 24. Fonte não identificada.

315 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 5, fl. 6.

316 Ibidem, fl. 9v.

Em 30 de outubro de 1734, foi provido por seis meses na serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro, no cartório do 3º Ofício de Notas, durante a suspensão de Salvador Correia Leitão.³¹⁷

Tendo pedido faculdade para continuar na serventia do referido ofício, recebeu, em 17 de agosto de 1735, provisão por mais seis meses,³¹⁸ seguida por provisão de um ano, passada na Bahia pelo vice-rei conde das Galveias, em 11 de outubro, com cumpra-se do governador do Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1736.³¹⁹

Foi sucedido neste ofício, em 18 de dezembro de 1737, por Leonardo Cardoso da Silva.³²⁰

Em 1742, foi nomeado por Eugênio Martins procurador do arrematante do ofício de escrivão de Execuções, José da Silva Correia, para ocupar a serventia daquele ofício, sendo-lhe passada provisão, por tempo de seis meses, em 22 de setembro de 1742,³²¹ continuando no exercício do mesmo cargo por provisões passadas até 20 de julho de 1747.³²²

Em 1750, arrematou o mesmo ofício por donativo, pelo tempo de um ano, recebendo provisões semestrais em 9 de maio e 12 de dezembro de 1750.³²³

No ano de 1753, recebeu provisões para a serventia do ofício de escrivão dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas, do qual era proprietário Paulo de Araújo Ferreira, em 12 de janeiro e 16 de agosto.³²⁴

Foi ainda serventuário da Casa da Moeda, onde exerceu os cargos de escrivão das Entradas de Ouro, por provisão de 30 de julho de 1755,³²⁵ e de escrivão da Receita e Despesa, por provisão de 3 de janeiro de 1759.³²⁶

No exercício de suas funções no cartório do 1º Ofício de Notas, foi protagonista de um fato pitoresco, narrado na abertura de seu livro de notas: um macaco entrou pela janela de seu escritório e rasgou várias folhas do livro onde registrava as escrituras.³²⁷

O corregedor passou-lhe um pito e mandou copiar e conferir com outro tabelião todas as escrituras e procurações passadas por ele e por seu antecessor José Ferreira de Noronha.

317 Ibidem, fl. 48v.

318 Ibidem, fls. 84-84v.

319 Ibidem, fls. 117v-118.

320 Ibidem, v. 6, fls. 9v-10; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 350, n. 10.730.

321 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 7, fl. 139v.

322 Ibidem, v. 8, fls. 88, 135v-136 e 170v-171; v. 9, fls. 18v, 84v e 163v-164.

323 Ibidem, v. 10, fls. 132v-133; v. 11, fls. 56v-57.

324 Ibidem, v. 12, fls. 18v e 51v-52.

325 Ibidem, fl. 141.

326 Ibidem, v. 13, fl. 97.

327 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 98.

Como tabelião do 3º Ofício de Notas, passou, em 28 de maio de 1735, atestado de bom comportamento ao tabelião Custódio da Costa Gouveia.³²⁸

39) HENRIQUE JOSÉ PENHA (1734-1735)

Foi provido, em 4 de janeiro de 1734, por seis meses, no cartório do 1º Ofício de Notas, na vaga da serventia de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, por deixaçãõ de Bento Luís de Almeida.³²⁹ Nesse ano, em 16 de janeiro, recebeu provisão régia, passada em Lisboa, pelo tempo de um ano, na vaga dos ofícios acumulados de escrivão da Câmara e tabelião do Público e Judicial e Notas da vila de São Salvador da Paraíba do Sul de Campos dos Goitacases.³³⁰

Enquanto não chegava a provisão ao Rio de Janeiro, para receber a ordem de cumpra-se, continuou a ser provido no cartório do 1º Ofício de Notas, em 9 de junho de 1734, por seis meses,³³¹ e em 17 de julho de 1734, por um ano, por provisão do vice-rei conde de Sabugosa, com cumpra-se em 3 de janeiro de 1735.³³²

Tendo o governador do Rio de Janeiro assinado, em 10 de maio de 1735, a ordem mandando dar cumprimento à provisão régia que o nomeara para os ofícios de Justiça da capitania de Campos dos Goitacases, deixou o cargo que estivera ocupando no 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, sendo sucedido por Francisco Xavier da Silva, em 15 de maio de 1735.³³³

Em 28 de setembro de 1735, recebeu provisão do vice-rei conde das Galveias para continuar por mais um ano nos ofícios de Justiça da capitania de Campos, com cumpra-se em 2 de julho de 1736.³³⁴

Lavrou escritura no livro de tombo da Venerável Ordem Terceira da Penitência em 25 de novembro de 1734,³³⁵ e nos livros do 1º Ofício de Notas, de 22 de janeiro de 1734 a maio de 1735.³³⁶

328 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 216, n. 8.779.

329 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 5, fl. 9v.

330 Ibidem, códice 64, v. 4, fl. 98.

331 Ibidem, códice 128, v. 5, fl. 28v.

332 Ibidem, fls. 52-52v.

333 Ibidem, fl. 61v.

334 Ibidem, fls. 147-147v.

335 VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA, Livro de tombo n. 2, fl. 35v. Fonte aguardando confirmação.

336 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 98-99.

40) ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO, 1º (1735-1756)

Filho de Antônio da Silva e Francisca Teixeira, natural da freguesia de São Miguel de Carvalho, em Portugal,³³⁷ casado com Inácia de Jesus, era pai de Inácio Teixeira de Carvalho, que foi seu sucessor na propriedade do cartório, e de mais duas filhas, sendo uma delas Ana de Jesus Maria, religiosa do convento de Nossa Senhora da Conceição e Ajuda, no Rio de Janeiro.

Militar, serviu nos ofícios de Guerra na capitania do Rio de Janeiro e na Nova Colônia de Sacramento desde 1702, tendo chegado ao posto de capitão de granadeiros da Guarnição do Rio de Janeiro.

Em 1735, achando-se na Corte, pediu em remuneração de seus serviços a propriedade do ofício de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias, que se encontrava vaga havia mais de trinta anos, por falecimento de Antônio de Andrade, que não deixara descendência.³³⁸

Com ele concorreram à propriedade Antônio de Barros Leite, que já havia ocupado aquela serventia, e Teodoro Ferreira Taborda.

Em 18 de dezembro de 1735, em satisfação de seus serviços, foi-lhe dada carta de propriedade dos ofícios de tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias da cidade do Rio de Janeiro, com cumpra-se do governador Gomes Freire de Andrade, passado em 16 de junho de 1736.³³⁹

Achando-se no serviço real e não podendo exercer o ofício de tabelião de Notas, requereu faculdade para nomear serventuário no dito ofício, para a qual obteve alvará em 28 de janeiro de 1736.³⁴⁰ Esse alvará foi cumprido por Gomes Freire de Andrade em 16 de julho de 1736, sendo o ofício exercido por serventuários durante todo o período em que foi de sua propriedade.

Em 20 de agosto de 1749, segundo consulta do Conselho Ultramarino, pediu faculdade para renunciar ao ofício de tabelião de Notas e Sesmarias.³⁴¹ Pediu nova faculdade de renúncia do ofício em 5 de outubro de 1750, em favor de sua filha, que pretendia ser religiosa, a qual lhe foi negada por só se apreciar mercê por novos serviços.³⁴²

Em 30 de setembro de 1753, fez escritura de renúncia do seu ofício a Francisco Xavier da Silva para, com o valor auferido, efetuar o pagamento de dívidas e dar o dote de sua filha Ana de Jesus Maria, que se achava professa no convento de Nossa Senhora

337 Os dados biográficos encontram-se no processo de habilitação do titular à propriedade do 1º Ofício de Notas. Ver nota seguinte.

338 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 196, n. 8.572. Nas anotações do autor, encontra-se a transcrição do auto de inquirição de testemunhas para habilitação do titular à propriedade do 1º Ofício de Notas.

339 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, livro 90, fls. 136-137; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 4, fls. 158-160v.

340 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 91, fls. 374-374v; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 4, fls. 160v-161.

341 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 952, v. 35, fl. 26.

342 Fonte não identificada.

da Conceição e Ajuda, no Rio de Janeiro,³⁴³ sendo o acordo desfeito em 1º de março de 1755 através de escritura de distrato da cessão e traspasso da propriedade do ofício.³⁴⁴

Já tinha falecido em 4 de agosto de 1756, quando seu filho e único herdeiro varão nomeou procuradores em Lisboa para tratar de seus interesses na sucessão da propriedade do cartório.³⁴⁵

Em 1757, seu filho Inácio Teixeira de Carvalho recebeu alvará de mercê da propriedade do ofício,³⁴⁶ e, em 1760, recebeu a carta de propriedade do referido ofício.³⁴⁷

41) FRANCISCO XAVIER DA SILVA (1735-1751)

Oficial da Secretaria de Governo do Rio de Janeiro nos anos de 1730 e 1731,³⁴⁸ casado com Isabel Maria, era pai do tabelião Luís da Silva Ramos, irmão do tabelião João da Silva do Rosário e avô do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, 2º.

Em 23 de novembro de 1731, foi provido pelo governador do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro na serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, para ocupar no 4º Ofício de Notas a vaga de José Ribeiro Salvado, que se encontrava suspenso por seis meses por sentença da Junta de Justiça.³⁴⁹

Em 5 de abril de 1732, foi-lhe passada na Bahia, pelo governador-geral do Brasil, conde de Sabugosa, provisão de um ano da serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade do Rio de Janeiro.³⁵⁰

A partir de 1735, passou a funcionar no 1º Ofício de Notas, por nomeação feita em 15 de maio, na vaga de Henrique José Noronha,³⁵¹ conservando-se no mesmo ofício por provisões passadas de 3 de agosto de 1735 a 10 de setembro de 1750.³⁵²

Deixou a serventia do 1º Ofício em 1751, sendo sucedido por seu filho Luís da Silva Ramos a partir de 26 de abril de 1751,³⁵³ mas continuou exercendo outras

343 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 124, fls. 83-85.

344 Ibidem, Livro de Notas n. 126, fls. 54-54v.

345 Ibidem, Livro de Notas n. 128, fl. 1.

346 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. José I, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 69, fls. 245-245v.

347 Ibidem, livro n. 3, fls. 341v-342.

348 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 4, fls. 50-72. Nesta função, alterna com outros escrivães a lavratura do registro das ordens e provisões régias.

349 Ibidem, fl. 72.

350 CATÁLOGO dos manuscritos..., p. 152, n. 970. Parece que a provisão não teve efeito no Rio de Janeiro, visto não se encontrar seu registro nos livros da Secretaria de Governo do Rio de Janeiro e as serventias dos ofícios já estarem ocupadas por outros serventuários.

351 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 5, fl. 61v.

352 Ibidem, códice 64, v. 5, fl. 2; códice 128, v. 5, fl. 197; v. 6, fls. 9-9v, 13, 37, 71-72 e 101; v. 7, fls. 61v e 136v; v. 8, fls. 104 e 158v-159; v. 9, fls. 36-36v, 130, 147 e 238v; v. 10, fls. 74 e 247v-248; v. 11, fls. 14-14v.

353 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 120.

funções no cartório, assinando nas escrituras como testemunha juntamente com Antônio da Silva Ramos.³⁵⁴

Em 1759, por provisão régia de 2 de novembro, recebeu mercê por um ano da serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da vila de Vitória, na capitania do Espírito Santo.³⁵⁵

Em 3 de agosto de 1761, foi provido por três anos no ofício de almoxarife da Fazenda Real, por escolha do Senado da Câmara, em substituição a Antônio Álvares de Oliveira,³⁵⁶ e antes do término desta provisão foi nomeado, em 5 de agosto de 1763, para a serventia do ofício de meirinho do Mar e da Alfândega, renovada em 19 de novembro de 1764.³⁵⁷

Nos livros do cartório do 1º Ofício de Notas, encontram-se escrituras de sua lavra de 22 de maio de 1735 a 24 de abril de 1751.³⁵⁸

42) JOÃO DA SILVA DO ROSÁRIO (1742)

Natural do Rio de Janeiro, batizado na freguesia da Sé, filho de Manuel da Silva Ramos e Mariana Correia, era casado com Antônia Gomes de Jesus, irmão de Antônia Correia e do tabelião Francisco Xavier da Silva, e tio do tabelião Luís da Silva Ramos.³⁵⁹

Exerceu no Rio de Janeiro, a partir de 1732 e em diversas ocasiões, as funções de oficial da Secretaria de Governo do Rio de Janeiro.³⁶⁰

Em 21 de fevereiro de 1736,³⁶¹ foi nomeado escrivão da Câmara, tabelião e escrivão da Almotaxaria da vila de São Salvador da Paraíba do Sul dos Campos dos Goitacases, que se encontravam vagos por ter saído culpado em correição Henrique José Penha, recebendo nova nomeação para este ofício em 5 de julho de 1737.³⁶²

Em 20 de dezembro de 1739, foi nomeado por seis meses nos ofícios de escrivão da Câmara, tabelião e mais anexos da cidade de Cabo Frio, na vaga de Francisco Gomes da Fonseca,³⁶³ provisão renovada em 13 de abril de 1740 por seis meses³⁶⁴ e em 24 de maio de 1740 por um ano, com cumpra-se em 14 de dezembro de 1740.³⁶⁵

354 Ibidem, Livros de Notas n. 120-130.

355 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 13, fls. 163-164.

356 Ibidem, v. 14, fls. 161v-162.

357 Ibidem, v. 17, fls. 162-163.

358 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 99-120.

359 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 16 (1746-1748), fls. 5-5v.

360 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 4 e 5. Nesta função, alterna com outros escrivães a lavratura dos registros das ordens e provisões reais.

361 Ibidem, v. 5, fls. 124-124v.

362 Ibidem, fl. 210.

363 Ibidem, v. 6, fls. 132v-133.

364 Ibidem, fls. 152-152v.

365 Ibidem, v. 7, fls. 8v-9.

Ainda em 1740, exerceu também as funções de oficial da Secretaria de Governo do Rio de Janeiro, tendo apresentado requerimento ao Conselho Ultramarino solicitando provisão para substituir, em seus impedimentos, o oficial-maior e o secretário de governo.³⁶⁶

Em 1742, substituiu interinamente seu irmão Francisco Xavier da Silva no cartório do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, de 23 a 30 de julho daquele ano.³⁶⁷

Em 28 de março de 1743, foi provido na serventia dos ofícios de escrivão da Câmara e mais anexos da vila de Parati, para cumprir os últimos seis meses da provisão de Miguel Luís da Silva.³⁶⁸

Ao término desta provisão, a partir de 26 de outubro, passou a exercer a serventia dos ofícios de escrivão da Câmara, tabelião e mais anexos da vila de Santo Antônio de Sá, que havia arrematado em 26 de março, por provisão régia, pelo tempo de três anos,³⁶⁹ recebendo, de 19 de novembro de 1743 a 28 de setembro de 1745, provisões semestrais para o cargo.³⁷⁰

Em 6 de fevereiro de 1746, foi provido no ofício de juiz da Balança da Alfândega do Rio de Janeiro.³⁷¹

Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de julho de 1746, deixando testamento.³⁷²

43) LUÍS DA SILVA RAMOS (1751-1760)

Filho do tabelião Francisco Xavier da Silva³⁷³ e sobrinho de João da Silva do Rosário, aparece como ajudante do cartório do 1º Ofício de Notas nos anos de 1747 e 1748, sendo nomeado, interinamente, tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias a partir de 26 de abril de 1751³⁷⁴ e confirmado no cargo por provisão de 11 de junho do ano de 1751,³⁷⁵ na vaga deixada pela saída de seu pai do cartório.

Conservou-se na serventia do ofício até 1760, nomeado por provisões passadas até 8 de janeiro 1755,³⁷⁶ sendo sucedido por Inácio Teixeira de Carvalho, por provisão de 14 de junho de 1760.³⁷⁷

366 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 381, n. 11.095-11.098.

367 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 108.

368 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, código 128, v. 7, fls. 166-166v.

369 Ibidem, código 64, v. 6, fls. 218v-219.

370 Ibidem, código 128, v. 8, fls. 37v-38, 46v-47, 111v-112, 174-174v e 189-190.

371 Ibidem, v. 9, fl. 42.

372 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 16 (1746-1748), fls. 5-5v.

373 Seu parentesco com Francisco Xavier da Silva é mencionado na provisão recebida em 8 de janeiro de 1755. ARQUIVO NACIONAL, Relação do Rio de Janeiro, código 24, v. 1, fl. 170.

374 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 120.

375 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, código 128, v. 11, fls. 147-147v.

376 Ibidem, fls. 201, 242v; v. 12, fls. 25 e 43-43v; Ibidem, Relação do Rio de Janeiro, código 24, v. 1, fl. 170. Não foram encontradas provisões deste titular no período de 1756 a 1760.

377 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, código 128, v. 13, fls. 241v-242v.

Em 19 de fevereiro de 1761, foi nomeado para exercer por um ano a função de escrivão da Chancelaria da Relação.³⁷⁸ A nomeação foi renovada em 20 de março de 1762.³⁷⁹

Em 12 de agosto de 1765, em razão de impedimento por moléstia grave e proposta do proprietário do 3º Ofício de Notas, Bento Pinto da Fonseca, foi provido na serventia do ofício de tabelião por tempo de um ano,³⁸⁰ não permanecendo, porém, até o fim desse período por ter recebido uma outra provisão em 9 de outubro, do vice-rei conde da Cunha, para o cargo de 2º escrivão da Fazenda Real do Rio de Janeiro.³⁸¹

Deixou como seu sucessor no cartório do 3º Ofício de Notas João Pedro da Silva.³⁸²

Em 27 de abril de 1768, foi provido na serventia dos ofícios de inquiridor, contador e distribuidor do Rio de Janeiro, dos quais era proprietário Manuel Afonso Ribeiro,³⁸³ conservando-se no cargo por renovadas provisões anuais até 10 de julho de 1779.³⁸⁴

No segundo livro de tombo de São Bento, encontram-se várias escrituras de sua lavra, nas quais deixou seu sinal público.³⁸⁵

Nos livros de notas das escrituras do cartório do 1º Ofício, há documentos de sua lavra de 26 de abril de 1751 a 13 de outubro de 1760.³⁸⁶

44) FRANCISCO DE ARAÚJO FRASÃO DE SOUSA (1754-1755)

Foi capitão da Companhia do Terço de Auxiliares de Infantaria da Freguesia de Inhaúma, por patente de 22 de março de 1766, confirmada em 9 de março de 1769.³⁸⁷

Como tabelião público de Notas e escrivão das Sesmarias, funcionou interinamente no cartório do 1º Ofício de Notas por três meses, a partir de 1754, em substituição ao tabelião Luís da Silva Ramos.

Assinou escrituras nos livros de notas do cartório do 1º Ofício existentes no Arquivo Nacional durante o período de 4 de outubro de 1754 a 4 de janeiro de 1755.³⁸⁸

378 Ibidem, v. 14, fls. 98v-99.

379 Ibidem, Relação do Rio de Janeiro, códice 24, v. 3, fl. 290.

380 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 18, fls. 183v-184v.

381 Ibidem, v. 19, fls. 22-23.

382 Ibidem, fls. 24v-25v.

383 Ibidem, v. 21, fls. 81v-82v.

384 Ibidem, v. 22, fls. 117v-118; v. 24, fls. 56-57 e 141-143; v. 25, fls. 36v-37 e 160v-161; v. 26, fls. 133v-134; v. 27, fls. 37-37v; v. 28, fls. 73v-74; v. 29, fls. 39-39v, v. 30, fls. 22-23.

385 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 183-189 e 191-193.

386 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 120-131.

387 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 16, fls. 95-96.

388 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 126, fls. 4-25v.

45) INÁCIO TEIXEIRA DE CARVALHO (1757-1795)

Capitão da Companhia da Ordenança da Freguesia de Inhaúma, distrito da cidade do Rio de Janeiro, por patente de 2 de maio de 1769,³⁸⁹ natural da Colônia de Sacramento, filho do capitão Antônio de Teixeira de Carvalho e Inácia de Jesus, era casado com Francisca de Jesus Maria, natural do Rio de Janeiro, filha de Francisco Xavier da Silva e Isabel Maria, e pai de Antônio Teixeira de Carvalho, igualmente tabelião e proprietário do cartório do 1º Ofício de Notas.³⁹⁰

Em 14 de abril de 1757, recebeu alvará de mercê da propriedade do ofício de tabelião de Notas e Sesmarias,³⁹¹ sendo-lhe concedida carta de propriedade dos referidos ofícios em 26 de agosto de 1760.³⁹²

Enquanto não se encartava, recebeu provisões semestrais para servir estes ofícios, passadas pelos governadores do Rio de Janeiro, conde de Bobadela e Gomes Freire de Andrade, em 14 de junho de 1760, 19 de janeiro de 1761 e, finalmente, em 24 de outubro de 1762.³⁹³

Nos livros do cartório do 1º Ofício de Notas, guardados no Arquivo Nacional, encontram-se escrituras lavradas por este titular de 20 de junho de 1760 a 20 de dezembro de 1785.³⁹⁴

A partir de 2 de março de 1786, a serventia do ofício de tabelião deste cartório passou a ser exercida por seu filho Antônio Teixeira de Carvalho, 2º.³⁹⁵

No segundo livro de tombo de São Bento, acham-se várias escrituras de sua lavra, com seu sinal público.³⁹⁶

Faleceu no Rio de Janeiro em 1795.³⁹⁷

46) ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO, 2º (1786-1832)

Cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada, filho de Inácio Teixeira de Carvalho e de Francisca de Jesus Maria, nasceu no Rio de Janeiro e foi batizado na freguesia da Sé, em 11 de julho de 1761.³⁹⁸

389 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 22, fls. 115-116.

390 Os dados biográficos deste titular encontram-se no dossiê de serventias de ofícios de José dos Santos Ameno. BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C495-6, doc. 9.

391 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. José I, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 69, fls. 245-245v. Não assumiu, no entanto, a serventia do ofício, pois o cartório continuou a cargo de Luís da Silva Ramos até junho de 1760.

392 Ibidem, livro n. 3, fls. 341v-342.

393 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 13, fls. 241v-242v; v. 14, fls. 93v-94, v. 15, fls. 198-198v.

394 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 131-158.

395 Ibidem, Livro de Notas n. 158.

396 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 197-290.

397 A data de seu falecimento é mencionada na carta de propriedade do ofício concedida a seu filho Antônio Teixeira de Carvalho. Ver nota 399.

398 Os dados biográficos deste titular encontram-se no dossiê de serventias de ofícios de José dos Santos Ameno. BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C495-6, doc. 9 e 11.

Neto, por parte paterna, do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho, 1º, e Inácia de Jesus e, por parte materna, de Francisco Xavier da Silva e Isabel Maria, era casado com Angélica da Conceição e pai de José Antônio Teixeira de Carvalho.³⁹⁹

Foi nomeado tabelião por seu pai, para servir no cartório do 1º Ofício de Notas a partir de 2 de março de 1786, segundo certidão passada pelo tabelião Joaquim José de Castro em 12 de julho de 1820.⁴⁰⁰

Com o falecimento de seu pai, em 1795, a propriedade do cartório foi-lhe concedida pelo príncipe regente d. João, por alvará de mercê de 12 de novembro do mesmo ano.

Tendo-se desencaminhado o original desse alvará, requereu outro, que lhe foi passado, com salva, pela rainha em 10 de dezembro de 1798, obtendo a carta de propriedade do ofício de tabelião de Notas da cidade do Rio de Janeiro em 19 de abril de 1803, registrada em Lisboa em 21 de maio, sendo o cumpra-se do vice-rei do Brasil d. Fernando José de Portugal assinado em 17 de agosto daquele ano.⁴⁰¹

Antes de ser encartado, recebeu ainda, em 29 de janeiro de 1803, provisão régia da serventia do ofício pelo tempo de um ano.⁴⁰²

A partir de fevereiro de 1804, em razão de seu impedimento por doença, nomeou como serventuário do cartório Joaquim Carlos da Rocha Pita, que passou a substituí-lo no exercício efetivo do ofício até 1811, seguido, interinamente, por João Caetano Moreira, ainda em 1811, e por José Antônio dos Santos Ameno, de 1811 a 1820.⁴⁰³

Em 1º de maio de 1820, com o falecimento do serventuário José dos Santos Ameno, o regedor nomeou, contra sua vontade, José Antônio Pereira do Lago, com quem teve desavença,⁴⁰⁴ pedindo então licença para retornar ao cargo.

A partir de 12 de outubro de 1820, reassumiu o ofício, sendo substituído nos seus impedimentos por João Carlos Pereira do Lago.

Em 24 de abril de 1826, Albino Gomes Guerra de Aguiar obteve alvará de sobrevivência da serventia vitalícia do ofício de 1º tabelião do Público e Judicial e Notas para seu filho João Gomes Guerra de Aguiar.⁴⁰⁵

Nesse último ano, Antônio Teixeira de Carvalho arrendou o ofício por um ano para João Carlos Pereira do Lago, por escritura passada em 13 de setembro no cartório

399 Idem.

400 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

401 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Maria I, livro 67, fls. 263-267; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 29, fls. 28-31v.

402 Ibidem, códice 128, v. 70, fls. 147-148.

403 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

404 Idem.

405 Ibidem, caixa 76, pacote 2, doc. 19. Este alvará só teve cumprimento, no 1º Ofício de Notas, em 1838.

do tabelião José Pires Garcia,⁴⁰⁶ tornando a arrendá-lo por um ano, em 24 de abril de 1828, para João Caetano de Oliveira Guimarães.⁴⁰⁷

Lavrou várias escrituras nos livros de toambo do Mosteiro de São Bento, onde se encontra seu sinal público.⁴⁰⁸

Nos livros restantes do cartório do 1º Ofício de Notas, encontram-se escrituras de sua lavra de 2 de março de 1786 a 14 de abril de 1826.⁴⁰⁹

Segundo menciona José Antônio dos Santos Ameno, em requerimento feito em 1818, foi também proprietário do ofício de escrivão da Conservatória Inglesa.⁴¹⁰

Faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de outubro de 1832, e foi sepultado na igreja de São Francisco de Paula, na catacumba número 120.⁴¹¹

47) JOAQUIM CARLOS DA ROCHA PITA (1804-1811)

Casado com Rosa Maria da Silva, era pai de Teresa do Coração de Jesus, religiosa do convento de Santa Teresa do Desterro.

Em 1792, serviu, interinamente, como tabelião no cartório do 2º Ofício de Notas, do qual era proprietário Vicente José de Velasco e Molina, substituindo o tabelião Faustino Soares de Araújo, que exercia a serventia daquele cartório, no período de 19 de outubro de 1792 a 7 de dezembro deste ano.⁴¹²

Em 1804, foi nomeado para a serventia do cartório do 1º Ofício de Notas e, conforme atestado passado em 18 de setembro de 1811 por Antônio Teixeira de Carvalho, proprietário do referido ofício, funcionou naquele cartório de 8 de fevereiro de 1804 a 4 de março de 1811.⁴¹³

Nos documentos de serventias de ofícios da Mesa do Desembargo do Paço e nos livros da Chancelaria-Mor existentes no Arquivo Nacional, encontram-se as nomeações deste serventuário a partir de 2 de maio de 1808, até 7 de julho de 1810.⁴¹⁴

406 Ibidem, Terceiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 181, fls. 179-180.

407 Ibidem, Quarto Ofício de Notas, Livro de Notas n. 163, fls. 40v-41v.

408 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do toambo...*, p. 277-279, 283-285 e 289-290.

409 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 158-230.

410 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C495-6, doc. 1.

411 VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DOS MÍNIMOS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, Arquivo, Termos de sepultura dos fiéis, livro 2 (1824-1839), fl. 170.

412 ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Registro Geral, livro 4.

413 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 190-204; Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

414 Ibidem, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 2, fl. 28; v. 3, fls. 62v-63; v. 6, fl. 98v-99; Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

Afastou-se da serventia do ofício em 4 de março de 1811, por motivo de doença,⁴¹⁵ e foi sucedido, interinamente, por João Caetano Moreira, a partir de 17 de maio do mesmo ano.⁴¹⁶

No terceiro livro de tombo de São Bento, há quatro traslados de escrituras de sua lavra, encontrando-se seu sinal público em três deles.⁴¹⁷

Em 18 de agosto de 1828, fez escritura de doação e entrega do dote de sua filha, Teresa do Coração de Jesus, ao convento de Santa Teresa do Desterro, onde era noviça.⁴¹⁸

Faleceu aos 30 de março de 1834, e foi sepultado na igreja de São Francisco de Paula, na catacumba número 131.⁴¹⁹

48) JOÃO CAETANO MOREIRA (1811)

Segundo dados encontrados na Biblioteca Nacional, era cidadão brasileiro, natural do Rio de Janeiro, e sempre viveu com boa reputação e sem nota alguma.⁴²⁰

Serviu, interinamente, como tabelião de Notas e escrivão das Sesmarias no 1º Ofício de Notas, em 1811, no impedimento do tabelião Joaquim Carlos da Rocha Pita, assinando escritura nos livros deste cartório de 17 a 21 de maio de 1811.⁴²¹

Em 7 de março de 1829, constava como professor de primeiras letras do Imperial Seminário de São Joaquim, residindo na Praia Grande, em Niterói.⁴²²

49) JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS AMENO (1811-1820)

Veio para o Rio de Janeiro em 1801, onde se empregou como escrivão das embarcações da Armada Real e, posteriormente, como escrevente no cartório do 2º Ofício de Notas, no período de 1803 a 1807, durante a serventia do tabelião João Nepomuceno de Assis.⁴²³

Com a deixação de Joaquim Carlos da Rocha Pita da serventia do 1º Ofício de Notas, o proprietário Antônio Teixeira de Carvalho nomeou-o para suceder aquele serventuário por portaria de 2 de setembro de 1811.⁴²⁴

415 Idem.

416 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 204.

417 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do tombo: 1793-1829*, p. 133-134, 147-149 e 153-157.

418 CONVENTO DE SANTA TERESA, Arquivo, livro de tombo n. 2, fl. 101. Fonte não confirmada.

419 VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DOS MÍNIMOS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, Arquivo, Termos de sepultura dos fiéis, livro 2 (1824-1839), fl. 205.

420 Fonte não identificada.

421 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 204, fls. 21-49v.

422 Fonte não identificada.

423 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C495-6, doc. 1; ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

424 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

Esta nomeação foi confirmada por provisão do príncipe regente d. João em 30 de setembro do mesmo ano, por seis meses.⁴²⁵

No Arquivo Nacional, nos dossiês de serventias de ofícios da Mesa do Desembargo do Paço e nos livros de registro das provisões e alvarás da Secretaria da Chancelaria-Mor, bem como na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, encontra-se a portaria de nomeação, provisões semestrais, requerimentos e atestados deste serventário até 1820.⁴²⁶

Simultaneamente ao exercício do ofício de tabelião, serviu também como escrivão da Conservatória Inglesa, de propriedade do mesmo Antônio Teixeira de Carvalho, no período de dezembro de 1814 a 15 de março de 1816.⁴²⁷

Em 27 de setembro de 1816, servindo de testemunha em um documento, dizia ser tabelião de Notas nesta cidade, maior de trinta anos e com residência na rua Detrás do Hospício.⁴²⁸

Em 1818, requereu a serventia vitalícia do 1º Ofício de Notas, alegando ser o proprietário surdo, quase sexagenário e com um filho deficiente físico e inapto para o cargo, mas teve sua pretensão indeferida.⁴²⁹

No terceiro livro de tombo do Mosteiro de São Bento, encontram-se várias escrituras de sua lavra no período de 15 de setembro de 1813 a 12 de março de 1820, nas quais deixou alguns sinais públicos.⁴³⁰

Nos livros do cartório do 1º Ofício de Notas, assinou escrituras no período de 9 de outubro de 1811 a 12 de abril de 1820.⁴³¹

Faleceu em 1º de maio de 1820,⁴³² e foi sucedido por José Antônio Pereira do Lago.

50) JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA DO LAGO (1820)

Morador do bairro da Lapa do Desterro, era casado com Josefina Proença, com a qual teve quatro filhos, entre eles os oficiais do Exército Solidônio José Antônio Pereira do Lago e Lucídio José Cândido Pereira do Lago.⁴³³

425 Ibidem, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 10, fl. 55v.

426 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9; Chancelaria-Mor, códice 139, v. 12, fls. 172-173v e 198-198v; v. 13, fl. 78-78v; v. 14, fl. 84; v. 16, fl. 65v; v. 17, fl. 85; v. 23, fl. 24-24v; v. 24, fl. 36-36v; v. 25, fl. 100v, v. 29, fl. 81-81v; BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, 255-15, C495-6 e 873-28.

427 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C495-6, doc. 5.

428 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 80, doc. 11.

429 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C495-6, doc. 1 e 4.

430 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do tombo...*, p. 173-175, 214-219, 245-246 e 248-252.

431 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livros de Notas n. 204-222.

432 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

433 Ibidem, caixa 86, pacote 3, doc. 34; caixa 81, pacote 2, doc. 9.

Serviu desde os treze anos em cargos militares e exerceu duas vezes o ofício de juiz Almotacé.⁴³⁴

Funcionou ainda no 2º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da vila de Santo Antônio de Sá, de 1º de janeiro de 1789 a 31 de dezembro de 1794, por provisões trienais passadas em janeiro de 1789 e 14 de junho de 1792,⁴³⁵ e teve exercício na vila de Macacu.

Após o período de sua serventia em Macacu, foi condenado pela Correição por erros praticados no seu ofício, sendo mais tarde absolvido no Tribunal da Casa da Suplicação.⁴³⁶

A partir de 1818, funcionou como escrevente no cartório do 1º Ofício de Notas, tendo sido nomeado pelo proprietário por contrato de 25 de janeiro do mesmo ano.⁴³⁷

Com o falecimento do serventuário José dos Santos Ameno, foi nomeado pelo regedor da Casa da Suplicação para ocupar a serventia do 1º Ofício de Notas por seis meses, contra a vontade daquele proprietário, por portaria de 9 de maio de 1820,⁴³⁸ para a qual requereu provisão, com despacho favorável em 13 de julho do mesmo ano.

Nesta mesma data, o proprietário do ofício, Antônio Teixeira de Carvalho, recorreu contra a nomeação, reclamando ao regedor seu direito de servir ou nomear serventuário para o cargo e requerendo seu retorno após quatorze anos de impedimento.⁴³⁹

Enquanto tramitavam na Casa da Suplicação os embargos do proprietário, José Antônio Pereira do Lago continuou no exercício da serventia do ofício, até que, por decisão de 17 de agosto, favorável àquele proprietário, foi considerado sem efeito o despacho que lhe havia concedido a serventia e, em 28 de setembro, indeferido o seu pedido para se manter na função.⁴⁴⁰

Em 1821, requereu a propriedade do 2º Ofício de inquiridor do Rio de Janeiro.⁴⁴¹

Lavrou escrituras nos livros do cartório do 1º Ofício de Notas de 30 de maio a 30 de setembro de 1820.⁴⁴²

No terceiro livro de tombo de São Bento, fez o registro de dois traslados de escrituras em 6 de julho de 1820, nos quais lançou seu sinal público.⁴⁴³

Faleceu antes de fevereiro de 1825.⁴⁴⁴

434 Ibidem, caixa 86, pacote 3, doc. 34.

435 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, código 128, v. 37, fls. 164-165; v. 43, fls. 139v-140v.

436 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 86, pacote 3, doc. 34.

437 Ibidem, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

438 Idem.

439 Idem.

440 Idem.

441 Idem.

442 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 222.

443 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do tombo...*, p. 248-252.

444 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9; caixa 86, pacote 3, doc. 34.

51) JOÃO CARLOS PEREIRA DO LAGO (1822-1827)

Escrevente do cartório do 1º Ofício de Notas, passou a atuar como tabelião neste ofício a partir de 2 de maio de 1822, nos impedimentos do proprietário Antônio Teixeira de Carvalho, 2º, lavrando escrituras até junho de 1827.⁴⁴⁵

No terceiro livro de tomo de São Bento, consta como testemunha, juntamente com Matias Rodrigues da Trindade, em 20 de abril de 1822.⁴⁴⁶

No mesmo livro, lavrou escritura, em 1º de junho de 1823, trasladada em 10 de julho de 1823, onde se encontra seu sinal público.⁴⁴⁷

Em 13 de julho de 1826, foi nomeado pelo regedor da Casa da Suplicação para exercer por dois meses a serventia do 1º Ofício de Notas, por motivo de moléstia do proprietário.⁴⁴⁸

Ainda em 1826, antes do término desta serventia, foi nomeado por este proprietário, por portaria de 11 de setembro,⁴⁴⁹ tendo a seguir arrendado a serventia do ofício pelo prazo de um ano, por escritura passada em 13 de setembro na nota do tabelião José Pires Garcia.⁴⁵⁰

A Mesa do Desembargo do Paço confirmou sua nomeação para a serventia do ofício em 13 de novembro daquele ano, habilitando-o para o exercício do cargo em 27 de novembro.⁴⁵¹

Foi sucedido no ofício, em 1827, por João Caetano de Oliveira Guimarães.⁴⁵²

445 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 224-232.

446 MACEDO, Deoclécio Leite de, op. cit., p. 273.

447 Ibidem, p. 276-278.

448 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

449 Idem.

450 Ibidem, Terceiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 181, fls. 179-180.

451 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 9.

452 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Registro geral n. 27.

Segundo Ofício

1) MIGUEL FERRÃO (1565-1567)

Foi nomeado por Mem de Sá no ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas por provisão passada na Bahia em 2 de dezembro de 1565.¹ Prestou juramento e pagou auto de fiança para servir no ofício do Público e Judicial e Notas, vago em função da saída de Pero da Costa, em 30 de outubro de 1566.²

Prestou juramento e deu fiança de 30 mil réis para o exercício do ofício, em 30 de outubro de 1566. Na mesma data tomou posse e assumiu o cargo, lançando o sinal público e raso que havia de usar nas escrituras que passasse às partes.³

Faleceu antes de 22 de fevereiro de 1567, quando, por seu óbito, foi nomeado o substituto Baltazar Fernandes.⁴

2) BALTAZAR FERNANDES (1567-1568)

Com o falecimento de Miguel Ferrão e achando-se vago no Rio de Janeiro o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, foi provido neste cargo Baltazar Fernandes por Mem de Sá, com provisão passada em 22 de fevereiro de 1567.⁵

Prestou juramento perante o ouvidor e deu fiança, em 11 de março de 1567, ao tesoureiro do ouvidor Luís D'Armas, cujo auto foi lavrado por João Luís do Campo, no mesmo livro onde lançou seu sinal público e raso.⁶

Conferiu, em 16 de março de 1567, com o escrivão João Luís do Campo, o registro das cartas de sesmarias concedidas a Pedro Rodrigues em 6 de setembro de 1565.⁷ Nesse mesmo ano, recebeu seiscentas braças de sesmaria em Tambei, braço do Macacu,⁸ que foram, anos mais tarde, alvo de disputa litigiosa entre os padres jesuítas e seus herdeiros Gaspar de Magalhães e Francisco da Fonseca, os quais, perdendo a questão, aforaram-nas por vinte anos em 3 de fevereiro de 1587.⁹

Morreu em 1568, em combate com os índios pelas terras de Macacu, e foi sucedido por Manuel Gomes.¹⁰

1 DISTRITO FEDERAL, *Livro primeiro de ordens e provisões reais*, p. 9-10.

2 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, códice 16.2.19, p. 13-16.

3 Ibidem, Provisões Livro I (1565-1592), fls. 67v-69. Fonte não confirmada.

4 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, *Conquistadores...*, p. 202; MORAES, Alexandre José de Mello, *Corografia histórica...*, p. 234; LISBOA, Baltazar da Silva, *Anais do Rio de Janeiro*, v. I, p. 106; SANTOS, (padre) Luís Gonçalves dos, *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, p. 141, nota CXXIII.

5 DISTRITO FEDERAL, op. cit., p. 16-17.

6 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, códice 16.2.19, p. 16.

7 DISTRITO FEDERAL, op. cit., p. 11-13.

8 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, op. cit., p. 188.

9 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 138.

10 DISTRITO FEDERAL, op. cit., p. 25-26.

3) MANUEL GOMES (1568-1577)

Tendo falecido Baltazar Fernandes, passou Mem de Sá, em 25 de maio de 1568, provisão do ofício de escrivão do Público e Judicial e Notas a Manuel Gomes.¹¹ Era este oficial proprietário de terras, possuindo engenho no Gericinó junto a Gonçalo de Aguiar, Diogo de Montearroio e o padre vigário Martim Fernandes.¹²

Em 1567, foi um dos signatários, com mais outros moradores, do requerimento que pedia a Mem de Sá a demarcação do Rossio da cidade para engorda do gado de abate. No exercício de suas funções como tabelião, em 7 de setembro de 1568, lavrou a ata de posse da sesmaria de Manuel de Brito, na atual rua Buenos Aires.¹³

Em 24 de abril de 1570, prestou nova fiança para se livrar de culpas em liberdade por um crime que lhe fora imputado,¹⁴ e foi seu fiador, nessa ocasião, Gaspar Rodrigues de Moura.

Por alvará de 11 de janeiro de 1574 e carta régia de 11 de maio de 1576, passados por d. Sebastião, recebeu a confirmação da mercê do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro.¹⁵

Faleceu antes de 11 de outubro de 1577. Por carta régia desta data, em razão de sua morte, foi nomeado para substituí-lo Gonçalo de Aguiar.¹⁶

4) LUÍS MACHADO DE LOUREIRO (1577)

Como tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade do Rio de Janeiro e seus termos, lançou no livro de tombo do Colégio de Jesus grande número de documentos em diversos dias do mês de junho de 1577, todas com seu sinal público, juntamente com o escrivão Domingos Martins Ferreira.¹⁷

Certamente, já funcionava como tabelião em fevereiro deste ano, pois em junho de 1584 o tabelião Gonçalo de Aguiar traslada no referido livro de tombo do Colégio a escritura de venda que fez Francisco de Bairros e sua mulher Beatriz de Bairros de casa e chãos de terras aos padres daquele colégio, lavrada nas Notas deste serventuário em 6 de fevereiro de 1577.¹⁸

Entre os inúmeros documentos registrados no referido tombo, destaca-se a carta testemunhável dos padres da Companhia de Jesus, lançada nas primeiras páginas do livro de tombo do Colégio, em que fez seu sinal público.¹⁹

11 Idem.

12 RIO DE JANEIRO, *Tombo das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro...*, p. 181, 186, 195-198.

13 SILVA-NIGRA, (dom) Clemente Maria da, *Construtores e artistas...*, p. 13*-14*.

14 ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 4 (1897), p. 153-155.

15 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Rio de Janeiro no século XVI*, v. I, 142 e 150; v. II, 121; INSTITUTOS DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Sebastião, livro 37, fl. 95v.

16 SERRÃO, op. cit., v. I, p. 150.

17 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 4-25, 33-110 e 127-129.

18 Ibidem, p. 111-112.

19 Ibidem, p. 4-7.

Recebeu alvará de escrivão da Fazenda dos Defuntos em 29 de novembro de 1585 e carta de propriedade em 2 de fevereiro de 1587.²⁰

5) GONÇALO DE AGUIAR (1577-1618)

Casado com Inês Gomes, veio para o Rio de Janeiro com Salvador Correia de Sá para povoar a cidade, por volta de 1567 ou 1568, e serviu nas guerras desta capitania.

Era um grande proprietário de terras, possuindo sesmarias em Gericinó,²¹ na banda direita do rio Macacu, em Guaxendiba e Mariohiy,²² além de casas de morada nas imediações da Santa Casa de Misericórdia, que foram vendidas ao padre Francisco de Jesus Vila-Lobos.²³

Exerceu a partir de 1570, em diversas ocasiões, o ofício de escrivão da Câmara do Rio de Janeiro, de propriedade de Julião Rangel de Sousa Coutinho.²⁴

Em 1577, com a morte de Manuel Gomes, foi agraciado com a mercê da propriedade do ofício de tabelião do Público e Judicial, no 2º Ofício de Notas, por carta passada em Lisboa por el-rei em 11 de outubro de 1577.²⁵

Em 23 de fevereiro de 1588, seu nome aparece em um auto de prestação de fiança, lavrado pelo tabelião Pero da Costa, para exercer o ofício de escrivão dos Órfãos, no qual foi seu fiador o provedor dos Defuntos, Francisco Fernandes.²⁶

No exercício desta função, consta, em 8 de setembro de 1595, que lavrou despacho do juiz ordinário Pero Neto nos autos de medição das terras de Simão Barriga deixadas ao Colégio de Jesus.²⁷ No mesmo documento, atuava inclusive como tabelião.

Serviu também de escrivão perante o governador do Rio de Janeiro.²⁸

Recebeu, em 8 de março de 1602, carta de propriedade do ofício de escrivão da Câmara, por falecimento de seu antigo titular,²⁹ em que teve exercício até 1618.

No livro de tombo do Colégio, constam escrituras lavradas por este tabelião de 1578 a 1599, nas quais se encontram seu sinal público.³⁰

20 INVENTÁRIO dos documentos relativos ao Brasil, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, p. 34-35.

21 RIO DE JANEIRO, *Tombo das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro...*, p. 165 e 181.

22 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro...*, p. 109.

23 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, *Conquistadores...*, p. 26.

24 Idem.

25 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Sebastião, livro 37, fls. 314-314v.

26 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, Terceiro livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, códice 16.2.17, fls. 170v-172v; BELCHIOR, Elísio de Oliveira, op. cit., p. 26.

27 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 164-167.

28 Fonte não localizada.

29 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Felipe II, livro 6, fl. 292v-293.

30 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 11-127, 130-131, 139-172 e 342-345.

Assinou em 28 de fevereiro de 1592, com muitos outros moradores da cidade, a escritura de doação da ermida de Santa Luzia e terras adjacentes à Ordem de São Francisco, representada pelos religiosos frei Antônio dos Martírios e frei Antônio das Chagas.³¹

Aprovou os testamentos de Maria de Oliveira, em 15 de junho de 1595,³² e, em 19 de março de 1602, o de Manuel de Brito Lacerda, viúvo daquela.³³

Em 1618, já velho e cego, renunciou aos ofícios dos quais era proprietário, e foi sucedido, em 24 de março do mesmo ano, por Jorge de Sousa Coutinho, *o velho*.

Deve ter falecido por volta de 1620, quando fez testamento em que legou vários imóveis à Santa Casa de Misericórdia.³⁴

6) GARCIA FERREIRA (1588)

Em 27 de julho de 1588, foi provido no cargo de escrivão da Câmara pelo governador Salvador Correia de Sá, por provisão lavrada pelo tabelião Gonçalo de Aguiar, como escrivão diante do governador, consertada pelo escrivão Garcia Ferreira e o vereador Pero da Costa.³⁵

Em 24 de janeiro de 1589, enquanto não fora servir o cargo, foi substituído por Sebastião Coelho. Por se achar doente, foi definitivamente substituído por Baltazar da Costa, em 23 de janeiro de 1591. Como tabelião do Público e Judicial, passou traslado de fiança dada por Belchior Tavares em 1588.³⁶

7) DIOGO RODRIGUES FERREIRA (1600-1601)

Consta como tabelião do Rio de Janeiro em 1600, quando fez escritura de venda de terras, em 13 de setembro, de Antônio, piloto, e sua mulher Felipa Ramalho. Em 1601, recebeu como sesmaria um pedaço de terra, entre a Cidade Velha e a fortaleza de São João, e uma ilha a que chamam Joby.³⁷

8) MANUEL MOURATO (1613)

Como tabelião, passa escritura de declaração de outra [escritura], em 26 de novembro de 1613. Com ele serviu Inácio de Peixoto de Carvalho e Melo.³⁸

31 ROWER, Basílio, *O convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro: sua história, memórias, transcrições com 43 estampas*, p. 16-18.

32 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 948-3.

33 Ibidem, Arquivo, doc. 850-3.

34 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, op. cit., p. 26 e 232.

35 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, códice 16.2.20, p. 37-37v; LISBOA, Baltazar da Silva, *Anais do Rio de Janeiro*, v. I, p. 300v; BELCHIOR, Elísio de Oliveira, op. cit., p. 207.

36 ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 4 (1897), p. 106-107.

37 Fonte não identificada.

38 Fonte não identificada.

9) INÁCIO DE PEIXOTO DE CARVALHO E MELO (1613)

Como tabelião, passa escritura de declaração de outra [escritura], em 26 de novembro de 1613. Com ele serviu Manuel Mourato.³⁹

10) JORGE DE SOUSA [COUTINHO], o velho (1614-1668)

Jorge de Sousa [Coutinho], filho de Ambrósio de Sousa e Justa de Azevedo, nasceu no Espírito Santo. Declarou que fora casado com Maria de Galegos, com a qual tivera cinco filhos, a saber: Ambrósio de Sousa, Vasco de Sousa, Francisco de Sousa, Inácio de Sousa e dona Maria, dos quais eram falecidos Vasco, Inácio de Sousa e o padre Ambrósio.⁴⁰

Por carta régia, são concedidos a Jorge de Sousa, em 24 de março de 1618, os ofícios vagos por renúncia de Gonçalo de Aguiar. Tendo servido como serventuário o ofício de 2º tabelião, de 1614 a 1618, recebeu em 5 de setembro de 1618⁴¹ a propriedade. Tal carta foi reformada em 19 de fevereiro de 1644.⁴² Servindo também de escrivão da Câmara por mais de quarenta anos, requereu, em 1665, faculdade para renunciar, em favor de seu filho Francisco de Sousa Coutinho, a propriedade do ofício de escrivão da Câmara e, em seu neto Jorge de Sousa Coutinho, o de tabelião de Notas.⁴³

Foi o Conselho, em parecer de 19 de fevereiro de 1665, favorável à renúncia dos ofícios de escrivão da Câmara em seu filho Francisco de Sousa Coutinho e de tabelião do Público e Judicial e Notas em seu neto Jorge de Sousa Coutinho, filho de Vasco de Sousa. O rei, porém, só concedeu o ofício de escrivão da Câmara a Francisco de Sousa Coutinho, por resolução de 19 e alvará de 26 de fevereiro de 1665.⁴⁴

Segundo monsenhor Pizarro, foi o fundador da igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Irajá.⁴⁵ Em 30 de julho de 1635, achando-se em sua fazenda, foi substituído por Inocêncio Correia, tabelião do Público, eleito pelos oficiais da Câmara em que era escrivão.⁴⁶

De 28 de dezembro de 1644 a 30 de maio de 1646, estando impedido, por prisão, de exercer as funções de escrivão da Câmara e tabelião do Público, mandaram os vereadores que por ele servisse o tabelião Gaspar de Carvalho, que recebeu os livros do cartório.⁴⁷

39 Fonte não identificada.

40 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 4, fls. 67-67v.

41 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Filipe II, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 43, fl. 98v; livro 42, fls. 68-70.

42 Ibidem, Chancelaria d. João IV, livro 16, fls. 170v-171v.

43 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 112, n. 1.026.

44 Ibidem, n. 1.027.

45 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. III, p. 13.

46 DISTRITO FEDERAL, *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 6-7.

47 Ibidem, p. 85-86.

Gaspar de Carvalho assina as atas da Câmara até 9 de março de 1645, e Jorge de Sousa Coutinho volta a funcionar na Câmara, recebendo a chave da arca, em 30 de maio de 1646.⁴⁸

Restam poucos documentos lavrados por este tabelião. Em 4 de setembro de 1614, fez o traslado da escritura de terras entre o Mosteiro de São Bento e Estevão de Araújo e, em 12 de novembro de 1615, outro traslado de escritura de arrendamento feito por Pedro Luís Ferreira a Gaspar Rodrigues.⁴⁹ Passa escritura de uma capela no convento dos Carmelitas em 21 de fevereiro de 1633, assinada também por Miguel de Carvalho.⁵⁰

Com seu falecimento em 1º de janeiro de 1668, foi a propriedade do ofício doada a seu filho Francisco de Sousa Coutinho, por proposta do Conselho e ordem de 15 de dezembro de 1670, e carta registrada a 24 do mesmo mês e ano.⁵¹ Fez testamento no qual dispôs que seu corpo fosse amortalhado no Hábito de São Francisco e enterrado na capela dos Terceiros de São Francisco, acompanhado da irmandade da Misericórdia.

11) JOÃO DE BRITO GARCEZ (1624-1629)

Assina escritura de doação e hipoteca em Guaratiba, em conjunto com Jacinto Pereira, entre 1627 e 1629. Funcionou na mesma nota em que serviram Jacinto Pereira e Faustino Soares de Araújo.⁵²

Passou traslado no livro de tombo do convento dos Carmelitas de escritura de amigável composição entre Jerônimo Veloso e seu irmão Manuel Veloso, das terras de Guaratiba, em 27 de abril de 1624,⁵³ o qual foi novamente trasladado, em 1632, por Jorge de Sousa.

Em 27 de abril de 1628, lavra escritura na casa de Jerônimo Veloso de Cubas,⁵⁴ trasladada, em 1632, por Jorge de Sousa Coutinho.

12) JACINTO PEREIRA (1627-1629)

Segundo mosenhor Pizarro, teria servido no mesmo ofício (2º) que João de Brito Garcez e Faustino Soares de Araújo, e lavrou a escritura de doação das terras de Guaratiba que fizeram Jerônimo Veloso Cubas e sua mulher Beatriz Álvares Gaga à capela de Nossa Senhora do Desterro da Religião do Carmo.⁵⁵

48 Ibidem, p. 114-115.

49 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 391-392.

50 Ibidem, p. 248-250.

51 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 121, n. 1.108-1.109.

52 ARAÚJO, José Sousa Azevedo Pizarro e, op. cit., v. III, p. 210.

53 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 254-256.

54 CATÁLOGO dos documentos..., p. 243. Fonte não confirmada.

55 ARAÚJO, José Sousa Azevedo Pizarro e, op. cit. v. III, p. 210.

13) ANTÔNIO DE MENDONÇA (1628)

Em 25 de novembro de 1628, como tabelião do Público e Judicial e Notas, lavra o auto da Correição da Câmara, e substitui Luís Nogueira, que estava doente e era ouvidor-geral.⁵⁶

14) INOCÊNCIO CORREIA (1630-1635)

Funcionou no 2º Ofício, de que era proprietário Jorge de Sousa, a partir de 1630. Em 1635, no impedimento do escrivão da Câmara, Jorge de Sousa Coutinho, que se achava em sua fazenda, foi eleito pelos oficiais de Câmara escrivão da mesma, a 30 de julho. Prestou juramento e tomou posse no cargo nessa data, conforme o livro das Vereanças, 1635-1650.⁵⁷

Lavrou a escritura de amigável composição entre o Mosteiro de São Bento e os herdeiros Diogo de Brito, Manuel de Brito de Melo e irmã, em 22 de outubro de 1635, trasladada em 15 de novembro de 1635 e registrada em 26 de junho de 1775.⁵⁸ Segundo informação do sexto livro de tombo do mosteiro, teria assinado escritura de compra, do Mosteiro de São Bento a Diogo Teixeira de Carvalho, de terras na lagoa de Maricá, em 10 de novembro de 1635.⁵⁹

Passou escritura da capela de São Tiago, atual do Senhor dos Passos, vendida pelos Carmelitas a Maria Barreto, em 14 de julho de 1635.⁶⁰

15) FRANCISCO BARBOSA (1635-1638)

No derradeiro dia de abril de 1638, apresentou-se na Câmara, onde, como tabelião do Público, prestou compromisso e lançou seu sinal público, cujo termo foi feito por Jorge de Sousa.⁶¹ Assina as atas da Câmara desde 25 de agosto de 1635, no impedimento do proprietário.

16) JOÃO ANTÔNIO CORREIA (1639-1646)

Em 30 de junho de 1639, como escrivão do Público e Judicial e Notas, substituiu Jorge de Sousa como escrivão da Câmara.⁶²

Segundo mosenhor Pizarro, lavrou a escritura de doação da igreja da Candelária à Santa Casa de Misericórdia, em 4 de julho de 1639, como consta na escritura de 10 de setembro do mesmo ano passada na nota do tabelião João de Anhaia,⁶³ feita

56 ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 1 (1894), p. 449-451.

57 Ibidem, v. 1, p. 56-57; DISTRITO FEDERAL, *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 6-7.

58 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 243; SILVA NIGRA, op. cit., p. 35*, doc. 16.

59 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Sexto livro do tombo*, p. 255.

60 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 329-331.

61 DISTRITO FEDERAL, *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 28.

62 Ibidem, p. 34 e 49.

63 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. II, p. 183.

pelos fundadores Antônio Martins Palma e sua mulher Leonor Gonçalves. Funcionou como tabelião no 2º Ofício de Notas entre 1639 e 1646.

17) FRANCISCO NUNES ESCOBAR (1650-1652)

Em 4 de agosto de 1650, como tabelião de Notas, fez o registro de hipoteca de uma morada de casas na rua de Mateus de Freitas, pela terça de frei Gaspar, carmelita, filho de Gaspar Fernandes, no livro de notas de Antônio Ferreira da Silva.⁶⁴

Assina, em 27 de novembro de 1652, traslado de petição, despacho de escritura e carta de sesmaria em conjunto com Manuel de Carvalho e Pero da Costa.⁶⁵

18) ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA (1658)

Ver 1º Ofício.

19) SEBASTIÃO SERRÃO FREIRE (1660)

Era casado com Felipa de Bulhões em primeiras núpcias, em 1642, e com Clara de Aguiar em segundas núpcias, em 1666, tendo onze filhos dos dois casamentos.⁶⁶ Em 31 de maio de 1649, foi eleito almotacé para os meses de junho e julho.⁶⁷ Em 27 de abril de 1665, concorreu com Manuel Cardoso Leitão e Manuel de Carvalho Soares à vaga da serventia do 1º Ofício, apresentando os serviços.

Concorreu, em 19 de novembro de 1671, ao provimento do ofício de escrivão da vara do Meirinho do Campo, do Rio de Janeiro, com Jerônimo Bentes de Sousa e Manuel Rodrigues de Leão, cujos serviços foram relatados. Recebeu a serventia por despacho de 6 de novembro de 1671.⁶⁸

Já funcionava no segundo cartório em 1660, conforme traslado de escritura de retificação, posse, concerto e troca entre os Carmelitas e Sebastião Mendes da Silveira, em 10 de abril de 1660.⁶⁹ Funcionava no mesmo cartório em que serviram Antônio Ferreira da Silva e Faustino Soares de Araújo.⁷⁰

Passou a escritura de troca do engenho de Santo André de Iriri, feita por Beatriz Álvares Gaga e seu marido Sebastião Mendes da Silva, com o convento de Nossa Senhora do Carmo.⁷¹

64 ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 2 (1895), p. 267-268.

65 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 316.

66 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. III, p. 147-148.

67 DISTRITO FEDERAL, op. cit., p. 173.

68 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 126, n. 1.159.

69 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 250-253; ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 3 (1896), p. 293-299.

70 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, op. cit., v. III, p. 165.

71 ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 3 (1896), p. 293-299.

Este serventuário serviu de base para o personagem do livro *O garatuja*, de José de Alencar. Segundo o padre Perereca, foi nome de uma rua localizada perto da rua do Hospício, e seu sobrenome apareceu com diferentes transcrições: Sebastião Serrão Freire, Sebastião Correia Freire.⁷²

Os autos que propiciaram a renúncia do governador Tomé Correia de Alvarenga foram assinados, entre outros, por Sebastião Serrão Freire, na casa da Câmara, em 8 de novembro de 1660. Assinou escritura de venda de terras por Margarida Baldes ao Mosteiro de São Bento em 12 de abril de 1660 e outra, em 4 de outubro de 1660, de terras vendidas por Francisco Pinto Pereira.⁷³

Faleceu em 23 de junho de 1677.⁷⁴

20) FRANCISCO DE SOUSA COUTINHO (1665-1672)

Filho de Jorge de Sousa de Coutinho, *o velho*, e Maria de Galegos, casado com Ascença de Menezes, pai de Ângela de Mendonça.

De acordo com consulta do Conselho Ultramarino de 19 de fevereiro de 1665, foi dada a Jorge de Sousa Coutinho, *o velho*, faculdade para renunciar, em seu filho Francisco de Sousa Coutinho, a propriedade do ofício de escrivão da Câmara, e em seu neto Jorge de Sousa Coutinho, filho de Vasco de Sousa, o de tabelião do Público e Judicial e Notas.⁷⁵ A carta, porém, só lhe foi dada após a morte de seu pai, por consulta de 13 de fevereiro de 1670.⁷⁶ Em 8 de janeiro de 1671, Francisco de Sousa Coutinho recebe a propriedade do mesmo ofício.⁷⁷

Faleceu em 21 de abril de 1672, no Rio de Janeiro, e foi sepultado na igreja de São Francisco.⁷⁸

21) JORGE DE SOUSA COUTINHO, o moço (1665-1681)

Jorge de Sousa Coutinho, *o moço*, era, segundo consulta de 19 de fevereiro de 1665,⁷⁹ filho de Vasco de Sousa Coutinho e neto de Jorge de Sousa Coutinho, *o velho*, e Maria de Galegos.⁸⁰

72 LISBOA, Baltazar da Silva, *Anais do Rio de Janeiro*, v. IV, p. 9 e 25; SANTOS, (padre) Luís Gonçalves, *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, p. 141, nota CXXIII.

73 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 1.032-9.

74 RHEINGANTZ, Carlos G., op. cit., v. III, p. 147-148.

75 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 112, n. 1.026.

76 Ibidem, p. 121, n. 1.108-1.109.

77 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, livro 35, p. 243v-244.

78 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Candelária, Óbitos, livro 2 (1668-1695), p. 12v.

79 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 112, n. 1.026.

80 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 4, p. 67-67v.

Assina traslado da sentença dos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo contra os oficiais graduados da Câmara, sobre a liberdade de subsídio, em 15 de julho de 1678,⁸¹ e traslado da procuração de dona Brites de Lemos feita ao licenciado Clemente Martins de Barros, em 1668.⁸²

Na provisão passada a João Álvares de Sousa, consta que Jorge de Sousa Coutinho deixou vaga a serventia por ausência que faz por sua ida à Corte, em 26 de outubro de 1680.⁸³ Por certidão de 18 de agosto de 1681, determina que sejam pagos por Manuel da Costa Moura, à viúva de Jorge de Sousa Coutinho, os direitos da provisão.⁸⁴

22) MANUEL PINTO BARCELAR (1667-1669)

Segundo mosenhor Pizarro, funcionou no 2º Ofício de Jorge de Sousa de 4 de janeiro de 1667 a 24 de janeiro de 1669. Passou a escritura de transferência, para a Mitra, da capela do Morro da Conceição, que o prelado Manuel de Sousa e Almeida doara aos padres capuchinhos.⁸⁵

23) JOÃO ANTUNES (1667-1669)

De acordo com o capítulo XVII das *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, “Das casas religiosas e hospícios habitados por indivíduo do sexo masculino”, na nota 201 sobre a aquisição da capela Nossa Senhora da Conceição pela Mitra, funcionou como tabelião no 2º Ofício entre 1667 e 1669.⁸⁶

24) JOÃO ÁLVARES DE SOUSA (1680-1703)

Ver 1º Ofício.

25) MANUEL DA COSTA MOURA (1681-1687)

Ver 1º Ofício.

26) ÂNGELA DE MENDONÇA (1685-1694)

Com a morte de seu pai Francisco de Sousa Coutinho, foi a serventia do ofício de 2º tabelião dada a seu primo, Jorge de Sousa Coutinho. Com o falecimento, em 1681, de seu marido e primo, o escrivão da Câmara Baltazar Rangel de Sousa, requereu em 1685 ou fins

81 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 207-215.

82 Ibidem, p. 258-260.

83 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, p. 6.

84 Ibidem, códice 78, v. 10, p.168-170.

85 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, op. cit., v. VII, p. 310, nota 201.

86 Ibidem, v. VII, p. 310.

de 1684 a propriedade de ambos os ofícios para seu filho mais velho, ainda menor, Julião Rangel de Sousa Coutinho, permanecendo como tutora até março de 1688.⁸⁷

Em 20 de março de 1685, foi-lhe passado alvará régio pelo qual se fez mercê a Ângela de Mendonça, viúva de Baltazar Rangel de Sousa, para seu filho primogênito Julião Rangel de Sousa, da propriedade dos ofícios de escrivão da Câmara e do Donativo, e de tabelião de Notas do Rio de Janeiro.⁸⁸ Ângela de Mendonça recebeu alvará de faculdade para nomear serventuários em 10 de julho de 1688.⁸⁹

Faleceu em 17 de maio de 1696.⁹⁰

A carta de propriedade só foi passada a Julião Rangel em 3 de novembro de 1694.⁹¹

27) LUÍS LOPES DE CARVALHO (1690-1695)

Em seu testamento, declarou-se natural de Vimieiro, Évora, filho de Miguel Lopes de Carvalho, natural da freguesia de Santa Justa, arcebispado de Lisboa, e de Antônia da Gama de Sousa, natural de Arraiolos. Morador em Vimieiro, era neto paterno de Luís Lopes de Carvalho e Isabel Gonçalves, da mesma localidade.

Foi casado com Catarina de Figueiredo, natural de Mora, Évora. Capitão-mor da capitania de São Vicente, empossado em 28 de abril de 1679, havia sido, em 1677, capitão-mor de Itanhaem. Esteve entre os bandeirantes paulistas no século XVII.

Com as finanças arruinadas, veio residir no Rio de Janeiro, onde, por sua nobreza, recebeu, em razão da promoção de João Álvares de Sousa a escrivão da Correição e da Ouvidoria Geral, a mercê da serventia, por tempo de seis meses, do 2º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, por provisão do governador Luís César de Meneses, datada de 11 de setembro de 1690.⁹²

Terminado o tempo dessa provisão, foi-lhe passada outra, pelo mesmo governador, datada de 16 de março de 1691, pagando de meia anata 7\$700rs. Essa provisão foi renovada em 16 de setembro de 1691; nova provisão foi-lhe passada, por mais seis meses, pagando a mesma meia anata, em 17 de março de 1692.⁹³

87 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, códice 94, fls. 16-16v. Fonte não confirmada.

88 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 433, n. 4.818; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Pedro II, livro 22, fl. 142v.

89 ARQUIVO NACIONAL, códice 78, v. 10, p. 135v.

90 Anotações do autor.

91 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 447, n. 5.033.

92 ARQUIVO NACIONAL, códice 78, v. 11 fl. 35-35v.

93 Ibidem, códice 78, v. 11, p. 45v, 54v, 62-62v.

Outras provisões lhe foram dadas, da mesma serventia e pelo mesmo tempo, em 18 de maio e 18 de setembro de 1693.⁹⁴ Segundo provisão de João Álvares de Sousa, em 30 de abril de 1694, Luís Lopes de Carvalho deixou a serventia nesta data.⁹⁵

Em 1694, surgindo a questão do seu impedimento por parentesco – com seu filho José Lopes de Carvalho, a quem fora dada a propriedade do cargo de escrivão da Ouvidoria Geral –, foi suspenso, mas recorreu a el-rei. O Conselho Ultramarino foi favorável, em 20 de dezembro de 1694, ao pedido de Luís Lopes para continuar a exercer o ofício de tabelião do Judicial e Notas.⁹⁶ Recebeu licença para continuar na serventia do ofício de que tinha sido suspenso em 10 de janeiro de 1695.

Luís Lopes de Carvalho lançou várias escrituras no segundo livro de tombo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro,⁹⁷ e assinou escritura de distrato em 11 de dezembro de 1690.⁹⁸ Foi escrivão da Fazenda dos Defuntos e Ausentes.⁹⁹ Em 1710, consta funcionando como tabelião no 4º Ofício de Notas.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de abril de 1711.

28) JULIÃO RANGEL DE SOUSA COUTINHO, o velho (1694-1720)

Julião Rangel de Sousa, filho de Baltazar Rangel de Sousa e Ângela de Mendonça, casou-se duas vezes: a primeira com Maria Mendonça Borges, filha de Manuel Cardoso Leitão e Maria de Mendonça, e a segunda com Maria Josefa Pereira de Marins.

Dona Ângela de Mendonça, filha do tabelião Francisco de Sousa Coutinho e de Ascença de Meneses, viúva de seu primo Baltazar Rangel de Sousa, escrivão da Câmara, falecido em 20 de junho de 1681, requereu, em 1685, a propriedade do ofício do falecido pai para seu filho mais velho e, apresentando sentença de justificação, mostrou pertencer-lhe a ação da propriedade do mesmo. Foi-lhe passado alvará régio de propriedade em 20 de março de 1695.¹⁰⁰

Durante a menoridade, recebeu d. Ângela alvará de mercê de faculdade para nomear serventuário para o cargo, datada de 27 de fevereiro de 1688, mandada cumprir em 4 de março de 1688 e registrada a 10 do mesmo mês.¹⁰¹

Em 21 de junho de 1688, foi passada provisão de serventia do ofício de escrivão da Câmara a Vasco de Sousa Coutinho, pelo proprietário Julião Rangel, renovada em

94 Ibidem, códice 78, v. 12, p. 29 e 32; cód. 78, v. 12, p. 44.

95 Ibidem, códice 78, v. 12, p. 46.

96 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 22, n. 1.962.

97 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 8-11 e 13-15.

98 ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 3 (1896), p. 220.

99 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 318, n. 3.158.

100 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 433, n. 4.818.

101 ARQUIVO NACIONAL, códice 78, v. 10, p. 135v.

30 de dezembro de 1688.¹⁰² Segundo consulta do Conselho Ultramarino, de 10 de dezembro de 1691, pediu Julião Rangel de Sousa dispensa de idade para entrar na serventia do ofício, visto ter 22 anos e ser casado.¹⁰³

Em 3 de novembro de 1694, foi-lhe passada carta de mercê da propriedade dos ofícios de escrivão da Câmara, escrivão dos Donativos do Dote da Rainha da Inglaterra e Paz de Holanda, e tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.¹⁰⁴

Como proprietário dos ofícios de escrivão da Câmara, Donativos, e tabelião do Público e Judicial e Notas, que servia havia muitos anos com satisfação, e por nos exercícios deles ter granjeado tão grandes achaques que se continuasse se faria tísico, requereu em 1704 alvará de faculdade para nomear serventuário no seu impedimento, o que lhe foi concedido por resolução de 29 de outubro 1704, em consulta do Conselho Ultramarino de 27 dos ditos mês e ano. A carta foi passada em 19 de novembro de 1704 e registrada na Chancelaria em janeiro de 1705, com cumpra-se do governador d. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre em 13 de agosto de 1705.¹⁰⁵

Em 1704, pediu faculdade para nomear serventuários, que receberam provisões de 1705 a 1720. Nos seus impedimentos, serviram, de 1704 a 1718, Manuel Rodrigues de Moraes, Diogo Pereira da Silva, Manuel de Lemos Barbosa e George de Sousa Coutinho.

Dos livros do cartório lavrados pelo titular Julião Rangel, só restam os de 15 de fevereiro de 1717 a 27 de abril de 1718, quando assume a serventia do cartório George de Sousa Coutinho.¹⁰⁶

Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de março de 1720.

29) DIOGO PEREIRA DA SILVA (1703-1704)

Achando-se vago o ofício do 2º tabelião, de que era proprietário Julião Rangel de Sousa, *o velho*, em razão da promoção do serventuário João Álvares de Sousa a escrivão de Correição e Ouvidoria Geral e da suspensão de seu sucessor, o capitão Luís Lopes de Carvalho, e por concorrerem em Diogo Pereira da Silva os requisitos necessários e já ter notícia do cargo que servira, fez-lhe o governador dom Álvaro da Silveira mercê da serventia do referido ofício de tabelião do Judicial e Notas, por tempo de seis meses, passada por provisão de 11 de maio de 1703, da qual pagou 15 mil réis de novos direitos, com despacho do governador em 10 de maio de 1703.¹⁰⁷

102 Ibidem, códice 78, v. 10, fl. 135; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, códice 94, fls. 16-16v. Fonte não confirmada.

103 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 189, n. 1.783.

104 Ibidem, p. 449, n. 5.033; ARQUIVO NACIONAL, códice 78, v. 20, p. 76,76v-77.

105 ARQUIVO NACIONAL, códice 78, v. 21, p. 42.

106 Ibidem, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 24, 25 e 26.

107 ARQUIVO NACIONAL, códice 78, v. 15, p. 30 v; códice 78, v. 15, p. 29.

Em 1704, deixou para Manuel Rodrigues de Moraes a serventia do referido 2º Ofício de Notas, nomeado por provisão de dom Álvaro da Silveira, de 31 de outubro do mesmo ano, serventuário do ofício de escrivão de Ouvidoria Geral, servido até então por seu sogro João Álvares de Sousa, que, segundo Paulo Martins, procurador do proprietário Gonçalo Ribeiro Bastos, estante em Lisboa, sofria achaques que o impediam de servir.¹⁰⁸

30) MANUEL RODRIGUES DE MORAIS (1704-1707)

Ver 1º Ofício.

31) MANUEL DE LEMOS BARBOSA (1708-1717)

Consta no testamento de Manuel de Lemos Barbosa que era natural de Vila Nova de Cerveira, filho legítimo de Antônio Barbosa Rabelo e de sua mulher Maria de Lemos de Ricaldas, e que foi casado com Josefina Vilasboas, natural de Vila de Viana. Faleceu em 20 de outubro de 1736.

Por deixação de Manuel Rodrigues de Moraes, do 2º Ofício, foi nomeado pelo proprietário Julião Rangel de Sousa, em seu impedimento. Requereu o cargo ao governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, e, por se achar vago, obteve-o por provisão de 12 de março de 1708, pagando 15 mil réis de novos direitos.¹⁰⁹

Terminado o prazo de seis meses de sua provisão, foi provido novamente, em 15 de setembro de 1708, no impedimento de Julião Rangel de Sousa, e assim sucessivamente, por provisões semestrais, até 26 de maio de 1711.¹¹⁰

Em 15 de julho e 15 de dezembro de 1712, foram-lhe feitas mercês das provisões para continuar a servir no mesmo ofício. Seguiu-se nova provisão em 20 de junho de 1713.¹¹¹ Findo o tempo de seis meses de sua serventia, passou-lhe o governador Francisco de Távora, em 2 de julho de 1714, provisão da serventia do 2º Ofício como tabelião do Público e Judicial e Notas, renovada semestralmente até 20 de agosto de 1716 pelo governador Francisco Xavier de Távora.¹¹²

De acordo com as provisões de 16 de abril de 1717 e 12 de novembro de 1718, passou a servir como escrivão dos Órfãos da cidade do Rio de Janeiro, sendo provido em seu lugar o tabelião do Judicial do 2º Ofício, George de Sousa Coutinho, filho bastardo do proprietário.¹¹³

108 Ibidem, códice 78, v. 15, p. 72.

109 Ibidem, códice 77, v. 19, p. 69-70.

110 Ibidem, códice 77, v. 19, p. 69-70; códice 78, v. 17, p. 11, 17, 53 e 73.

111 Ibidem, códice 78, v. 17, p. 87, 99 e 107.

112 Ibidem, códice 78, v. 7, p. 32v, 49v, 55 e 62.

113 Ibidem, códice 78, v. 7, p. 75 e 121.

Reclamando contra Manuel de Passos Coutinho, juiz de fora, que servia de ouvidor, mandava fazer as inquirições pelos escrivãos e ficava com os emolumentos, foi passada provisão ordenando àquele juiz que não se intrometesse com o exercício de inquiridor, contador e distribuidor de Manuel de Lemos Barbosa.¹¹⁴

Em 1731, apresentou certidão, passada pelo juiz de fora Francisco da Silva Castro, lavrada por Severino Ferreira de Macedo, em 21 de agosto, e transcrita pelo tabelião José Ribeiro Salvado, em 31 do mesmo mês, confirmando que servia o cargo de tabelião havia muitos anos. Outra provisão do inquiridor foi passada em 15 de fevereiro de 1732.¹¹⁵

Terminado o prazo de seis meses de sua serventia e não tendo chegado o provimento que esperava de Sua Majestade para continuar na mesma serventia, recorreu ao governador Gomes Freire de Andrade, que lhe fez mercê dos referidos ofícios de inquiridor, contador e distribuidor por provisão de 25 de novembro de 1733, enquanto não lhe chegava na frota o esperado provimento.¹¹⁶

Nos livros do cartório existentes no Arquivo Nacional, encontram-se documentos lavrados por ele de 1709 a 1717.¹¹⁷

No segundo livro de tombo do Mosteiro de São Bento,¹¹⁸ há várias escrituras transcritas por este serventuário, no período de 7 de maio de 1709 a 11 de dezembro de 1716, em que registra várias vezes seu sinal público.

Reconheceu firma no inventário de Inácio Ferreira Lima em 6 de novembro de 1714.¹¹⁹

Faleceu a 20 de outubro de 1736.

32) GEORGE DE SOUSA COUTINHO (1718-1745)

Filho natural de Julião Rangel de Sousa Coutinho, *o velho*, irmão de Julião Rangel de Sousa Coutinho, *o moço*, recebeu patente de tenente da fortaleza de São Francisco da Carioca, em 1712.¹²⁰

Em 2 de maio de 1718, recebeu provisão do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, passada pelo governador Antônio de Brito de Meneses, por tempo de seis meses, pagando 15 mil réis de novos direitos, renovada em 4 de janeiro de 1719, 29 de julho de 1719 e 22 de fevereiro de 1720.¹²¹

114 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 493, n. 5.727.

115 ARQUIVO NACIONAL, códice 64, v. 3, p. 93.

116 Ibidem, códice 128, v. 5, p. 7v-8; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 166, n. 8.115-8.118.

117 ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Livro de Notas n. 11-25.

118 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 69-80, 88-89, 100 e 129-134.

119 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 861-27.

120 ARQUIVO NACIONAL, códice 78, v. 17, p. 109 e 110.

121 Ibidem, códice 78, v. 7, p. 190v; códice 128, v. 1, p. 7, 28 e 58v.

Com a morte de seu pai, a 9 de maio de 1720, assumiu a responsabilidade do cartório do 2º Ofício de Notas, até ser encartado seu irmão Julião Rangel, *o moço*, continuando a ser provido na serventia do cartório a partir 22 de agosto de 1720 e até 4 de abril de 1723.¹²²

Nesse ano, juntando atestado do juiz de fora do Rio de Janeiro sobre seu bom comportamento e alvará de folha corrida, requereu ao rei provisão para continuar na mesma serventia. Foi-lhe passada provisão por tempo de um ano, datada de 11 de maio de 1723, com cumpra-se do governador do Rio de Janeiro em 10 de setembro seguinte assinado por Aires de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha.¹²³

Foram passadas provisões semestrais entre 11 de outubro de 1724 e 12 de outubro 1728.¹²⁴ Encartado seu irmão na propriedade, continuou na serventia do mesmo ofício, de acordo com as provisões de 12 de outubro de 1729 a 5 de julho de 1731.¹²⁵

Em 1732, apresentando alvará de folha corrida e atestado, datado de 24 de agosto de 1731, de que vinha servindo o ofício de seu irmão que se achava na Corte, e informações do juiz de fora Fernando Leite Lobo, ouvidor-geral, desembargador e corregedor da comarca, requereu provisão para continuar na serventia.¹²⁶

Obteve a nomeação por provisão régia passada em 11 de maio de 1732, por um ano.¹²⁷ Essa serventia foi prorrogada por mais um ano, por provisão datada de Lisboa, a 8 de maio de 1733, mandada passar por portaria de 22 de dezembro de 1734.¹²⁸

Na provisão em que Antônio Ferrão Castelo Branco é nomeado serventuário, em 27 de outubro de 1734, é mencionada a suspensão de George de Sousa Coutinho.¹²⁹ Ele fica suspenso até 25 de junho de 1737, quando volta à serventia por deixação de José de Vargas Pizarro.¹³⁰ Recebe nova provisão por um ano em 27 de novembro de 1738, prorrogada por seis meses em 22 de dezembro de 1739 e, semestralmente, até 11 de janeiro de 1741.¹³¹

122 Ibidem, códice 128, v. 1, p.80v, 95, 106, 120, 127v, 138.

123 Ibidem, códice 64, v. 1, p. 100v-101; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 39, p. 938, n. 4.228-4.239.

124 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 1, p.18v; v. 2, p. 19v; e v. 3, p. 9v, 36v, 58v, 74, 86, 97 e 107v.

125 Ibidem, códice 128, v. 4, p. 22, 39v, 52v, 62v e 70v.

126 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 121, n. 7.417.

127 Ibidem, p. 121, n. 7.418.

128 Ibidem, p. 189, n. 8.457.

129 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 5, p. 48.

130 Ibidem, códice 128, v. 5, p. 209.

131 Ibidem, códice 128, v. 5, p. 209; v. 6, p. 67v., 133-133v., 177v.-178; v. 7, p.10.

Lançou várias escrituras no segundo livro de tombo de São Bento,¹³² em 1720 e 1721, no qual se encontram vários sinais públicos seus.

Transcreveu escrituras no segundo livro da Venerável Ordem Terceira da Penitência em 1º de março de 1736, em que deixou seu sinal público.¹³³

Segundo monsenhor Pizarro,¹³⁴ lavrou escritura da doação da capela da Conceição aos frades capuchinhos franceses.

Assina, pela última vez, escritura no 2º Ofício em 16 de julho de 1745, quando teve desavença com seu irmão Julião, proprietário do cartório.

33) JULIÃO RANGEL DE SOUSA COUTINHO, o moço (1720-1747)

Filho de Julião Rangel de Sousa, *o velho*, e d. Maria Josefa Pereira de Marins, neto paterno de Baltazar Rangel de Sousa e d. Ângela de Mendonça e materno de Constantino Machado de Sampaio e Josefa Pereira de Marins, nasceu no Rio de Janeiro. Seu pai, ao falecer em 9 de março de 1720, deixou-lhe a propriedade dos ofícios de escrivão da Câmara, Donativos e tabelião do Público e Notas, com a obrigação de pedir carta de Sua Majestade. Foi provido serventuário do 2º Ofício de escrivão da Câmara em 20 de março de 1720.¹³⁵ A 16 de maio de 1722, recebeu nova provisão para continuar na serventia do ofício de escrivão da Câmara por mais um ano.¹³⁶

Tendo requerido, em 1722, a referida propriedade dos ofícios, ordenou-lhe que procedesse à justificação testemunhal de sua identidade e bom comportamento.¹³⁷ A seu pedido, juntou a ação de justificação, de acordo com a inquirição feita na Casa do Ouvidor por Antônio de Sousa de Abreu Grade, em 4 de dezembro de 1722. Foi pedida informação ao ouvidor-geral do Rio de Janeiro, que respondeu por carta de 4 de dezembro de 1722.¹³⁸

Ao requerimento, anexou Julião Rangel, por seu procurador em Lisboa, Manuel da Silva Pereira, a carta de propriedade passada a seu pai, em 1694, e o traslado acima da justificação, da qual foi tirada pública-forma pelo tabelião de Lisboa, Antônio da Silva Ferreira.¹³⁹

132 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 150-162.

133 Fonte não confirmada.

134 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, op. cit., v. VII, p. 310, nota 201.

135 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 1, p. 60v; códice 64, v. 1, p. 33.

136 Ibidem, códice 64, v. 1, p. 87-87v.

137 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 447, n. 5.029 e anexos.

138 Fonte não identificada.

139 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 447, n. 5.033.

A carta de mercê da propriedade do ofício de escrivão da Câmara, Donativos e tabelião do Público e Judicial e Notas foi-lhe dada em 22 de maio de 1725.¹⁴⁰ Como proprietário, pede faculdade para nomear serventuário.¹⁴¹

Julião Rangel de Sousa Coutinho esteve na Corte, conforme a petição supra, em 1725, e lá se casou com d. Maria Antônia de Lencastre. Em 1730, voltou à Corte, onde permaneceu até 1735, sendo nomeado procurador do Senado da Câmara e do povo do Rio de Janeiro.

A provisão da Câmara que o nomeou seu procurador junto à Corte é datada de 12 de junho de 1732,¹⁴² por representação dos moradores da cidade sobre a necessidade de se enviar ao Reino um defensor.¹⁴³

No Arquivo Ultramarino de Lisboa, há numerosa correspondência entre o Senado da Câmara, o corregedor da cidade e Julião Rangel, acerca de sua nomeação para procurador do Senado da Câmara, além de informações do provedor da Fazenda e do Senado da Câmara sobre o contrato e pagamento das despesas e outros papéis datados de Lisboa a 12 de julho de 1732.¹⁴⁴

Em sua estada na Corte, requereu, a 7 de novembro de 1733, licença para os franciscanos (Ajuda) tirarem esmolas nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, para a construção de um convento na cidade do Rio de Janeiro.¹⁴⁵ Pediu também confirmação régia da carta de sesmaria de uma légua de terra que lhe dera o governador do Rio, em São Gonçalo, em 5 de junho de 1723.¹⁴⁶

Nesse tempo, com parecer favorável do Conselho Ultramarino, de 20 de outubro de 1733, pediu a Sua Majestade a mercê do Hábito de Cristo.¹⁴⁷

Estando em Portugal, pediu Antônio Mendes da Silva Gaspar Pereira a propriedade do ofício de escrivão dos Donativos do Dote da Rainha da Inglaterra e Paz de Holanda, que vinha exercendo por dezesseis anos, a qual foi dada a Julião Rangel de

140 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, livro 67, 210, fls. 209v; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 447, n. 5.032, e Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 164, n. 8.077.

141 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 952, v. 22, p. 476-481; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 128, n. 7.545.

142 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, códice 97, p. 227-228. Fonte não confirmada.

143 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 259, n. 9.416.

144 Idem.

145 Ibidem, p.163, n. 8.072.

146 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 1, p. 144v.-145; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 163, n. 8.075.

147 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, códice 88, fls. 67-67v. Fonte não confirmada.

Sousa Coutinho, com faculdade de acumular. Em sua ausência, requereu, no Rio de Janeiro, Francisco Bernardo de Sousa, em 1733, a serventia deste ofício.¹⁴⁸

Faleceu aos três dias do mês de fevereiro de 1747.

Com o falecimento sem descendência de Julião Coutinho, Miguel Rangel de Sousa Coutinho, na qualidade de irmão, filho e neto dos proprietários do 2º Ofício, requereu, em 1748, o direito à sucessão na propriedade do mesmo ofício, mas não a recebeu.

34) JOSÉ DE VARGAS PIZARRO (1731; 1736-1738)

Ver 1º Ofício.

35) ANTÔNIO FERRÃO CASTELO BRANCO (1734-1736)

Antônio Ferrão Castelo Branco, durante a suspensão de George de Sousa Coutinho, foi nomeado para substituí-lo por provisão de 27 de outubro de 1734.¹⁴⁹ Em 19 de fevereiro de 1735, é passada nova provisão de um ano,¹⁵⁰ renovada pelo mesmo período em 27 de abril de 1736.¹⁵¹ Faleceu, provavelmente, antes de julho de 1736, segundo informação contida na provisão de José de Vargas Pizarro, que foi nomeado em 10 de julho de 1736 em virtude do falecimento de Antônio Ferrão Castelo Branco.

36) JOSÉ DE ARAÚJO DE AGUIAR (1741-1742)

Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, requereu, em 1740, a serventia do 2º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, que se achava vaga.

Por requerimento, José de Araújo de Aguiar pede serventia do ofício de tabelião de Notas do Rio de Janeiro, concedida por um ano pela portaria de [1740].¹⁵²

Passada provisão em nome do rei, por tempo de um ano, em 25 de janeiro de 1741, da serventia do ofício de Julião Rangel de Sousa, com cumpra-se do governador Matias Coelho de Sousa em 17 de maio de 1741,¹⁵³ lavra nesse mesmo ano escritura nos livros do 2º Ofício, de que era proprietário Julião Rangel.

Assina escritura da venda de morada que faz Esméria Pereira de Lemos em 11 de setembro de 1741.¹⁵⁴

148 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 156, n. 7.919.

149 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 5, p. 48.

150 Ibidem, códice 128, v. 5, p. 58v.

151 Ibidem, códice 128, v. 5, p. 138.

152 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 381, n. 11.103-11.104.

153 ARQUIVO NACIONAL, códice. 64, v. 6, p. 26-26v.

154 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 860-19.

37) ANTÔNIO DA COSTA ARAÚJO (1742-1745)

Por ter arrematado a serventia do ofício por três anos, na Real Junta de Fazenda, em Lisboa, foi-lhe passada provisão, em 3 de abril de 1742, da serventia de tabelião da cidade do Rio de Janeiro.¹⁵⁵ Arrematou-a por mais três anos em 1745. Passou, a 5 de outubro de 1742, escritura de venda de terras no Caminho Novo de Minas.¹⁵⁶

38) SEVERINO FERREIRA DE MACEDO (1745-1746)

Natural da freguesia de São Vicente de Fora, filho de Álvaro Ferreira e de Maria Rosa, casou-se, em 19 de dezembro 1724, com Maria de Santo Antônio dos Serafins, filha de Baltazar Vieira da Cunha e Margarida dos Anjos Gouveia.

Foi nomeado serventuário por deixação de João Falcão de Mendonça do 4º Ofício, em 13 de outubro de 1724.¹⁵⁷ Assinou escritura de dinheiro em 13 de outubro de 1725.¹⁵⁸

Em petição mencionada na provisão de 3 de abril de 1727, afirmava ter servido algum tempo como militar em praça de soldado e mais de cinco anos na Chancelaria-Mor do Reino, na ocupação de contínuo procurador dos dízimos, e se achava na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, servindo um dos ofícios de tabelião do Público e Judicial e Notas de que era proprietário Cristóvão Correia Leitão, que estava ausente na capitania das Minas.¹⁵⁹

Em 3 de abril de 1727, passou-lhe o rei provisão para continuar na serventia, por tempo de três anos ou enquanto durasse o impedimento do proprietário, Cristóvão Correia Leitão, estante nas Minas Gerais, de acordo com as informações do governador e do procurador da Coroa,¹⁶⁰ com cumpra-se do governador do Rio, Luís Vahia Monteiro, de 28 agosto de 1727.¹⁶¹

Em 1730, requereu nova provisão para continuar na serventia de que era proprietário Cristóvão Correia Leitão.¹⁶² Essa provisão foi renovada, sucessivamente, em 31 de janeiro de 1730, por um ano, e 13 de fevereiro de 1731.¹⁶³ Em 19 de julho de 1731, foi realizada uma perícia da assinatura de Severino pelo escrivão de Execuções, José da Fonseca Coutinho, o tabelião do Judicial e Notas, George de Sousa Coutinho, e Domingos Rodrigues Távora, escrivão da Ouvidoria, na presença do ouvidor-geral, Fernando

155 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, livro 100, p. 334-334v.

156 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 256, n. 9.363 (não há como confirmar a assinatura).

157 Ibidem, códice 128, v. 1, p. 190v.

158 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, livro 70, p. 320-320v.

159 ARQUIVO NACIONAL, códice 64, v. 2, p. 88-88v.

160 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, livro 70, p. 320-320v.

161 ARQUIVO NACIONAL, códice 64, v. 2, p. 88-88v.

162 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 68, n. 6.742.

163 ARQUIVO NACIONAL, códice. 64, v. 2, p. 181-181v, e v. 3, p. 20v.

Leite Lobo, que concluíram ter havido dolo por parte de Severino. Em 24 de agosto de 1731, por requerimento, apresentou certidão do exercício do cargo de tabelião e de sua competência na função.¹⁶⁴ Outra provisão foi-lhe passada em 12 de fevereiro de 1732.¹⁶⁵ Em 29 de fevereiro do mesmo ano, recebeu provisão para continuar a servir no impedimento do proprietário Cristóvão Correia Leitão, que ainda se achava nas Minas.¹⁶⁶

Foi suspenso pela Correição¹⁶⁷ por um ano, a partir de 26 de outubro de 1734.¹⁶⁸ Salvador Correia Leitão foi nomeado, por um ano, para o ofício de propriedade de Cristóvão, em 29 de outubro de 1736, devido à expulsão de Severino da capitania em que servia.¹⁶⁹ Francisco da Costa e Araújo é nomeado por seis meses, em razão da suspensão de Severino pela sentença da Junta de Justiça, em 16 de novembro de 1731.¹⁷⁰

Por provisão de 29 de fevereiro de 1736, o rei, considerando a falta de dolo no reconhecimento do sinal da carta e o extremo rigor do ouvidor-geral de então, a dificuldade de distinguir pela simples comparação do sinal, e fazendo outras considerações sobre os antecedentes desta serventia, reintegrou-o no cargo, por tempo de um ano, sem readmiti-lo no ofício, pelo cumpra-se em 17 de novembro de 1737, por Gomes Freire de Andrade.¹⁷¹

Severino Ferreira de Macedo entrou, em 1737, em litígio com Salvador Correia Leitão, irmão do proprietário que o substituíra durante a suspensão. Enquanto a questão não estava resolvida, o governador nomeou para o cargo Leonardo Cardoso da Silva.¹⁷²

Segundo relatório do ouvidor, de 22 de julho de 1750, estava servindo em 1745, por provisão do governador de 6 de agosto de 1745, o 2º Ofício, mas já era falecido, em 1750, quando sua viúva d. Maria de Santo Antônio dos Serafins passou em Lisboa, onde vivia, procuração a José Antônio de Carvalho.¹⁷³

39) EUGÊNIO MARTINS (1745-1748)

Em 25 de abril de 1745, foi-lhe passada provisão de mercê da serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade do Rio de Janeiro, por tempo de três anos,¹⁷⁴ podendo nomear quem servisse em seus impedimentos.¹⁷⁵

164 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 133, n. 7.592.

165 Ibidem, p. 133, n. 7.591.

166 Ibidem, p. 133, n. 7.590; p. 261, n. 9.454.

167 ARQUIVO NACIONAL, códice 64, v. 5, p. 47-48.

168 Ibidem, códice 128, v. 5, p. 141-141v.

169 Ibidem, códice 64, v. 4, p.131-131v.

170 Ibidem, códice 128, v. 4, p. 71.

171 Ibidem, códice 64, v. 5, p. 47-48; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 261, n. 9.454.

172 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 6, p. 9v-10.

173 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 178-180.

174 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, livro 108, p. 270v-271.

175 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 9, p. 95. Fonte não localizada.

A provisão de nomeação de Francisco Coelho da Silva, de 29 de abril de 1746, menciona a renúncia de Eugênio Martins.¹⁷⁶ Em outra provisão, datada de 12 de novembro de 1746, do mesmo Francisco Coelho da Silva, há referência de que Eugênio tenha recebido mercê por três anos, mediante donativo.¹⁷⁷

40) FRANCISCO COELHO DA SILVA (1746-1757)

Em 29 de abril de 1746, fora nomeado tabelião pelo arrematante do 2º Ofício de Notas, Eugênio Martins, que havia recebido mercê por três anos da serventia do ofício que fora de Julião Rangel de Sousa Coutinho, *o moço*, cujas provisões foram confirmadas, semestralmente, de 29 de abril de 1746 a 23 de junho de 1749.¹⁷⁸

Em 1749, arrematou por três anos a serventia do ofício de que era proprietária a viúva de Julião Rangel de Sousa Coutinho, d. Maria Josefa Pereira de Marins. Estando em Lisboa, arrematou novamente esse ofício em 29 de janeiro de 1752, por ter oferecido à Fazenda Real o donativo de 1:200\$000rs, sendo-lhe passada, em 29 de fevereiro de 1752, provisão por três anos da serventia do ofício de tabelião do Judicial e Notas do Rio de Janeiro.¹⁷⁹ Embarcou para o Rio de Janeiro na frota de 3 de março de 1753 para servir, pagando, além do donativo já referido, a terça parte do rendimento anual do cartório.¹⁸⁰

Para assumir o cargo, teve que apresentar, em 22 de setembro de 1752, alvará de folha corrida, passada por seus colegas tabeliães do Rio de Janeiro.

Já nesta capitania, em 4 de maio de 1753, juntamente com os outros tabeliães, requereu ao Conselho Ultramarino pedindo providências para obstar ao decréscimo de seus emolumentos, devido ao fato de todas as causas cíveis e crimes serem avocadas pelos ouvidores da Relação do Rio de Janeiro, criada em 1751.¹⁸¹

Por consulta do Conselho Ultramarino de 4 de maio, foi-lhe mandado restituir as referidas serventias,¹⁸² prorrogadas por dez meses por provisão de 26 de fevereiro de 1757.¹⁸³

176 Ibidem, códice 128, v. 9, p. 43v.-44.

177 Ibidem, códice 128, v. 9, p. 85-85v.

178 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 9, p. 43v-44, 85-85v, 158v-159 e 194v, 234v; v. 10, p. 19v-20; códice 1.051, p. 6.

179 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. José I, livro 44, p. 255-255v.

180 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 269, n. 16.023.

181 Idem.

182 Idem. Fonte não identificada.

183 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. José I, livro 67, p. 202v-203.

Lavrou documentos nos livros do 2º Ofício de 26 de fevereiro de 1746 a 13 de janeiro de 1750, de 26 de abril de 1753 a 11 de junho de 1756 e a partir de 5 de julho de 1756. No entretempo, foi substituído por Antônio Aniceto de Brito Lima e Antônio de Velasco Távora.¹⁸⁴

Assinou escrituras no livro de tombo de São Bento, em que registrou seu sinal público.¹⁸⁵

Foi escrivão da Conservatória da Casa da Moeda em 17 de junho de 1748.¹⁸⁶

41) TOMÁS PINTO DA SILVA (1748-1753)

Em 3 de julho de 1748, recebeu decreto pelo qual se lhe fazia mercê da serventia do ofício de escrivão de Execuções da cidade do Rio de Janeiro,¹⁸⁷ por ter oferecido para a Fazenda Real, de Donativos, 1:600\$000, bem como a terça parte do rendimento do cartório.¹⁸⁸

No dia 17 de julho de 1748, em razão do falecimento do proprietário em 3 de fevereiro de 1747, Julião Rangel de Sousa Coutinho, *o moço*, arrematou por três anos, em Lisboa, a serventia do 2º Ofício de Notas e de escrivão da Câmara e Donativos, pela importância de um conto e duzentos mil, que pagou em 12 de julho de 1748.¹⁸⁹

A provisão da serventia por três anos foi-lhe passada em 1º de agosto 1748.¹⁹⁰ Como a provisão lhe dava a faculdade para nomear serventuário e acumular cargos, nomeou para substituí-lo, no impedimento, ao oficial que já vinha servindo por nomeação do antecessor, Francisco Coelho da Silva.

Arrematou em 14 de janeiro de 1750, por mais três anos, a mesma serventia. Por provisão, nomeou serventuário, por seu procurador no Rio de Janeiro, Antônio Aniceto de Brito Lima.¹⁹¹

De acordo com os “Almanaques da cidade do Rio de Janeiro para anos de 1792 e 1794”,¹⁹² exercia as funções de secretário do governador-geral do Rio de Janeiro e vice-rei do Estado, d. José Luís de Castro, conde Azeredo.

Segundo Rodolfo Garcia, já devia ser bastante idoso, de acordo com os dados acima.¹⁹³

184 ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 58-63 e 68-75.

185 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 194.

186 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 1.051, p. 3.

187 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 12, n. 13.385.

188 Ibidem, p. 12, n. 13.387.

189 Ibidem, p. 12, n. 13.388-13.390.

190 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João V, livro 115, p. 367v-368.

191 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 10, p. 98v-99.

192 ALMANAQUES da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794, p. 187-356.

193 Ibidem, p. 191; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 12, n. 13.385/90.

42) ANTÔNIO ANICETO DE BRITO E LIMA (1750-1753)

Tomás Pinto da Silva, comerciante de Lisboa, arrematou por dois triênios este ofício, nomeando por procuração os serventuários Francisco Coelho da Silva e Antônio Aniceto de Brito e Lima, que foi provido a primeira vez por seis meses, pelo governador do Rio de Janeiro, Matias Coelho de Sousa, em 14 de janeiro de 1750.¹⁹⁴

Esta provisão foi-lhe renovada, sucessivamente, a partir de 22 de julho de 1750.¹⁹⁵ Lavrou escritura no segundo livro de tombo do Mosteiro de São Bento em 1º de março e 22 de setembro de 1751¹⁹⁶ e reconheceu a firma no inventário de Esméria Pereira de Lemos em 18 de novembro de 1751.¹⁹⁷

Nesse ano, com os demais oficiais, reclama a diminuição dos emolumentos do cartório pela criação dos cargos de ouvidores da Relação.¹⁹⁸

Em 8 de maio de 1761, arrematou a serventia do ofício de escrivão dos Órfãos do Rio de Janeiro.¹⁹⁹ Continuou a arrematação do mesmo ofício, sucessivamente, de três em três anos, de 19 de julho de 1762 a 22 de novembro de 1771;²⁰⁰ novamente, a partir de 22 de novembro de 1777 e até 20 de novembro de 1786;²⁰¹ e em 14 de novembro de 1792.²⁰² Nesse ano, residia ou tinha ofício à rua do Cano.²⁰³

Culpado na devassa do Pelourinho de 1795, pediu como fidalgo da Casa Real o perdão de sua culpa, concedida por resolução de 12 de março e alvará de 8 de abril de 1799.²⁰⁴

43) ANTÔNIO DE VELASCO TÁVORA (ou Xavier) (1756-1774)

Filho do coronel Domingos Rodrigues Távora e d. Francisca Maurícia de Velasco, filha do capitão João Pinto da Fonseca, aparece primeiramente com o apelido de Távora, e mais tarde com o de *Xavier*, como esclarece seu filho, padre Estevão Maurício Velasco de Molina, ao requerer uma vigairaria no bispado do Maranhão. Era casado com d. Úrsula Cordeira, de quem teve três filhos varões:

194 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 10, fl. 98v-99.

195 Ibidem, códice 128, v. 10, p. 179.

196 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 124v.

197 MOSTEIRO DE SÃO BENTO, Arquivo, doc. 1.105-X.

198 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 269, n. 16.025.

199 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 14, p. 133v-134v.

200 Ibidem, códice 128, v. 15, p. 101-102; v. 19, p. 63v-64; v. 22, p. 40-41; v. 24, p. 178v.

201 Ibidem, códice 128, v. 26, p. 81 e 160; v. 30, p. 237-238; v. 33, p. 40v-41; v. 35, p.180-181.

202 Ibidem, códice 128, v. 44, p. 48-49.

203 ALMANAQUES da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794, p. 262.

204 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, códice 109, fls. 141-141v. Fonte não confirmada.

Salvador Antônio de Velasco Távora, que sofria de doença incurável de morféia, Vicente José de Velasco Molina e o padre Estevão Maurício Velasco de Molina, vigário em Belém do Pará.

Em 1730, Domingos Rodrigues Távora, escrivão proprietário do ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria do Rio de Janeiro, pediu licença para renunciar a serventia do mesmo cargo em favor de seu filho primogênito, Antônio de Velasco Távora, e nomear um escrevente auxiliar no expediente.²⁰⁵ Por portaria datada de Lisboa, 13 de março de 1730, mandou o rei passar-lhe provisão para exercer o cargo de escrivão da Ouvidoria Geral,²⁰⁶ recebendo o cumprimento do governador do Rio de Janeiro em 15 de junho de 1731.²⁰⁷

Em 1735, com licença do médico Mateus Saraiva, de 12 de outubro, encontrava-se em Lisboa.²⁰⁸

Achando-se seu pai, Domingos Rodrigues Távora, entrado em idade e impossibilitado de continuar na serventia, requereu, em 17 de dezembro de 1743, faculdade para renunciar em favor de seu filho mais velho, com as obrigações inclusas, a propriedade do ofício de escrivão das Capelas e Resíduos, com a condição de lhe pagar, enquanto vivesse, a terça parte dos rendimentos dos referidos ofícios, para seus alimentos, e a pensão anual de 600 mil réis, que pagava a d. Antônia, viúva de José Lopes de Carvalho, proprietário que fora do dito ofício.²⁰⁹

Foi-lhe passada, em 1º de fevereiro do ano de 1744, a carta de propriedade de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral, conforme informação favorável do ouvidor desembargador Manuel da Costa Mimoso.²¹⁰

O serventuário Antônio de Velasco Távora vinha servindo no ofício citado desde abril de 1730 e, conforme o alvará *supra*, já tinha mais de 25 anos. Para tomar posse do cargo, teve de apresentar alvará de escritura de renúncia de seu pai, certidão de batismo, sentença de justificação, folha corrida e certidão de pureza de sangue e capacidade, conforme resposta do procurador da Coroa a quem se dera vista. Foi-lhe passado o cumprimento de Gomes Freire de Andrade em 25 de agosto de 1744.²¹¹ Em 1752, foi à Corte e deixou como substituto Manuel Freire Ribeiro, no cargo de escrivão da Correição.²¹²

205 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 58, n. 6.564.

206 Ibidem, p. 59, n. 6.570.

207 ARQUIVO NACIONAL, códice 64, v. 3, p. 9.

208 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 249, n. 9.226.

209 Fonte não identificada.

210 ARQUIVO NACIONAL, códice 64, v. 7, p. 65v-67v.

211 Ibidem, códice 64, v. 7, p. 65v- 67v.

212 Ibidem, códice 128, v. 11, p. 207v.

O governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, havia-lhe passado, em 8 de maio de 1744, provisão da serventia de Meirinho da cidade por tempo de três anos, por arrematação.²¹³

A carta de propriedade do ofício de tabelião da cidade do Rio de Janeiro, de que foi proprietário Julião Rangel de Sousa Coutinho, foi-lhe passada em 6 de fevereiro de 1756,²¹⁴ confirmando o alvará de 16 de novembro de 1755. Essa carta recebeu o cumprimento do governador Antônio José de Andrade em 15 de maio de 1757.²¹⁵

Em 25 de setembro de 1758, passou escritura de venda da fazenda da Bica, deixada como legado, feita pelo Mosteiro de São Bento. A 27 do mesmo mês e ano, passou escritura de dinheiro a juros.²¹⁶

Até 29 de abril de 1759, assinava Antônio de Velasco Távora, daí em diante Antônio de Velasco Xavier.²¹⁷ Em 1759, já estava idoso, e foi substituído por seu filho mais velho, Salvador Antônio de Velasco Távora.²¹⁸ Em 24 de abril de 1759, seu filho Vicente José de Velasco Molina pede alvará para que renuncie nele a titularidade do ofício, cuja carta de propriedade só foi passada em 1779.

Por escritura pública de 13 de setembro de 1772, considerada a sua idade, seus achaques e a doença incurável de seu filho mais velho, Salvador Antônio de Velasco Távora, renunciou em seu filho Vicente José de Velasco Molina a propriedade do ofício de escrivão e tabelião do Público e Judicial e Notas, o que foi confirmado pelo rei em 14 de outubro de 1778. A partir da provisão de João de Melo Castelo Branco, de 3 de junho de 1774, não é mais referido como proprietário do cartório.

Nos livros que restam do cartório, escreve alternadamente com Francisco Coelho da Silva, Salvador Antônio de Velasco Távora, João Pedro da Silva e Luís Viana de Sousa Gurgel do Amaral, de 12 de junho de 1756 a 17 de março de 1768, quando é sucedido por João de Melo Castelo Branco.²¹⁹

44) SALVADOR ANTÔNIO DE VELASCO TÁVORA (1759-1762)

Filho mais velho de Antônio de Velasco Távora (ou Xavier), e d. Úrsula Cordeira, foi provido, de acordo com a informação do ouvidor, pelo tempo de seis meses, por provisão de 20 de outubro de 1759, para a serventia do ofício de 2º

213 Ibidem, códice 64, v. 7, p. 32v-33.

214 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DE TOMBO, Chancelaria d. José, livro 84, fls. 201v-202v.

215 ARQUIVO NACIONAL, códice 64, v. 11, p. 149v-151v.

216 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Dietário, fl. 87, frei Francisco de São José, códice 1.161.

217 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 13, p. 159.

218 Ibidem, códice 128, v. 13, p. 159-160.

219 Ibidem, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 73-90.

Tabelião do Rio de Janeiro, de que era proprietário seu pai, Antônio de Velasco Távora, pagando de novos direitos 15 mil réis.²²⁰ Foi renovada, anualmente, em 5 de junho de 1760 e 5 de junho de 1761.²²¹

Reconheceu, em 10 de dezembro de 1761, letra do escrivão Jorge de Sousa, e fez pública-forma do termo de registro de ajuste da Câmara, e dos monges de São Bento contra aquela, em 10 de dezembro de 1761.²²²

Em 1770, foi impedido de exercer as funções de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral por moléstia incurável de morféia, sendo nomeado então Vicente José de Velasco Molina.²²³

45) JOÃO PEDRO DA SILVA (1763-1765)

Em 18 de fevereiro de 1764, foi provido por um ano para servir no ofício de Antônio de Velasco Távora.²²⁴ Em 24 de outubro de 1765, foi nomeado por um ano para o 3º Ofício, de Bento Pinto da Fonseca, sendo renovado por mais um ano em 10 de novembro de 1766 e depois em 5 de dezembro de 1767.²²⁵

Aparece pela última vez em 1768, quando é sucedido por Fernando Pinto de Almeida. Em 16 de março daquele ano, lavra escritura no livro terceiro do tombo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (fl. 59), em que consta seu sinal público.²²⁶

Em 8 de abril de 1763, passou certidão em pública-forma de documento.²²⁷

46) LUÍS VIANA DE SOUSA GURGEL DO AMARAL (1765-1768)

Por proposta do proprietário do cartório, Antônio de Velasco Távora, foi provido por um ano na serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro Luís Viana de Sousa Gurgel do Amaral, em razão de impedimento, por provisão do vice-rei conde de Bobadela, em nome do rei, datada de 7 de agosto de 1765, pela qual pagou trinta mil réis de novos direitos.²²⁸

Em 18 de agosto de 1766, foi-lhe passada nova provisão para continuar na serventia por um ano, renovada em 20 de [agosto] do ano seguinte, por mais um ano.²²⁹

220 Ibidem, códice 128, v. 13, p. 159-160.

221 Ibidem, códice 128, v. 13, p. 230; v. 14, p. 143-143v.

222 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 743-5.

223 ARQUIVO NACIONAL, códice 64, v. 19, p. 64.

224 Ibidem, códice 128, v. 17, p. 40-41.

225 Ibidem, códice 128, v. 19, p. 24v-25v, p. 132-133; v. 21, p. 3.

226 Fonte não identificada.

227 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, Reg. caixa 28. Fonte não confirmada.

228 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 18, p. 181-181v.

229 Ibidem, códice 128, v. 19, p. 117-118; v. 20, p. 45-46.

Em 10 de fevereiro de 1767, como tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seu termo, passou certidão de escritura do ofício que foi de Francisco Coelho da Silva.²³⁰

Em 9 de setembro de 1772, como pessoa das principais famílias da cidade, foi proposto pelo Senado da Câmara e nomeado capitão da Companhia de Ordenança da paróquia de São Francisco Xavier.²³¹

Em 11 de janeiro de 1774, foi provido no ofício de escrivão da abertura da Alfândega, de propriedade do desembargador José Maurício da Gama de Freitas.²³²

Nos livros do cartório, atualmente no Arquivo Nacional, consta seu nome de 19 de agosto de 1765 a 29 de janeiro de 1768.²³³

47) JOÃO DE MELO CASTELO BRANCO (1768-1775)

Em 24 de outubro de 1761, arrematou por três anos a serventia do ofício de escrivão da matrícula da Alfândega da vila de Santos,²³⁴ e lhe foi passada nova provisão em 25 de fevereiro de 1766.

Em 19 de abril de 1766, foi provido escrivão dos Órfãos da vila de Santo Antônio de Sá, onde já servia, por tempo de um ano.²³⁵ Em 20 de maio de 1767, foi provido novamente por mais um ano, no mesmo ofício.²³⁶

Em 15 de março de 1768, foi provido por um ano na serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro, de que era proprietário Antônio de Velasco Távora, que se encontrava impedido por moradores, em substituição de Luís Viana de Sousa Gurgel do Amaral.²³⁷

Foram-lhe passadas sucessivas provisões anuais para continuar na mesma serventia, em 20 de junho de 1769, 8 de março de 1770, 5 de abril de 1771, 14 de abril de 1772, 21 de maio de 1773, 3 de junho de 1774 e 10 de junho de 1775.²³⁸

Em 1775, foi sucedido na serventia por Simão Pereira Barreto, que já vinha também servindo.

Nos livros do cartório, encontram-se documentos lavrados por este serventuário de 18 de março a 7 de dezembro de 1775.²³⁹

230 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 42. Fonte não confirmada.

231 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 18, p. 8v-9; v. 25, p. 96.

232 Ibidem, códice 128, v. 26, p. 10-10v.

233 ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 87-90.

234 Ibidem, códice 128, v. 19, p. 55.

235 Ibidem, códice 128, v. 19, p. 78v-79.

236 Ibidem, códice 128, v. 20, p. 6v-7.

237 Ibidem, códice 128, v. 21, p. 54v-55.

238 Ibidem, códice 128, v. 22, p. 88-88v; v. 24, p. 40-41, p. 135-135v; v. 25, p. 37v, 166-166v; v. 26, p. 36, 140v-141.

239 ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Livro de Notas n. 99.

No segundo livro de tombo de São Bento, há várias escrituras lavradas por este serventuário em que lança seu sinal público.²⁴⁰

48) SIMÃO PEREIRA BARRETO (1775-1792)

Tendo contribuído para a Fazenda Real com o donativo de 31 mil réis, passou-se a ele, a 6 de fevereiro de 1751, provisão por tempo de seis meses da serventia do ofício de escrivão da Câmara, tabelião do Público e mais anexos da vila da Ilha Grande (Angra dos Reis).²⁴¹

Em 11 de novembro de 1761, arrematou por tempo de um ano o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da vila de Santo Antônio de Sá, de que era proprietário Francisco Sodré Pereira.²⁴²

Simão Pereira Barreto continuou a servir no cartório de Santo Antônio de Sá por provisões anuais sucessivas: 7 de outubro de 1762, 10 de dezembro de 1763, 24 de dezembro de 1764, 25 de janeiro de 1766, 23 de março de 1767, 11 de abril de 1768, 9 de maio de 1769, 27 de junho de 1770, 6 de agosto de 1771, 9 de setembro de 1772, 15 de setembro de 1773 e 22 de maio de 1775.²⁴³

Continuou a arrematar, anualmente, a serventia do ofício até 1775, quando passou a servir o de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro de que fora proprietário Antônio de Velasco Távora.²⁴⁴ O ofício era servido por João de Melo Castelo Branco, que se achava impedido por moléstia, sendo, por isso, nomeado Simão Pereira Barreto, por provisão de 4 de dezembro de 1775, por um ano.

Assina os livros do 2º Ofício de 9 de dezembro de 1775 a 30 de maio de 1791.²⁴⁵

Seguiram-se provisões da mesma serventia até 1791, quando, por impedimento seu, serve José Luís de Meneses Coutinho, datadas de: 11 de dezembro de 1776, 19 de dezembro de 1778, 13 de dezembro de 1779, 11 de dezembro de 1780, 12 de dezembro de 1781, 29 de novembro de 1783, 3 de dezembro de 1784, 9 de dezembro de 1785, 29 de novembro de 1786, 5 de dezembro de 1787, 5 de dezembro de 1788, 14 de dezembro de 1789, 6 de dezembro de 1790 e 22 de dezembro de 1791.²⁴⁶

240 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 198, 208 e 225.

241 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 11, p. 77-77v.

242 Ibidem, códice 128, v. 14, p. 201-201v.

243 Ibidem, códice 128, v. 15, p. 176v-177; v. 17, p. 7v-8, 168v-169v; v. 19, p. 43-43v, 161-162; v. 21, p. 74-75; v. 22, p. 140; v. 24, p. 85v-86, 160; v. 25, p. 97, 215; v. 26, p. 134v-135.

244 Ibidem, códice 128, v. 26, p. 197v-198.

245 Ibidem, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 98-123.

246 Ibidem, códice 128, v. 27, p. 158-159; v. 29, p. 113-113v; v. 30, p. 85-86; v. 31, p. 23v-24; v. 32, p. 183v-184; v. 33, p. 40, 175-176; v. 35, p. 7, 167v-168; v. 36, p. 142v-143; v. 37, p. 140-141; v. 38, p. 187v-188v; v. 40, p. 132-132v; v. 42, p. 119v-120.

Em 1º de agosto de 1792, passa a ocupar o cargo Faustino Soares de Araújo, que recebeu provisão por um ano para servir no lugar de Simão Pereira Barreto, impedido pela avançada idade.²⁴⁷ No segundo livro de tomo de São Bento,²⁴⁸ encontram-se algumas escrituras lavradas por ele.

49) VICENTE JOSÉ DE VELASCO MOLINA (1778-1792)

Filho legítimo de Antônio de Velasco Távora e de sua mulher d. Úrsula Cordeiro, neto pela parte paterna do tenente Domingos Rodrigues Távora e de sua mulher d. Francisca Maurícia de Velasco e Molina, e bisneto de João Pinto da Fonseca, capitão-de-mar-e-guerra. Teve uma única filha, d. Ana Joaquina de Velasco e Molina, casada com o capitão José de Oliveira Barbosa.²⁴⁹

Quando o rei, em compensação pelos prejuízos recebidos pela criação da Relação do Rio de Janeiro, concedeu, em 16 de outubro de 1755, ao escrivão da Ouvidoria Geral e Correição, Antônio de Velasco Távora, a mercê da propriedade do 2º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas de que fora proprietário Julião Rangel de Sousa Coutinho, impôs-lhe a obrigação de renunciar a um dos referidos ofícios, na forma da lei.²⁵⁰ Não fez em tempo hábil o alvará e a carta de propriedade do ofício, mas propôs, em 20 de outubro de 1759, seu filho mais velho, Salvador Antônio de Velasco Távora, para a serventia do mesmo.²⁵¹

Contraindo Salvador, a quem competia a sucessão no cargo, a doença incurável de morféia, que o impedia de continuar na serventia, e achando-se seu pai em avançada idade e com achaques de doença, renunciaram ambos, por escritura pública de 13 de setembro de 1772, em Vicente José de Velasco e Molina, segundo filho, a propriedade do ofício de escrivão da Ouvidoria e Correição, não se referindo ao ofício de tabelião.²⁵²

Enumerando os serviços prestados durante 58 anos, desde o posto de soldado até o de sargento-mor, na praça do Rio de Janeiro, no continente do Rio Grande e na cidade de Buenos Aires, pedia o brigadeiro Vicente José de Velasco Molina a confirmação da renúncia que nele haviam feito seu pai Antônio de Velasco Távora e seu irmão Salvador Antônio de Velasco Távora pela referida escritura de 1772, com dispensa da lei de 23 de novembro de 1770 e do decurso do tempo hábil.²⁵³

247 Ibidem, códice 128, v. 43, p. 49v-50.

248 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tomo...*, p. 260, 261, 271, 279, 281-282.

249 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 171, n. 15.101.

250 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 11, p. 149v-151v.

251 Ibidem, códice 128, v. 13, p. 159-160.

252 Fonte não identificada.

253 Fonte não identificada.

Por carta régia de 29 de outubro de 1779, foi dada a propriedade do ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral a Vicente José de Velasco Molina, após renúncia de seu pai Antônio Velasco Xavier, por alvará de 14 de outubro de 1778.²⁵⁴

Tinha o brigadeiro Vicente José de Velasco Molina uma única filha, d. Ana Joaquina de Velasco e Molina, em quem renunciou, por alvará de 22 de agosto de 1801, o ofício de escrivão da Ouvidoria Geral e Correição como dote de casamento com o tenente-coronel José de Oliveira Barbosa, por escritura feita no tabelião Matias Gomes Ribeiro em 22 de julho de 1802, por resolução régia de 20 de maio de 1811 e alvará de 22 de agosto de 1801. Requereu confirmação e carta de confirmação a 23 de novembro de 1802, obtendo-a por despacho do Conselho Ultramarino de 6 de novembro do mesmo ano, registrada na Chancelaria a 12 de fevereiro de 1803.²⁵⁵

Nos “Almanaques da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794”, publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional*, aparece o coronel Vicente José de Velasco Molina como oficial agregado em diligência na cidade de Buenos Aires.²⁵⁶

O livro de óbitos número dois da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula registra o falecimento do irmão Vicente José de Velasco Molina em 1808.²⁵⁷

50) JOSÉ LUÍS DE MENESES COUTINHO (1791-1792)

Em 22 de dezembro de 1791, aparece como serventuário no impedimento de Simão Pereira Barreto.²⁵⁸ Os livros do cartório do 2º Ofício são assinados entre 16 de junho de 1791 e 14 de março de 1792.²⁵⁹ Lavra escritura no segundo livro de tombo do Mosteiro de São Bento.²⁶⁰

51) JOAQUIM CARLOS DA ROCHA PITA (1792)

Ver 1º Ofício.

52) FAUSTINO SOARES DE ARAÚJO (1792-1809)

Natural de Mariana, nasceu em 1759. Em 1789, com trinta anos, foi inquiridor e serviu de testemunha nos autos da devassa da Inconfidência Mineira. Foi a 37ª teste-

254 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 19, p. 64-66.

255 Ibidem, códice 64, v. 28, p. 86v-90.

256 ALMANAQUES da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794, p. 228.

257 VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DOS MÍNIMOS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, Termos de sepultura dos fiéis, livro 2 (1796-1827).

258 ARQUIVO NACIONAL, códice 128, v. 42, p. 119v-120.

259 ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 124-125.

260 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 281-282.

munha a ser interrogada e, segundo Tarquínio José Barbosa de Oliveira, hospedou em 24 de março de 1788, em sua casa de Mariana, o vigário de São José, Carlos Correia de Toledo. Era amigo particular de Tomás Antônio Gonzaga, do cônego Luís Vieira da Silva, de Cláudio Manuel da Costa e do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Foi preso e mandado para o Rio de Janeiro, onde foi absolvido em sentença de 18 de abril de 1792.²⁶¹

Por falecimento do proprietário Antônio de Velasco Távora e impedimento, por motivo de avançada idade e doenças, do serventuário Simão Pereira Barreto, foi provido em 1º de agosto de 1792 para servir no 2º Ofício.²⁶² Essa provisão foi renovada anualmente, com algumas exceções, até 1809.²⁶³

Sem impedimento, passou em 22 de outubro de 1808 a serventia do ofício, sem licença do novo proprietário, a Joaquim José de Castro, por tempo de seis meses.²⁶⁴ Na provisão de 28 de novembro de 1808, foi nomeado escrivão das Justificações do Reino.²⁶⁵

Em 26 de janeiro de 1809, requereu provisão para continuar na serventia, mas, por não declarar a mudança da propriedade, teve seu pedido negado, e foi obrigado a fazer novo requerimento em 20 de março 1809,²⁶⁶ sendo atendido e renovada a substituição de Joaquim José de Castro.

Em 19 de abril de 1809, conseguiu provisão para continuar na serventia do referido ofício por tempo de um ano,²⁶⁷ sem declarar no requerimento que o mesmo fora dado a outro proprietário.²⁶⁸

No terceiro livro de tombo do Mosteiro de São Bento,²⁶⁹ há diversas escrituras de sua lavra em que registrou vários sinais públicos, a partir de 25 de fevereiro de 1793 e até 4 de dezembro de 1801.

Nos livros do cartório, acham-se documentos lavrados por ele de 6 de agosto de 1792 a 16 de junho de 1803, alternando com Joaquim Carlos da Rocha Pita, José Tomás da Silva Araújo, João Nepomuceno de Assis e José Rodrigues Pinheiro.²⁷⁰

261 ARQUIVO NACIONAL, códice 5, v. 9, p. 52-54v; códice 5, v. 6, p. 105, n. 26.

262 Ibidem, códice 128, v. 43, p. 49v-50.

263 Ibidem, códice 128, v. 45, p. 115v-116v; v. 47, p. 49v-50, códice 128, v. 51, p. 16v-17v; v. 68, p. 106-107; Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 76, pacote 2, processo 354.

264 Ibidem, códice 139, v. 1, p. 92, n. 27.

265 Ibidem, códice 139, v. 3, p. 11-11v, n. 52.

266 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 76, pacote 2.

267 Ibidem, códice 139, v. 3, p. 76-76v.

268 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, caixa 835, doc. 26, e caixa 219, doc. 12.

269 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do tombo...*, p. 5, 7, 8, 16 e 28.

270 ARQUIVO NACIONAL, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 124-140.

53) JOSÉ TOMÁS DA SILVA ARAÚJO (1797)

De acordo com os livros de notas do 2º Ofício, substituiu Faustino Soares de Araújo no período de 4 de fevereiro de 1797 a 8 de novembro de 1797.²⁷¹

Em 20 de fevereiro de 1797, no 2º Ofício, lavra pública-forma da carta de declaração, divisão e aruação da Prainha, feita em 19 de novembro de 1737.²⁷²

54) JOÃO NEPOMUCENO DE ASSIS (1803-1807)

Aparece servindo no impedimento do serventuário Faustino Soares de Araújo, seu pai, no cartório de propriedade de Vicente de Velasco Molina, nos anos de 1803 a 1807. Lançou escrituras nos livros do cartório do 2º Ofício de 19 de agosto de 1803 a 5 de janeiro de 1807. Com a morte desse proprietário e a nomeação do novo, em 1808, desaparece, sendo, porém, nomeado, em 1810, serventuário do 4º Ofício de tabelião, de propriedade de Manuel Marques Perdigão, por portaria de 26 de março desse ano, do desembargador, corregedor do Paço, por dois meses, continuando nessa serventia até ser provido em outro cargo.

No terceiro livro de tomo de São Bento,²⁷³ há várias escrituras de sua lavra em que se vê seu sinal público.

Conforme dados fornecidos em testemunho a José Antônio dos Santos Ameno, em 13 de setembro de 1811, era “homem branco, solteiro, tabelião do Público e Judicial e Notas desta Corte, morador na rua do Rosário, idade 26 anos, mais ou menos”.²⁷⁴

Na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, foi encontrada uma pública-forma, de março de 1810, assinada por João de Nepomuceno de Assis.²⁷⁵

Em 4 de abril de 1810, foi passada provisão para o ofício do proprietário Manuel Marques Perdigão, por seis meses,²⁷⁶ renovada em 23 de outubro de 1810.²⁷⁷

Recebeu provisão para continuar a servir o mesmo ofício,²⁷⁸ por seis meses, em 9 de agosto de 1811 e outra em 26 de agosto de 1812, mas não é mencionado o nome do proprietário.²⁷⁹

Em 1813, foram-lhe passadas provisões do mesmo ofício em 2 de julho e despacho em 9 de agosto. Arrendou, então, a serventia do ofício de escrivão dos

271 Ibidem, Segundo Ofício de Notas, Livros de Notas n. 132-133.

272 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 123-6.

273 MACEDO, Deoclécio Leite de, op. cit., p. 138, 139, 141, 144, 158, 161, 163, 165, 168, 170-174, 208-214 e 221-223.

274 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 81, pacote 2, doc. 97, Autos de inquirição.

275 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, caixa 519, doc. 8.

276 ARQUIVO NACIONAL, códice 139, v. 8, p. 85-85v.

277 Ibidem, códice 139, v. 8, p. 1v-2.

278 Ibidem, códice 139, v. 10, p. 72 e 72v, n. 205.

279 Ibidem, códice 139, v. 11, p. 78-78v, n. 103.

Agravos e Apelações Cíveis e Crimes de que era proprietário Joaquim Luís de Sousa, passando-lhe o regedor da Justiça portaria de 19 de dezembro de 1818 para servir por tempo de dois meses.²⁸⁰

Nova provisão de escrivão dos Agravos foi-lhe passada em 8 de maio de 1819, por seis meses.²⁸¹ Outra se lhe havia passado em 16 de fevereiro de 1819.

Por decreto de 28 de junho de 1822, do Desembargo do Paço, recebe mercê de provisão de serventia vitalícia de escrivão dos Agravos Cíveis e Crimes.²⁸²

Faleceu a 23 de fevereiro de 1838 e foi sepultado na igreja de São Francisco de Paula.

55) JOSÉ RODRIGUES PINHEIRO (1807)

Funcionou no impedimento de Faustino Soares de Araújo por três meses, em 1807, lavrando escrituras nos livros do cartório de 16 de janeiro a 7 de março.²⁸³

56) JOAQUIM JOSÉ DE CASTRO (1807-1853)

Nomeado amanuense, em 1805, pelo proprietário do 2º Ofício de tabelião de Notas, para ajudante do serventuário Faustino Soares de Araújo, obteve provisões semestrais, a primeira em 22 de novembro de 1808,²⁸⁴ as demais em 16 de setembro de 1809 a 20 de setembro de 1810,²⁸⁵ 1 de agosto de 1814,²⁸⁶ 31 de outubro de 1816,²⁸⁷ 12 de junho de 1818,²⁸⁸ 6 de maio de 1819,²⁸⁹ 6 de maio de 1820,²⁹⁰ 23 de maio de 1821,²⁹¹ 26 de novembro de 1821,²⁹² 17 de janeiro de 1823.²⁹³

Por alvará de 18 de dezembro de 1823, é concedida a serventia vitalícia em razão do falecimento de José Francisco de Paula.²⁹⁴ Assina os livros do 2º Ofício alternando com Pedro José de Castro de 1807 a 1853.

280 Fonte não identificada.

281 ARQUIVO NACIONAL, códice 139, v. 34, p. 33-33v.

282 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 85, pacote 3.

283 Ibidem, Segundo Ofício de Notas, Livro de Notas n. 143, rolo de microfilme 042.3.79.

284 Ibidem, códice 139, v. 1, p. 92.

285 Ibidem, códice 139, v. 4, p. 53v-54; códice 139, v. 4, p. 162v; códice 139, v. 7, p. 48-48v.

286 Ibidem, códice 139, v. 14, p. 103.

287 Ibidem, códice 139, v. 22, p. 38. Fonte não confirmada.

288 Ibidem, códice 139, v. 30, p. 51-51v.

289 Ibidem, códice 139, v. 34, p. 191-191v.

290 Ibidem, códice 139, v. 39, p. 86-86v.

291 Ibidem, códice 139, v. 43, p. 52.

292 Ibidem, códice 139, v. 43, p. 123v-124.

293 Ibidem, códice 139, v. 47, p. 115.

294 Ibidem, códice 140, v. 71, p. 30.

57) JOSÉ FRANCISCO DE PAULA (1808-1823)

Com o falecimento do proprietário Vicente José de Velasco Molina, do 2º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1808, foi nomeado para sucedê-lo na propriedade, por despacho de 11 de junho de 1808 e alvará de propriedade de 25 de agosto 1808, o médico da Câmara Real, dr. José Francisco de Paula, formado pela Universidade de Coimbra.²⁹⁵ Por alvará de 26 de agosto de do mesmo ano, recebeu faculdade para nomear serventuário para o cargo, podendo fazer ajustes sem embargo de qualquer lei ou disposição em contrário.²⁹⁶

O novo proprietário se queixava, em 25 de agosto de 1808, de que ainda não se pudera encartar por não poder pagar os novos direitos, nem saber a lotação do ofício, por ter Faustino Soares de Araújo, serventuário interino, alcançado de Sua Alteza nomeação da serventia a outro, vendo-se assim frustrado o suplicante, pois alegava Faustino moléstia, mas comparecia diariamente na Chancelaria.

Por carta de 18 de julho de 1809, nomeou serventuário José Joaquim de Castro, a quem foi passada provisão, em 1º de maio do mesmo ano, e para substituto, Faustino Soares de Araújo. Nomeou e manteve como serventuário, durante sua propriedade, a Joaquim José de Castro, que o sucedeu.

Cavaleiro da Ordem de Cristo e da Torre e Espada, morreu em 1823. Em razão do falecimento, concorreram à propriedade do ofício, além de Joaquim José de Castro, serventuário em exercício com mais de 16 anos, mais dois pretendentes: João Jorge de Paula e Albino Gomes Guerra de Aguiar.

295 Ibidem, códice 140, v. 2, p. 30v-31v e 51-51v.

296 Ibidem, códice 140, v. 1, p. 37.

Terceiro Ofício

1) GASPAR RODRIGUES DE GÓES (1566)

Desanexado o Ofício de Notas do Ofício do Judicial,¹ nomeou Estácio de Sá, para Ofício do Judicial, a Gaspar Rodrigues de Góes, por provisão de 16 de setembro de 1566.²

Na mesma data, prestou juramento, lançou seu sinal público e raso e prestou fiança na pessoa de Baltazar de Moraes.³

2) FRANCISCO FERNANDES (1567-1569)

A Francisco Fernandes, reposteiro de Sua Alteza, passou Mem de Sá, em 6 de outubro de 1567, provisão de escrivão dos Órfãos da cidade do Rio de Janeiro e de toda a capitania.⁴

Aos vinte dias de outubro de 1567, fez-lhe Mem de Sá mercê da provisão do ofício de escrivão do Público e Judicial da mesma cidade.⁵ Em 16 de dezembro de 1570, servia de escrivão da Câmara, na ausência do titular Clemente Peres Ferreira.

Renunciou aos dois cargos para exercer o de escrivão da Ouvidoria, sendo sucedido por João da Fonseca, que foi nomeado, aos 12 de janeiro de 1569, tabelião do Judicial, e a 18 de setembro seguinte, escrivão dos Órfãos.⁶

Como tabelião do Público e Judicial e Notas, assinou termo de posse de terras em 15 de dezembro de 1567.⁷

Como escrivão da Ouvidoria, subscreveu, em 14 de fevereiro de 1569, a provisão de nomeação de Diogo Martins, medidor dos chãos, e serviu de testemunha em vários atos.

3) JOÃO DA FONSECA (1569-1571)

Com a renúncia de Francisco Fernandes dos ofícios de escrivão dos Órfãos e tabelião do Judicial da cidade do Rio de Janeiro, deu o governador Salvador Correia de Sá, por provisão de 12 de janeiro de 1569, a serventia dos mesmos a João da Fonseca, que prestou juramento e lançou seu sinal público no dia 15 do mesmo mês.⁸

1 Ver Histórico dos Ofícios, na parte introdutória deste trabalho.

2 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, códice 16.2.19, p. 9-11.

3 DISTRITO FEDERAL, *Livro primeiro de ordens e provisões reais*, p. 7-8.

4 Ibidem, p. 19-20.

5 Ibidem, p. 18-19.

6 Ibidem, *Segundo e terceiro livros...*, p. 18 e 40.

7 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 62-63, n. 32.

8 DISTRITO FEDERAL, *Segundo e terceiro livros de ordens e provisões reais...*, p. 17-18.

Por provisão de 18 de setembro de 1569, foi nomeado escrivão dos Órfãos.⁹

No princípio de 1571, incorreu numa infração penal e foi submetido à correição, obrigado a dar fiança, no prazo de seis meses, para se livrar solto e não ser preso.¹⁰

4) ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA (1571-1587)

Cavaleiro fidalgo da Casa Real, natural de Monte-Mor, foi casado com d. Maria Castanho, com quem teve duas filhas, Catarina de Almeida e Maria Castanho. Chegou ao Brasil em 29 de março de 1549, na armada do governador-geral Tomé de Sousa. Pousou, primeiramente, na Bahia, seguindo para se estabelecer na capitania de São Vicente, onde recebeu terras de sesmaria.¹¹

Faleceu antes de 1587, pois em 19 de novembro daquele ano, quando o ouvidor-geral deu informação sobre Belchior Tavares, já havia anos que o ofício de Antônio Rodrigues de Almeida estava vago em razão de sua morte.¹²

Foi nomeado escrivão da Provedoria, Feitoria, Almoxtarifado e Alfândega da capitania de São Vicente em 28 de abril de 1550.

Voltou a Portugal em 1556, e retornou ao Brasil nomeado por Martim Afonso de Sousa escrivão da Ouvidoria e das Sesmarias. Era ainda almoxtarife e promotor de justiça.

Foi um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro, e recebeu sesmarias anteriores à fundação, pois acompanhou Estácio de Sá na guerra da ocupação da cidade. Aqui recebeu de Salvador Correia de Sá, por provisão de 6 de janeiro de 1571, a mercê da serventia do ofício de escrivão do Público e Judicial.¹³

Foi escrivão da Câmara em setembro de 1572 e, em 1574, participou da medição e demarcação da sesmaria concedida à Companhia de Jesus em 1565.

5) FRANCISCO LOPES (1580-1587)

Ver 1º Ofício.

6) BELCHIOR TAVARES (1587-1614)

Veio para o Brasil em companhia de Salvador Correia de Sá e achou-se com ele em todos os sucessos da guerra. Ao ser nomeado tabelião, residia no Rio de Janeiro havia mais de dez anos. Era casado na dita cidade com Margarida Figueiredo,¹⁴ e deixou dois filhos, o tabelião Sebastião Tavares de Figueiredo e André Dias de Figueiredo.

9 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, códice 16.2.19, p. 57-57v; DISTRITO FEDERAL, *Segundo e terceiro livros de ordens e provisões...*, p. 40.

10 DISTRITO FEDERAL, *Segundo e terceiro livros de ordens e provisões...*, p. 80-81.

11 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, *Conquistadores...*, p. 31-33.

12 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Rio de Janeiro no século XVI*, v. II, p. 141, n. 64.

13 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, códice 16.2.19, p. 104-105.

14 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, op. cit., p. 470.

Por falecimento do tabelião Antônio Rodrigues de Almeida, encontrava-se o ofício vago há anos, e Belchior Tavares, que já o servira, pediu a propriedade do mesmo. De acordo com consulta do Conselho Ultramarino de 19 de novembro de 1587, fez-lhe Sua Majestade mercê dessa serventia por alvará de 27 de novembro daquele ano e carta régia de 17 de dezembro seguinte. Foi nomeado somente tabelião do Judicial, mas consta, algumas vezes, como tabelião do Judicial e Notas.¹⁵

Segundo a carta de 10 de julho de 1617, pela qual d. Filipe II fez mercê da propriedade do ofício de tabelião a Sebastião de Ponte do Quintal, por falecimento de Belchior Tavares, fora ele condenado a perdimento da propriedade do ofício e a quatro anos de degredo em Angola, por erros e falsidades praticados em seu exercício.¹⁶

Em 5 de novembro de 1591, passou escritura no livro de tombo dos Carmelitas.¹⁷

Recebeu em sesmaria, aos 7 de julho de 1602, sobejos de terras em Saracuruna e, aos 15 de novembro de 1603, ganhou terras nas faldas do outeiro de Gericinó. Possuía uma casa na cidade do Rio de Janeiro, atrás da qual Gonçalo Correia de Sá obteve chão em 1603.¹⁸

Em 9 de abril de 1608, assinou com João Anhaia a carta de doação de terreno do morro do Carmo, atual Santo Antônio, aos padres franciscanos e, em 7 de dezembro de 1612, doou ao Mosteiro de São Bento parte de sua propriedade em Gericinó, perto do rio Guandu.¹⁹

7) JOÃO DE ANHAIA (1608)

Ver 1º Ofício.

8) ANTÔNIO PIMENTA DE ABREU (1610-1621)

Em 17 de maio de 1610, apresenta o capitão Antônio Pimenta de Abreu fiança em Diogo Mendes Coluna, para servir o ofício de tabelião público do Judicial e Notas.²⁰

Segundo o livro de tombo do Colégio da Companhia de Jesus, em 19 de novembro de 1618, passou traslado da escritura de venda de casas que foram de João de Araújo.²¹

Em 4 de setembro de 1619 e 6 de setembro de 1620, assina traslado de escritura e auto de posse no livro de tombo do convento de Nossa Senhora do Carmo no Rio de Janeiro.²²

15 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, op. cit., v. II, p. 141, n. 64; DISTRITO FEDERAL, *Segundo e terceiro livros...*, p. 119-121.

16 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Filipe II, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 43, fls. 44-45.

17 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 336-337.

18 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, op. cit., p. 470.

19 MORAES, Alexandre José de Mello, *Corografia histórica...*, tomo I, parte 2, p. 273-274; BELCHIOR, Elísio de Oliveira, op. cit., p. 470.

20 ARQUIVO NACIONAL, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 26, fls. 73-73v; Livro de Notas n. 26A, fls. 80-80v.

21 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 226-228.

22 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 240-242, 334-336.

Assina o livro de notas recolhido ao Arquivo Nacional de 15 de janeiro a 20 de agosto de 1621.²³

9) SEBASTIÃO TAVARES DE FIGUEIREDO (1611)

Filho de Belchior Tavares e Margarida Figueiredo, como tabelião lavrou escritura no livro do Colégio em 1º de agosto de 1611, subscrita por seu pai.²⁴

Assina instrumento de testemunhas da doação, por Manuel de Brito, da prainha de São Bento, hoje praça Mauá, em 1º de março de 1611.²⁵

10) SEBASTIÃO DE PONTE DO QUINTAL (1617-1619)

Sebastião de Ponte do Quintal, cavaleiro fidalgo da Casa Real, por carta régia de 20 de novembro de 1617, em satisfação dos alvarás de lembrança, de 21 de janeiro de 1612, e de propriedade, de 10 de julho de 1617, é indicado para ocupar os ofícios de escrivão da Câmara e tabelião do Judicial e Notas, vagos por falecimento de Belchior Tavares.²⁶

Segundo o costume, foi examinado pelos desembargadores do Paço e julgado apto a exercer o cargo. Foi-lhe dada a posse, lavrado o seu sinal público no livro de registro da Chancelaria e rasgado o alvará de lembrança, em Lisboa, a 20 de novembro de 1617.

Foi-lhe dada a faculdade para renunciar, por alvará de 6 de setembro de 1618, em recompensa dos serviços prestados durante anos em Angola, na ilha dos Kueipe e na Armada que correu a costa da África até Galeja.²⁷

Por escritura de 4 de dezembro de 1618, renunciou o ofício do Rio de Janeiro em Miguel de Carvalho.

11) MIGUEL DE CARVALHO (1619-1643)

Era moço da Câmara de Sua Majestade, faleceu em 1643 deixando uma filha, Juliana de Mendonça, casada com o capitão Gaspar de Carvalho Soares, que o sucedeu no 3º Ofício.

Serviu em Angola os ofícios de escrivão da Fazenda, Feitoria, Defuntos e Notas.²⁸

Em 16 de junho de 1588, recebeu provisão para servir como provedor dos Defuntos e Ausentes do Rio de Janeiro por três anos. Assinou termo de posse e juramento em 2 de novembro do mesmo ano.²⁹

23 ARQUIVO NACIONAL, Terceiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 158.

24 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 222 e 256.

25 SILVA-NIGRA, *Construtores e artistas...*, v. II, p. 25*, doc. 10.

26 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Filipe II, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 43, fls. 44v-45.

27 Ibidem, livro n. 1, fl. 13v, microfilme n. 970.

28 BELCHIOR, Elísio de Oliveira, *Conquistadores...*, p. 116.

29 DISTRITO FEDERAL, *Segundo e terceiro livros...*, p. 123-124.

Em 20 de março de 1592, recebeu sesmaria em Jaguari, ao longo do rio Iguaçu; em 3 de julho de 1598, em Sarapuí; e, em 15 de julho de 1630, obteve mais sobejos de terras até a lagoa de Maricá.³⁰

Por carta régia de 30 de janeiro de 1619, recebeu a propriedade do ofício de tabelião do Judicial e Notas, em razão da renúncia que dele fizera Sebastião de Ponte do Quintal, em escritura firmada em 4 de dezembro de 1618.³¹

Foi-lhe passada carta de licença para ter serventuário em 8 de fevereiro de 1619.³²

No livro de tombo do Colégio da Companhia de Jesus, há várias escrituras de sua lavra datadas de 1630.³³

No livro de tombo dos bens pertencentes ao convento de Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro, há vários documentos de sua lavra datados de 1634.³⁴

12) ANDRÉ CARDOSO PINTO (1624-1626)

Passa, em 16 de dezembro de 1624, certidão de Jacinto Pereira,³⁵ e, em 24 de agosto de 1626, lavra escritura de doação feita por Diogo de Brito ao Mosteiro de São Bento, em Inhumirim.³⁶

Em 24 de janeiro de 1661, concorreu ao posto de capitão de uma das Companhias de Infantaria do Rio de Janeiro.³⁷

13) GASPAR DE CARVALHO SOARES (1639-1664)

Casado com Juliana de Mendonça, filha de Miguel de Carvalho, era pai natural de Manuel de Carvalho Soares, de cinco filhas, entre elas d. Maria de Mendonça, casada com Manuel Cardoso Leitão, e do menor João de Carvalho Soares.

Em 22 de dezembro de 1643, recebeu carta de propriedade por se casar com uma filha de Miguel de Carvalho. Já vinha servindo o ofício havia mais de quatro anos.³⁸

Em 28 de dezembro de 1644, como tabelião do Público e Judicial e Notas, por impedimento de Jorge de Sousa, preso por dois anos, foi nomeado escrivão pelos

30 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro*, p. 107, 110, 120.

31 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Filipe II, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 43, fl. 153v-154.

32 Ibidem, livro n. 1, fl. 46v.

33 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 291-299.

34 Ibidem, v. 57, p. 242-250.

35 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 1. Fonte não confirmada.

36 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Quarto livro do tombo: 1829-1906*, suplemento IV, n. 6, p. 255; SILVA-NIGRA, Clemente Maria da, *Construtores e artistas...*, p. 33-34; Dietário, códice 1.161, p. 16, doc. 1584-2.

37 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 91, n. 845.

38 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João IV, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 14, fls. 192 e 222v-223, microfilme 1.120.

oficiais da Câmara, enquanto durasse aquele impedimento. Como escrivão da Câmara, assinou os livros de vereança até 30 de março de 1645.³⁹

Por carta de 13 de setembro de 1649, arrendou à Câmara Municipal, por aforamento, as terras baldias na várzea da cidade, chamadas “Rossio da cidade”, pelo tempo de três [a] nove anos.⁴⁰

Em 11 de junho de 1652, passou escritura de venda de engenho e terras em Camorim, bem como auto de medição de terras em Iguaçu.⁴¹

Em 1661, requereu licença para renunciar em um de seus filhos o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, à qual foi favorável o Conselho Ultramarino em consulta de 22 de dezembro do mesmo ano.⁴²

Em 1664, seu filho natural, que com ele serviu, pediu a serventia do ofício, que foi concedida em 29 de abril de 1665, enquanto durasse a menoridade do proprietário João de Carvalho Soares.⁴³ Após seu falecimento, em 1664, surgiu a disputa entre Manuel de Carvalho Soares e Manuel Cardoso Leitão sobre a sucessão no ofício. Deixou testamento em cuja verba, como relatou Manuel de Carvalho Soares, lhe deixava a propriedade do ofício.⁴⁴

14) MANUEL DE CARVALHO SOARES (1652-1674)

Filho natural de Gaspar de Carvalho Soares, casado com Maria de Galegos, faleceu no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1676, deixando testamento.⁴⁵

Em 11 de junho de 1652, passou escritura de Domingos da Silveira Sotomaior, em Camorim.⁴⁶

No livro de tombo do Colégio da Companhia de Jesus, há vários documentos de sua lavra, datados de 1652 e 1653, em que lança seu sinal público.⁴⁷

Em 1657, aprova o testamento de Belchior da Costa e, em 25 de agosto do mesmo ano, o de Catarina Gomes.⁴⁸

Em 10 de setembro de 1663, recebeu carta de propriedade do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, por renúncia de seu pai.⁴⁹

39 DISTRITO FEDERAL, *O Rio de Janeiro no século XVII*, p. 85-95.

40 Ibidem, p. 178.

41 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 838-2.

42 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 94, n. 867.

43 Ibidem, p. 105, n. 972-973; p. 112, n. 1.028.

44 Ibidem, p. 112, n. 1.028.

45 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 322.

46 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 838-2.

47 LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, p. 263-339.

48 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 962-4 e 963-4.

49 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 21, fls. 196v-197.

Em 22 de janeiro de 1664, de acordo com a Relação dos Ofícios de Justiça da cidade do Rio de Janeiro, mandada ao Conselho Ultramarino pelo ouvidor-geral, havia suplicado a Sua Majestade a mercê da propriedade do 3º Ofício, e estava servindo por provisão do governador do Rio de Janeiro naquela ocasião.⁵⁰

Em 6 de abril de 1667, ao concorrer com Manuel Cardoso Leitão e Sebastião Serrão Freire ao cargo de tabelião, foi-lhe concedida a serventia do ofício enquanto durasse a menoridade de seu irmão João de Carvalho Soares, do qual era tutor.⁵¹

15) JOÃO DE CARVALHO SOARES (1674-1679)

Com o falecimento de Gaspar de Carvalho Soares, em 1664, ficaram cinco filhas e dois filhos: um natural, Manuel de Carvalho Soares, que servia o ofício de seu pai, e um menor, por nome João de Carvalho Soares, nomeado proprietário.

Em 6 de abril de 1667, é nomeado Manuel de Carvalho Soares, enquanto durasse a menoridade de seu irmão.⁵²

Em 1º de fevereiro de 1674 e 12 de março de 1677, foi concedida a serventia a seu cunhado, Manuel Cardoso Leitão, por três anos.⁵³

Tendo alcançado a maioridade e se casado na Bahia, renunciou em seu cunhado e serventuário Manuel Cardoso Leitão, a quem, por carta de 17 de fevereiro de 1679, foi dada a propriedade do ofício.⁵⁴

16) MANUEL CARDOSO LEITÃO (1674-1690)

Natural do Rio de Janeiro, nasceu por volta de 1633 e se casou, aproximadamente, em 1663, com Maria de Mendonça, filha de Gaspar de Carvalho Soares. Teve dez filhos: João, falecido antes de alcançar a maioridade; frei Gaspar da Purificação; Maria de Mendonça Borges, esposa de seu primo Julião Rangel de Sousa Coutinho, proprietário do 2º Ofício; Cristóvão Correia Leitão, titular do 3º Ofício, sogro do tabelião Bento Pinto da Fonseca; Manuel; Ana Correia Borges, casada com Manuel de Macedo Pereira; Luís; Tomé e João, falecidos; e Salvador Correia Leitão, que sucedeu a Severino Ferreira de Macedo na serventia deste cartório. Faleceu na cadeia da cidade em 6 ou 7 de dezembro de 1690.⁵⁵

50 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 104, n. 972.

51 Ibidem, v. 39, p. 112, n. 1.028; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 26, fl. 170v.

52 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 112, n. 1.028.

53 Ibidem, p. 130, n. 1.198-1.199.

54 Ibidem, p. 149, n. 1.368-1.369.

55 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 305.

Já casado com Maria de Mendonça, em 1665 requereu a serventia do ofício exercido até então por seu cunhado Manuel de Carvalho Soares, em quem o titular havia renunciado em sua verba testamentária. Por provisão de 6 de abril de 1667, confirmou o rei a serventia em Manuel de Carvalho Soares.⁵⁶

Em 1º de fevereiro de 1674, foi nomeado na serventia do ofício por três anos. Essa serventia foi prorrogada por mais três anos, em 12 de março de 1677.⁵⁷ Em 18 de dezembro de 1675, assinou escritura na qual lavrou seu sinal público.⁵⁸

Foi-lhe dada a carta de propriedade em 11 de outubro de 1679. Para conseguir esta propriedade, apresentou, entre outros papéis, uma escritura de renúncia de seu cunhado João de Carvalho Soares.⁵⁹

Tendo arrematado no triênio 1684-1687 o contrato de Armação das Baleias, requereu faculdade para renunciar em um dos filhos a propriedade do ofício. Recebeu alvará de licença para renunciar em seu filho legítimo mais velho em 14 de dezembro de 1688.⁶⁰

Tendo fracassado na administração do contrato de Armação das Baleias, foi processado e condenado à prisão, onde faleceu. Foram então seqüestrados seus bens, que constavam de um engenho, com os escravos e bois e duas moradas de casas prontas e uma por acabar, além dos móveis e restos do referido contrato.⁶¹

Seqüestrados e postos em hasta pública em 1690, não deram para cobrir os débitos. Mandou então o rei que fossem seqüestrados os bens do provedor da Fazenda e dos oficiais que não haviam pedido fiança no ato de arrematação.⁶²

Posto o ofício em hasta pública, correu em vários pregões sem que aparecesse quem o arrematasse. Afinal, no pregão de 17 de março de 1692, foi arrematado por três mil cruzados pelo capitão Antônio de Moura.⁶³

Cristóvão Correia Leitão, como terceiro interessado, pôs embargos ao leilão e recorreu ao Juízo dos Feitos da Fazenda da Corte, onde se encontrava. Aos três mil cruzados oferecidos por Antônio de Moura, lançou mais 10 mil réis, a serem pagos num prazo de seis anos, em importâncias iguais.⁶⁴

56 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 112, n. 1.028.

57 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 42, fls. 57-57v; livro 38, fls. 261v-262.

58 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 348-350.

59 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 149, n. 1.368-1.369; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 47, fls. 284v-285.

60 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 167, n. 1.515-1.516; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Pedro II, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 34, fls. 228v-229.

61 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 5. Fonte não confirmada.

62 Idem.

63 Idem.

64 Idem.

17) ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA (1680-1685)

Ver 1º Ofício.

18) JOÃO SOARES FERRÃO (1684-1685)

O capitão João Soares Ferrão era neto de Jorge de Sousa Coutinho, tabelião do 2º Ofício.

Tendo em vista a representação de Manuel Cardoso Leitão, proprietário do 3º Ofício, foi nomeado serventuário, por tempo de seis meses, por provisão de 15 de julho de 1684. Essa provisão foi renovada em 15 de janeiro de 1685 e 18 de julho de 1685.⁶⁵

19) FRANCISCO LEÃO DE SÁ (1685-1692)

Por enfermidade do serventuário Antônio Ferreira da Silva,⁶⁶ o proprietário do 3º Ofício do Público e Judicial e Notas, Manuel Cardoso Leitão, requereu a nomeação de Francisco Leão de Sá, que foi provido em 22 de dezembro de 1685 pelo prazo de seis meses. Essa provisão foi renovada em 20 de junho e 30 de dezembro de 1686.⁶⁷

Encontra-se no segundo livro de tombo de São Bento, lavrada por este serventuário, a escritura da venda de uma capela pelos religiosos daquele mosteiro ao capitão Manuel Fernandes Branco, onde se acha seu sinal público. Nesse mesmo tombo, lavra outra escritura em 15 de março de 1686.⁶⁸

Em 17 de junho de 1687, obteve do governador-geral da Bahia provisão por um ano, prorrogada por outro, em 20 de junho de 1690. Seguiram-se sucessivas provisões semestrais, datadas de 2 de julho de 1689, 3 de dezembro de 1691, 3 de junho de 1692 e 3 de dezembro de 1692, e anuais, datadas de 22 de outubro de 1689 e 4 de setembro de 1690.⁶⁹

Foi provido, em 27 de julho de 1695, no cargo de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral.⁷⁰

Em 3 de setembro de 1697, foi nomeado tabelião do Público e Judicial e Notas da vila de Santo Antônio de Sá, por tempo de seis meses. Recebeu novas provisões semestrais em 17 de agosto de 1698, 28 de fevereiro de 1699, 17 de agosto de 1699, 27 de fevereiro e 21 de agosto de 1700, 16 de março e 13 de agosto de 1701.⁷¹

65 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fls. 78v-79, 79 à margem; BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, 8,3,2, n. 74.

66 Ver 1º Ofício.

67 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fl. 103v.

68 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 4 e 160.

69 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 10, fls. 18v-19, 37v e 103v à margem; v. 11, fls. 9, 61v, 65v e 71v.

70 Ibidem, códice 78, v. 12, fl. 74v.

71 Ibidem, códice 78, v. 12, fls. 116, 165-165v, 178-178v; v. 13, fls. 3v, 22-22v, 32v, 54-54v, 72v.

20) CRISTÓVÃO CORREIA LEITÃO (1693-1737)

Natural da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, foi batizado em 12 de outubro de 1669, filho de Manuel Cardoso Leitão e Maria de Mendonça. Casou-se, em 25 de maio de 1689, com sua prima de terceiro grau, Ascença de Mendonça, filha de Baltazar Rangel de Sousa e Ângela de Mendonça. Desse casamento nasceram-lhe quatro filhos: Francisco, Ana, Joana Luísa, casada com o sargento-mor Bento Pinto da Fonseca, e Mariana.⁷²

Seguindo o exemplo do pai, meteu-se a arrematar o Contrato das Baleias, com o qual contraiu dívidas de que não se pôde livrar, embora andasse desde 1726 pelas Minas à procura de rendas, onde viria a falecer entre 29 de outubro de 1736 e 18 de dezembro de 1737.⁷³

Em 14 de dezembro de 1688, recebeu seu pai faculdade para renunciar nele o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro.⁷⁴

Como seu pai fora alcançado pela dívida para com a Fazenda Real, pelo Contrato das Baleias, foi condenado à prisão na cadeia da cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu, em 1690, sendo seus bens seqüestrados, inclusive o ofício de tabelião, por carta de 18 de outubro de 1690.⁷⁵

A 17 de março de 1692, foi o cartório arrematado em hasta pública do Rio de Janeiro pelo capitão Antônio de Moura, Cristóvão Correia Leitão, como terceiro interessado, opôs embargo ao leilão.⁷⁶

Recorreu, na qualidade de herdeiro, como filho mais velho do falecido proprietário, apresentando carta de justificação, de acordo com a inquirição feita no Rio de Janeiro a 12 de janeiro de 1693. Mandou o rei que arrematasse o ofício, desistindo de causas que movia pela propriedade, o que fez cobrindo o lance feito no Rio de Janeiro e comprometendo-se a pagar em seis anos.⁷⁷

Antes de se encartar, serviu desde 1693 como serventuário, sendo a primeira provisão datada de 19 de janeiro de 1693, por tempo de um ano, e a posse, em 3 de junho de 1693. Esta provisão foi renovada por outra, de 12 de janeiro do ano seguinte.⁷⁸

Recebeu sucessivas provisões semestrais, datadas de 4 de julho de 1695, com início a 21 de janeiro de 1696; 21 de julho de 1696; 20 de janeiro de 1697; 15 de

72 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 306.

73 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 2, fls. 88-88v; v. 4, fls. 131-131v.

74 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Pedro II, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 34, fls. 228v-229.b

75 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 60, v. 7, fls. 125-125v.

76 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 5. Fonte não confirmada.

77 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 60, v. 7, fls. 202v-203v.

78 Ibidem, códice 78, v. 20, fls. 21-22, 30; códice 60, v. 7, fls. 202v-204v.

janeiro de 1698, a partir de 20 de julho de 1697; 5 de maio de 1698; 20 de dezembro de 1698, com início a 5 de novembro de 1698; 7 de julho de 1699, a partir de 5 de maio de 1699; 16 de março de 1700; e 20 de outubro do mesmo ano. Em 12 de abril de 1701, recebeu provisão pelo tempo de quatro meses e sete dias, tendo princípio em 5 de dezembro de 1700.⁷⁹

Em 30 de agosto de 1698, lavra escritura no segundo livro de tombo de São Bento, em que lança seu sinal público.⁸⁰

Em 13 de abril de 1701, foi substituído por Antônio Martins do Couto.

Em 28 de junho de 1708, o governador, diante da representação deste, em que apresentou alvará de quitação da importância pela qual havia arrematado o ofício que servia e por ainda não ter sido encartado, passou-lhe provisão da serventia do mesmo ofício por mais seis meses, visto ir acabando o tempo da serventia de Eugênio de Sousa Neves. Esta provisão foi renovada por outra, também de seis meses, em 23 de fevereiro de 1709, prorrogada em 28 de agosto seguinte.⁸¹

Em 19 de agosto de 1727, o ouvidor-geral Manuel da Costa Mimoso informou o Conselho Ultramarino sobre o encarte deste tabelião. Em 1728, apresenta requerimento em que pede se procedam às diligências necessárias para sua confirmação no ofício.⁸²

Só foi mandada passar a carta de propriedade a 8 de março de 1728, que seria dada a 30 daquele mês, tendo recebido cumpra-se no Rio de Janeiro em 13 de março de 1733.⁸³

Ainda em 1733, Salvador Correia Leitão, ao perder a serventia do 3º Ofício, mencionava que estaria sustentando a família de seu irmão Cristóvão.⁸⁴

Em 1743, requereu sua viúva carta de propriedade do ofício para a pessoa que se casasse primeiro com uma de suas filhas. Em 16 de maio de 1744, mandou-se passar provisão a Joana Luísa de Mendonça.⁸⁵

21) ANTÔNIO MARTINS DO COUTO (1701-1702)

Ver 1º Ofício.

79 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, v. 12, fls. 77, 100, 106v, 144, 159v e 174; v. 13, fls. 23v-24, 36v-37, 57v; v. 17, fls. 192-192v; códice 77, v. 4, fl. 118v, 118v nota; v. 8, fls. 148-149.

80 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 31-33.

81 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 77, v. 19, fls. 113, 176; códice 78, v. 17, fl. 9v.

82 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 39, p. 504, n. 5.827-5.828.

83 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 3, fls.108-108v; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 482, n. 12.581; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 505, n. 5.828-5.835.

84 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 4, fls. 131-131v.

85 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 3, fls.108-108v; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 451, n. 12.170, 12.173.

22) JOSÉ COUCEIRO DE OLIVEIRA (1702-1703)

Foi provido em 2 de julho de 1702 na serventia do 3º Ofício, como tabelião do Público e Judicial e Notas por deicação de Antônio Martins do Couto. Renovou-se a provisão para a serventia deste ofício, por mais seis meses, em 6 de janeiro de 1703. Em 24 de julho de 1703, deixa o cargo, sendo sucedido por Domingos Rodrigues Távora.⁸⁶

23) DOMINGOS RODRIGUES TÁVORA (1703-1708)

Em 1709, consta como casado com Francisca Maurícia de Velasco e Molina. Teve dois filhos legítimos, Antônio de Velasco Távora e Francisco Xavier de Távora. Foi graduado com a patente de capitão de infantaria do distrito do Meio da Cidade, em 17 de abril de 1725.⁸⁷

Era proprietário da chácara da Bica, na atual rua do Riachuelo, onde fundou a ermida dedicada ao Menino Deus, com provisão de 3 de abril de 1742.⁸⁸

Em 25 de junho de 1728, recebeu de sesmaria uma légua de terra no caminho novo de Inhomirim.⁸⁹

Foi provido na serventia do 3º Ofício de Notas, vago por deicação de José Couceiro de Oliveira, a 24 de julho de 1703.⁹⁰

Essa serventia foi renovada por provisões de 30 de janeiro de 1704, 4 de agosto de 1704, 1º de fevereiro de 1705, 22 de agosto de 1705, 25 de fevereiro de 1706, 28 de agosto de 1706, 3 de março de 1707 e 7 de setembro de 1707.⁹¹

Em 1708, viajou para o Reino, sendo substituído por Eugênio de Sousa Neves em 20 de fevereiro daquele ano.⁹²

Por carta de 29 de outubro de 1709, foi-lhe feita mercê da propriedade do ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral da capitania do Rio de Janeiro, em razão da renúncia que nele fez seu sogro, o capitão João Pinto da Fonseca.⁹³

Em 14 de outubro de 1722, trasladou decreto no livro de tombo dos bens pertencentes ao convento de Nossa Senhora do Carmo na capitania do Rio de Janeiro, onde encontramos seu sinal público.⁹⁴

86 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 13, fls. 36, 94; v. 15, fl. 16v.

87 Ibidem, códice 64, v. 11, fls. 149v-151v; códice 128, v. 2, fl. 21v.

88 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. VII, p. 206.

89 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 30, n. 6.156-6.158.

90 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 15, fl. 36.

91 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 15, fls. 45v, 66, 76v, 86-86v, 106v, 130, 143v; códice 77, v. 16, fl. 682v; v. 19, fl. 42.

92 Ibidem, códice 77, v. 19, fls. 61v-62v.

93 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 480, n. 18.657.

94 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 311-314.

Por provisão de 24 de abril de 1730, em mercê da faculdade que tinha para nomear serventuário do ofício em seu impedimento, nomeou seu filho mais velho, Antônio Velasco de Távora, o qual já vinha servindo por nomeação dos governadores da capitania. Recebeu o cumpra-se do governador do Rio de Janeiro em 15 de junho de 1731.⁹⁵

Foi promovido a tenente-coronel de um dos regimentos de infantaria auxiliar do Rio de Janeiro antes de 25 de março de 1733.⁹⁶

Achando-se entrado em anos e com dificuldade de continuar na serventia dos ofícios de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral, requereu, em 17 de dezembro de 1743, faculdade para renunciar e nomear no mesmo cargo seu filho mais velho, Antônio de Velasco Távora, que recebeu carta de propriedade em 1º de fevereiro de 1744.⁹⁷

24) EUGÊNIO DE SOUSA NEVES (1708)

Foi passada, em 10 de fevereiro de 1708, provisão de seis meses para que servisse no ofício de propriedade de Domingos Rodrigues Távora, que se encontrava em Portugal.⁹⁸

25) JOSÉ DE SIQUEIRA VILA FORTE (1710-1711)

No impedimento por achaque do proprietário Cristóvão Correia Leitão, foi passada provisão a José de Siqueira Vila Forte para servir por tempo de seis meses o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, datada de 2 de abril de 1710. Essa provisão foi renovada por seis meses em 2 de novembro seguinte e em 2 de maio de 1711.⁹⁹

Foi sucedido por Luís Godinho Correia a 8 de dezembro de 1711.¹⁰⁰

Com o título de licenciado, serve de testemunha em escritura no segundo livro de tomo de São Bento a 3 de dezembro de 1715. No mesmo livro, traslada escrituras em 17 e 19 de maio de 1710, onde registra seu sinal público.¹⁰¹

26) LUÍS GODINHO CORREIA (1711-1713)

Filho do alferes Francisco Godinho Correia e de Maria Coelho, nasceu no Rio de Janeiro e foi batizado a 16 de março de 1667. Casou-se antes de 1695 com Paula de

95 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 3, fl. 9; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 58, n. 6.564-6.570.

96 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 189, n. 8.445.

97 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 7, fls. 65v-67v.

98 Ibidem, códice 78, v. 16, fl. 21.

99 Ibidem, códice 77, v. 21, fl. 48; códice 78, v. 17, fls. 15, 49, 72v.

100 Ibidem, códice 78, fls. 78v-79.

101 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tomo...*, p. 82, 84 e 149.

Andrade, com quem teve um filho, Cláudio Godinho Correia. Faleceu a 13 de maio de 1720, deixando testamento.¹⁰²

Em 14 de fevereiro de 1696, foi nomeado procurador dos Índios da cidade do Rio de Janeiro e suas aldeias por tempo de um ano. Seguiram-se provisões semestrais datadas de 18 de outubro de 1696, 24 de março de 1698, 3 de setembro de 1698, 24 de abril de 1699 e 24 de setembro de 1699.¹⁰³

A primeira provisão que encontramos no cartório de que era proprietário Cristóvão Correia Leitão data de 8 de dezembro de 1711, por tempo de seis meses.¹⁰⁴

Recebeu provisões semestrais para continuar na serventia datadas de 8 de junho de 1712, 23 de dezembro de 1712 e 26 de julho de 1713.¹⁰⁵

Foi sucedido, em 28 de setembro de 1713, por Antônio Marques Rabelo.

Em 1715, caiu em culpa de erros de tabelião.¹⁰⁶

Em escritura de 13 de março de 1716, aparece como foreiro do Mosteiro de São Bento no segundo livro de tombo.¹⁰⁷

27) ANTÔNIO MARQUES RABELO (1713-1714)

Foi nomeado para a serventia do 3º Ofício de Notas do Rio de Janeiro pelo tempo de seis meses, vago por deixação de Luís Godinho Correia, por provisão de 28 de setembro de 1713.¹⁰⁸

Em 23 de março de 1714, foi substituído por José Gomes de Andrade.

28) JOSÉ GOMES DE ANDRADE (1714)

O governador Francisco de Távora, havendo respeito a estar vago o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas por ausência de Antônio Marques Rabelo, que o servia, nomeou José Gomes de Andrade por tempo de seis meses, por provisão de 23 de março de 1714.¹⁰⁹

Deixou o cargo em agosto de 1714.

102 ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 10, fls. 78-81.

103 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 12, fls. 148v-149, 167 e 180; v. 13, fl. 6v; v. 20, fls. 95-95v; códice 77, v. 4, fls. 280-281 e 303-304.

104 Ibidem, códice 78, v. 17, fls. 78v-79.

105 Ibidem, códice 78, v. 17, fls. 87, 100v; v. 7, fl. 3.

106 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, códice 96, fls. 34-34v.

107 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 123-124.

108 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 7, fls. 6v-7.

109 Ibidem, códice 78, v. 7, fls. 22v-23.

29) TOMÁS FREIRE DE ANDRADE (1714-1715)

Foi nomeado por provisão de 20 de agosto de 1714, por seis meses.¹¹⁰

30) VICENTE DE ANDRADE¹¹¹ (1715-1724)

Em 2 de setembro de 1710, recebeu a serventia do ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral do Rio de Janeiro por seis meses. Esta provisão foi renovada em 6 de maio de 1711 e 17 de agosto de 1712.¹¹²

Em 10 de abril de 1714, recebeu provisão dos ofícios de inquiridor, contador e distribuidor dos Auditórios da cidade do Rio de Janeiro por seis meses. Ao retornar, recebeu nova provisão em 28 de janeiro de 1715 por seis meses.¹¹³

Foi nomeado, por provisão de 15 de março de 1715, para a serventia do 3º Ofício de tabelião do Judicial e Notas por tempo de seis meses. Essa provisão foi renovada por outras, datadas de 24 de setembro do mesmo ano, 21 de abril de 1716, 23 de outubro de 1716 e 12 de maio de 1717.¹¹⁴

O governador Antônio de Brito de Meneses não lhe renovou a provisão, indicando para seu lugar Cristóvão Moreira Coelho, cuja nomeação foi impugnada.

Tendo Vicente de Andrade recorrido ao Conselho Ultramarino, pedindo a mercê da serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas por três anos, esta lhe foi dada por um ano, por provisão de 26 de janeiro de 1719, com cumpra-se em 2 de junho daquele ano.¹¹⁵

Foram-lhe passadas provisões semestrais em 4 de junho e 7 de dezembro de 1720; 8 de junho e 9 de dezembro de 1721; 9 de junho de 1722; e 12 de fevereiro e 12 de agosto de 1723.¹¹⁶

Requeru, em 1724, a serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade do Rio de Janeiro e, em 8 de abril de 1724, foi-lhe passada provisão régia.¹¹⁷

31) CRISTÓVÃO MOREIRA COELHO (1718)

Criado do governador Antônio de Brito de Meneses, foi, em 25 de fevereiro de 1718, por ele nomeado para servir por seis meses o ofício de que era proprietário

110 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 7, fl. 36.

111 Homônimo de Vicente de Andrade (Ver 1º Ofício).

112 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 17, fls. 26, 71v; códice 77, v. 21, fl. 205.

113 Ibidem, códice 77, v. 23, fls. 81-81v, 132v-134; códice 78, v. 7, fls. 26v, 42.

114 Ibidem, códice 78, v. 7, fls. 44v, 51, 58v, 66v, 75.

115 Ibidem, códice 78, v. 19, fls. 130-130v.

116 Ibidem, códice 128, v. 1, fls. 73, 89, 101v, 113v, 122v, 136v, 150; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 424, n. 4.688.

117 CATÁLOGO dos manuscritos..., p. 145, n. 916; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 424, n. 4.684-4.687.

Cristóvão Correia Leitão, no lugar do serventuário Vicente de Andrade, o que era proibido por ordem régia de 22 de junho de 1667, mandando conservar no cargo os serventuários que bem o servissem.

Vicente de Andrade impugnou essa nomeação.¹¹⁸

32) JOSÉ MARQUES DA SILVA (1718)

Aparece no 3º Ofício assinando o livro de notas de fevereiro a agosto de 1718. Em 26 de maio de 1718, aprovou o testamento de Cristóvão do Rosário.¹¹⁹

33) SILVESTRE DA COSTA PINTO (1718)

Foi nomeado para o 3º Ofício do Judicial e Notas por provisão de 16 de novembro de 1718.¹²⁰

34) SEVERINO FERREIRA DE MACEDO (1727-1737)

Ver 2º Ofício.

35) FRANCISCO DA COSTA E ARAÚJO (1731-1732)

Em 16 de novembro de 1731, recebeu provisão de tabelião do Público e Judicial e Notas, na vaga de Severino Ferreira de Macedo, que se achava suspenso por seis meses em razão de sentença da Junta de Justiça. Esta provisão foi renovada em 9 de janeiro de 1732, com cumpra-se no Rio de Janeiro em maio de 1732.¹²¹

36) SALVADOR CORREIA LEITÃO (1732-1742)

Filho do tabelião Manuel Cardoso Leitão e de Maria de Mendonça, irmão de Cristóvão Correia Leitão, nasceu no Rio de Janeiro, e foi batizado na Candelária a 1º de janeiro de 1682. Era casado com Anália de Sousa, faleceu no Rio de Janeiro a 22 de julho de 1749 e foi enterrado na igreja do Parto.¹²²

Por provisão de 31 de agosto de 1730, foi nomeado escrivão da Conservatória da Casa da Moeda por tempo de seis meses. Essa provisão foi renovada em 31 de março de 1731.¹²³

Portaria de 10 de outubro de 1732 mandou passar provisão a Salvador Correia Leitão do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro por um

118 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 7, fl. 88.

119 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, 12,3,20; MOSTEIRO DE SÃO BENTO, Arquivo, doc. 960.4.

120 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 7, fl. 342v.

121 Ibidem, códice 128, v. 4, fls. 71, 76v-77; CATÁLOGO dos manuscritos..., p. 152, n. 14.

122 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 306.

123 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 4 fls. 48, 61v.

ano. Em [maio] de 1733, recebeu nova provisão por tempo de seis meses e, em 5 de dezembro de 1733, passou-se a ele provisão por mais um ano.¹²⁴

Requereu provisão régia no ofício de tabelião do qual era proprietário seu irmão, cuja família estava a seu encargo. Recebeu provisão por um ano em 29 de outubro de 1733, com cumpra-se no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1736.¹²⁵

Teve início, então, um litígio entre Salvador Correia Leitão e Severino Ferreira de Macedo, que fora provido no mesmo ofício.¹²⁶

No decorrer do litígio foram nomeados Leonardo Cardoso da Silva (1737-1741), Luís Manuel de Faria (1740-1749) e Bento Luís de Almeida (1734-1737).

Durante a correição que fez o desembargador Agostinho Pacheco Teles, foi suspenso por um ano a partir de 26 de outubro de 1734. Voltou ao cargo, livre de crime, por provisão régia de 30 de março de 1735, por tempo de um ano, com cumpra-se no Rio de Janeiro em 12 de maio de 1736.¹²⁷

Em 16 de junho de 1742, voltou a exercer a serventia por ter oferecido à Fazenda Real o donativo de 502 mil réis pelo tempo de seis meses.¹²⁸

37) BENTO LUÍS DE ALMEIDA (1734-1737)

Ver 1º Ofício.

38) LEONARDO CARDOSO DA SILVA (1737-1741)

Em razão da ausência de Bento Luís de Almeida, arrematante da serventia do cartório do 3º Ofício, de que era proprietário Cristóvão Correia Leitão, e continuando o litígio entre Severino Ferreira de Macedo e Salvador Correia Leitão, resolveu o governador da cidade do Rio de Janeiro nomear a Leonardo Cardoso da Silva por seis meses, por provisão de 18 de dezembro de 1737.¹²⁹

Nova provisão foi-lhe passada em 19 de junho de 1738. Foi esta renovada em 24 de dezembro de 1738.¹³⁰

Segundo reclamação de Bento Luís de Almeida, era Leonardo Cardoso da Silva familiar do governador, contra as ordens régias.

124 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 170, n. 8.174; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 4, fl. 105v; v. 5, fls. 30v-31.

125 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 4, fls. 131-131v.

126 Ver 2º Ofício.

127 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 5, fls. 141-141v.

128 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 7, fl. 130.

129 Ibidem, códice 128, v. 6, fls. 9v-10; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 349, n. 10.725-10.732

130 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 6, fls. 38-38v e 65v-66.

Tendo requerido em 1739, foi-lhe dada nova provisão para continuar no cargo em 8 de julho daquele ano.¹³¹ Em 26 de fevereiro de 1739, recebe cópia da provisão régia de 18 de fevereiro, que o nomeava por um ano, mas se perdera em um navio a 25 do mesmo mês. Esta provisão recebeu o cumpra-se no Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1739.¹³²

Em 25 de janeiro de 1741, recebeu nova provisão.¹³³ Nesse ano, foi sucedido por José Monteiro.

Recebeu de sesmaria umas sobras de terra no morro de São Paulo, no Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1749.¹³⁴

39) JOSÉ MONTEIRO (1738-1739)

Foi-lhe passada, em 7 de maio de 1738, provisão para a serventia do 3º Ofício de que fora proprietário Cristóvão Correia Leitão. Requereu a posse no mesmo ano, mas não a obteve, por se achar no cargo o escrivão Leonardo Cardoso da Silva, familiar do governador interino mestre-de-campo Matias Coelho de Sousa.¹³⁵

Foi nomeado escrivão do meirinho do Campo em 23 de março de 1741, por seis meses. Requereu em 1749 a serventia do cargo de meirinho da Ouvidoria do Espírito Santo, que lhe foi concedida por um ano em 31 de janeiro daquele ano.¹³⁶

40) LUÍS MANUEL DE FARIA (1740-1748)

Continuando o litígio entre Severino Ferreira de Macedo e Salvador Correia Leitão, foi passado provimento a Luís Manuel de Faria em 28 de novembro de 1740, por tempo de um ano, com cumpra-se no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1741. Ainda em 1740, apresenta requerimento no qual pede que se lhe dê posse sem embargo da oposição apresentada pelos dois litigantes.¹³⁷

Em 8 de julho de 1741, passou escritura no livro dos Carmelitas.¹³⁸

131 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 349, n. 10.726; p. 350, n. 10.729; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 6, fl. 99.

132 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 6, fls. 128v-129.

133 Ibidem, códice 128, v. 7, fls. 13-13v.

134 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 492, n. 18.842-18.846.

135 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 347, n. 10.695.

136 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 7, fls. 27v-28; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 90, n. 14.411.

137 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 383, n. 11.145-11.147; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 6, fls. 25-25v.

138 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 324.

Rubrica e fecha o segundo testamento de Esméria Pereira de Lemos em 12 de novembro de 1741.¹³⁹

Entre 1743 e 1748, lavra várias escrituras no segundo livro de tombo de São Bento, onde deixa seu sinal público.¹⁴⁰

Por decreto de 24 de abril de 1745, foi-lhe dada a serventia do mesmo ofício por mais três anos.¹⁴¹

Em 7 de fevereiro de 1748, passou traslado de escritura de doação.¹⁴²

Em 1º de março de 1751, foi nomeado escrivão da Fazenda Real e Matrícula da cidade do Rio de Janeiro. Recebeu novas provisões anuais desta serventia em 27 de maio de 1757 e 4 de dezembro de 1761.¹⁴³

41) JOSÉ DA SILVA CORREIA (1742)

José da Silva Correia recebeu provisão do ofício de tabelião do Rio de Janeiro em 5 de abril de 1742, por tempo de três anos, por oferecer o donativo de 500 mil réis à Fazenda Real, com cumpra-se no Rio de Janeiro em 28 de julho de 1742. Na mesma data, recebeu provisão do ofício de escrivão de Execuções por três anos.¹⁴⁴

Ainda em 5 de abril de 1742, recebeu licença para exercer cumulativamente as serventias dos ofícios de tabelião do Público e Judicial e Notas e de escrivão de Execuções, com a condição de serem ocupados por pessoas diferentes.¹⁴⁵

A 16 de junho seguinte, Salvador Correia Leitão foi provido na serventia do 3º Ofício, por ter oferecido donativo de 502 mil réis, por tempo de seis meses.¹⁴⁶

Em 6 de abril de 1743, arrematou o ofício de escrivão dos Órfãos da vila de Santo Antônio de Sá e de escrivão da Câmara, tabelião de Notas e anexos da vila de Parati, por tempo de três anos.¹⁴⁷

Em 8 de maio de 1744, recebeu provisão do ofício de porteiro e guarda da Alfândega do Rio de Janeiro, que arrematara por três anos.¹⁴⁸

139 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 860-19.

140 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 162-175.

141 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 8, fls. 28-28v; códice 1.051, fl. 7.

142 ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL, *Revista de documentos...*, v. 1 (1894), p. 207.

143 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 11, fls. 92-92v; v. 12, fls. 213-213v.

144 Ibidem, códice 64, v. 6, fls. 127-129.

145 Ibidem, códice 952, v. 30, fl. 342; códice 64, v. 6, fls. 124v-125.

146 Ibidem, códice 128, v. 7, fl. 130.

147 Ibidem, códice 64, v. 6, fls. 209-210.

148 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 466, n. 12.362; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 7, fls. 24-24v.

42) JOANA LUÍSA DE MENDONÇA (1744-1745)

Joana Luísa de Mendonça, filha mais velha de Cristóvão Correia Leitão e Ascença de Mendonça, nasceu no Rio de Janeiro a 24 de junho de 1705 e casou-se a 9 de novembro de 1744 com Bento Pinto da Fonseca.¹⁴⁹

Em 13 de setembro de 1743, pediu Ascença de Mendonça a propriedade do ofício que fora de seu marido para a pessoa que se casasse com uma de suas duas filhas, visto não ter sucessor masculino. Nos motivos apresentados, afirma que seu marido fora confiscado por dívida de um contrato, que toda a família contribuía para que ele arrematasse o ofício, e que, ao falecer, a deixara pobre e desamparada com duas filhas, sem meio de vida.¹⁵⁰

Foi passada provisão a Joana Luísa de Mendonça para quem com ela se casasse, por portaria de 16 de maio de 1744 e carta régia de 24 do mesmo mês, com cumpra-se no Rio de Janeiro em 2 de setembro seguinte.¹⁵¹

A propriedade foi passada, por carta de 29 de agosto de 1745, a seu marido.

43) BENTO PINTO DA FONSECA (1745-1774)

Casou-se aos 9 de novembro de 1744 na capela de Nossa Senhora da Conceição, paróquia da Candelária, com Joana Luísa de Mendonça.¹⁵²

Faleceu entre 3 de novembro de 1773, quando ainda era proprietário, e 19 de novembro de 1774, quando se diz que foi proprietário na provisão de Manuel Freire Ribeiro.¹⁵³

Tendo se casado, apresentou requerimento e foi passada carta de propriedade em 29 de agosto de 1745, com cumpra-se no Rio de Janeiro em 22 de dezembro do mesmo ano.¹⁵⁴

Já em começos de 1747, queixando-se da velhice, com mais de sessenta anos, e dos achaques de moléstia contraída a serviço de Sua Majestade, de sorte que não podia servir continuamente o ofício, pedia faculdade para nomear serventuário ou renunciar em pessoa apta. O parecer do procurador da Fazenda, pedido em 9 de maio de 1747, foi contrário.¹⁵⁵

Em 1749, pediu licença para nomear serventuário.¹⁵⁶

149 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 306.

150 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 451, n. 12.170-12.173.

151 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 7, fls. 16v-17v.

152 RHEINGANTZ, Carlos G., op. cit., v. I, p. 306.

153 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 26, fls. 3v-4, 79.

154 Ibidem, códice 64, v. 8, fls. 25v-26v; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 482, n. 12.582.

155 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 952, v. 33, fl. 394.

156 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 75, n. 14.218-14.220.

Estando impedido por moléstia grave, pediu que fosse nomeado serventuário Manuel da Silva Coutinho, que recebeu provisão em 7 de julho de 1751.¹⁵⁷

Em 1752, pediu novamente licença para nomear serventuário e recebeu a mercê.¹⁵⁸

Lavrou, em 27 de outubro de 1752, escritura de doação da capela de Nossa Senhora da Conceição de Paripecu pelo capitão-mor Manuel Pereira Ramos.¹⁵⁹

Em 3 de março de 1753, recebeu parecer desfavorável, em consulta do Conselho Ultramarino, sobre licença que havia requerido para renunciar, em pessoa apta, a propriedade do ofício de tabelião de Notas do Rio de Janeiro.¹⁶⁰

Lavrou escrituras no segundo livro de tombo de São Bento, onde registrou seu sinal público.¹⁶¹

Em 1768, impedido pela avançada idade e por moléstias, pediu novamente licença para nomear serventuário. Foi nomeado Fernando Pinto de Almeida por provisão de 5 de setembro.¹⁶²

Em 1772, pediu provisão para nomear o mesmo serventuário, mas esta lhe foi negada, sendo provido Manuel Freire Ribeiro, em 29 de outubro do referido ano, por tempo de um ano.¹⁶³

44) MANUEL DA SILVA COUTINHO (1751-1753)

Foi provido, em 7 de julho de 1751, para servir o 3º Ofício pelo tempo de seis meses. Recebeu novo provimento para o referido ofício em 28 de maio de 1753, pelo tempo de seis meses.¹⁶⁴

Reconheceu firma no recibo do inventário de Esméria Pereira de Lemos em 15 de dezembro de 1751.¹⁶⁵

45) MANUEL DE NOVAIS SOARES (1757)

Foi-lhe passada, em 10 de março de 1757, na cidade de Lisboa, provisão por três anos da serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade do Rio de Janeiro.¹⁶⁶

157 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 11, fls. 160-160v.

158 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 253, n. 15.749-15.751.

159 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. IV, p. 102, 220, nota 99.

160 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 268, n. 16.012-16.419.

161 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 178 e 189.

162 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 22, fls. 31-31v.

163 Ibidem, códice 128, fls. 111-111v.

164 Ibidem, códice 128, v. 11, fls. 160-160v; v. 12, fls. 35v-36.

165 MOSTEIRO DE SÃO BENTO, Arquivo, doc. 1.105-X.

166 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria de d. José I, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 46, fl. 317v.

46) LUÍS DA SILVA RAMOS (1765)

Ver 1º Ofício.

47) JOÃO PEDRO DA SILVA (1765-1768)

Ver 2º Ofício.

48) FERNANDO PINTO DE ALMEIDA (1768-1772)

Em 5 de setembro de 1768, tendo em vista a idade avançada e as moléstias de que padecia Bento Pinto da Fonseca e que o impediam de servir, Fernando Pinto de Almeida recebeu provisão para servir, por tempo de um ano, o 3º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, por deixonção que dele fez João Pedro da Silva.¹⁶⁷

Essa provisão foi renovada, anualmente, em 5 de setembro de 1770 e 23 de setembro de 1771.¹⁶⁸

A partir de 9 de agosto de 1771, por ordem régia de 23 de novembro de 1770, passaram as serventias a serem dadas por arrematação.

Ainda em 1771, propôs Bento Pinto da Fonseca a Fernando Pinto de Almeida que este continuasse na serventia. Seu pedido recebeu parecer desfavorável por portaria de 29 de agosto, e foi provido Manuel Freire Ribeiro, em 29 de janeiro de 1772, pelo tempo de um ano.¹⁶⁹

No segundo livro de tombo de São Bento, encontram-se algumas escrituras lavradas por este serventuário, em que registra seu sinal público.¹⁷⁰

Em 6 de janeiro de 1772, como tabelião do Rio de Janeiro, lavrou a escritura pública da instituição do morgado da viúva do capitão-mor Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria.¹⁷¹

49) MANUEL FREIRE RIBEIRO (1772-1779)

Em 10 de junho de 1743, recebeu provisão para servir de ajudante do escrivão da Ouvidoria Geral da cidade do Rio de Janeiro pelo tempo de seis meses. Esta provisão foi renovada em 10 de dezembro de 1743 e 17 de junho de 1744.¹⁷²

Por provisão de 5 de janeiro de 1745, foi nomeado, pelo tempo de um ano, para servir de escrivão da Câmara e tabelião de Notas e mais anexos da vila de Parati, onde

167 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 22, fls. 31-31v.

168 Ibidem, códice 128, v. 24, fls. 96v-97, 174-175.

169 Ibidem, códice 128, v. 25, fls. 111-111v.

170 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 200, 204 e 205.

171 ARQUIVO NACIONAL, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 22, fl. 76v.

172 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 7, fl. 185v; v. 8, fls. 43v, 90-90v; códice 131, v. 1, fl. 57.

serviu até 1750, por provisões semestrais de 30 de maio de 1748, 3 de janeiro de 1749, 18 de julho de 1749 e 20 de março de 1750.¹⁷³

Recebeu sesmaria no sítio da Praia Vermelha, na vila de Parati, por carta de 8 de janeiro de 1750, confirmada por portaria de 13 de março de 1752.¹⁷⁴

Em 1751, Antônio de Velasco Távora, proprietário do ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral, pediu autorização para que Manuel Freire Ribeiro exercesse o seu lugar durante sua ausência. Foi ele nomeado, por tempo de seis meses, em 4 de junho daquele ano. Esta provisão foi renovada por seis meses a 4 de janeiro de 1752.¹⁷⁵

Por provisão de 28 de abril de 1761, recebeu a serventia do 4º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, por tempo de seis meses. Recebeu nova provisão a 10 de novembro de 1761, por mais seis meses.¹⁷⁶

Em 9 de junho de 1762, arrendou por três anos o ofício de escrivão de Execuções Cíveis da cidade do Rio de Janeiro. Arrematou-o por mais três anos e recebeu nova provisão em 11 de junho de 1765.¹⁷⁷

Bento Pinto da Fonseca, proprietário do 3º Ofício, pediu alvará para nomear serventuário na pessoa de Manuel Freire Ribeiro. Este foi provido em 29 de outubro de 1772, pelo tempo de um ano.¹⁷⁸

Seguiram-se provisões anuais datadas de 3 de novembro de 1773, 19 de novembro de 1774, 12 de dezembro de 1775, 16 de janeiro de 1777, 23 de janeiro de 1778 e 12 de janeiro de 1779.¹⁷⁹

Em 25 de agosto de 1779, foi sucedido por José dos Santos Rodrigues de Araújo.

No segundo livro de tombo de São Bento, há várias escrituras lavradas por ele, onde se encontra seu sinal público.¹⁸⁰

50) JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES DE ARAÚJO (1779-1795)

Em 25 de agosto de 1779, recebeu provisão por haver arrematado pelo tempo de três anos a serventia do 3º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de

173 Ibidem, código 128, v. 8, fls. 141v-142; v. 9, fl. 232v; v. 10, fls. 33-33v, 68, 126.

174 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 263, n. 15.919-15.921; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, código 128, v. 10, fls. 96v-97v.

175 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, código 128, v. 11, fls. 136v-137, 207v-208; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 211, n. 15.259.

176 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, código 128, v. 14, fls. 126v-127v, 202v-203.

177 Ibidem, código 128, v. 15, fls. 42v-43; v. 18, fls. 156v-157v.

178 Ibidem, código 128, v. 25, fls. 111-111v.

179 Ibidem, código 128, v. 26, fls. 3v-4, 79-79v, 209-209v; v. 27, fls. 194v-195; v. 28, fls. 171v-172; v. 29, fls. 120-120v.

180 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 214-217, 220, 237 e 239.

Janeiro, de que fora proprietário Bento Pinto da Fonseca.¹⁸¹ Decorridos os três anos, continuou arrematando o ofício e recebendo provisões trienais, datadas de 20 de dezembro de 1782, 15 de dezembro de 1785, 29 de dezembro de 1788 e 6 de dezembro de 1791, tendo como fiador e principal pagador Domingos Coelho Brandão.¹⁸²

Funcionou como escrivão nos autos da devassa ordenada pelo vice-rei conde de Resende contra a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1794.¹⁸³

Em 31 de março de 1794, foi a propriedade do ofício dada a Inácio Joaquim da Cunha Kelly, mas, em 26 de outubro de 1795, José dos Santos Rodrigues de Araújo ainda aparece lavrando escritura no terceiro livro de tomo do Mosteiro de São Bento.¹⁸⁴

A partir de 30 de junho de 1797, passa a servir no ofício de escrivão dos Agravos e Apelações Cíveis e Crimes da Casa da Suplicação.¹⁸⁵

Continuou servindo o mesmo ofício por provisões datadas de 30 de julho de 1798, 15 de março de 1802, 9 de agosto de 1803, 24 de setembro de 1808 e 19 de novembro de 1810, pelo tempo de seis meses.¹⁸⁶

Em 13 de setembro de 1811, conforme testemunho que prestou a favor de José Antônio dos Santos Ameno, era homem branco, viúvo, morador na rua da Quitanda, escrivão das Apelações e Agravos da Casa da Suplicação, idade mais de quarenta anos.¹⁸⁷

Recebeu provisão de prorrogação da serventia dessa escrivania em 29 de novembro de 1822, pelo tempo de seis meses.¹⁸⁸

Nos segundo e terceiro livros de tomo do Mosteiro de São Bento, encontram-se várias escrituras da lavra deste escrivão, onde se encontram exemplares de seu sinal público.¹⁸⁹

No Arquivo do Mosteiro de São Bento, há muitas públicas-formas passadas por este serventuário.

51) INÁCIO JOAQUIM DA CUNHA KELLY (1794-1810)

Filho de João Manuel Ferreira da Cunha e de dona Joaquina Anastásia Kelly, e neto pelo lado materno do capitão-tenente-de-mar Guilherme Kelly, herói da guerra da

181 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 30, fls. 38-39.

182 Ibidem, códice 128, v. 32, fls. 142-143; v. 35, fls. 33v-34v; v. 37, fls. 171-172; v. 42, fls. 72v-74.

183 DEVASSA ordenada pelo vice-rei conde de Resende [em] 1794, p. 385-459.

184 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do tomo...*, p. 33-34.

185 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 54, fls. 114v-115, e v. 57 fls. 50v-52.

186 Ibidem, códice 64, v. 27, fls. 76v-77v; códice 128, v. 71, fls. 106v-107v; Chancelaria-Mor, códice 139, v. 2, fls. 39-39v; v. 6, fl. 169.

187 Ver 1º Ofício.

188 ARQUIVO NACIONAL, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 47, fls. 95v-96. Encontram-se diversas provisões em outros volumes deste códice.

189 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tomo...*, p. 259, 262-266 e 268-275; Ibidem, *Terceiro livro do tomo...*, p. 33-34.

Colônia de Sacramento, este titular deve ter falecido entre fins de 1809 e início de 1810, quando recebeu a propriedade do mesmo cartório seu filho Luís Inácio da Cunha Kelly.

Conseguiu, por intercessão de sua mãe, em vista dos merecimentos do avô e dos serviços do pai como tesoureiro da Intendência da vila do Príncipe, a serventia vitalícia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade do Rio de Janeiro, de que fora proprietário Bento Pinto da Fonseca, por alvará de 31 de março de 1794, mandando registrar-se e cumprir em 22 de setembro de 1794.¹⁹⁰

O alvará o obrigava a alimentar suas irmãs Ana Joaquina da Cunha Kelly, casada com Nicolau de Medeiros Gomes, mãe de Maria Cândida da Cunha Kelly e falecida em 21 de março de 1818; Rosa Leonor da Cunha Kelly, casada com José Antônio de Godóis, mãe de Maria José de Godóis e falecida a 3 de maio de 1814; e Maria José da Cunha Kelly, casada com Antônio Barbosa Teles.

Ocupava o cargo, por arrematação de três anos, José dos Santos Rodrigues de Araújo, que o passara a José Antônio Teixeira de Carvalho. Este, achando-se impedido por doença, passa a serventia a Amaro José Vieira¹⁹¹

O proprietário da serventia, Inácio Joaquim da Cunha Kelly, que nunca serviu pessoalmente, alegando impedimento por doença, alcançou, com alvará de 6 de setembro de 1808, faculdade para nomear serventuário. Já havia arrendado o dito ofício, por escritura de 29 de julho de 1808, a Amaro José Vieira.¹⁹²

Ainda em 1808, Amaro José Vieira passou o referido arrendamento a José Pires Garcia, que o serviu até falecer em 1841.

52) JOSÉ ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO (1796-1808)

Com a doação da serventia vitalícia do 3º Ofício a Inácio Joaquim da Cunha Kelly e o término do prazo de sua arrematação por José dos Santos Rodrigues de Araújo, começou a servir José Antônio Teixeira de Carvalho.

A partir de 3 de março de 1796, lança várias escrituras no terceiro livro de tombo do Mosteiro de São Bento, em que consta seu sinal público.¹⁹³

Foi o verdadeiro dirigente do cartório, mantido por provisões em 19 de dezembro de 1797, 18 de dezembro de 1798, 19 de dezembro de 1799, 23 de dezembro de 1800, 25 de janeiro de 1802 e 17 de fevereiro de 1803.¹⁹⁴

190 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 77, pacote 1; Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 21, fl. 121.

191 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 77, pacote 1.

192 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 140, v. 2, fl. 43v.

193 Ibidem, *Terceiro livro do tombo...*, p. 43-47, 49-61, 90-91, 121-124, 130-133, 141-145.

194 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 55, fls. 104-105; v. 59, fls. 75v-76; v. 63, fls. 107v-108; v. 66, fls. 54-55; v. 69, fls. 3v-4; v. 71, fls. 21-22.

Em 5 de agosto de 1802, passou pública-forma da provisão de tabelião de Inácio Joaquim da Cunha Kelly.¹⁹⁵

Em 1806, achava-se impedido por moléstia, sendo substituído por Amaro José Vieira. Em 1807, continuava afastado, mas recebeu, em 16 de abril, provisão para continuar na serventia por um ano.¹⁹⁶

Faleceu em 28 de julho de 1808, quando se passou a ele atestado médico, ou 29 de julho do mesmo ano, data em que foi o ofício arrendado a seu substituto.

53) AMARO JOSÉ VIEIRA (1807-1808)

Em 7 de março de 1805, serviu de testemunha em escritura lavrada por José Antônio Teixeira de Carvalho no terceiro livro de tombo de São Bento.¹⁹⁷

Estando José Antônio Teixeira de Carvalho, serventuário do 3º Ofício, impedido por moléstia, foi substituído por Amaro José Vieira, a partir de 24 de outubro de 1807, tendo recebido provisões em 30 de abril de 1808, por três meses, e em 28 de julho do mesmo ano, por seis meses.¹⁹⁸

Tendo falecido José Antônio Teixeira, arrendou Amaro José Vieira o referido ofício ao proprietário Inácio Joaquim da Cunha Kelly, por escritura pública de 29 de julho de 1808.¹⁹⁹

Ainda em 1808, ao receber a propriedade do ofício de escrivão da Correição e Ouvidoria Geral do Rio de Janeiro, passou a José Pires Garcia o arrendamento da serventia, por escritura lavrada em 11 de agosto.²⁰⁰

54) JOSÉ PIRES GARCIA (1808-1841)

Por portaria de 8 de abril de 1799, foi nomeado para servir por tempo de três meses no impedimento do primeiro partidor dos Órfãos. Esta portaria foi renovada em 4 de novembro do mesmo ano.²⁰¹

Tendo arrematado aquele ofício, recebeu provisão por três anos em 12 de outubro de 1799 e 1º de dezembro de 1802.²⁰²

195 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 77, pacote 1.

196 Idem.

197 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do tombo...*, p. 143.

198 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 77, pacote 1.

199 Idem.

200 Idem.

201 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C632,5.

202 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 70, fls. 120v-121v; BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C632,5, doc. 3, 4.

Tendo comprado, por escritura de 11 de agosto de 1808, o resto do tempo de arrendamento de Amaro José Vieira, foi-lhe passada provisão para o 3º Ofício em 4 de novembro do mesmo ano.²⁰³

Seguiu-se, como era o estilo de então, uma série de provisões semestrais de mesmo teor até 1827, registradas em documentos da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, bem como do Arquivo Nacional, que deixamos de reproduzir por serem repetições daqueles documentos.

Pediu diversas vezes a mercê do Hábito da Ordem de Cristo, apresentando pública-forma de atestações sobre seu procedimento e de carta patente de confirmação no posto de tenente na vila de São José del Rei.²⁰⁴

Em 9 de maio de 1820, seu filho, Luís Pires Garcia, recebeu provisão para lhe servir de ajudante. Outro filho seu, Manuel Hilário Pires Ferrão, foi tabelião do 4º Ofício a partir de 1871.²⁰⁵

Tendo Sebastião José do Amaral Soares, na qualidade de tutor de Luís Inácio da Cunha Kelly, proprietário do 3º Ofício, nomeado a José Pires Garcia para servir o mesmo ofício durante a vida daquele proprietário, foi a nomeação confirmada por decreto de 22 de julho de 1828 e alvará de 12 de março de 1829.²⁰⁶

Em 6 de fevereiro de 1829, morador na rua dos Ourives, vendeu a Manuel Dias de Lima uma morada de casas assobradadas no caminho de Botafogo.²⁰⁷ Afirmando possuir várias casas na Corte, ser proprietário de grande fazenda de cultura, e como cavaleiro da Ordem de Cristo, pedia, em recompensa de vários serviços enumerados, a graça da insígnia da Ordem do Cruzeiro, que lhe foi recusada por despacho de 30 de outubro de 1829.²⁰⁸

No terceiro livro de tombo de São Bento, há numerosas escrituras da lavra deste serventuário, onde se encontra seu sinal público.²⁰⁹

José Pires Garcia deixou de assinar nos livros do cartório em 1841.

Foi sucedido na serventia vitalícia por João Nepomuceno Cantalice.

55) LUÍS INÁCIO DA CUNHA KELLY (1810-1846)

Em 3 de outubro de 1810, recebeu provisão da propriedade do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro. Como na carta de propriedade de seu

203 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 77, pacote 1; Ibidem, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 1, fls. 108v-109; v. 2, fls. 73-73v; BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C632,5, doc. 6.

204 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C632,5, doc. 8.

205 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 139, v. 36, fls. 188-188v.

206 Ibidem, Série Justiça-Gabinete do Ministro, IJ1 185, fl. 93v.

207 Ibidem, Primeiro Ofício de Notas, Livro de Notas n. 234, fls. 74-75.

208 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C632,5 (C473, 41).

209 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do tombo...*, p. 176-187, 219-224, 230-243, 246-248, 253-259, 263-265, 270-271, 273-276 e 280-288.

pai, estava, neste alvará, contida a cláusula de alimentos para suas três tias, com quem deveria dividir o rendimento do cartório.²¹⁰

Deve ter falecido antes de 1846, quando foi a serventia vitalícia dada a Francisco José Fialho.

Sendo ainda menor, requereu seu avô e tutor, coronel Sebastião José do Amaral Soares, dispensa de menoridade, para que se encartasse na referida serventia, recebendo provisão em 9 de novembro de 1810.²¹¹

Já tendo falecido duas de suas tias, deixando cada uma delas uma filha, recorreu a terceira, d. Maria José da Cunha, pedindo que fosse dado às duas meninas o direito à participação nos rendimentos do ofício.²¹² Foi-lhes concedida a participação por resolução de 1º de setembro 1818, tomada em consulta da Mesa do Desembargo do Paço.²¹³

Pediu, em remuneração aos serviços de seu avô, o já referido coronel Sebastião José do Amaral Soares, o Hábito de Cristo. Dizia possuir prédios na Corte e grandes lavouras em Inhaúma. Apresentou pública-forma do testamento e da patente do avô, datadas de 24 de dezembro de 1821. O requerimento recebeu despacho em 18 de agosto de 1826, fazendo-se exigências quanto à documentação apresentada.²¹⁴

210 ARQUIVO NACIONAL, Chancelaria-Mor, códice 140, v. 13, fls. 104-105.

211 Ibidem, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 6, fl. 161-161v, n. 262.

212 Ver também Inácio Joaquim da Cunha Kelly.

213 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 77, pacote 1.

214 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C570,16.

Quarto Ofício

1) DOMINGOS DA GAMA PEREIRA (1655-1666)

O capitão Domingos da Gama Pereira, cavaleiro da Ordem da São Bento de Aviz, foi nomeado por meio de carta em 6 de outubro de 1655, por se casar com Mariana da Fonseca, a quem fora dada a mercê do ofício em satisfação dos serviços de seu pai, Salvador da Fonseca.¹

No transcurso dos muitos anos em que serviu como militar, ocupou os postos de sargento, alferes e capitão. Impossibilitado de vir tomar posse no Rio de Janeiro, pediu licença para nomear como serventuário Pedro da Costa.²

De acordo com consulta do Conselho Ultramarino, requereu licença para renunciar ao ofício de tabelião do Rio de Janeiro. Apresentou uma certidão de licença emitida pelo juiz dos Órfãos, Bartolomeu Quittel, e recebeu parecer favorável em 17 de junho de 1662 e alvará de licença em 24 de julho de 1662.³

O ouvidor-geral Sebastião Cardoso de Sampaio, ao remeter, em 22 de janeiro de 1664, a relação dos tabeliães existentes no Rio de Janeiro, refere-se ao capitão Domingos da Gama Pereira como proprietário de um dos ofícios do Judicial e Notas, na época servindo na Fábrica do Galeão.⁴

Em 17 de maio de 1666, o capitão José Correia Ximenes recebeu carta de propriedade do ofício de tabelião público do Rio de Janeiro, por renúncia de Domingos da Gama Pereira.⁵

2) PEDRO DA COSTA, o moço (1655-1662)

Ver 1º Ofício.

3) ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA (1659-1671)

Ver 1º Ofício.

4) JOSÉ CORREIA XIMENES (1666-1676)

Ver 1º Ofício.

1 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. João IV, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 16, fl. 171v.

2 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 85, n. 758.

3 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, AHU-ACL-CU 017, 001, doc. 870 (fonte não confirmada); INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 25, fls. 165v-166.

4 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 104-106, n. 971-973.

5 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, livro 22, fls. 112-112v.

5) MANUEL CORREIA DOS SANTOS (1673)

Em 4 de março de 1673, aprovou o testamento de Joana Varela.⁶

6) JOÃO CORREIA XIMENES (1676-1712)

Cristão novo, filho do capitão José Correia Ximenes e Maria de Mariz, nasceu no Rio de Janeiro, foi batizado em 29 de junho de 1656 e se casou por volta de 1692 com Brites de Paredes, com quem teve nove filhos. Teve ainda outros quatro filhos com uma mulata chamada Bernarda. Faleceu depois de 9 de julho de 1713.⁷

Ainda jovem, servia com seu pai, proprietário do 4º Ofício de Notas que requereu mercê, em 1671, para poder renunciar a propriedade do ofício em um de seus filhos. Foi-lhe concedida licença para renunciar em seu filho mais velho por alvará de 19 de janeiro de 1672.⁸

Em 29 de julho de 1676, deu o Conselho Ultramarino parecer favorável a que lhe fosse suprida a falta de idade para ser encartado na serventia do ofício de tabelião. A licença foi concedida em 11 de agosto de 1676. Mandou-se passar a carta de propriedade em 27 de agosto de 1676, registrada no Livro dos Novos Direitos do Rio de Janeiro em 22 de março de 1677.⁹

Em 4 de maio de 1678, assinou escritura no livro de tombo dos Carmelitas.¹⁰

Ainda em 1678, pediu que lhe fosse prorrogado o prazo para servir o ofício sem se casar, a qual lhe foi concedida por dois anos, em atendimento à consulta de 18 de março daquele ano. Protelou por mais de dez anos seu enlace matrimonial.¹¹

Em 1690, alegando os achaques que padecia, tendo já servido no ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas do Rio de Janeiro por mais de doze anos e tendo uma fazenda de cana-de-açúcar para cuidar, pediu licença para arrendar o ofício. O ouvidor do Rio de Janeiro respondeu por carta de 21 de abril do dito ano, e foi concedida a licença para nomear um serventuário por três anos, por resolução de 18 de dezembro, com parecer do Conselho Ultramarino de 11 de dezembro de 1690.¹²

6 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 866-2. Fonte não confirmada.

7 RHEINGANTZ, Carlos G., *Primeiras famílias do Rio de Janeiro...*, v. I, p. 140; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processos 274 e 7.262.

8 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 20, fl. 79v; ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 140, n. 1.280.

9 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729, p. 140, n. 1.279-1.281; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 20, fls. 79v-80v.

10 TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo..., p. 256-258.

11 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 144, n. 1.316-1.317; p. 154, n. 1.416-1.418; p. 159, n. 1.472-1.473; p. 166, n. 1.500-1.501; p. 173, n. 1.580-1.581; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Afonso VI, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 34, fls. 153-154, e livro 52, fl. 287.

12 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 187, n. 1.757.

Comunicada esta resolução a seu procurador em Lisboa, fez ele petição de réplica. As razões não convenceram o Conselho, e pela resolução de 11 de outubro de 1691 foi confirmada a licença para poder nomear serventuário por três anos, de acordo com provisão mandada passar em 4 de novembro de 1692.¹³

Por notificação feita pelo tabelião do Judicial Cristóvão Correia Leitão, foi intimado a 26 de janeiro de 1697, sob pena de perda do ofício, a reassumir no prazo de oito dias o cargo de tabelião, que abandonara para exercer as funções de oficial da Câmara e juiz ordinário para que se fizera eleger.¹⁴ Por resolução de 21 de janeiro de 1697, em resposta a consulta do Conselho de 15 de dezembro de 1696, foi prorrogada a licença para poder nomear serventuário para o ofício por mais três anos. Mandou-se passar provisão em 12 de outubro de 1697.¹⁵

Levantou a capela de Nossa Senhora da Conceição antes de 1708, na freguesia de São João de Meriti, no porto de Freguesia.¹⁶

Denunciado por vizinhos, foi preso em 10 de outubro de 1712 e condenado pela Inquisição em 1713, pelo crime de judaísmo. Teve seus bens confiscados, entre os quais o ofício do qual era proprietário, um engenho no sítio de São João de Meriti, uma chácara no sítio da Carioca e diversas casas no alto do Colégio da Companhia de Jesus e na travessa da Cruz.¹⁷

No segundo livro de tombo de São Bento, há várias escrituras onde se encontra seu sinal público.¹⁸

Em 19 de março de 1716, foi o cartório dado a Dionísio Franco Bito.

7) JOSÉ CORREIA XIMENES, *filho* (1692-1699)

Filho do capitão José Correia Ximenes, proprietário do 4º Ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, e Maria de Mariz, nasceu no Rio de Janeiro, em 1668, e foi batizado na freguesia da Candelária, em 29 de junho do mesmo ano. Era irmão do tabelião João Correia Ximenes, e se casou com Guiomar de Azeredo, filha de Agostinho de Paredes e Ana de Azeredo Coutinho. Fundou a igreja de Inhaúma, onde tinha engenho. Faleceu nesta localidade a 19 de março de 1743.¹⁹ Tendo seu irmão, por motivo de doença, conseguido faculdade para nomear José Correia Ximenes, *filho*,

13 Ibidem, p. 189, n. 1.775.

14 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 1, fls. 36, 63v.

15 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), op. cit., p. 231, n. 2.046-2.047.

16 ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. III, p. 17.

17 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 956.

18 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 6-8.

19 RHEINGANTZ, Carlos G., op. cit., v. I, p. 411.

serventuário de seu ofício, apresentou-o ao governador Luís César de Menezes, que o proveu na serventia em 20 de maio de 1692, por tempo de seis meses. Foi declarado, na ocasião, que já vinha exercendo tais funções.²⁰

Esse provimento foi renovado até 22 de dezembro de 1698, com princípio em 10 de outubro.²¹

Lavrou escritura, em 30 de janeiro de 1695, no segundo livro de tombo de São Bento, onde estampou seu sinal público.²²

Em 1699, deixou a serventia e foi substituído por Luís da Costa Moreira, por provisão de 3 de maio.²³

Em 10 de outubro de 1712, foi preso e julgado em Portugal por ser cristão-novo.²⁴

8) GASPAR DE CARRILHO (1697-1698)

Gaspar de Carrilho possivelmente era filho de Gaspar Carrilho de Matos, capitão e sargento-mor, e de Maria de Azedias. Foi batizado na Candelária em 21 de maio de 1646, e faleceu solteiro em 11 de julho de 1700.²⁵

Foi provido serventuário por tempo de seis meses em janeiro de 1697. Acabado o tempo de nomeação, recebeu provimento por mais seis meses, por ato de 14 de setembro de 1697, com validade a partir de 10 de julho do mesmo ano, renovado em 4 de abril de 1698, com início em 10 de janeiro daquele ano.²⁶

9) LUÍS DA COSTA MOREIRA (1699-1701)

Ver 1º Ofício.

10) JOÃO DE CARVALHO E MATOS (1701-1721)

João de Carvalho e Matos, filho de Manuel de Carvalho e Madalena de Matos, era natural da cidade do Porto, foi casado com Úrsula Barbosa de Sena, não teve filhos, e faleceu no Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1734, deixando testamento.²⁷

Em 9 de junho de 1701, foi provido na serventia do 4º Ofício, por deixação que dele fizera Luís da Costa Moreira, com data de início de exercício retroativa a 9 de

20 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 11, fl. 65.

21 Ibidem, fl. 71; v. 12, fls. 27, 37, 49v, 58, 77v, 156v-157, 175; códice 77, v. 4, fls. 119 e 119 notas, 294v-295.

22 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 19.

23 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 12, fl. 188v-189.

24 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 5.449.

25 RHEINGANTZ, Carlos G., op. cit., v. I, p. 314.

26 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 12, fls. 102, 119 e 150v-151.

27 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, Freguesia da Candelária, Óbitos, livro 8, p. 270v-271.

fevereiro, pelo tempo de seis meses. Em 14 de março de 1702, esta provisão foi prorrogada por seis meses, sendo corrigida no dia 26 daquele mesmo mês e ano. A serventia foi-lhe conservada por seguidas provisões até 11 de maio de 1717.²⁸

Em 11 de novembro de 1711, redigiu e passou em pública-forma as capitulações que o governador do Rio de Janeiro ajustou com os inimigos franceses.²⁹

Em 1º de julho de 1717, foi substituído por Mateus Jorge da Costa.³⁰

Reassumiu o ofício por provisão semestral de 15 de junho de 1720. A esta provisão, seguiram-se duas, datadas de 16 de dezembro de 1720 e 17 de junho de 1721.³¹

Lavrou duas escrituras no segundo livro de tombo de São Bento, em 1709 e 1714, onde gravou seu sinal público.³²

Foi substituído por João Falcão de Mendonça em 6 de julho de 1721.

11) MANUEL DIAS VELASQUES (1702-1703)

Ver 1º Ofício.

12) LUÍS LOPES DE CARVALHO (1710)

Ver 2º Ofício.

13) DIONÍSIO FRANCO BITO (ou Brito) (1716-1764)

Filho de outro de mesmo nome, natural da vila de Peniche, serviu na fortaleza de Bertiga, província de Alentejo, e na Corte. Deve ter falecido no ano de 1764, pois em fevereiro de 1765 já era proprietária do ofício Antônia Maria Franca de Barbuda, sua única filha.

Há algumas diferenças nos dados sobre este serventuário. Aparece mais frequentemente com o sobrenome *Bito*, mas Eduardo de Castro e Almeida transcreve-o por Brito.³³

Tendo retornado à mão real, foi o cartório dado ao capitão Dionísio Franco Bito, em cumprimento de dois alvarás de lembrança, por carta de 19 de março de 1716. Essa carta foi registrada e mandada cumprir no Rio de Janeiro a 3 de julho de 1717.³⁴

Por estar servindo numa companhia de infantaria da Guarnição da Corte, não podia vir tomar posse e servir pessoalmente, por isso pediu mercê da faculdade

28 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 13, fls. 67, 88-88v; v. 15, fls. 16, 34v, 44, 65, 73v, 82v, 100v, 126v, 132; códice 77, v. 19, fls. 36v, 60, 113, 155v; códice 78, v. 17, fls. 1v, 13v, 23v, 60v; v. 7, fls. 6v, 36, 45v, 52, 59v, 67, 67v e 75; CATÁLOGO dos manuscritos..., p. 118, n. 745.

29 RIO DE JANEIRO (Capitania), *Livro dos termos, homenagens e assentos, de 1709 a 1788*, p. 13.

30 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 19, fls. 90v-91.

31 Ibidem, códice 128, v. 1, fls. 76, 89v, 99.

32 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 76-78 e 98-99.

33 Cf. ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 39, 50, 71.

34 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 19, fls. 91-92v.

para tomar posse por procurador e nomear serventuário, a qual lhe foi concedida por alvará de 27 de junho de 1716.³⁵

Apresentou como procurador, primeiramente, a Mateus Jorge da Costa e, em seguida, a Custódio da Costa Gouveia. Não serviu pessoalmente, mas sempre por serventuário.

Segundo requerimento de 1749, era comandante da fortaleza de São Sebastião do Rio de Janeiro.³⁶

14) MATEUS JORGE DA COSTA (1717-1720)

Mateus Jorge da Costa foi provido, por carta de 5 de março de 1717, por um ano, com cumpra-se no Rio de Janeiro em 1º de julho de 1717. Terminado o tempo de sua nomeação, passou-se a ele provisão semestral em 14 de outubro de 1719, pagando novos direitos relativos ao tempo que servira sem receber provisão.³⁷

Foi sucedido no 4º Ofício por João de Carvalho e Matos, em 15 de junho de 1720.

Em 16 de junho de 1724, foi nomeado escrivão da Mesa da Abertura da Alfândega por seis meses, e mantido neste ofício por provisões semestrais até 2 de janeiro de 1727.³⁸

Em 20 de maio de 1729, recebeu provisão da serventia do ofício de escrivão dos impostos que se fizeram para o donativo oferecido para as despesas dos desposórios de Suas Altezas.³⁹

15) JOÃO FALCÃO DE MENDONÇA (1721-1724)

Tendo Dionísio Franco Bito faculdade para nomear serventuário para seu ofício, nomeou a João Falcão de Mendonça, que recebeu provisão para servir por tempo de um ano, datada de Lisboa Ocidental aos 24 de janeiro de 1721, com cumpra-se do governador do Rio de Janeiro em 6 de julho de 1721.⁴⁰

Foram-lhe passadas provisões semestrais para continuar na serventia, datadas de 15 de julho de 1722 e 20 de julho de 1724.⁴¹

35 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 153, n. 7.866; ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 19, fls. 90-90v.

36 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 77, n. 14.240.

37 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 78, v. 19, fls. 90v-91; códice 128, v. 1, fl. 34.

38 Ibidem, códice 128, v. 1, fl. 181; v. 3, fls. 5v, 23v, 32v e 67.

39 Ibidem, v. 3, fl. 179.

40 Ibidem, códice 64, v. 1, fls. 51v-52.

41 Ibidem, códice 128, v. 1, fls. 125V, 183.

16) JOSÉ RIBEIRO SALVADO (1723-1732)

Filho de Manuel da Silva Coutinho e Joana Francisco, era natural da vila de Freguel, em Portugal. Casou-se duas vezes, a primeira com Luísa Maria, filha de Antônio Ferreira Brandão, da qual não teve descendentes, e a segunda com Caetana Maria de Assunção, filha de Gonçalo Gonçalves e Maria de Assunção, da qual teve três filhos. Faleceu em 25 de junho de 1738, deixando testamento.⁴²

Tendo sido nomeado pelo proprietário do 4º Ofício, recebeu provisão para o cargo dada pelo governador do Rio de Janeiro em 18 de janeiro de 1724, pelo tempo de seis meses. Em 6 de setembro de 1723, havia sido passada provisão real por tempo de um ano, a qual recebeu o cumpra-se no Rio de Janeiro em 20 de julho de 1724.⁴³

Continuou a receber provisões semestrais da mesma serventia até 1º de fevereiro de 1731. Em 15 de janeiro de 1731, recebeu provisão régia, com cumpra-se do governador do Rio de Janeiro em 6 de julho de 1731.⁴⁴

Em 23 de novembro de 1731, afirma-se, em provisão de Francisco Xavier da Silva, que José Ribeiro Salvado saíra da serventia e estava suspenso por seis meses, por sentença da Junta de Justiça.⁴⁵

Em 1732, deixou o ofício, sendo sucedido por Custódio da Costa Gouveia. Afirma, em seu testamento, ser funcionário da Alfândega, em 1738.

17) SEVERINO FERREIRA DE MACEDO (1724)

Ver 2º Ofício.

18) BERNARDO DA SILVA CRUZ (1728-1735)

Aparece substituindo José Ribeiro Salvado como ajudante do 4º Ofício, lavrando escrituras de 6 de junho a 22 de julho de 1728, de 31 de março a 29 de abril de 1734, de 11 a 28 de novembro de 1734, de 8 de junho a 7 de julho de 1735 e de 25 de setembro a 3 de outubro de 1735.⁴⁶ Em 23 de outubro de 1737, obteve provisão para a serventia do ofício de escrivão da Almotacaria da cidade do Rio de Janeiro. Esta provisão foi renovada em 30 de abril de 1738, por tempo de um mês. Em 17 de dezembro de 1737, recebeu provisão régia, com cumpra-se do governador do Rio de Janeiro em 16 de maio de 1738.⁴⁷

42 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, Freguesia da Sé, Óbitos, livro 15, fls. 134v-135.

43 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 1, fl. 116; códice 128, v. 1, fl. 169v.

44 Ibidem, códice 128, v. 3, fl. 6v, 27v, 50, 66v, 83, 93, 102v e 167v; v. 4, fls. 15, 34, 46 e 58v; códice 131, fl. 34; códice 64, v. 3, fl. 16.

45 Ver 1º Ofício.

46 ARQUIVO NACIONAL, Quarto Ofício de Notas, Livros de Notas n. 12 (fonte não localizada), 16, 17, 20 e 21.

47 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 5, fl. 226v; v. 6, fls. 26, 30-30v.

A 25 de junho de 1739, foi nomeado escrivão do registro de Parati.⁴⁸

19) FRANCISCO XAVIER DA SILVA (1731-1732)

Ver 1º Ofício.

20) CUSTÓDIO DA COSTA GOUVEIA (1731-1759)

O capitão Custódio da Costa Gouveia foi nomeado pelo proprietário do 4º Ofício, Dionísio Franco Bito, em 1731, e recebeu provisão régia a 22 de fevereiro de 1732, por tempo de um ano.

Continuou a receber provisões anuais e semestrais até 3 de abril de 1753.⁴⁹

Em 23 de setembro de 1734, prestou fiança para servir o 4º Ofício.⁵⁰

Lavrou escritura no segundo livro de tombo de São Bento em 17 de dezembro de 1749 e traslado em 9 de janeiro de 1750, onde imprimiu seu sinal público.⁵¹

Reconheceu firma do inventário de Esméria Pereira de Lemos em 24 de fevereiro de 1752.⁵²

Nos livros do 4º Ofício recolhidos ao Arquivo Nacional e à Biblioteca Nacional, aparece assinando até 23 de março de 1759.⁵³

Em 9 de maio de 1758, por proposta do proprietário Martinho Correia da Costa, foi provido por um ano, através de carta régia, para servir o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade de São Salvador dos Campos da Paraíba do Sul. Esta provisão foi renovada por mais um ano em 27 de abril de 1761 e 14 de maio de 1762.⁵⁴

21) JOSÉ GOMES DE MIRANDA (1740-1744)

Em 1739, consta no Rio de Janeiro um José Gomes de Miranda como capitão das naus Nossa Senhora do Livramento e São João Batista.⁵⁵

48 Ibidem, v. 6, fls. 94v-95.

49 Ibidem, códice 64, v. 3, fls. 72v-73; v. 4, fls. 3-3v, 71-71v e 126-126v; v. 5, fls. 21v-22v, 109-109v e 237v-238; v. 6, fls. 67-68, 114v-115 e 213v-214; v. 7, fls. 12-13; v. 8, fls. 17 e 52-53; códice 128, v. 5, fl. 39; v. 6, fls. 21v-22, 23-23v e 118v-119; v. 10, fl. 8v; ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v. 46, p. 153, n. 7.867-7.868; p. 522, n. 13.191, 13.194; v. 50, n. 13.479-13.483, 14.240-14.244, 16.430 e 16.433; v. 102, p. 163, n. 1.060.

50 Ibidem, Segundo Ofício de Notas, Livro de Notas n. 46, fls. 2-2v.

51 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 178.

52 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO, Arquivo, doc. 1105-X.

53 ARQUIVO NACIONAL, Quarto Ofício de Notas, Livros de Notas e Registro geral; CATÁLOGO dos manuscritos..., p. 157, n. 1.009; p. 163, n. 1.060.

54 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 14, fls. 192-192v; v. 15, fls. 65v-66.

55 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747, p. 309, n. 10.116-10.117.

Nos livros do 4º Ofício recolhidos ao Arquivo Nacional, há documentos lavrados por este oficial de 27 de março de 1740 a 2 de outubro de 1744.⁵⁶

22) ANTÔNIO RICARDO DA COSTA BRAVO (1753-1754)

Foi provido por um ano na serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade do Rio de Janeiro em 12 de julho de 1753.⁵⁷

No exercício de suas funções como tabelião, lavrou escrituras nos livros do 4º Ofício recolhidos ao Arquivo Nacional no período de julho de 1753 a 18 de julho de 1754, e no que se encontra na Biblioteca Nacional, correspondente aos anos de 1753 e 1754.⁵⁸

Em 14 de março de 1754, lavrou uma escritura no segundo livro de tombo de São Bento.⁵⁹

Em 23 de janeiro de 1761, 9 de março de 1762 e 27 de setembro de 1763, recebeu provisão para servir o ofício de escrivão da Fazenda Real e Matrícula na vila do Rio Grande de São Pedro.⁶⁰

23) MANUEL RODRIGUES MONTEIRO (1754)

Nos livros do 4º Ofício recolhidos ao Arquivo Nacional, encontram-se documentos lavrados por este serventuário de 18 de julho a 7 de agosto de 1754.⁶¹

24) ANTÔNIO DE ALMEIDA PEREIRA E CASTRO (1754-1761)

Foi nomeado por um ano no lugar de Custódio da Costa Gouveia, por provisão de 24 de julho de 1754, com cumpra-se no Rio de Janeiro em 28 de julho de 1755.⁶²

Aparece, novamente, em 13 de maio de 1756, no 4º Ofício. Funcionou neste cartório até 4 de março de 1761.⁶³

25) MANUEL FREIRE RIBEIRO (1761-1762)

Ver 3º Ofício.

56 ARQUIVO NACIONAL, Quarto Ofício de Notas, Livros de Notas n. 28 e 37.

57 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 12, fl. 42.

58 CATÁLOGO dos manuscritos..., p. 162, n. 1.053.

59 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 246-248.

60 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 14, fls. 80v-81v e 242v-243; v. 16, fls. 180-181v.

61 Ibidem, Livro de Notas n. 50.

62 Ibidem, Relação do Rio de Janeiro, códice 24, v. 1, fls. 199v-200v.

63 Ibidem, Quarto Ofício de Notas, Livros de Notas n. 54 e 61.

26) JOAQUIM DA SILVA LISBOA (1761-1762)

Tendo sido nomeado pelo proprietário do 4º Ofício, Dionísio Franco Bito, Joaquim da Silva Lisboa recebeu provisão da serventia por tempo de um ano, datada de Lisboa, em 7 de novembro de 1761, com cumpra-se no Rio de Janeiro a 22 de abril do ano seguinte.⁶⁴

Achando-se impedido por moléstias, pediu para servir em seu lugar Domingos Coelho Brandão, que foi provido por um ano em 12 de maio de 1762.⁶⁵

27) DOMINGOS COELHO BRANDÃO (1762-1782)

Foi nomeado, por provisão de 14 de outubro de 1751, ajudante do escrivão de Execuções. Essa nomeação foi renovada em 31 de maio de 1752 e 6 de dezembro de 1752.⁶⁶

Achando-se Joaquim da Silva Lisboa, serventuário do 4º Ofício, impedido de servir, pediu a nomeação de Domingos Coelho Brandão, a qual lhe foi concedida em 12 de maio de 1762, por tempo de um ano.⁶⁷

Em 1º de junho de 1764, recebeu provisão para continuar por um ano na serventia do 4º Ofício.⁶⁸

Com o falecimento do proprietário Dionísio Franco Bito, em 1764, o ofício foi doado à sua filha, Antônia Maria Franca de Barbuda, e Domingos Coelho Brandão foi conservado por ela no cargo durante todo o período em que foi proprietária. Inicialmente, foi nomeado por tempo de um ano por provisão régia de 2 de março de 1765, carta de 7 de junho de 1765 e cumpra-se em 29 de novembro do mesmo ano.⁶⁹

Recebeu novas provisões anuais até 18 de agosto de 1781.⁷⁰

Recebeu o ofício de escrivão do mamposteiro-mor dos cativos do Bispado do Rio de Janeiro e, em 13 de novembro de 1772, renovou-se sua provisão por um ano, com cumpra-se em 14 de abril de 1773.⁷¹

Em 3 de abril de 1779, foi-lhe conferida patente do posto de capitão de ordenanças do distrito de Santo Antônio da Jacutinga.⁷²

Em 1782, não aparece a provisão, mas, em 28 de fevereiro de 1783, consta provido na serventia José Coelho Rolleen Wan Deck.

64 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 12, fls. 207v-208v.

65 Ibidem, códice 128, v. 15, fls. 25-26.

66 Ibidem, códice 128, v. 11, fls. 183, 244; v. 12, fl. 18.

67 Ibidem, códice 128, v. 15, fls. 25-26.

68 Ibidem, v. 17, fls. 84-84v.

69 Ibidem, códice 64, v. 14, fls. 153-153v; códice 128, v. 18, fls. 152-152v.

70 Ibidem, códice 64, v. 15, fls. 25 e 69-70; v. 17, fls. 6v-7 e 32v-33v; v. 22, fls. 149-150; códice 128, v. 25, fls. 41v-42 e 174v-175; v. 27, fls. 169v-170; v. 29, fl. 72-72v; v. 30, fls. 32-32v e 223-223v; v. 32, fls. 9-9v.

71 Ibidem, códice 64, v. 17, fls. 124-124v.

72 Ibidem, códice 128, v. 29, fl. 157.

Serviu de principal fiador de José dos Santos Rodrigues de Araújo para tomar posse na serventia de tabelião do 3º Ofício, em 6 de dezembro de 1791.⁷³

De acordo com os “Almanaques da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794”, Domingos Coelho Brandão era capitão de ordenanças da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.⁷⁴

No segundo livro de tombo de São Bento, há várias escrituras lavradas por ele, de próprio punho, onde se encontram inúmeros exemplares de seu sinal público.⁷⁵

28) ANTÔNIA MARIA FRANCA DE BARBUDA (1765-1783)

Com o falecimento do proprietário do cartório do 4º Ofício, Dionísio Franco Bito, foi a propriedade deste dada à sua única filha, Antônia Maria Franca de Barbuda, por alvará de mercê datado de 5 de fevereiro de 1765.⁷⁶

Enquanto foi proprietária, serviu o cartório Domingos Coelho Brandão.

Segundo as provisões de José Coelho Rolleen Wan Deck, de 28 de fevereiro de 1783 e 12 de março de 1784, faleceu em 1783, quando o cartório passou a ser servido por arrematação.⁷⁷

29) JOSÉ DE FARIAS DE MAGALHÃES (1782-1783)

Nos livros do cartório do 4º Ofício recolhidos ao Arquivo Nacional, há documentos registrados por este serventuário de 17 de junho de 1782 a 21 de fevereiro de 1783.⁷⁸

30) JOSÉ COELHO ROLLEEN WAN DECK (1783-1794)

Entre os militares enviados pela Corte de Lisboa para a América do Sul, em 24 de setembro 1751, na Expedição de Demarcação dos Limites entre Portugal e Espanha, encontrava-se o tenente de Mar e Guerra Rolin de Vandrec, ou melhor, José Rolleen Wan Deck, pai de José Coelho Rolleen Wan Deck. Voltou para Lisboa em 1754.⁷⁹

Em 1º de setembro de 1779, José Coelho Rolleen Wan Deck consta com testemunha no segundo livro de tombo do convento de São Bento.⁸⁰

73 Ibidem, v. 42, fls. 72v-74.

74 ALMANAQUES da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794, p. 247.

75 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 201, 202, 207, 221, 228, 248, 249, 251, 254, 256 e 259.

76 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. José I, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 6, fl. 12v.

77 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 32, fl. 157; v. 33, fls. 82v-83.

78 ARQUIVO NACIONAL, Quarto Ofício de Notas, Livros de Notas n. 101-102.

79 ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755, p. 205, n. 15.196; p. 357, n. 17.027.

80 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 256.

Em 28 de fevereiro de 1783, recebeu provisão da serventia do 4º Ofício por tempo de um ano.⁸¹

Vago por falecimento da proprietária, voltou o ofício às mãos régias, e foi posto em concurso para arrematação. Foi arrematado por José Coelho Rolleen Wan Deck por tempo de três anos, sendo apresentado como principal fiador o sargento-mor Anacleto Elias da Fonseca. Foi passada provisão datada de 12 de março de 1784, tendo início em 1º de janeiro daquele ano e terminando em 31 de dezembro de 1786.⁸²

Continuou a arrematar a mesma serventia, recebendo provisões trienais datadas de 13 de janeiro de 1787, 22 de dezembro de 1789 e 22 de dezembro de 1792.⁸³

Em 15 de março de 1794, desistiu do tempo restante de sua arrematação, que, a pedido do fiador, foi dada na mesma data a Inácio Miguel Pinto Campelo.⁸⁴

Em 1º de fevereiro de 1796, foi confirmado no posto de tenente da Companhia de Nascentes, do Terceiro Terço Auxiliar de Infantaria, por patente de 22 de dezembro de 1795. Em 1799, ocupava o cargo de capitão da Segunda Companhia de Fuzileiros.⁸⁵

No segundo livro de tomo de São Bento, encontram-se, entre 1784 e 1793, várias escrituras lavradas por José Coelho Rolleen Wan Deck, nas quais lançou seu sinal público.⁸⁶

Em 13 de agosto de 1799, obteve mais um ano de licença para permanecer em Lisboa tratando de suas pendências, prorrogação de outra, do ano anterior.⁸⁷

Por decreto de 5 de março, foi criado o lugar de juiz de fora do Cível, Crime e Ofícios dos Órfãos de Campos, desmembrados da capitania do Espírito Santo, pelo decreto de 11 de novembro de 1801, em que foi provido.⁸⁸

Em 1801, pediu, em recompensa dos numerosos serviços prestados na cidade do Rio de Janeiro, a serventia vitalícia do ofício de escrivão da Ouvidoria da comarca do Espírito Santo. Foi provido por alvará em 11 de outubro de 1802.⁸⁹

Ao retornar ao Rio de Janeiro, não foi empossado, o ofício foi considerado vago e arrematado por outra pessoa. Entrou com vários requerimentos pleiteando indenização.⁹⁰

81 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 32, fl. 157.

82 Ibidem, v. 33, fl. 82v-83.

83 Ibidem, v. 36, fl. 16v-17v; v. 39, fl. 9v-10v; v. 44, fl. 46v-47v.

84 Ibidem, v. 46, fl. 110-110v.

85 Ibidem, códice 64, v. 22, fls. 90-91; NUNES, Antônio Duarte, Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro [para o ano de 1799], p. 89.

86 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tomo...*, p. 268, 275-277, 285-287, 289-290.

87 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 25, fls. 33-33v.

88 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, AHU-ACL-CU, códice 110, fls. 43v-44v.

89 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C519,8.

90 Idem.

Em 1803, mandava o príncipe regente informar o Conselho Ultramarino do perdão que implorava este serventuário. Respondeu o visconde de Anadia com cumpra-se do barão de Mossamedes, em 5 de março daquele ano.⁹¹

Em 5 de julho de 1803, pediu licença para ficar na Corte para tratar de suas pendências.⁹²

31) JOSÉ MARTINIANO DE OLIVEIRA (1793-1794)

Funciona como serventuário interino no 4º Ofício de 3 de setembro de 1793 e 22 de fevereiro de 1794, entre o período de José Coelho Rolleen Wan Deck, que desistira da serventia que arrematara por três anos, e o de Inácio Miguel Pinto Campelo, a quem seria dada provisão para terminar o período da arrematação.⁹³

Tendo arrematado no Tribunal da Junta da Fazenda, por tempo de três anos, a serventia do ofício de meirinho da Dízima da Chancelaria, foi-lhe passada provisão em 6 de dezembro de 1799.⁹⁴

Em 5 de dezembro de 1800, arrematou o ofício de inquiridor, contador e distribuidor da vila de Santo Antônio de Sá por tempo de três anos.⁹⁵

Encontra-se exemplar de seu sinal público em escritura de sua lavra no segundo livro de tombo de São Bento.⁹⁶

32) INÁCIO MIGUEL PINTO CAMPELO (1794-1802)

Em 1789, aparece nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira como depositário público judicial dos bens e animais seqüestrados.⁹⁷

Segundo provisão passada em 15 de março de 1794, Inácio Miguel Pinto Campelo foi nomeado tabelião por proposta do sargento-mor Anacleto Elias da Fonseca, fiador do donativo do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, para cumprir o restante do tempo do arrematante daquele ofício, José Coelho Rolleen Wan Deck, que fizera deixonção daquela serventia.⁹⁸

Em 1794, funcionou como tabelião nos autos da devassa procedida por ordem do conde de Resende contra a Sociedade Literária do Rio de Janeiro.⁹⁹

91 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Capitania do Rio de Janeiro, caixa 32. Fonte não confirmada.

92 Ibidem, Capitania do Rio de Janeiro, AHU-ACL-CU, códice 110, fl. 56.

93 ARQUIVO NACIONAL, Quarto Ofício de Notas, Livros de Notas n. 110-111.

94 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 63, fls. 72-73.

95 Ibidem, v. 65, fls. 118v-120.

96 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Segundo livro do tombo...*, p. 288.

97 ARQUIVO NACIONAL, Diversos (SDH), códice 5, v. 1, fl. 185.

98 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 46, fls. 110-110v.

99 DEVASSA ordenada pelo vice-rei conde de Resende [em] 1794, p. 447 e seguintes.

Terminado o prazo da arrematação de José Coelho Rolleen Wan Deck, arrematou a dita serventia por três anos, e recebeu provisão em 2 de setembro de 1795.¹⁰⁰

Segundo provisão de 24 de setembro de 1798, arrematou novamente a serventia por três anos, de 1799 a 1801.¹⁰¹

Ao pedir a serventia vitalícia do ofício, apresentou fé de ofício em que resume seus serviços prestados em praça de soldado e na serventia do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas, que então se achava vago. Afirmou ter numerosa família de oito filhos. Por não serem os serviços considerados suficientes, foi-lhe negada a pretensão, mas passada provisão, em 16 de abril de 1800, para ser conservado na referida serventia, sendo obrigado a requerer, anualmente, ao vice-rei o competente provimento. Recebeu provisão em 23 de setembro de 1800.¹⁰²

Em 30 de janeiro de 1802, recebeu provisão por mais um ano.¹⁰³

Nos livros do 4º Ofício recolhidos ao Arquivo Nacional, começa a lavrar escrituras em 22 de março de 1794 e escreve até 24 de dezembro de 1802.¹⁰⁴

Em 20 de junho de 1803, foi-lhe passada provisão da serventia do ofício de escrivão da Provedoria dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos por tempo de um ano. Recebeu novas provisões em 8 de outubro de 1808, 26 de setembro de 1809 e 17 de setembro de 1810.¹⁰⁵

Em provisão de 10 de abril de 1815, afirma-se que esteve afastado por um longo prazo devido a moléstia grave, sendo substituído por José Joaquim de Gouveia. Tal provisão foi renovada em 20 de novembro de 1816.¹⁰⁶

Encontram-se documentos registrados por ele no terceiro livro de tombo de São Bento, onde se encontram exemplares de seu sinal público.¹⁰⁷

33) MANUEL MARQUES PERDIGÃO (1801-1830)

Manuel Marques Perdigão, filho de João Marques Perdigão e sua mulher Catarina Rosa Marques, nasceu na vila de Viana do Minho, em 2 de janeiro de 1778. Era casado com Ana Peregrina Rangel de Caldas Telo, filha de Inácio Viegas Tourinho. Teve três filhos: João Marques Perdigão, Feliciano Marques Perdigão e Manuela Freire

100 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 49, fls. 46v-48.

101 Ibidem, v. 57, fl. 107.

102 Ibidem, códice 64, v. 25, fls. 13-14v.

103 Ibidem, códice 128, v. 69, fls. 53v-54.

104 Ibidem, Quarto Ofício de Notas, Livros de Notas n. 111, 117.

105 Ibidem, Secretaria do Estado do Brasil, códice 128, v. 71, fls. 73-74; Chancelaria-Mor, códice 139, v. 1, fls. 77v, 234v; v. 5, fl. 144v.

106 Ibidem, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 16, fls. 79v-81; v. 23, fl. 131.

107 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do tombo...*, p. 19-21, 24-27, 99-101 e 119-120.

de Lacerda Perdigão. Faleceu em 1º de junho de 1830, e foi sepultado na igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Paula.¹⁰⁸

Em 4 de maio de 1801, foi-lhe passado alvará de propriedade do ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da cidade do Rio de Janeiro, confirmado por carta datada de 15 de dezembro de 1801, ficando obrigado a pagar pensões anuais a sua irmã, Maria da Luz, e a seu pai, João Marques Perdigão.¹⁰⁹

Prestou juramento e tomou posse em 9 de dezembro de 1802 e iniciou a lavrar escrituras em 5 de janeiro de 1803.¹¹⁰

Em vista dos serviços de seu falecido tio, Feliciano Marques Perdigão, de quem era herdeiro, pede, desde a chegada da Corte ao Rio de Janeiro até 1822, para ser nomeado oficial da Secretaria dos Negócios do Reino, cargo ocupado pelo referido tio.¹¹¹

Em 13 de maio de 1808, foi condecorado com o Hábito da Ordem de Cristo, em reconhecimento aos serviços de seu tio, e, em 1810, pediu dispensa para professar sem despesas.¹¹²

Em 1809, apresentou requerimento solicitando alvará para poder nomear serventuário no seu ofício. Foi-lhe passado em 21 de abril, de acordo com decreto imperial de 9 de março do mesmo ano.¹¹³

Em 30 de janeiro de 1809, firmou contrato de arrendamento com José da Cunha Azeredo Coutinho e Sousa, que foi provido em 20 de setembro seguinte pelo tempo de seis meses.¹¹⁴

Em 26 de março de 1810, nomeou João Nepomuceno de Assis por arrendamento do ofício.¹¹⁵

Em 25 de maio de 1819, pede a propriedade do ofício de escrivão das Sisas da vila de Viana do Minho, propriedade de seu pai, que falecera em 1818. Afirmou ser irmão de d. João da Purificação Marques Perdigão, então cônego regular de Santa

108 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C909,43; ARQUIVO NACIONAL, Série Justiça-Magistratura e Justiça Federal, IJ4 342.

109 ARQUIVO NACIONAL, Secretaria do Estado do Brasil, códice 64, v. 28, fls. 17v-21v; BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C909,43; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO, Chancelaria d. Maria I, Registro de doações, ofícios e mercês, livro 63, fl. 301; livro 65, fls. 288-288v.

110 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C909,43; ARQUIVO NACIONAL, Quarto Ofício de Notas, Livro de Notas n. 117.

111 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C909,43.

112 ARQUIVO NACIONAL, Ministério do Império, códice 15, v. 1, fl. 16; BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C909,43.

113 ARQUIVO NACIONAL, Ministério do Império, códice 15, v. 1, fl. 163v; Registro Geral das Mercês, códice 137, v. 3, fls. 55-55v; Chancelaria-Mor, códice 140, v. 4, fl. 51; Mesa do Desembargo do Paço, caixa 85, pacote 3, doc. 29; caixa 87, doc. 18.

114 *Ibidem*, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 87, doc. 18.

115 *Ibidem*, caixa 85, pacote 3, doc. 29.

Cruz de Coimbra, depois bispo de Olinda e Recife (1830-1864). Em 16 de setembro do mesmo ano, pede a graça de poder renunciar a propriedade daquele ofício em pessoa que depositasse duas ações no Banco do Brasil em benefício de Manuela Marques Perdigão, única filha do suplicante.¹¹⁶

Por decreto imperial de 30 de dezembro de 1820, foi concedida a sobrevivência do ofício para seu filho mais velho, João Marques Perdigão, com faculdade para servir nos seus impedimentos por moléstia, o que foi confirmado por resolução de 30 de setembro de 1823.¹¹⁷

Em 11 de maio de 1822, alegando sua ilustre e antiga nobreza, citando a história genealógica da família real de Portugal, solicitou foro de fidalgo cavaleiro, que lhe foi negado por despacho de 5 de fevereiro de 1823.¹¹⁸

Ainda em 1822, apresentou requerimento solicitando, em remuneração aos seus serviços, a mercê do Hábito da Ordem de Cristo, com a faculdade de poder renunciar na pessoa que escolhesse, e, em remuneração pelos serviços de seu tio, Feliciano Marques Perdigão, requereu o Hábito da Ordem de Cristo para seus filhos e para quem se casasse com sua filha. Em 11 de julho, recebeu despacho negando-lhe a mercê.¹¹⁹

Em 15 de janeiro de 1823, teve negado seu pedido para ser nomeado tabelião privativo da Casa Imperial, além das honras e da graduação de oficial, continuando, porém, em seu ofício de tabelião do Judicial e Notas.¹²⁰

Em 1º de dezembro de 1824, pediu a condecoração da Ordem Imperial do Cruzeiro, que lhe foi negada.¹²¹

Em 5 de junho de 1826, requereu licença para ter escrevente juramentado na pessoa de Miguel José Coelho da Silva, que já servia no 4º Ofício havia quatro anos e foi provido em 5 de julho de 1826.¹²²

Após sua morte, fez Sua Majestade mercê a seu filho João Marques Perdigão da serventia do ofício, por decreto de 12 de junho de 1830 e alvará de 11 de setembro do mesmo ano.¹²³

116 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C909,43; ARQUIVO NACIONAL, Negócios de Portugal, caixa 729, pacote 2, doc. 29, 34.

117 ARQUIVO NACIONAL, Série Justiça, Magistratura e Justiça Federal, IJ4 348; Mesa do Desembargo do Paço, caixa 68, pacote 2; Ministério do Império, códice 15, v. 8, fl. 108; Registro Geral das Mercês, códice 137, v. 74, fl. 114; BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C909,43.

118 Idem.

119 Idem.

120 ARQUIVO NACIONAL, Série Justiça, Magistratura e Justiça Federal, IJ4 348.

121 BIBLIOTECA NACIONAL, Divisão de Manuscritos, C909,43.

122 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 87, doc. 18; ARQUIVO NACIONAL, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 58, fl. 59.

123 ARQUIVO NACIONAL, Série Justiça, Magistratura e Justiça Federal, IJ4 342.

No terceiro livro de toambo de São Bento, encontram-se vários documentos de sua lavra, onde se encontram exemplares de seu sinal público.¹²⁴

34) JOSÉ DA CUNHA AZEREDO (ou Azevedo) COUTINHO E SOUSA (1809-1810)

Em 26 de outubro de 1807 e 13 de janeiro de 1808, assina como testemunha documentos da sesmaria de São Bento, no terceiro livro de toambo.¹²⁵

Em 21 de janeiro de 1809, foi nomeado através de portaria, por tempo de dois meses, para servir durante o impedimento por moléstia de Manuel Marques Perdigão, proprietário do ofício. Arrendou a serventia pelo tempo de um ano, conforme escritura de 30 de janeiro de 1809, findando o dito arrendamento em 6 de fevereiro de 1810.¹²⁶

Como tabelião do Rio de Janeiro, lavrou pública-forma de diversos documentos em 1809, onde registrou seu sinal público.¹²⁷

Em 30 de outubro de 1809, recebeu provisão para continuar no ofício por seis meses.¹²⁸

Em 28 de abril de 1810, apresentou requerimento no qual pedia a serventia vitalícia do ofício de escrivão do Crime do bairro da Candelária, apresentando folha corrida em junho seguinte.¹²⁹

Em 18 de junho de 1810, apresenta novo requerimento em que afirma ter arrendado o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, do qual era proprietário José Inácio Pereira, e solicita provisão por um ano. Foi provido por seis meses em 24 de junho de 1810.¹³⁰

Em 29 de julho de 1811, ao receber provisão por mais seis meses para servir o ofício de tabelião do Público e Judicial e Notas da vila de Santo Antônio de Sá de Macacu, José Rodrigues Ferreira opôs embargo em que alegava que o embargado servira de tabelião de Notas e escrivão do Judicial, tendo cometido vários erros e falsidades, e por isso achava-se criminoso no Juizado da Chancelaria, na devassa geral a que se procedera em 7 de abril de 1810.¹³¹

Em 12 de dezembro de 1811, é lavrada certidão do acórdão que o livrou de culpa na correição. Apresentou folha corrida de 6 de fevereiro de 1812 e o embargo foi indeferido em 2 de março de 1812.¹³²

124 MACEDO, Deoclécio Leite de, *Terceiro livro do toambo...*, p. 134-137, 145-147, 149-153, 265-267, 278-280 e 288-289.

125 Ibidem, p. 139, 249v.

126 ARQUIVO NACIONAL, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 87, doc. 18.

127 Ibidem, caixa 68, pacote 2, doc. 23.

128 ARQUIVO NACIONAL, Chancelaria-Mor, códice 139, v. 4, fls. 86-86v.

129 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 87, doc. 18.

130 Idem.

131 Idem.

132 Idem.

35) JOÃO NEPOMUCENO DE ASSIS (1810-1813)

Ver 2º Ofício.

36) LUÍS JOSÉ FERREIRA LEITE (1821-1824)

Em 16 de outubro de 1821, foi nomeado por portaria do regedor para substituir o titular por dois meses, e, em 18 de fevereiro de 1824, recebeu nomeação semelhante, para o mesmo período.¹³³

Em 25 de outubro de 1824, fez o titular Manuel Marques Perdigão requerimento no qual pediu que se nomeasse como seu ajudante Luís José Ferreira Leite, que já havia servido o dito ofício por duas vezes.¹³⁴

133 Idem.

134 Ibidem, Mesa do Desembargo do Paço, caixa 87, doc. 18.

Fontes primárias

- 1 ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 - 1.1 Livro de ordens e provisões reais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro (1565-1592)
Código 16.2.17
 - 1.2 Senado da Câmara – Ordens e provisões (1565-1592) – volume 2
Código 16.2.19
 - 1.3 Senado da Câmara – Ordens e provisões (1565-1592) – volume 3
Código 16.2.20
 - 1.4 Provisões e registros do Senado da Câmara (1661-1667)
Código 16.2.21
- 2 ARQUIVO NACIONAL
 - 2.1 Secretaria do Estado do Brasil
Códices 60, 64, 77, 78, 128, 952, 1.051
 - 2.2 Chancelaria-Mor
Códices 124, 139, 140, 153
 - 2.3 Diversos (SDH) Códices
Código 5
 - 2.4 Mesa do Desembargo do Paço
Caixas 68, 81, 85, 86, 87
Código 117
 - 2.5 Relação do Rio de Janeiro
Código 24
 - 2.6 Ministério do Império
Código 15
 - 2.7 Registro Geral das Mercês
Código 137
 - 2.8 Série Justiça – Magistratura e Justiça Federal
IJ4 342, 348
 - 2.9 Série Justiça – Gabinete do Ministro
IJ1 185
 - 2.10 Primeiro Ofício de Notas
Livros de Notas n. 24-30, 35, 38, 41, 43-51, 55, 57-120, 124, 126, 128-232, 234
Registro Geral 27,114
 - 2.11 Segundo Ofício de Notas
Livros de Notas n. 11-26, 34, 35, 46, 49, 58-63, 67-90, 99-140, 143
Registro Geral

- 2.12 Terceiro Ofício de Notas
 - Livros de Notas n. 158, 181
 - Registro Geral
- 2.13 Quarto Ofício de Notas
 - Livros de Notas n. 12, 16, 17, 20, 21, 28, 37, 50, 54, 61, 97, 101, 102, 110, 111, 117, 163
 - Registro Geral
- 2.14 Negócios de Portugal
 - Caixa 729, pacote 2
- 3 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO
 - 3.1 Capitania do Rio de Janeiro
 - AHU-ACL-CU 017, 001, DOC 870, DOC 1775
 - “ “ cód. 94, fl. 419v “ “
 - “ “ cód. 110, fl. 43v.-44v
 - “ “ cód. 96, fl. 34-34v
 - “ “ cód. 98, fl. 316v.-317
 - “ “ cód. 90, fl. 32-32v
- 4 BIBLIOTECA NACIONAL
 - 4.1 Divisão de Manuscritos
 - 8,3,2; C519,8; C909,43
- 5 CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO
 - 5.1 Arquivo
 - 5.1.1 Freguesia da Candelária
 - Óbitos
 - Livros 2, 3, 8, 15, 16
 - 5.1.2 Freguesia da Sé
 - Óbitos
 - Livros 4, 6, 8, 10, 15, 16
- 6 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO
 - 6.1 Chancelaria Régia/Chancelaria-Mor
 - Registro de doações, ofícios e mercês
 - 6.1.1 Chancelaria d. Felipe II
 - Livros 6, 11, 17, 30, 42, 43
 - 6.1.2 Chancelaria d. Maria I
 - Livros 37, 60, 62, 65, 66, 67
 - 6.1.3 Chancelaria d. José I
 - Livros 1, 3, 26, 67, 69, 84
 - 6.1.4 Chancelaria d. Sebastião e d. Henrique
 - Livro 37
 - 6.1.5 Chancelaria Pedro II

- Livros 22, 34
- 6.1.6 Chancelaria d. João V
Livros 21, 47, 52, 67, 70, 71, 90, 91, 100, 108, 109, 110, 115
 - 6.1.7 Chancelaria d. João VI
Livro 7
 - 6.1.8 Chancelaria d. Afonso VI
Livros 19-22, 26, 29, 31, 34, 35, 38, 42, 47, 52
 - 6.1.9 Chancelaria d. João IV
Livros 14, 16, 19, 25
 - 6.1.10 Chancelaria d. Filipe I
Livro 17
 - 6.1.11 Chancelaria Filipe III
Livro 1
- 6.2 Tribunal do Santo Ofício
Inquisição de Lisboa
- 7 MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO
Arquivo
- 8 VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA
Não foi possível consultar os livros
- 9 VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DOS MÍNIMOS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Arquivo
Termos de sepultura dos fiéis, livro 2

Bibliografia

ALENCAR, José de. *O garatuja*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987. 128 p.

ALMANAQUES da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 59, p.187-353, 1940.

ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.). Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VI – Rio de Janeiro, 1616-1729. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 39, 1921. 653 p.

_____. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VII – Rio de Janeiro, 1729-1747. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 46, 1934. 672 p.

_____. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, VIII – Rio de Janeiro, 1747-1755. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 50, 1936. 452 p.

ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraídas dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 63, p. 93-153, jan./jun. 1900. Parte 1.

_____. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. 10 v.

ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL. *Revista de documentos para a história da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger, v. 1-4, 1894-1897.

BARROS, Henrique da Gama. *História da administração pública em Portugal nos séculos XII e XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, tomo 8, p. 353-500.

BELCHIOR, Elísio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Ed., 1965. 528 p. (Coleção Vieira Fazenda, 1).

BRASIL (Vice-Reino, 1762-1808). *Índice da coleção alvarás, cartas e provisões, 1753-1808*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1912. 308 p. (Publicações do Arquivo Nacional, 12).

CATÁLOGO dos documentos mandados copiar pelo senhor d. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 67, p. 5-337, 1906. Parte 1.

CATÁLOGO dos manuscritos sobre o Rio de Janeiro existentes na Biblioteca Nacional, I – séc. XVI-XVIII. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 102, p. 5-220, 1982.

DEVASSA ordenada pelo vice-rei conde de Resende [em] 1794. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 61, p. 239-523, 1941.

DISTRITO FEDERAL (RJ). Prefeitura. *Livro primeiro de ordens e provisões reais*. Arquivo do Distrito Federal. Publicação autorizada pelo prefeito Antônio Prado Júnior. Cópia autêntica feita por Célia de Oliveira Machado. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1928. 55 p.

_____. *Segundo e terceiro livros de ordens e provisões reais*. Arquivo do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1929.

_____. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935. 188 p.

EXCERTO de uma memória manuscrita sobre a história do Rio de Janeiro, durante o governo de Salvador Correia de Sá e Benevides, que se acha na Biblioteca Pública desta Corte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 3, n. 9, p. 1-38, abr. 1841.

FERREIRA, João da Costa. *A cidade do Rio de Janeiro e seu termo: ensaio urbanológico*. Separata de: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 164, 1933. 379 p. (Coleção Memória do Rio, 1).

INVENTÁRIO dos documentos relativos ao Brasil, existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1955. v. 75, 358 p.

LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seignot, Plancher & Cia., 1834-1835. 7 v.

LIVRO de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Transcrição e introdução de Deoclécio Leite de Macedo. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 82, 1968. 369 p. Inclui índices.

MACEDO, Deoclécio Leite de. *Tabeliães do Rio de Janeiro, 1565-1965*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965. 260 p.

_____. *Notariado*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. 15 p. (Publicações Técnicas, 34).

_____. *Segundo livro do tombo: 1688-1793*. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1981. 498 p. (Documentos históricos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, série A, 2).

_____. *Terceiro livro do tombo: 1793-1829*. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1981. 447 p. (Documentos históricos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, série A, 3).

_____. *Quarto livro do tombo: 1829-1906*. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1981. 280 p. (Documentos históricos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, série A, 4).

_____. *Sexto livro do tombo*. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1981. 228 p. (Documentos históricos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, série A, 6).

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conselho Federal de Cultura. 1972. 2 tomos. 929 p.

MORAES FILHO, Alexandre José de Mello. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliárquica e política do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana de José Soares de Pinho, 1858-1860. 4 tomos.

NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 7. ed. São Paulo: Parma Ltda., 1984. 3 v.

NUNES, Antônio Duarte. Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro [para o ano de 1799]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 5-176, jan./jun. 1858.

_____. Almanaque histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 267, p. 93-214. jan./jun. 1965.

PORTUGAL. Leis, decretos etc. *Ordenações e leis do reino de Portugal*: recopiladas por mandado d'el-rei d. Filipe, o Primeiro. 13. ed., segundo a 9 ed. Coimbra, 1824. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865. 3 v.

_____. *Código filipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal, recopilados por mandado d'el rei dom Filipe I*. Cândido Mendes de Almeida (compilador). 14. ed. Rio de Janeiro: Instituto Filomático, 1870. 3 v.

_____. *Índice da coleção de ordens régias: 1719-1807*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. 212 p. (Publicações do Arquivo Público Nacional, 5).

_____. *Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás, avisos, portarias, etc. de 1662 a 1821, existentes no Arquivo Nacional e dirigidos, salvo expressa indicação em contrário, ao governador do Rio de Janeiro, e, depois de 1763, ao Vice-Rei do Brasil*. 2. ed. rev. e mel. por A. Esteves. Rio de Janeiro, 1922. 804 p. (Publicações Históricas, 1).

RELAÇÃO das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro, extraídas dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 63, p. 93-153, jan./jun. 1900. Parte 1.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (século XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965. 3 v.

RIO DE JANEIRO (Capitania). Governador. *Livro dos termos, homenagens e assentos, de 1709 a 1788*. Rio de Janeiro: Tipographia do Arquivo Público Nacional, 1907. 312 p. Separata de Publicações Históricas, 7, p. 5-116. (Publicações Avulsas, 7).

_____ (Capitania). Governador. *Índice da coleção governadores do Rio de Janeiro: correspondência, alvarás, bandos, cartas patentes e de sesmaria, ordens, provisões, regimentos, numbramentos, editais, certidões, cartas e ordens régias, leis, etc.* Rio de Janeiro: Tipografia do Arquivo Público Nacional, 1911. 275 p. (Publicações do Arquivo Público Nacional, 11).

_____ (Capitania). Governador. *Tombo das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro: 1594-1595, 1602-1605*. Rio de Janeiro, 1967. 271 p. (Publicações Históricas, 60).

ROWER, Basílio. *O convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro: sua história, memórias, transcrições com 43 estampas*. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Vozes, 1945. 423 p.

SALGADO, Maria da Graça (coord.) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985. 452 p. (Publicações Históricas, 86).

SANTOS, Luís Gonçalves dos, pe. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Prefácio e anotações de Noronha Santos. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943. 2 v.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, 1965. 2 v.

SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, v. 4, p. 441-446.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 109-552, 1854.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da, dom. *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950. 3 v.

TOMBO das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-1574) e Salvador Correia de Sá (1578-1579). Introdução de João Fragoso, transcrição paleográfica de Deoclécio Leite de Macedo, edição de texto de Alice Assed Kik Estefan e Maria Filgueiras Gonçalves. *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, v. 111, 1997.

TOMBO dos bens pertencentes ao convento Nossa Senhora do Carmo da capitania do Rio de Janeiro. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 57, p. 187-400, 1935.

Índice

Adrião de Lemos	23, 24
Agostinho de Paredes	134
Agostinho Pacheco Teles	120
Aires de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha	84
Álvaro da Silveira	81, 82
Álvaro Ferreira	88
Amaro José Vieira	128, 129, 130
Ambrósio de Sousa	73
Ana Correia Borges	110
Ana Joaquina da Cunha Kelly	128
Ana Joaquina de Velasco e Molina	98, 99
Ana Peregrina Rangel de Caldas Telo	145
Anacleto Elias da Fonseca	143, 144
Anália de Sousa	119
André Cardoso Pinto	108
André Dias de Figueiredo	105
Ângela de Mendonça	38, 39, 77, 78, 79, 80, 85, 113
Antônia da Gama de Sousa	79
Antônia Maria Franca de Barbuda	136, 141, 142
Antônio Aniceto de Brito e Lima	92
Antônio Barbosa Rabelo	82
Antônio da Costa Araújo	88
Antônio da Silva Ferreira	85
Antônio das Chagas	72
Antônio de Almeida Pereira e Castro	140
Antônio de Andrade	9, 11, 12, 26, 35, 41, 42, 52, 57
Antônio de Andrade, <i>o moço</i>	26, 29, 31, 32, 33, 37, 38, 41, 43, 44
Antônio de Andrade, <i>o velho</i>	25, 26, 27, 28, 29, 31, 34
Antônio de Barros Leite	51, 57
Antônio de Brito de Meneses	83, 118
Antônio de Mendonça	75
Antônio de Moura	111, 113
Antônio de Sousa de Abreu Grade	85
Antônio de Velasco Távora	91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 115, 116, 126
Antônio dos Martírios	72
Antônio Ferrão Castelo Branco	49, 84, 87
Antônio Ferreira Brandão	138

Antônio Ferreira da Silva	32, 41, 76, 112, 132
Antônio Marques Rabelo	117
Antônio Martins do Couto	43, 44, 114, 115
Antônio Martins Palma	76
Antônio Mendes da Silva Gaspar Pereira	86
Antônio Pimenta de Abreu	30, 106
Antônio Pinto	27
Antônio Ricardo da Costa Bravo	140
Antônio Rodrigues de Almeida	105, 106
Antônio Rodrigues Pinheiro	36
Antônio Teixeira de Carvalho	32, 53, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68
Antônio Velasco Xavier	99
Ascença de Mendonça	113, 123
Ascença de Meneses	80
Baltazar da Costa	22, 72
Baltazar da Cunha Arvelos	47, 48
Baltazar de Moraes	104
Baltazar Fernandes	24, 69, 70
Baltazar Rangel de Sousa	78, 79, 80, 85, 113
Baltazar Vieira da Cunha	88
Bartolomeu Quittel	132
Beatriz Álvares Gaga	74, 76
Beatriz de Bairros	70
Belchior da Costa	109
Belchior Tavares	26, 27, 72, 105, 106, 107
Bento Luís de Almeida	54, 56, 120
Bento Pinto da Fonseca	61, 95, 110, 113, 123, 125, 126, 127, 128
Bernardo da Silva Cruz	138
Bernardo Martins Aranha	27
Brites de Lemos	32, 78
Brites de Paredes	133
Carlos Correia de Toledo	100
Catarina de Figueiredo	79
Catarina Rosa Marques	145
Cláudio Godinho Correia	117
Clemente Martins de Barros	78
Clemente Peres Ferreira	104

Constantino Machado de Sampaio	85
Cristóvão Correia Leitão	29, 40, 44, 88, 89, 110, 111, 113, 116, 117 119, 120, 121, 123, 184
Cristóvão do Rosário	119
Cristóvão Moreira Coelho	118
Custódio da Costa Gouveia	56, 137, 138, 139, 140
Diogo de Brito	75, 108
Diogo de Montearroio	70
Diogo Martins	104
Diogo Pereira da Silva	40, 45, 81
Diogo Rodrigues Ferreira	72
Diogo Teixeira de Carvalho	75
Dionísio Franco Bito	134, 136, 137, 139, 141, 142
Domingos Coelho Brandão	127, 141, 142
Domingos Coelho Castelo Branco	34
Domingos da Gama Pereira	11, 30, 33, 35, 132
Domingos da Silveira Sotomaior	109
Domingos Martins Ferreira	70
Domingos Rodrigues Távora	53, 88, 92, 93, 98, 115, 116
Eduardo de Castro e Almeida	136
Esméria Pereira de Lemos	87, 92, 122, 124, 139
Estácio de Sá	11, 22, 28, 104, 105
Estevão de Araújo	74
Estevão Maurício Velasco de Molina	92, 93
Eugênio de Sousa Neves	50, 114, 115, 116
Eugênio Martins	55, 89, 90
Faustino Soares de Araújo (1)	74, 76
Faustino Soares de Araújo (2)	33, 64, 98, 99, 101, 102, 103
Feliciano Marques Perdigão	145, 146, 147
Felipa Ramalho	72
Felipe de Campos	29
Fernando Leite Lobo	84
Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre	81, 82
Fernando Pinto de Almeida	95, 124, 125
Francisca Maurícia de velasco e Molina	98, 115
Francisco Barbosa	75
Francisco Bernardo de Sousa.	87

Francisco Coelho da Silva	90, 91, 92, 94, 96
Francisco da Costa e Araújo	89, 119
Francisco da Costa Moura	32, 36, 37, 38, 40, 41
Francisco da Rocha	27
Francisco da Silva Castro	83
Francisco de Araújo Frasso de Sousa	61
Francisco de Bairros	70
Francisco de Jesus Vila-Lobos	71
Francisco de Sousa	73
Francisco de Sousa Coutinho	39, 74, 77, 78, 80
Francisco de Távora	82, 117
Francisco Fernandes	71, 104
Francisco Godinho Correia	116
Francisco Gomes	24, 59
Francisco José Fialho	131
Francisco Leão de Sá	34, 112
Francisco Lopes	24, 105
Francisco Nunes Escobar	76
Francisco Pinto Pereira	77
Francisco Sodré Pereira	97
Francisco Xavier da Silva	56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 138, 139
Francisco Xavier de Távora	82, 115
Garcia Ferreira	72
Gaspar Carrilho de Matos	135
Gaspar da Purificação	110
Gaspar de Carrilho	135
Gaspar de Carvalho	26, 28, 73, 74
Gaspar de Carvalho Soares	107, 108, 109, 110
Gaspar Rodrigues	74
Gaspar Rodrigues de Góes	11, 104
Gaspar Rodrigues de Moura	70
George de Sousa Coutinho	48, 49, 81, 82, 83, 84, 87, 88
Gomes Freire de Andrade	57, 62, 83, 89, 93, 94
Gonçalo Correia de Sá	28, 33, 196
Gonçalo de Aguiar	24, 70, 71, 72, 73
Gonçalo Gonçalves	138
Gonçalo Ribeiro Bastos	82
Guiomar de Azeredo	134

Henrique José Penha	54, 56, 59
Inácio de Peixoto de Carvalho e Melo	72, 73
Inácio de Sousa	73
Inácio Ferreira Lima	40, 44, 83
Inácio Joaquim da Cunha Kelly	127, 128, 129
Inácio Miguel Pinto Campelo	143, 144
Inácio Teixeira de Carvalho	57, 58, 60, 62
Inês Gomes	71
Inocência Correia	73, 75
Isabel Gonçalves	79
Jacinto Pereira	74, 108
Jerônimo Bentes de Sousa	76
Jerônimo Feijó	28
Jerônimo Veloso de Cubas.	74
Joana Francisco.	138
Joana Luísa de Mendonça.	114, 123
João Álvares de Sousa.	38, 39, 41, 42, 78, 79, 80, 81, 82
João Anhaia.	106
João Antônio Correia	75
João Antônio Pinto da Cunha	27
João Antunes	9, 78
João Caetano Moreira	63, 65
João Carlos Pereira do Lago	63, 68
João Correia Ximenes	34, 35, 46, 133, 134
João da Fonseca	104
João da Purificação Marques Perdigão	146
João da Silva do Rosário	58, 59, 60
João de Anhaia	26, 75, 106
João de Araújo	106
João de Brito Garcez	74
João de Carvalho e Matos	46, 135, 137
João de Carvalho Soares	108, 109, 110, 111
João de Melo Castelo Branco	94, 96, 97
João Falcão de Mendonça	88, 136, 137
João Luís do Campo	69
João Manuel Ferreira da Cunha	127

João Marques Perdigão	145, 146, 147
João Nepomuceno Cantalice	130
João Nepomuceno de Assis	65, 100, 101, 146, 149
João Pedro da Silva	61, 94, 95, 125
João Pinto da Fonseca	50, 92, 98, 115
João Soares Ferrão	112
Joaquim Carlos da Rocha Pita	63, 64, 65, 99, 100
Joaquim da Silva Lisboa	141
Joaquim José de Castro	63, 100, 102, 103
Joaquim Luís de Sousa	102
Joaquina Anastásia Kelly	127
Jorge de Sousa	27
Jorge de Sousa Coutinho, <i>o moço</i>	38, 39, 40, 41, 77
Jorge de Sousa Coutinho, <i>o velho</i>	11, 72, 77
José Antônio de Carvalho	89
José Antônio dos Santos Ameno	63, 64, 65, 101, 127
José Antônio Pereira do Lago	63, 66, 67
José Antônio Teixeira de Carvalho	63, 128, 129
José Coelho Rolleen Wan Deck	141, 142, 143, 144, 145
José Correia Ximenes	11, 33, 34, 132, 133, 134
José Correia Ximenes, <i>filho</i>	134
José Couceiro de Oliveira	44, 115
José da Cunha Azeredo Coutinho e Sousa	146
José da Silva Correia	55, 122
José de Alencar	77
José de Araújo de Aguiar	87
José de Farias de Magalhães	142
José de Oliveira Barbosa	98, 99
José de Siqueira Vila Forte	116
José de Vargas Pizarro	47, 50, 84, 87
José dos Santos Rodrigues de Araújo	126, 127, 128, 142
José Ferreira de Noronha	53, 54, 55
José Francisco de Paula	102, 103
José Gomes de Andrade	117
José Gomes de Miranda	139
José Inácio Pereira	148
José Lopes de Carvalho	80, 93
José Luís de Castro	91
José Luís de Meneses Coutinho	97, 99

José Marques da Silva	119
José Martiniano de Oliveira	144
José Maurício da Gama de Freitas	96
José Monteiro	121
José Pires Garcia	64, 68, 128, 129, 130
José Ribeiro Salvado	58, 83, 138
José Rodrigues Ferreira	148
José Rodrigues Pinheiro	100, 102
José Rolleen Wan Deck	142
José Tomás da Silva Araújo	100, 101
Josefa Pereira de Marins	80, 85, 90
Josefina Vilasboas	82
Juliana de Mendonça	107, 108
Julião Rangel de Sousa Coutinho, <i>o moço</i>	85, 86, 90, 91, 94, 98, 110
Julião Rangel de Sousa Coutinho, <i>o velho</i>	38, 71, 79, 80, 83
Justa de Azevedo	73
Leonardo Cardoso da Silva	55, 89, 120, 121
Luís César de Meneses	39, 79
Luís da Costa Moreira	45, 46, 47, 135
Luís da Silva Ramos	58, 59, 60, 61, 125
Luís de Oliveira Távora	28
Luís Godinho Correia	116, 117
Luís Inácio da Cunha Kelly	128, 130
Luís José Ferreira Leite	149
Luís Lopes de Carvalho	39, 79, 80, 81, 136
Luís Machado de Loureiro	70
Luís Manuel de Faria	120, 121
Luís Nogueira	75
Luís Pires Garcia	130
Luís Vahia Monteiro	50, 51, 58, 88
Luís Viana de Sousa Gurgel do Amaral	94, 95, 96
Manuel Álvares do Couto	38, 41, 42, 44, 45
Manuel Cardoso Leitão	34, 76, 80, 108, 109, 110, 112, 113, 119
Manuel Correia dos Santos	133
Manuel da Costa Mimoso	93, 114
Manuel da Costa Moura	32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 78
Manuel da Silva Coutinho	124, 138

Manuel da Silva Pereira	85
Manuel de Brito	107
Manuel de Brito de Melo	75
Manuel de Brito Lacerda	72
Manuel de Carvalho	76, 135
Manuel de Carvalho Soares	11, 76, 108, 109, 110, 111
Manuel de Lemos Barbosa	81, 82, 83
Manuel de Macedo Pereira	110
Manuel de Novais Soares	124
Manuel de Sousa e Almeida	78
Manuel de Vasconcelos Velho	48, 50, 51, 52, 53, 54
Manuel Dias de Lima	130
Manuel Dias Velasques	45, 136
Manuel Fernandes Branco	112
Manuel Ferreira Soares	27
Manuel Freire Ribeiro	93, 123, 124, 125, 126, 140
Manuel Gomes	69, 70, 71
Manuel Hilário Pires Ferrão	9, 130
Manuel Marques Perdigão	101, 145, 148, 149
Manuel Mourato	72, 73
Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria	124, 125
Manuel Pinto Barcelar	78
Manuel Rodrigues de Leão	76
Manuel Rodrigues de Moraes	43, 45, 46, 81, 82
Manuel Rodrigues Monteiro	140
Manuel Salgado da Cruz	51, 53
Manuel Velho das Neves	27
Manuel Veloso	74
Margarida dos Anjos Gouveia	88
Margarida Figueiredo	105, 107
Maria Antônia de Lencastre	86
Maria Castanho	105
Maria Coelho	116
Maria de Assunção	138
Maria de Galegos	73, 77, 109
Maria de Lemos de Ricaldas	82
Maria de Mariz	133, 134
Maria de Mendonça Borges	61, 82, 84, 86
Maria de Santo Antônio dos Serafins	88, 89

Maria Josefa Pereira de Marins	80, 85, 90
Mariana da Fonseca	132
Martim Afonso de Sousa	15, 23, 105
Martim Fernandes	70
Mateus Jorge da Costa	136, 137
Mateus Saraiva	93
Matias Coelho de Sousa	87, 92, 121
Matias Gomes Ribeiro	99
Mem de Sá	11, 22, 23, 69, 70, 104
Miguel de Carvalho	74, 107, 108
Miguel Ferrão	11, 69
Miguel José Coelho da Silva	147
Miguel Lopes de Carvalho	79
Miguel Rangel de Sousa Coutinho	87
Paulo Martins	82
Pedro da Costa, <i>o moço</i>	28, 29, 33, 132
Pedro de Matos	50, 51
Pedro José de Castro	102
Pedro Luís Ferreira	74
Pedro Rodrigues	69
Pero da Costa	11, 22, 23, 24, 25, 69, 71, 72, 76
Pero Neto	71
Rafael de Carvalho	28, 30
Salvador Antônio de Velasco Távora	93, 94, 98
Salvador Correia de Sá	22, 23, 29, 33, 35, 71, 72, 104, 105
Salvador Correia Leitão	55, 89, 110, 114, 119, 120, 121, 122
Sebastião, rei de Portugal	23, 70
Sebastião Cardoso de Sampaio	11, 26, 132
Sebastião Coelho	72
Sebastião de Ponte do Quintal	106, 107, 108
Sebastião José do Amaral Soares	130, 131
Sebastião Mendes da Silva	76
Sebastião Serrão Freire	33, 36, 76, 77, 110
Sebastião Tavares de Figueiredo	105, 107
Severino Ferreira de Macedo	9, 83, 88, 89, 110, 119, 120, 121, 138
Silvestre da Costa Pinto	119

Simão Pereira Barreto	96, 97, 98, 99, 100
Tomás Antônio Gonzaga	100
Tomás Freire de Andrade	118
Tomás Pinto da Silva	91, 92
Tomé Correia de Alvarenga	33, 77
Tomé de Sousa	15, 105
Úrsula Barbosa de Sena	135
Úrsula Cordeira	92, 94
Vasco de Sousa Coutinho	77, 80
Vicente de Andrade (1)	26, 29
Vicente de Andrade (2)	118, 119
Vicente José de Velasco Molina	93, 94, 95, 98, 99, 103